



**Relatório de Atividades
Comissão de Relações
Exteriores e de Defesa
Nacional - 2017**





EQUIPE TÉCNICA

DIRETORIA LEGISLATIVA

Diretor

Afrísio de Souza Vieira Lima Filho

Departamento de Comissões

Diretora

Aparecida de Moura Andrade

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

Secretário-Executivo

Edilson Holanda

1ª Substituta - Chefe do Serviço de Comissão

Clesione Alves Gomes

Equipe de Apoio

Adriana Goretti De Miranda Chaves

Ana Claudia De Araujo

Carlos Alberto De Aquino Mariani

Eliana Mesquita Hupsel

Livia Maria Pontes Vieira Loli

Marcelo Otávio Dantas Loures da Costa

Marcelo Rafael Rech

Marcelo Ramos da Silva

Sebastião Santos

Pró-Adolescentes

Katiany Bispo de Jesus

Cleudes Levina de Jesus Ribeiro Neta

Ficha Técnica do Relatório 2017

Textos: Marcelo Rafael Rech

Fotos: créditos nas imagens

Projeto gráfico, diagramação: Marcelo Ramos da Silva

Capa: Edilson Holanda

Revisão: Edilson Holanda

Câmara dos Deputados

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

Anexo II, Praça dos Três Poderes

Brasília - DF

CEP 70.160-900

Telefone

MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

55ª Legislatura - 2015 - 2019

3ª Sessão Legislativa

Presidente

Rodrigo Maia

1º Vice-Presidente

Fábio Ramalho

2º Vice-Presidente

André Fufuca

1º Secretário

Giacobo

2º Secretário

Mariana Carvalho

3º Secretário

João Henrique Caldas

4º Secretário

Rômulo Gouveia

Suplentes de Secretários

1º Suplente

Dagoberto Nogueira

2º Suplente

César Halum

3º Suplente

Pedro Uczai

4º Suplente

Carlos Manato

Diretor-Geral

Lúcio Henrique Xavier Lopes

Secretário-Geral da Mesa

Wagner Soares Padilha

SUMÁRIO

Membros da Comissão	09
Apresentação	23
Requerimentos Apreciados em 2017	33
Proposições Apreciadas em 2017	41
Sugestões de Emendas à LDO e à LOA 2018	53
Audiência Públicas	57
Audiências Públicas Conjuntas	103
Seminários	121
Outros Eventos	127
Visitas Diplomáticas	237
Missões Oficiais e Visitas Técnicas	287
Atividades na CREDN	291



**Membros da
Comissão em 2017**

Membros Titulares



Dep. Alexandre Leite
DEM/SP



Dep. André de Paula
PSD/PE



Dep. Arlindo Chinaglia
PT/SP



Dep. Átila Lins
PSD/AM



Dep. Benito Gama
PTB/BA



Dep. Bonifácio de Andrada
PSDB/MG



Dep. Bruna Furlan
PSDB/SP



Dep. Cabuçu Borges
PMDB/AP



Dep. Claudio Cajado
DEM/BA



Dep. Dimas Fabiano
PP/MG



Dep. Ezequiel Fonseca
PP/MT



Dep. Eduardo Barbosa
PSDB/MG



Dep. Fausto Pinato
PP/SP



Dep. Henrique Fontana
PT/RS



Dep. Heráclito Fortes
PSB/PI



Dep. Jair Bolsonaro
PSC/RJ



Dep. Jarbas Vasconcelos
PMDB/PE



Dep. Jean Wyllys
PSOL/RJ



Dep. Jefferson Campos
PSD/SP



Dep. Jô Moraes
PCdoB/MG



Dep. Luiz Nishimori
PR/PR



Dep. Luiz Sérgio
PT/RJ



Dep. Luiz Lauro Filho
PSB/SP



Dep. Marcelo Castro
PMDB/PI



Dep. Márcio Marinho
PRB/BA



Dep. Miguel Haddad
PSDB/SP



Dep. Milton Monti
PR/SP



Dep. Nelson Pellegrino
PT/BA



Dep. Pastor Eurico
PHS/PE



Dep. Pedro Fernandes
PTB/MA



Dep. Pedro Vilela
PSDB/AL



Dep. Rubens Bueno
PPS/PR

Membros Suplentes



Dep. Angelim
PT/AC



Dep. Antonio Brito
PSD/BA



Dep. Benedita da Silva
PT/RJ



Dep. Caetano
PT/BA



Dep. Carlos Henrique Gaguim
PODE/TO



Dep. Carlos Marun
PMDB/MS



Dep. Celso Russomanno
PRB/SP



Dep. Cristiane Brasil
PTB/RJ



Dep. Dilceu Sperafico
PP/PR



Dep. Eduardo Cury
PSDB/SP



Dep. George Hilton
PSB/MG



Dep. Janete Capiberibe
PSB/AP



Dep. Jutahy Junior
PSDB/BA



Dep. José Carlos Aleluia
DEM/BA



Dep. José Fogaça
PMDB/RS



Dep. José Rocha
PR/BA



Dep. João Fernando Coufinho
PSB/PE



Dep. João Gualberto
PSDB/BA



Dep. Luiz Carlos Hauly
PSDB/PR



Dep. Marcus Vicente
PP/ES



Dep. Nelson Marquezelli
PTB/SP



Dep. Orlando Silva
PCdoB/SP



Dep. Renzo Braz
PP/MG



Dep. Rafael Motta
PSB/RN



Dep. Rocha
PSDB/AC



Dep. Stefano Aguiar
PSD/MG



Dep. Subtenente Gonzaga
PDT/MG



Dep. Thiago Peixoto
PSD/GO



Dep. Tadeu Alencar
PSB/PE



Dep. Vicente Cândido
PT/SP



Dep. Vanderlei Macris
PSDB/SP



Dep. Walter Ihoshi
PSD/SP



Apresentação

Apresentação

O ano de 2017 esteve marcado por intensos trabalhos na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados – CREDN. Foi um período muito profícuo para o debate e a aprovação de instrumentos de cooperação nas relações internacionais e para o tratamento de questões estratégicas no âmbito da defesa nacional.

A CREDN tem sido, historicamente, uma das mais prestigiadas comissões permanentes do parlamento brasileiro. Cabe a ela examinar proposições e sugerir a discussão de temas essenciais na vida de nosso país. Passam pela Comissão o aval técnico e a fiscalização dos tratados, acordos ou atos internacionais, que o governo brasileiro estabelece com outros países, regiões e organismos internacionais. Ocupa-se também do intercâmbio com parlamentares estrangeiros e do exercício da diplomacia no plano parlamentar.

A CREDN dedica igual atenção aos temas centrais da política nacional de defesa. Examina projetos, propõe debates e ajuda a viabilizar recursos indispensáveis para a gestão e a modernização de nossas Forças Armadas. A Comissão se mostra igualmente engajada no apoio aos projetos estratégicos para a defesa de nosso território, especialmente aqueles com o potencial de contribuir para o desenvolvimento tecnológico do país, o fortalecimento de nossa base industrial, o apoio a nossas populações de fronteira e a proteção do meio ambiente.

Atividades da CREDN em 2017

Em março de 2017, coube-me a honra de assumir a presidência da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados – CREDN. Aceitei a função ciente do desafio que seria dar seguimento aos trabalhos desenvolvidos por meus imediatos antecessores, os deputados Pedro Vilella (PSDB-AL), Jô Moraes (PCdoB-MG), Eduardo Barbosa (PSDB-MG) e Nelson Pellegrino (PT-MG).

Felizmente, a composição do colegiado da CREDN, em 2017, permitiu-me contar com o apoio desses quatro colegas, bem como de diversos outros experientes deputados. Desfrutei, igualmente, dos benefícios de uma estreita coordenação com o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, senador Fernando Collor (PTC-AL) e com o presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, deputado Celso Russomano (PRB-SP), parcerias que facilitaram o andamento e a aprovação das proposições submetidas à consideração da CREDN.

Não seria exagero apontar 2017 como um dos anos mais produtivos na história da CREDN. Entre março e dezembro de 2017, período em que estive à frente da Comissão, realizamos 26 reuniões deliberativas. Durante essas reuniões, apreciamos 90 proposições, das quais 82 foram aprovadas, incluindo: 48 mensagens (MSC); 14 projetos de decreto legislativo (PDC); e 20 projetos de lei (PL). Aprovamos, ainda, 51 requerimentos, 18 sugestões de emendas à LDO e 4 sugestões de emenda à LOA/2018.

Nesse mesmo período, promovemos 25 reuniões de audiência pública sobre temas de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Realizamos, além disso: 9 seminários regionais; 8 missões oficiais ou visitas técnicas; uma exposição em conjunto com a FAB; e uma palestra dirigida aos oficiais militares superiores. Outros 7 eventos complementares foram realizados, incluindo: workshop sobre a diplomacia pública da União Europeia na América Latina; videoconferência com o diretor-geral da OMC; e seminário sobre as relações Brasil-Itália.

Recebemos 45 visitas de cortesia de embaixadores estrangeiros e duas visitas de trabalho de delegações parlamentares

estrangeiras. Tivemos, igualmente, a alegria de realizar 17 cafés da manhã na sala da presidência da Comissão, eventos em que pudemos prestar homenagem aos nossos colegas do círculo diplomático e às principais autoridades da área da Defesa. Foram meses de trabalho intenso e gratificante.

Relações Exteriores

Com respeito aos temas de Relações Exteriores, muito se realizou em 2017. Dentre as diversas realizações alcançadas, gostaria de singularizar:

a) a vinda do ministro de estado das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, à CREDN, em 27 de junho, para conosco debater as atribuições do Ministério das Relações Exteriores e os principais desafios de nossa política externa;

b) a realização de 14 audiências públicas sobre temas de Relações Exteriores, incluindo, entre outros assuntos: a crise na Venezuela; o Brasil e os arranjos comerciais internacionais; os 109 anos da imigração japonesa; o apoio às comunidades brasileiras no exterior; e, a negociação de acordos internacionais para a troca de informações de inteligência;

c) a aprovação de 3 projetos de lei relacionados a temas da alçada do MRE, entre os quais ressalto o PL 8.754/2017, de minha autoria, que dispõe sobre o uso e a proteção do emblema da Cruz Vermelha, em conformidade com o direito internacional humanitário;

d) a aprovação, pela CREDN, de Emenda à LOA 2018, no valor de R\$ 15 milhões de reais, para “Serviços Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior”;

e) a aprovação, pela CREDN, de 43 acordos, convênios, tratados ou atos internacionais (MSC), cobrindo as mais diversas áreas e parcerias internacionais do Brasil; e, ainda,

f) a aprovação, de 11 projetos de Decreto Legislativo, incluindo importantes pautas da integração regional e do Mercosul, dentre as quais destaco: o Acordo para a Construção de Ponte Rodoviária sobre o Rio Paraguai, entre Brasil e Paraguai, o Acordo para a troca de informações em matéria tributária, entre Brasil e Uruguai; o Acordo sobre bitributação, entre Brasil e Argentina; e, o Acordo para o reconhecimento mútuo de diplomas do ensino fundamental e ensino médio.

Aos dados acima referidos, agrego nossos esforços em prol da colocação em pauta e da aprovação, no plenário da Câmara dos Deputados, de 62 projetos de decreto legislativo, referentes a acordos internacionais do Brasil. Foi um número recorde de aprovações, que desafogou nossa pauta e que em muito contribuirá para o adensamento das relações políticas e comerciais do Brasil com outros países e blocos econômicos.

Gostaria, ainda, de enfatizar o trabalho realizado pelos grupos parlamentares de amizade. Singularizo, a esse respeito, a atuação do deputado Rubens Bueno (PPS-PR) à frente do Grupo de Amizade Brasil – Itália, assim como o trabalho desempenhado: (a) pelo deputado Cláudio Cajado (DEM-BA), presidente dos grupos parlamentares de amizade Brasil – Azerbaijão, Brasil – Ucrânia e Brasil – Malásia; (b) pela deputada Rosângela Gomes (PRB-RJ), presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil – Países Caribenhos; (c) pelo deputado Márcio Marinho (PRB-BA), presidente dos grupos parlamentares de amizade Brasil – Angola e Brasil – Moçambique; (d) pelo deputado Takayama (PSC-PR), presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil – Japão; (e) pela deputada Jô Moraes, presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil – Vietnã; e, (f) pelo deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil – União Europeia. O trabalho desses colegas nos serve de exemplo, por seu entusiasmo na promoção de iniciativas capazes de contribuir para o aprofundamento da cooperação política e econômica do Brasil com nossos parceiros internacionais.

Também digno de louvor tem sido o trabalho realizado pelo Grupo Parlamentar Misto Brasil – Argentina, presidido pelo senador Fernando Collor (PTC-AL) e do qual tenho a honra de ocupar a vice-presidência. Em nossa primeira reunião

de trabalho, realizada no dia 23 de agosto, definimos um conjunto de sete providências a serem tomadas com o propósito de eliminar entraves ao aprofundamento da integração Brasil – Argentina.

Desde então, realizamos duas importantes audiências públicas. A primeira, em 23 de outubro, para tratar do aprimoramento do tráfego fluvial na hidrovia Paraguai – Paraná. A segunda, em 29 de novembro, para examinar o tema das barreiras sanitárias e fitossanitárias ao comércio bilateral. Este é o caminho a seguir: com medidas concretas, que facilitem a integração entre o Brasil e seus principais parceiros internacionais.

Valeria, por fim, ressaltar a satisfação que tive em participar, como convidada de honra, das mesas do ciclo de debates “ O Brasil e a ordem internacional: estender pontes ou erguer barreiras? ”, promovido quinzenalmente, ao longo do ano de 2017, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado – CRE, sob a presidência do senador Fernando Collor.

Esse fórum de exposições e debates consolidou-se como um importante espaço de reflexão sobre os principais temas de nossa política externa, reunindo parlamentares, altos funcionários do Executivo, estudiosos de relações internacionais e representantes da comunidade diplomática. As sessões foram transmitidas ao vivo e acompanhadas por estudantes e cidadãos de todo o país.

Defesa Nacional

Também na área da Defesa Nacional, acumulamos diversas conquistas no ano de 2017. Dentre os assuntos da alçada do Ministério da Defesa, gostaria de destacar as seguintes realizações:

- a) a vinda do ministro de estado da Defesa, Raul Jungmann, à CREDN, em 28 de junho, para conosco debater as incumbências de sua Pasta e os principais desafios da política nacional de defesa;
- b) a realização de audiência pública, em 25 de outubro, para fazer um balanço dos treze anos e meio em que as Forças Armadas Brasileiras atuaram na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti, evento que contou com a presença do Comandante da MINUSTAH, general Ajax Porto Pinheiro;
- c) a aprovação, pela CREDN, de 5 acordos bilaterais de cooperação em matéria de defesa do Brasil com: Ucrânia, Emirados Árabes Unidos, Países Baixos, Cabo Verde e Jamaica;
- d) a aprovação, pela CREDN, do PL 7.560/2017, que altera a Lei nº 13.109/2015, no sentido de aumentar para 20 dias a licença-paternidade de militares; e,
- e) a aprovação, pela Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI, órgão que presido e que tem entre seus integrantes diversos membros da CREDN, dos documentos: Estratégia Nacional de Defesa; Política Nacional de Defesa; e Livro Branco da Defesa Nacional.

Temas do Comando da Marinha

Com respeito aos temas da alçada específica do Comando da Marinha, julgo oportuno destacar as seguintes iniciativas:

- a) a vinda do Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Eduardo Bacellar Leal Ferreira, à CREDN, no dia 24 de maio, para expor os desafios da Marinha do Brasil e os principais projetos estratégicos da Força;
- b) a realização de Audiência Pública, no dia 03 de maio, para debater pesquisas e ações desenvolvidas na Amazônia Azul;
- c) a montagem da exposição “O Brasil no Continente Antártico”, no corredor de acesso ao Plenário da Câmara dos Deputados, com o objetivo de divulgar a relevância do Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR;

d) a aprovação pela CREDN, a 04 de outubro, da Sugestão de Emenda no 01 à LOA/2018, no valor de R\$ 445 milhões de reais, para a “Obtenção de 4 (quatro) Corvetas Classe Tamandaré”, projeto desenvolvido por estaleiros nacionais, que atenderá à necessidade da Marinha de renovar seus meios de escolta e de emprego geral, e que capacitará nosso país para futuros negócios no mercado internacional de equipamentos de defesa naval;

e) a aprovação, pela Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI, de emenda à LOA/2018, no valor de R\$ 3,6 milhões de reais, para “Ações de Caráter Sigiloso”, em benefício do Comando da Marinha; e,

f) a aprovação, pela CREDN, e, em seguida, por ambas as casas do Congresso Nacional, do PL 8.536/2017, o qual altera a Lei nº 9.519/1997, que dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha.

A alteração introduzida pelo PL 8.536/2017, que teve a honra de relatar, durante sua apreciação pela CREDN permitirá que as mulheres oficiais passem a ter acesso aos cargos operativos da Marinha do Brasil, seja no Corpo da Armada, seja no Corpo de Fuzileiros Navais. Foi uma grande conquista para as mulheres de todos o Brasil.

Temas do Comando do Exército

Com respeito aos temas da alçada exclusiva do Comando do Exército, temos uma lista igualmente relevante de realizações a destacar:

a) a vinda do Comandante do Exército, General de Exército Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, à CREDN, em 05 de julho, para discutir os projetos estratégicos e os planos para o desenvolvimento tecnológico, modernização e reequipamento do Exército Brasileiro;

b) a realização de audiência pública, em 08 de novembro, para discutir o Sistema Defesa-Indústria-Academia de Inovação (SisDIA), ocasião em que contamos com a participação do Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército Brasileiro, general Juarez Aparecido de Paula Cunha;

c) a aprovação pela CREDN, a 04 de outubro, da Sugestão de Emenda no 02 à LOA/2018, no valor de R\$ 220 milhões de reais, para o “Apoio ao prosseguimento da implementação do Projeto Estratégico Guarani – aquisição de 51 blindados guarani”, projeto estratégico para a defesa de nosso território e para a capacitação tecnológico-militar de nossa indústria; e,

d) a aprovação, pela Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI, de emenda à LOA/2018, no valor de R\$ 70 milhões de reais, para a “Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional”, em benefício do Comando do Exército.

Recordo, ainda, a realização, no dia 9 de junho, da visita de 2 senadores e 7 deputados ao Comando Militar da Amazônia, em Manaus, e à 2ª Brigada de Infantaria de Selva, em São Gabriel da Cachoeira. Nessa ocasião, nossos colegas parlamentares tiveram a oportunidade de testemunhar o trabalho realizado pelas Forças Armadas para a defesa de nosso território e em apoio às populações amazônicas, especialmente aquelas situadas nas regiões de fronteira.

Temas do Comando da Aeronáutica

Passando aos temas da alçada específica do Comando da Aeronáutica, nossos principais eventos e realizações incluíram:

a) a vinda do Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro do Ar Nivaldo Luiz Rossato, à CREDN, em 17 de maio, para expor os planos de desenvolvimento tecnológico, modernização e reequipamento da Força Aérea Brasileira;

b) a realização de duas reuniões de audiência pública sobre projetos estratégicos da Aeronáutica, em 07 de junho e 29 de novembro, para debater, respectivamente, a potencialidade do Centro de Lançamento de Alcântara e a operação do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação;

c) a organização, no salão negro do Congresso Nacional, da exposição, “Força Aérea Brasileira: de Santos Dumont à Dimensão 22”, alusiva ao Mês da Asa e ao Dia do Aviador e da FAB, cuja abertura contou com a presença do Comandante da Aeronáutica; e,

d) a aprovação pela CREDN, a 04 de outubro, da Sugestão de Emenda no 03 à LOA/2018, no valor de R\$ 850 milhões de reais, para a “Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins, Projeto FX-2”, os caças Gripen NG, fundamentais para a modernização da FAB, a defesa aérea de nosso território e a capacitação tecnológica de nossa indústria aeronáutica.

Recordo, além disso, minha satisfação em ter podido prestigiar, no dia 7 de julho, em Pirassununga (SP), a entrega de Espadins aos Cadetes da Academia da Força Aérea (AFA), evento que oficializa a conclusão do período de adaptação dos cadetes à vida militar.

PROFESP

Antes de encerrar este breve apanhado de nossas atividades, não poderia deixar de mencionar duas iniciativas fundamentais para nosso país, que envolvem o Ministério da Defesa e nossas Três Forças.

Ressalto, primeiramente, o Programa Força no Esporte – PROFESP, que tem por finalidade promover a inclusão social de crianças e adolescentes, por meio da prática esportiva orientada. Após conhecer o PROFESP e realizar visitas a instalações militares que o implementam, em Brasília e São Paulo, promovi a aproximação entre os responsáveis pelo Programa e as autoridades municipais de Barueri e região oeste de São Paulo.

Assim, no último dia 21 de agosto, realizou-se a aula inaugural do PROFESP, na Vila Militar de Oficiais de Barueri. O módulo do PROFESP na região irá beneficiar 200 alunos, sendo 100 meninos e 100 meninas. Muito obrigado ao Vice-Almirante Zuccaro, Diretor do Departamento de Desporto Militar do Ministério da Defesa, que teve a gentileza de me apresentar o PROFESP. E parabéns a todos aqueles que têm contribuído para levar adiante esse Programa estupendo, que beneficia 30 mil crianças e adolescentes, em todo o nosso país.

Participação do Brasil em Operações de Paz da ONU

Outra iniciativa que me sinto honrada em mencionar diz respeito à participação do Brasil nas Missões de Paz da ONU. Em abril de 2004, o Brasil assumiu a liderança da força militar internacional na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti – MINUSTAH. Seguiram-se 13 anos e meio de envolvimento profundo do Brasil com os destinos do Haiti. Um total de 37.500 (trinta e sete mil e quinhentos) militares brasileiros, incluindo 213 mulheres, integraram as tropas da MINUSTAH.

Graças à segurança e à pacificação propiciadas pelas tropas brasileiras, o governo haitiano pôde reorganizar-se, fortalecer suas instituições e prosseguir na busca do desenvolvimento econômico e social. A excelência de nossas tropas se fez presente, também, nas ações de cunho humanitário, e no apoio prestado às vítimas do terremoto de 2010 e dos Furacões Matthew e Irma. Tais atividades angariaram para nossas tropas o carinho da população haitiana e o respeito da comunidade internacional.

Ao longo do ano passado, tive a honra de estar por duas vezes no Haiti. Em 23 e 24 de junho, realizei uma primeira viagem, a convite do Ministro da Saúde, Ricardo Barros, e do Ministro do Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra. Minha segunda visita ocorreu no dia 31 de agosto, a convite do Ministro da Defesa, Raul Jungmann. Na ocasião, tive a satisfação de representar a Câmara dos Deputados na cerimônia de encerramento da participação brasileira na MINUSTAH.

A participação do contingente brasileiro na Missão de Estabilização da ONU no Haiti engrandeceu o nome do Brasil no cenário internacional e veio somar-se à lista dos grandes feitos de nossas Forças Armadas. Tão bem-sucedida experiência

gerou frutos. No último dia 16 de novembro, o Ministro da Defesa, Raul Jungmann anunciou a decisão do governo brasileiro de integrar a Missão de Paz das Nações Unidas na República Centro-Africana (MINUSCA). O Brasil deverá enviar contingente formado por 1.000 soldados, homens e mulheres, que chegarão ao país africano antes de meados deste ano.

O Brasil e a Cooperação Internacional

Gostaria, por fim, de registrar a recente viagem internacional de que participei, a convite do ministro da Saúde, Ricardo Barros. No período de 14 a 19 de janeiro de 2018, realizamos viagem oficial a Paracaima e Boa Vista, em Roraima; a Porto Príncipe e Jérémie, no Haiti; e, em seguida, a Cuba, República Dominicana e Guiana.

Na qualidade de presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, tive a grande satisfação de conhecer algumas das principais iniciativas do Ministério da Saúde em apoio às populações de nossa fronteira amazônica e também na área da cooperação internacional, em áreas como o aleitamento materno e o sistema de sangue e hemoderivados.

A viagem permitiu-me avaliar o impacto positivo das atividades de cooperação internacional desenvolvidas pelo Brasil. Além de contribuir, no plano humanitário, para o bem-estar de povos amigos e o socorro aos mais necessitados, tais iniciativas promovem a imagem internacional de nosso país, consolidam laços de amizade, fortalecem a cultura da paz e abrem caminho para um intercâmbio econômico e político ainda mais próspero e respeitoso entre o Brasil e seus parceiros internacionais. Parabéns ao Ministério da Saúde, ao Ministério das Relações Exteriores e a todos os órgãos do governo brasileiro envolvidos nesse esforço em prol da cooperação para o desenvolvimento.

Balanco positivo e agradecimentos

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – CREDN encerra as suas atividades com um saldo extremamente positivo. Muito embora 2017 tenha sido um ano marcado por incertezas no plano político e pelo esforço em superar a crise econômica iniciada em 2014, logramos imprimir grande vigor aos trabalhos da Comissão, com um número recorde de proposições analisadas, de acordos internacionais aprovados e de audiências públicas realizadas. Semelhante realização somente foi possível graças ao espírito de concórdia e à participação ativa de cada um dos membros da CREDN, que souberam deixar-se guiar pelo genuíno patriotismo e pela defesa suprapartidária do interesse nacional.

Registro minha gratidão pessoal com o presidente desta Casa, deputado Rodrigo Maia, e também com o seu assessor especial, embaixador Hélio Ramos, pela imensa ajuda na aprovação de nossos acordos internacionais e projetos de lei no plenário da Câmara dos Deputados; com o deputado Celso Russomano, presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, por sua generosa colaboração conosco nos temas relativos à integração regional; e com o senador Fernando Collor, pelos valiosos conselhos e pela estreita parceria entre a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado – CRE e a CREDN.

Destaco, ainda, o papel essencial desempenhado pelas assessorias parlamentares dos órgãos ligados aos temas tratados pela CREDN. Agradeço à embaixadora Gisela Padovan e demais integrantes da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores; ao general Marco Aurélio de Almeida Rosa e toda a equipe da Assessoria Parlamentar do Ministro da Defesa; ao comandante Alexandre Bessa de Oliveira e toda a equipe da Assessoria de Relações Institucionais do Gabinete do Comandante da Marinha; ao coronel Flávio Neiva e demais integrantes da Assessoria Parlamentar do Gabinete do Comandante do Exército; e ao brigadeiro Maurício Augusto Silveira de Medeiros e toda a equipe da Assessoria Parlamentar e de Relações Institucionais do Comando da Aeronáutica.

Igualmente importantes foram as contribuições das lideranças partidárias, da equipe de consultores legislativos nas

áreas de relações internacionais e defesa nacional, do Departamento de Comissões e demais órgãos da Casa, que sempre atuaram em parceria com a CREDN, contribuindo para o aperfeiçoamento e o bom andamento dos trabalhos.

Agradeço, também, aos nossos valiosos assessores e assessoras parlamentares; aos senhores Wilson Calvo, Marco Pannarello e demais integrantes da assessoria técnica do PSDB, que tanto contribuíram para a qualidade de nosso trabalho; aos nossos técnicos das equipes de áudio e de vídeo; e a todos os integrantes das equipes de apoio, copa e limpeza, sempre tão gentis e prestativos.

Menciono, ainda, com especial louvor: o Secretário-Executivo da CREDN, Edilson Holanda; a Secretária-Executiva, substituta, Ione Alves Gomes; e os demais funcionários e funcionárias da CREDN: Adriana Goretti Chaves; Ana Cláudia Araújo; Carlos Alberto Mariani; Marcelo Ramos da Silva; Eliana Mesquita Hupsel; Livia Maria Pontes Loli; Loyane Moura de Oliveira; e Priscila Bezerra Lima; assim como nossas bolsistas do programa de apoio ao pré-adolescente, Cleudes Levina Neta e Katiany Bispo de Jesus.

Com igual gratidão, gostaria de mencionar os membros da equipe que me apoiou mais diretamente: Márcia Fernandes; Kelly Dio; Horácio Lessa; Benjamin Sepúlveda; e José Rodrigues. Agradeço, por fim, ao consultor legislativo Tarcísio Dal Maso Jardim, ao jornalista Marcelo Rech e ao ministro de segunda-classe Marcelo Dantas, pela contribuição substantiva que souberam dar ao meu trabalho à frente desta Comissão.

Encerramos nossas atividades com a grata satisfação de que a CREDN possui todas as condições de seguir contribuindo para o desenvolvimento do país, para o fortalecimento de nossa soberania e para a construção da paz no Brasil e no mundo.

Os desafios do próximo mandato da Comissão serão igualmente relevantes e exigirão nosso esforço contínuo de cooperação, de concórdia e de construção coletiva. Somente assim poderemos avançar com a defesa do interesse nacional e realçar o papel desempenhado pelo parlamento brasileiro no tratamento dos temas de relações exteriores e de defesa nacional.

Brasília, 06 de fevereiro de 2018.

Deputada Bruna Furlan (PSDB-SP)

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - CREDN



Composição da Mesa da CREDN 2017



Presidente
Dep. Bruna Furlan
PSDB/SP



1º Vice-Presidente
Dep. Pedro Vilela
PSDB/AL



2º Vice-Presidente
Dep. Luiz Lauro Filho
PSB/SP



3º Vice-Presidente
Dep. Nelson Pellegrino
PT/BA



**Requerimentos
Apreciados
em 2017**

1 - REQUERIMENTO Nº 177/17 - da Deputada BRUNA FURLAN - Requer, nos termos do artigo 255 do Regimento Interno, a realização de audiência pública com a presença do Excelentíssimo Ministro de Estado da Defesa, Senhor Raul Jungmann, com o propósito de apresentar as prioridades para a Defesa Nacional em 2017.

Aprovado em 29/03/2017.

2 - REQUERIMENTO Nº 178/17 - da Deputada BRUNA FURLAN - Requer, nos termos do artigo 255 do Regimento Interno, a realização de audiência pública com a presença do Excelentíssimo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Senhor Aloysio Nunes Ferreira, com o propósito de apresentar as prioridades para a política externa brasileiro em 2017.

Aprovado em 29/03/2017.

3 - REQUERIMENTO Nº 179/17 - da Deputada BRUNA FURLAN - Requer, nos termos do artigo 255 do Regimento Interno, a realização de uma série de três audiências públicas destinadas a debater a atualização dos três documentos norteadores da Defesa, quais sejam, o Livro Branco da Defesa Nacional, a Estratégia Nacional de Defesa e a Política Nacional de Defesa, envolvendo civis e militares que participaram da elaboração das novas versões, bem como de especialistas no assunto.

Aprovado em 29/03/2017.

4 - REQUERIMENTO Nº 180/17 - da Deputada BRUNA FURLAN - Requer, nos termos regimentais, a realização de Seminário intitulado “Política Externa Brasileira: deveres, responsabilidades e os desafios internacionais.

Aprovado em 29/03/2017.

5 - REQUERIMENTO Nº 181/17 - da Deputada BRUNA FURLAN - Requer, nos termos regimentais, a realização de Seminário intitulado Política de Defesa: desenvolvimento e segurança nacional.

Aprovado em 29/03/2017.

6 - REQUERIMENTO Nº 183/17 - da Deputada JÓ MORAES - Requer a realização de Audiência Pública com o objetivo de analisar a contribuição que os Processos históricos representados pelos acontecimentos de 1917, na Rússia, trouxeram para o desenvolvimento econômico e social dos povos no mundo e as relações diplomáticas entre o Brasil e a Rússia.

Aprovado o requerimento, com a inclusão dos professores Luis Manuel fernandes (PUC/RJ) e Gilberto Fagundes Visentini(UFRGS) no rol de convidados, em substituição ao senhor Breno Altman, jornalista e editor chefe do portal Opera Mundi, em 29/03/2017.

7 - REQUERIMENTO Nº 184/17 - do Deputado EDUARDO BARBOSA - Requer a realização de Workshop para debater “A Diplomacia Pública da União Europeia na América Latina”, com o tema “Migração”. Será realizado em parceria com o Grupo Parlamentar Brasil-União Européia, Delegação da União Européia no Brasil, Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e Instituto InfoRel de Relações Internacionais e Defesa.

Aprovado em 29/03/2017.

8 - REQUERIMENTO Nº 185/17 - dos Deputados LUIZ LAURO FILHO e PEDRO VILELA - Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Comércio Exterior, que funciona junto à CREDN, a fim de debater os impactos da Operação “Carne Fraca” sobre

as exportações do setor agropecuário brasileiro, bem como discutir possíveis mecanismos que possam atenuar os impactos negativos que este setor vem experimentando.

Subscrito pelo deputado Pedro Vilela.

Aprovado em 29/03/2017.

9 - REQUERIMENTO Nº 187/17 - do Deputado SUBTENTE GONZAGA - Requer a realização de Audiência Pública destinada discutir os acordos bilaterais e/ou multilaterais já firmados pelo Brasil ou em fase de negociação, bem como aqueles necessários, porém ainda não firmados, no que tange, especialmente, ao estabelecimento de um fluxo de informações de inteligência entre as polícias do Brasil e dos países que fazem fronteira com ele. Autoridades indicadas para participar: 1) Dr.Lincoln Gakuya, Promotor de Justiça do Estado de São Paulo; 2) Dr.André Estêvão Ubalino Pereira, Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais; 3) Embaixador Fernando Simas Magalhães, Subsecretário-geral de Assuntos Políticos Multilaterais, Europa e América do Norte; e 4) Dr.Leandro Daiello Coimbra, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal.

Aprovado em 19/04/2017, com a inclusão de representantes do Ministério de Estado da Defesa e da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) no rol de convidados.

10 - REQUERIMENTO Nº 188/17 - do Deputado RUBENS BUENO - Requer a realização de audiência pública para debater as denúncias apresentadas ao Tribunal Penal Internacional de violação dos direitos humanos perpetrados pelo governo da Venezuela.

Aprovado em 19/04/2017, com voto contrário da Deputada Jô Moraes.

Os deputados Heráclito Fortes e Rocha subscreveram o requerimento.

11 - REQUERIMENTO Nº 189/17 - da Deputada BRUNA FURLAN - Requer a realização de audiência pública com o objetivo de discutir a situação dos Projetos Estratégicos

das Forças Armadas, os programas de cooperação internacional do Brasil na área da Defesa, e os planos do Exército, Marinha e Aeronáutica para o desenvolvimento tecnológico neste setor e os processos de modernização e reequipamento.

Apeovado em 19/04/2017, em conjunto com Requerimento nº 191/17.

12 - REQUERIMENTO Nº 190/17 - da Deputada BRUNA FURLAN - Requer, nos termos regimentais, autorização para que membros e assessores desta Comissão Permanente realizem visita institucional aos navios de assistência hospitalar da Marinha do Brasil, localizados na Amazônia. Aprovado em 19/04/2017, com subscrição do Deputado Rocha.

13 - REQUERIMENTO Nº 191/17 - do Deputado PEDRO FERNANDES - Requer a realização de audiência pública com a participação dos comandantes da Marinha do Brasil, Exército Brasileiro e Força Aérea Brasileira para debatermos o Papel Estratégico das Forças Armadas.

Aprovado em 19/04/2017, em conjunto com o Requerimento nº 189/17.

14 - REQUERIMENTO Nº 186/17 - do Deputado PEDRO FERNANDES - Requer a realização de audiência pública com a participação das autoridades do Ministério da Defesa, Comando da Aeronáutica, Agência Espacial Brasileira (AEB), Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (CTA) e o Colaborador da Frente Parlamentar para Modernização do Centro de Lançamento de Alcântara, para debatermos a importância e a potencialidade do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), no Estado do Maranhão.

Aprovado em 03/05/2017.

15 - REQUERIMENTO Nº 193/17 - da Deputada JÔ MORAES - Requer a realização de audiência pública, da Subcomissão Especial destinada a estudar e propor alterações aos Códigos Penal e de Processo Penal Militar, editados no

ano de 1969, com a presença de representantes do Ministério Público Militar, da Defensoria Pública e da Ordem dos Advogados do Brasil, com o objeto de colher sugestões a respeito dos pontos e aspectos que merecem ser alterados e/ou aperfeiçoados.

Aprovado em 03/05/2017.

16 - REQUERIMENTO Nº 192/17 - do Deputado JEAN WYLLYS - Requer a realização de audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, para conhecer e debater experiência exitosas adotadas nas escolas do Brasil, Chile e Uruguai no combate à violência contra estudantes LGBT.

Aprovado em 31/05/2017.

A Deputada Jô Moraes subscreveu o requerimento.

17 - REQUERIMENTO Nº 194/17 - do Deputado LUIZ NISHIMORI - Requer a realização de audiência pública para comemoração dos 109 anos da imigração japonesa no Brasil. Convidados: 1) Professor Masato Ninomiya; 2) Senhor Marcos Galvão, Secretário-Geral do MRE; 3) Senhor Rubens Ricupero - Presidente Honorário da Japan House.

Aprovado em 31/05/2017.

18 - REQUERIMENTO Nº 195/17 - do Deputado LUIZ LAURO FILHO - Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, a ser realizada em conjunto com a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, com as presenças do Ministro das Relações Exteriores e do Ministro da Justiça e Segurança Pública, com o intuito de debater o fluxo migratório de venezuelanos no estado de Roraima.

Aprovado em 31/05/2017.

19 - REQUERIMENTO Nº 200/17 - do Deputado SUBTENENTE GONZAGA - Requer a realização de audiência pública da Subcomissão Especial, criada no âmbito da Co-

missão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, para debater pontos que merecem ser alterados e/ou aperfeiçoados nos Códigos Penal Militar e de Processo Penal Militar, com a participação de autoridades militares, em especial dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Aprovado em 02/08/2017, com a alteração para que a participação na audiência pública seja de representantes dos comandos da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Aeronáutica.

20 - REQUERIMENTO Nº 203/17 - dos Deputados ARLINDO CHINAGLIA e LEANDRE - Requer seja encaminhado, pela Câmara dos Deputados, à Sua Santidade, o Papa Francisco, moção de regozijo e louvor pelo seu pontificado voltado à luta em favor do meio ambiente, dos refugiados, dos pobres, das crianças, dos idosos, das minorias, dos excluídos, e pela paz no mundo.

Aprovado em 09/08/2017.

21 - REQUERIMENTO Nº 204/17 - do Deputado SUBTENENTE GONZAGA - Solicita o envio de Indicação ao Excelentíssimo Presidente da República, Senhor Michel Temer, sugerindo que o Brasil firme tratados bilaterais e multilaterais de cooperação policial.

Aprovado em 09/08/2017.

22 - REQUERIMENTO Nº 205/17 - da Deputada BRUNA FURLAN - Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no formato de um workshop, para discutir as oportunidades de negócios e investimentos no âmbito da Frente Parlamentar Brasil - Texas, com a participação de empresários, autoridades governamentais e acadêmicos.

Aprovado em 09/08/2017.

23 - REQUERIMENTO Nº 206/17 - do Deputado PEDRO FERNANDES - Requer a realização de audiência pública para debater a operação do Satélite Geoestacionário de De-

fesa e Comunicação, com a participação de autoridades do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e do Ministério da Defesa.

Aprovado em 09/08/2017, com a inclusão no rol de convidados do ex-deputado federal e ex-presidente da Telebras, senhor Jorge Bittar.

Aprovado em 09/08/2017.

24 - REQUERIMENTO Nº 207/17 - do Deputado PEDRO FERNANDES - Requer a realização de audiência pública com a participação de autoridades do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços; Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento; e Ministério das Relações Exteriores para debatermos o impacto da "Operação Carne Fraca", bem como o veto à carne fresca brasileira pelos Estados Unidos no comércio exterior.

Aprovado em 09/08/2017.

25 - REQUERIMENTO Nº 210/17 - do Deputado WALTER IHOSHI - Requer a realização de Audiência Pública para discutir "A situação das Escolas Brasileiras, Espaço do Trabalhador no Japão, Working Holiday e o Visto para os Yonseis".

Aprovado em 09/08/2017.

26 - REQUERIMENTO Nº 211/17 - do Deputado ROCHA - Requer a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia e com a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, para debater o Projeto de Resolução nº 129/2016, que cria o Grupo Parlamentar Brasil - Países da Organização dos Estados do Caribe Oriental e seus impactos na economia da Região Amazônica.

Aprovado em 09/08/2017.

27 - REQUERIMENTO Nº 212/17 - do Deputado BENITO GAMA - Requer Aprovação de Moção de Repúdio ao governo da República Bolivariana da Venezuela, pela quebra da ordem democrática naquele país, a instalação de

uma Assembleia Nacional Constituinte, a destituição da Procuradora-Geral, Luisa Ortega, e a prisão de opositores políticos, bem como a cassação de mandatos eletivos de membros da Assembleia Nacional.

Aprovado em 09/08/2017.

28 - REQUERIMENTO Nº 220/17 - do Deputado NELSON PELLEGRINO - Requer com fundamento nos artigos 24, III e 255 do Regimento Interno da Câmara, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública com a finalidade de debater a situação na Venezuela e buscar restabelecer diálogo com todas as forças políticas daquele país, na tentativa de contribuir para mediar o grave conflito que acomete aquela nação irmã e amiga.

Subscrito pela Deputada Cristiane Brasil.

Aprovado em 23/08/2017.

29 - REQUERIMENTO Nº 212/17 - do Deputado BENITO GAMA - Requer Aprovação de Moção de Repúdio ao governo da República Bolivariana da Venezuela, pela quebra da ordem democrática naquele país, a instalação de uma Assembleia Nacional Constituinte, a destituição da Procuradora-Geral, Luisa Ortega, e a prisão de opositores políticos, bem como a cassação de mandatos eletivos de membros da Assembleia Nacional.

Subscrito pelos Deputados Pastor Eurico e Vanderlei Maris.

Aprovado em 23/08/2017 com votos contrários dos Deputados Arlindo Chinaglia, Jô Moraes, Luiz Sérgio e Nelson Pellegrino.

30 - REQUERIMENTO Nº 218/17 - dos Deputados EDUARDO BARBOSA e MARA GABRILLI - Requer a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência para debater a 10ª Sessão da Conferência dos Estados Partes da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas, com a participação dos seguintes convidados: Marco Antônio

Ferreira Pellegrini, Secretário dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SDH/MJ; Sérgio Caribé, procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União - TCU; e Izabel Maior, professora da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ.

Aprovado em 30/08/2017.

31 - REQUERIMENTO Nº 223/17 - do Deputado JEAN WYLLYS - Requer a realização de Audiência Pública com a finalidade de debater o pleito apresentado pelo governo brasileiro no sentido de aderir à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) como membro pleno, com os seguintes convidados: (1) Exmo. Sr. Aloysio Nunes, Ministro das Relações Exteriores; (2) Exmo. Sr. Henrique Meirelles, Ministro da Fazenda; (3) Exmo. Sr. Celso Amorim, Ex-Ministro das Relações Exteriores e da Defesa; (4) Rede Brasileira Pela Integração dos Povos (REBRIP); (5) Instituto PACS (Políticas Alternativas para o Cone Sul); e (6) Sr. Diego Azzi, Professor de Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC.

Aprovado em 30/08/2017.

32 - REQUERIMENTO Nº 217/17 - do Deputado CLAUDIO CAJADO - Requer aprovação de Moção de Pesar à República do Azerbaijão pela morte de uma mulher e uma criança deste país, recentemente atingidas por tiros na região de Nagorno-Karabakh; e Conclamação à Paz entre as partes em conflito naquela área sul caucasiana, em observância aos princípios do respeito aos direitos humanos, da liberdade e autodeterminação dos povos, da harmonia e da coexistência pacífica entre Estados e Nações

Aprovado em 05/09/2017.

33 - REQUERIMENTO Nº 213/17 - da Deputada BRUNA FURLAN - Requer a realização de audiência pública para debater o Protocolo de Adesão do Estado Plurinacional da Bolívia ao Mercosul, com a participação do Deputado Celso Russomano, Presidente da Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL e de representantes do Minis-

tério das Relações Exteriores, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, acadêmicos e especialistas na temática.

Aprovado em 05/09/2017.

34 - REQUERIMENTO Nº 226/17 - dos Deputados LUIZ LAURO FILHO E BRUNA FURLAN - Requer, nos termos regimentais, que esta Comissão aprove a MOÇÃO DE LOUVOR pela excelente atuação dos militares brasileiros na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), nos últimos 13 anos.

Aprovado em 05/09/2017.

35 - REQUERIMENTO Nº 222/17 - do Deputado RUBENS BUENO - Requerer a realização de audiência pública para debater sobre a situação da Venezuela, as denúncias de violação dos direitos humanos perpetrados pelo governo da Venezuela, com a presença da Senhora Luisa Diás, ex-procuradora-geral da Venezuela.

Aprovado em 27/09/2017.

36 - REQUERIMENTO Nº 228/17 - dos Deputados JEAN WYLLYS e IVAN VALENTE - Solicitar a convocação do Exmo. Sr. Raul Jungmann, Ministro da Defesa, a fim de prestarem esclarecimentos sobre a declaração do Sr. General de que as Forças Armadas poderão “impor solução” à crise política nacional.

Aprovado o Requerimento em 27/09/2017, coma transformação para convite.

37 - REQUERIMENTO Nº 229/17 - da Deputada JÔ MORAES - Solicitar a convocação do Excelentíssimo Ministro da Defesa, Sr. Raul Jungmann, para prestar informações a respeito das excessivas convocações das Forças Armadas em ações de segurança pública através de Decretos de Garantia da Lei e da Ordem, da participação de militares dos Estados Unidos na Operação América Unida e das declarações de um general do Exército que admite a possibilidade de intervenção militar no País.

Aprovado o Requerimento em 27/09/2017, coma transformação para convite.

38 - REQUERIMENTO Nº 230/17 - do Deputado ARLINDO CHINAGLIA - Requerer seja convocado o Exmo. Sr. Ministro de Estado de Defesa, Raul Jungmann, a comparecer à esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CREDN, a fim de prestar informações acerca das recentes declarações do general de Exército Antônio Hamilton Mourão, Secretário de Economia e Finanças da nossa Força terrestre, das ações protagonizadas pelo senhor Willian Pina Botelho, capitão do Exército, que se apresentava nas redes sociais com o nome de Balta Nunes e que agiu como infiltrado junto a manifestantes na cidade de São Paulo, da autorização dada em julho para que as Forças Armadas operem no Estado do Rio de Janeiro até 31 de dezembro de 2017, bem como o decreto que autorizou a ocupação das ruas de Brasília pelas tropas federais em maio passado. Aprovado o Requerimento em 27/09/2017, coma transformação para convite.

39 - REQUERIMENTO Nº 214/17 - da Deputada CRISTIANE BRASIL - Requerer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para discutir o acordo marítimo Brasil Chile. Aprovado em 04/10/2017.

40 - REQUERIMENTO Nº 221/17 - dos Deputados JOSÉ CARLOS ALELUIA e GUILHERME COELHO - Requerer que seja convidado o Embaixador Ronaldo Costa Filho, Diretor do Departamento de Negociações Comerciais e Extra-Regionais do Itamaraty, para prestar informações sobre as negociações do Acordo entre Mercosul e União Europeia. Aprovado em 04/10/2017.

41 - REQUERIMENTO Nº 231/17 - da Deputada JÔ MO-RAES - Requerer realização de Audiência Pública com o objetivo de debater o reflexo da proposta de privatização

do Sistema Eletrobras na segurança estratégica da Região Amazônica.

Aprovado em 04/10/2017.

42 - REQUERIMENTO Nº 233/17 - do Deputado RUBENS BUENO - Requerer autorização para realização de Seminário Internacional no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, em parceria com o Grupo Parlamentar Brasil-Itália, para debater temas de interesse do relacionamento bilateral dos dois países.

Aprovado em 04/10/2017.

43 - REQUERIMENTO Nº 234/17 - das Deputadas BRUNA FURLAN e MARA GABRILLI - Requerer a realização de Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa para debater a Convenção Interamericana sobre a proteção dos Direitos Humanos da pessoa idosa.

Aprovado em 04/10/2017.

44 - REQUERIMENTO Nº 235/17 - da Deputado BRUNA FURLAN - Requerer a realização de audiência pública com o objetivo de discutir a situação do Haiti após a conclusão da Missão das Nações Unidas de Estabilização daquele país, bem como fazer um balanço dos treze anos em que as Forças Brasileiras permaneceram naquele país, com a presença do General Ajax Porto Pinheiro, último Force Commander da MINUSTAH.

Aprovado em 18/10/2017.

45 - REQUERIMENTO Nº 236/17 - da Deputada BRUNA FURLAN - Requerer a realização de audiência pública com o objetivo de discutir o Sistema Defesa-Indústria-Academia de Inovação (SisDIA), criado pelo Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT), do Exército brasileiro, nos moldes da tríplice hélice para promover o desenvolvimento nacional por meio da sinergia entre a indústria, o Governo (Defesa) e Universidades, com a presença do General de Exército

Juarez Aparecido de Paula Cunha, Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia".
Aprovado em 31/10/2017.

46 - REQUERIMENTO Nº 238/17 - dos Deputados Nelson Pellegrino e Luiz Sérgio - Requerer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional para debater a operação e privatização do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação".
Subscrito pelo Deputado Luis Sérgio.
Aprovado em 22/11/2017.

47 - REQUERIMENTO Nº 239/17 - do Deputado MILTON MONTI - Requerer a esta Comissão a realização de audiência pública com o objetivo de discutir a situação dos familiares e amigos das vítimas do voo da Chapecoense".
Aprovado em 22/11/2017.

48 - REQUERIMENTO Nº 240/17 - do Deputado EDUARDO BARBOSA - Requerer, nos termos do artigo 255 do Regimento Interno, a realização de audiência pública no formato de um workshop para discutirmos o tema "Encontrando o Desafio: Europa, Brasil e a Governança", com a presença de expositores brasileiros e europeus".
Aprovado em 22/11/2017.

49 - REQUERIMENTO Nº 241/17 - da Deputada BRUNA FURLAN e DO DEPUTADO CABO DACIOLO - Requerer aprovação de Moção de Regozijo e Louvor a Luciana Durço, fundadora do Grupo Mulheres de orlando, FL, pelo brilhante trabalho de apoio e orientação às mulheres brasileiras.
Aprovado em 29/11/2017.

50 - REQUERIMENTO Nº 242/17 - do Deputado CLAUDIO CAJADO - Requerer o envio de Indicação ao Poder Executivo, para que, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, sejam retomadas as reuniões da Comissão Intergovernamental de Cooperação Econômica e Comer-

cial Brasil-Ucrânia.
Aprovado em 06/12/2017.

51 - REQUERIMENTO Nº 243/17 - da Deputada BRUNA FURLAN - Requerer autorização para a realização de despesa com a produção, pela Gráfica da Câmara dos Deputados, do Relatório Anual de Atividades da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional referente ao ano de 2017.
Aprovado em 19/12/2017.



**Proposições
Apreciadas
em 2017**

1 - MENSAGEM Nº 578/16 - do Poder Executivo - Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica, celebrado em Kingston, em 13 de fevereiro de 2014".
RELATORA: Deputada JÔ MORAES
Parecer pela aprovação.
Aprovado o parecer em 29/09/2017.

2 - MENSAGEM Nº 581/16 - do Poder Executivo - Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, com Relação a Aruba, celebrado em Brasília, em 16 de setembro de 2014.
RELATOR: Deputado EDUARDO BARBOSA
Parecer pela aprovação.
Aprovado o parecer em 29/03/2017

3 - MENSAGEM Nº 413/15 - do Poder Executivo - Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Suécia sobre Troca e Proteção Mútua de Informação Classificada, assinado em Estocolmo, em 3 de abril de 2014.
RELATOR: Deputado HERÁCLITO FORTES
Parecer pela aprovação.
Aprovado o parecer em 05/04/2017.

4 - MENSAGEM Nº 573/16 - do Poder Executivo - Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Costa Rica, assinado em Brasília, em 4 de abril de 2011.
RELATORA: Deputada BRUNA FURLAN
Parecer pela aprovação.
Aprovado o parecer em 05/04/2017.

5 - PROJETO DE LEI Nº 3.259/15 - do Deputado Cabo Daciolo - Revoga a letra "a" do §2º do artigo 31 da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, e os itens nº "1)" e "6)" do artigo 140 do Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro

de 1966, vedando a exclusão de militares temporários das Forças Armadas que se encontram em tratamento médico.
RELATOR: Deputado NELSON MARQUEZELLI
Parecer pela rejeição.
Aprovado o parecer em 05/04/2017.

6 - PROJETO DE LEI Nº 4.897/16 - do Deputado Wadson Ribeiro - Acrescenta o Art. 12-A na Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012, para permitir que a propriedade intelectual sirva de garantia de acesso aos benefícios de financiamentos previstos em Lei.
RELATOR: Deputado PEDRO VILELA
Parecer pela aprovação.
Aprovado o parecer, com voto contrário do Deputado ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP), em 05/04/2017.

7 - MENSAGEM Nº 132/16 - do Poder Executivo - Submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção sobre o Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos (nº 189) e respectiva Recomendação (nº 201), da Organização Internacional do Trabalho.
RELATOR: Deputado MIGUEL HADDAD
Parecer pela aprovação.
Aprovado o parecer em 19/04/2017.

8 - MENSAGEM Nº 454/16 - do Poder Executivo - Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos Referente à Cooperação no Campo de Defesa, assinado em Brasília, em 22 de abril de 2014.
RELATOR: Deputado MIGUEL HADDAD
Parecer pela aprovação.
Aprovado o parecer em 19/04/2017.

9 - MENSAGEM Nº 476/16 - do Poder Executivo - Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e

o Governo da Ucrânia sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Kiev, em 16 de setembro de 2010.
RELATOR: Deputado CLAUDIO CAJADO
Parecer pela aprovação.
Aprovado o parecer em 19/04/2017.

10 - PROJETO DE LEI Nº 6.482/16 - do Deputado Moisés Diniz - Acrescenta-se o inciso III, ao artigo 3º da Lei 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP. Eexplicação da ementa: Inclui representante dos governadores dos Estados que fazem fronteira com outros países no Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública.
RELATOR: Deputado ROCHA
Parecer pela aprovação.
Aprovado o parecer em 19/04/2017.

11 - MENSAGEM Nº 454/15 - do Poder Executivo - Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Antígua e Barbuda, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.
RELATORA: Deputada BRUNA FURLAN
Parecer pela aprovação.
Aprovado o parecer em 03/05/2017.

12 - MENSAGEM Nº 459/16 - do Poder Executivo - Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordode Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal Democrática da Etiópia, celebrado em Adis Abeba, em 24 de maio de 2013.
RELATOR: Deputado MÁRCIO MARINHO
Parecer pela aprovação.
Aprovado o parecer em 03/05/2017.

13 - MENSAGEM Nº 486/15 - do Poder Executivo - Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos relativo à Cooperação em Assuntos de

Defesa, assinado em Brasília, em 7 de dezembro de 2011.
RELATOR: Deputado NELSON PELLEGRINO
Parecer pela aprovação.
Aprovado o parecer em 31/05/2017.

14 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 709/17 - da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul - que “aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para a Construção de uma Ponte Rodoviária Internacional sobre o Rio Paraguai entre as Cidades de Porto Murtinho e Carmelo Peralta, assinado em Brasília, em 8 de junho de 2016”.
RELATORA: Deputada BRUNA FURLAN
Parecer pela aprovação.
Aprovado o parecer em 02/08/2017.

15 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 337/16 - da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul - Aprova o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai para o Intercâmbio de Informações em Matéria Tributária, assinado em Brasília, em 23 de outubro de 2012.
RELATOR: Deputado LUIZ CARLOS HAULY
Parecer pela aprovação.
Aprovado em 09/08/2017.

16 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 338/16 - da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul - Aprova o Acordo, por Troca de Notas, sobre a Simplificação de Legalizações em Documentos Públicos entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai, assinado em Brasília, em 9 de julho de 2013.
RELATOR: Deputado ARLINDO CHINAGLIA
Parecer pela aprovação.
Aprovado em 09/08/2017.

17 - MENSAGEM Nº 599/15 - do Poder Executivo - Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil

e o Governo da República Popular da China sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Aduaneira, celebrado no Rio de Janeiro, em 21 de junho de 2012.

RELATOR: Deputado HERÁCLITO FORTES

Parecer pela aprovação.

Aprovado o parecer em 09/08/2017.

18 - MENSAGEM Nº 579/16 - do Poder Executivo - que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Nova Zelândia, celebrado em Brasília, em 11 de março de 2013”.

RELATOR: Deputado HERÁCLITO FORTES

Parecer pela aprovação.

Aprovado o parecer em 09/08/2017.

19 - MENSAGEM Nº 456/16 - do Poder Executivo - Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Polônia sobre Transferência de Pessoas Condenadas, celebrado em Brasília, em 26 de novembro de 2012.

RELATOR: Deputado ÁTILA LINS

Parecer pela aprovação.

Aprovado em 16/08/2017.

20 - MENSAGEM Nº 449/16 - do Poder Executivo - Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, assinado em Maputo, em 30 de março de 2015.

RELATOR: Deputado MÁRCIO MARINHO

Parecer pela aprovação.

Aprovado em 16/08/2017.

21 - PROJETO DE LEI Nº 2.876/15 - do Deputado Subtenente Gonzaga - que “acrescenta dispositivo no Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar para tipificar o crime de Assédio Moral, na forma que especifica”. (Apensados: PL 4384/2016 e PL 5719/2016)

RELATOR: Deputado ROCHA

Parecer pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 4384/2016, e do PL 5719/2016, apensados.

Aprovado em 16/08/2017.

22 - PROJETO DE LEI Nº 196/15 - do Deputado Capitão Augusto - Regula as ações de Polícia Administrativa exercida pelos Corpos de Bombeiros Militares dentro das suas atribuições de prevenção e extinção de incêndio, e perícias de incêndios e ações de defesa civil, de busca salvamento, de resgate e atendimento pré-hospitalar e de emergência; e pelas Polícias Militares no exercício da Polícia Ostensiva e Polícia de Preservação da Ordem Pública, e dá outras providências.

RELATOR: Deputado ROCHA

Parecer pela aprovação, com Substitutivo.

Vista ao Deputado Henrique Fontana, em 16/12/2015.

O Deputado Carlos Zarattini apresentou voto em separado em 01/08/2016.

DESIGNADO RELATOR SUBSTITUTO: Deputado SUBTENENTE GONZAGA

Parecer do Deputado SUBTENENTE GONZAGA pela aprovação com substitutivo.

Parecer com complementação de voto do relator, Deputado SUBTENENTE GONZAGA, pela aprovação com substitutivo.

Aprovado em 16/08/2017.

23 - PROJETO DE LEI Nº 4.853/16 - do Deputado Cabo Sabino - Revoga o art. 118 do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar.

EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Revoga dispositivo que tratava da possibilidade de interdição de estabelecimento comercial ou industrial, sociedade e associação.

RELATOR: Deputado ROCHA

Parecer pela aprovação.

Aprovado em 16/08/2017.

24 - MENSAGEM Nº 580/16 - do Poder Executivo - Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador, celebrado em Quito, em 2 de maio de 2013.

RELATOR: Deputado ARLINDO CHINAGLIA

Parecer pela aprovação.

Aprovado em 23/08/2017.

25 - MENSAGEM Nº 164/17 - do Poder Executivo - Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre um Programa de Férias-Trabalho, assinado em Brasília, em 13 de fevereiro de 2015.

RELATOR: Deputado LUIZ LAURO FILHO

Parecer pela aprovação.

Aprovado em 23/08/2017.

26 - PROJETO DE LEI Nº 4.584/16 - do Cabo Cabo Sabino - Revoga a alínea “b” do inciso II do art. 88 do Decreto-lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar. (Apensado: PL 5775/2016)

RELATOR: Deputado CLAUDIO CAJADO

Parecer pela rejeição deste, e do PL 5775/2016, apensado.

Aprovado em 23/08/2017.

27 - PROJETO DE LEI Nº 5.111/16 - do Deputado Cabo Sabino - Revoga o art. 449, do Decreto-lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969 - Código de Processo Penal Militar.

RELATOR: Deputado CLAUDIO CAJADO

Parecer pela rejeição.

Aprovado em 23/08/2017.

28 - MENSAGEM Nº 236/16 - do Poder Executivo - Submete à consideração do Congresso Nacional o texto das Emendas à Convenção Internacional Sobre Medida de Tonelagem de Navios, 1969, assinado em Londres, em 4 de dezembro de 2013.

RELATOR: Deputado NELSON MARQUEZELLI

Parecer pela aprovação.

Aprovado em 30/08/2017.

29 - MENSAGEM Nº 576/16 - do Poder Executivo - Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Arábia Saudita, assinado em Brasília, em 14 de abril de 2015.

RELATOR: Deputado NELSON MARQUEZELLI

Parecer pela aprovação.

Aprovado em 30/08/2017.

30 - MENSAGEM Nº 291/17 - do Poder Executivo - Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos sobre Mútua Isenção de Vistos para Portadores de Passaporte Comum, assinado em Brasília, em 16 de março de 2017.

RELATOR: Deputado NELSON MARQUEZELLI

Parecer pela aprovação.

Aprovado em 05/09/2017.

31 - MENSAGEM Nº 452/16 - do Poder Executivo - Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Finlândia sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Brasília, em 1º de dezembro de 2015.

RELATOR: Deputado EDUARDO BARBOSA

Parecer pela aprovação.

Aprovado em 05/09/2017.

32 - MENSAGEM Nº 141/17 - do Poder Executivo - Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, assinado em Paris, em 3 de junho de 2015.

RELATOR: Deputado EDUARDO CURY

Parecer pela aprovação.
Aprovado em 05/09/2017.

33 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 710/17 - da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

- Aprova o texto do Acordo Modificativo do Acordo para a Concessão de um Prazo de Noventa (90) dias aos Turistas Nacionais dos Estados Partes do Mercosul e Estados Associados, aprovado pela Decisão CMC nº 36/14, em 16 de dezembro de 2014, durante a XLVII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum, em Paraná, na Argentina.

RELATOR: Deputado CABUÇU BORGES

Parecer pela aprovação.

Aprovado em 13/09/2017.

34 - MENSAGEM Nº 294/17 - do Poder Executivo - Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos para Serviços Aéreos entre seus Respectiveiros Territórios e Além, assinado em Brasília, em 16 de março de 2017.

RELATOR: Deputado ALEXANDRE LEITE

Parecer pela aprovação.

Aprovado em 13/09/2017.

35 - MENSAGEM Nº 593/15 - do Poder Executivo - Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior, assinado em Brasília, em 19 de março de 2011.

RELATOR: Deputado HERÁCLITO FORTES

Parecer pela aprovação.

Aprovado em 13/09/2017.

36 - MENSAGEM Nº 200/16 - do Poder Executivo - Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Protocolo de Revisão da Convenção Internacional para a Simplificação e a Harmonização dos Regimes Aduaneiros

(Convenção de Quioto Revisada), celebrada em 18 de maio de 1973, e emendada em 26 de junho de 1999, composto do texto revidado da Convenção (Apêndice I), do Anexo Geral à Convenção (Apêndice II), e dos Anexos Específicos e Capítulos que constam do Apêndice III: A – Capítulo 1 (Chegada da Mercadoria ao Território e Aduaneiro), B – Capítulo 1 (Importação Definitiva), C (Exportação Definitiva), D – Capítulo 1 (Depósitos Aduaneiros) e J – Capítulo 1 (Viajantes).

RELATOR: Deputado BONIFÁCIO DE ANDRADA

Parecer pela aprovação.

Aprovado em 13/09/2017.

37 - MENSAGEM Nº 165/17 - do Poder Executivo - Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Armênia, assinado em Brasília, em 12 de agosto de 2016

RELATOR: Deputado CABUÇU BORGES (PMDB-AP).

Parecer pela aprovação.

Aprovado em 13/09/2017.

38 - PROJETO DE LEI Nº 4.839/16 - do Deputado Alberto Fraga - que “acrescenta o art. 325-A ao Decreto-lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, Código Penal Militar, crime de violação de banco de dados eletrônico, e dá outras providências.

RELATORA: Deputada BRUNA FURLAN

Parecer pela aprovação, com Emenda.

Aprovado em 13/09/2017.

39 - PROJETO DE LEI Nº 8.536/17 - do Poder Executivo - que “altera a Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, que dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha”.

RELATORA: Deputada BRUNA FURLAN

Parecer pela aprovação.

Aprovado em 27/09/2017.

40 - PROJETO DE LEI Nº 6.882/17 - do Deputado Alberto Fraga - que “concede anistia aos militares do Estado do Espírito Santo por atuação em movimentos reivindicatórios”. (Apensados: PL 6886/2017, PL 6891/2017 e PL 8004/2017)
RELATORA: Deputada CRISTIANE BRASIL (PTB-RJ).
Parecer pela aprovação deste, dos PLs nº 6886/2017, nº 6891/2017 e nº 8004/2017, apensados, com Substitutivo.
Vista ao Deputado Arlindo Chinaglia, em 13/09/2017.
Aprovado o parecer em 04/10/2017.

41 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 712/17 - da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul - que “aprova o texto da Decisão nº 10/12 do Conselho de Chefes de Estado e de Governo da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), adotada em 30 de novembro de 2012, em Lima, durante a VI Cúpula da UNASUL, que aprova o Estatuto do Centro de Estudos Estratégicos em Defesa (CEED)”.
RELATORA: Deputada BRUNA FURLAN
Parecer pela aprovação, com Substitutivo.
Aprovado o parecer em 10/10/2017.

42 - MENSAGEM Nº 296/17 - do Poder Executivo - que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a União Europeia sobre Certos Aspectos dos Serviços Aéreos, assinado em Brasília, em 14 de julho de 2010”.
RELATORA: Deputada BRUNA FURLAN
Parecer pela aprovação.
Aprovado o parecer em 10/10/2017.

43 - MENSAGEM Nº 450/16 - do Poder Executivo - que submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção Internacional para a Segurança de Contêineres, de 1972, adotada durante Conferência Internacional realizada em Londres, Reino Unido, em 2 de dezembro de 1972”. (Apensado: Mensagem 451/2016)
RELATOR: Deputado VANDERLEI MACRIS
Parecer pela aprovação desta, e da Mensagem 451/2016, apensada.
Aprovado o parecer em 10/10/2017.

44 - PROJETO DE LEI Nº 7.560/17 - do Poder Executivo - que “altera a Lei nº 13.109, de 25 de março de 2015, que dispõe sobre a licença à gestante e à adotante, as medidas de proteção à maternidade para militares grávidas e a licença-paternidade, no âmbito das Forças Armadas”.
RELATORA: Deputada BRUNA FURLAN
Parecer pela aprovação.
Aprovado o parecer em 10/10/2017.

45 - PROJETO DE LEI Nº 7.151/17 - do Deputado Francisco Floriano - que “institui o Estatuto do Turista”.
RELATOR: Deputado CABUÇU BORGES
Parecer pela aprovação, com Emenda.
Aprovado o parecer em 10/10/2017.

46 - MENSAGEM Nº 471/15 - do Poder Executivo - que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Assistência Mútua Administrativa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Noruega em Matéria Aduaneira, assinado em Oslo, em 19 de dezembro de 2012”.
RELATOR: Deputado LUIZ LAURO FILHO.
Parecer pela aprovação.
Aprovado o parecer em 18/10/2017.

47 - MENSAGEM Nº 275/17 - do Poder Executivo - que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimento entre a República Federativa do Brasil e a República da Colômbia, assinado em Bogotá, em 9 de outubro de 2015”.
RELATORA: Deputada BRUNA FURLAN.
Parecer pela aprovação.
Aprovado o parecer em 18/10/2017.

48 - PROJETO DE LEI Nº 4.675/16 - do Deputado Cabo Sabino - que “altera o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar, para incluir a possibilidade de aplicação de tratamento ambulatorial ao inimputável ou semi-imputável que praticou fato previsto como crime punível com detenção”.

RELATOR: Deputado SUBTENENTE GONZAGA.
Parecer pela aprovação.
Aprovado o parecer em 18/10/2017.

49 - PROJETO DE LEI Nº 5.897/16 - do Deputado Cabo Sabino - que “determina, no que couber, a aplicação das disposições relativas às medidas cautelares previstas no Título IX, Livro I, do Código de Processo Penal”.

RELATOR: Deputado ROCHA.

Parecer pela aprovação.

Aprovado o parecer em 18/10/2017.

50 - PROJETO DE LEI Nº 5.858/16 - do Deputado Cabo Sabino - que “altera a redação do art. 102, do Código Penal Militar, para tornar expressa a necessidade de instauração de procedimento judicial específico para fins de declaração da reforma ou exclusão de praças condenados a penas privativas de liberdade superior a dois anos”.

RELATOR: Deputado ROCHA.

Parecer pela aprovação.

Aprovado o parecer em 18/10/2017.

51 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 776/17 - da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul - que “aprova o texto do Acordo Multilateral de Céus Abertos para os Estados Membros da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil (CLAC), celebrado em Brasília, em 8 de novembro de 2012”.

RELATOR: Deputado CELSO RUSSOMANNO.

Parecer pela aprovação.

Aprovado o parecer em 31/10/2017.

52 - MENSAGEM Nº 315/17 - do Poder Executivo - que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Belarus de Cooperação Educacional, assinado em São Paulo, em 13 de agosto de 2015”.

RELATOR: Deputado CABUÇU BORGES.

Parecer pela aprovação.

Aprovado o parecer em 31/10/2017.

53 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 782/17 - da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul - que “aprova o texto do Acordo Sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, assinado em Brasília, em 8 de junho de 2016”.

RELATORA: Deputada BRUNA FURLAN.

Parecer pela aprovação.

Aprovado o parecer em 08/11/2017.

54 - MENSAGEM Nº 413/17 - do Poder Executivo - que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Protocolo de Emenda à Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda e seu Protocolo, adotado em Mendoza, em 21 de Julho de 2017”.

RELATORA: Deputada BRUNA FURLAN.

Parecer pela aprovação.

Aprovado o parecer em 08/11/2017.

55 - MENSAGEM Nº 249/17 - do Poder Executivo - que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo-Quadro entre a República Federativa do Brasil e a República de Cabo Verde sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Praia, em 20 de outubro de 2016”.

RELATOR: Deputado MILTON MONTI.

PARECER: pela aprovação.

Designado relator substituto, Deputado VANDERLEI MACRIS

Parecer pela aprovação.

Aprovado o parecer em 08/11/2017.

56 - MENSAGEM Nº 314/17 - do Poder Executivo - que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República de Cabo Verde, assinado em

Brasília, em 31 de outubro de 2016”.
RELATOR: Deputado ALEXANDRE LEITE.
Parecer pela aprovação.
Aprovado o parecer em 08/11/2017.

57 - PROJETO DE LEI Nº 8.754/17 - da Deputada Bruna Furlan - que “dispõe sobre o uso e a proteção do emblema da cruz vermelha, do crescente vermelho e do cristal vermelho, em conformidade com o direito internacional humanitário”.

RELATOR: Deputado ORLANDO SILVA.
Parecer pela aprovação.
Aprovado o parecer em 08/11/2017.

58 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 708/17 - da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul - que “aprova o texto do Código Aduaneiro do MERCOSUL celebrado em San Juan, em 2 de agosto de 2010”.

RELATOR: Deputado CABUÇU BORGES.
Parecer pela aprovação.
Designado relator substituto, Deputado MILTON MONTI
Parecer pela aprovação.
Aprovado o parecer em 22/11/2017.

59 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 31/15 - da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul - que “aprova o texto da Decisão CMC nº 38/10, aprovada durante a LX Reunião ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC), em Foz do Iguaçu, em 16 de dezembro de 2010, que cria o Fundo MERCOSUL Cultural (FMC)”.

RELATORA: Deputada BRUNA FURLAN.
Parecer pela aprovação com emenda.
Aprovado o parecer em 22/11/2017.

60 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 783/17 - da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul - que “aprova o texto do Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Primário/Fundamental/Básico e Médio/Secundário entre os Estados Partes do Mercosul e Estados Associados,

assinado em San Juan, Argentina, em 2 de agosto de 2010”.
RELATORA: Deputada BRUNA FURLAN.
Parecer pela aprovação.
Aprovado o parecer em 22/11/2017.

61 - MENSAGEM Nº 406/17 - do Poder Executivo - “que submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, que cria o Prémio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude, assinado em Salvador, em 5 de maio de 2017”.

RELATORA: Deputada BRUNA FURLAN.
Parecer pela aprovação.
Aprovado o parecer em 22/11/2017.

62 - MENSAGEM Nº 273/17 - do Poder Executivo - “que submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos para o Reconhecimento Mútuo da Cachaça e da Tequila como Indicações Geográficas e Produtos Distintivos do Brasil e do México, respectivamente, celebrado na Cidade do México, em 25 de julho de 2016”.

RELATORA: Deputada JÓ MORAES.
Parecer pela aprovação.
Aprovado o parecer em 22/11/2017

63 - MENSAGEM Nº 295/17 - do Poder Executivo - “que submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo-Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em Kingston, em 13 e fevereiro de 2014”.

RELATOR: Deputado HERÁCLITO FORTES.
O Deputado MILTON MONTI fez a leitura do parecer.
Parecer pela aprovação.
Aprovado o parecer em 22/11/2017

64 - MENSAGEM Nº 412/17 - do Poder Executivo - que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto da

Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos, concluída no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), celebrada em Washington, em 15 de junho de 2015”.

RELATORA: Deputada BRUNA FURLAN.

Parecer pela aprovação.

Aprovado o parecer em 29/11/2017.

65 - MENSAGEM Nº 237/16 - do Poder Executivo - que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Convenção Interamericana Contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, adotada na Guatemala, por ocasião da 43ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, em 5 de junho de 2013”.

RELATOR: Deputado MÁRCIO MARINHO.

Parecer pela aprovação.

Aprovado o parecer em 29/11/2017.

66 - MENSAGEM Nº 201/17 - do Poder Executivo - que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Protocolo referente ao Acordo de Madri relativo ao Registro Internacional de Marcas, adotado em Madri, em 27 de junho de 1989, e respectivo “Regulamento Comum do Acordo de Madri relativo ao Registro Internacional de Marcas e do Protocolo concernente a esse Acordo”, doravante Protocolo de Madri e Regulamento Comum”.

RELATOR: Deputado MILTON MONTI.

Parecer pela aprovação.

Aprovado o parecer, com complementação de voto apresentada pelo Deputado Milton Monti, em 29/11/2017.

67 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 787/17 - da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul - que “aprova o texto do Acordo Quadro de Cooperação entre os Estados Partes do Mercosul e Estados Associados para a Criação de Equipes Conjuntas de Investigação, assinado em San Juan, Argentina, em 2 de agosto de 2010”.

RELATOR: Deputado CELSO RUSSOMANNO.

Parecer pela aprovação.

Aprovado o parecer em 06/12/2017.

68 - MENSAGEM Nº 131/16 - do Poder Executivo - que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Quênia na Área de Educação, assinado em Nairóbi, em 6 de junho de 2010”.

RELATOR: Deputado PEDRO VILELA.

Parecer pela aprovação.

O Deputado RUBENS BUENO fez a leitura do parecer.

Aprovado o parecer em 06/12/2017.

69 - MENSAGEM Nº 202/17 - do Poder Executivo - que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto da Emenda ao Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e o Estado do Kuwait, assinada em Brasília, em 22 de julho de 2010”.

RELATOR: Deputado DIMAS FABIANO.

Parecer pela aprovação.

O Deputado BENITO GAMA fez a leitura do parecer.

Aprovado o parecer em 06/12/2017.

70 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 99/15 - do Deputado Daniel Coelho - que “susta os efeitos da Portaria nº 594 de 12 de fevereiro de 2004, do Ministério da Justiça, que anulou anistias políticas já concedidas a 495 ex-militares da Força Aérea Brasileira”.

RELATOR: Deputado ARLINDO CHINAGLIA.

Parecer pela rejeição.

Aprovado o parecer em 06/12/2017.

71 - PROJETO DE LEI Nº 6.007/16 - do Deputado Cabo Sabino - que “modifica o Código Penal Militar para alterar o prazo de suspensão da pena privativa de liberdade”.

RELATOR: Deputado SUBTENENTE GONZAGA.

Parecer pela aprovação.

Aprovado o parecer em 06/12/2017.

72 - PROJETO DE LEI Nº 8.870/17 - do Deputado Major Olimpio - que “altera o Decreto-lei nº 1.002 de 1969, Código de Processo Penal Militar”. (Apensado: PL 8871/2017)
RELATOR: Deputado SUBTENENTE GONZAGA.

Parecer pela aprovação deste, e do PL nº 8.871/17, apensado, com Substitutivo.

Aprovado o parecer em 06/12/2017.

73 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 845/17 - da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul - que “aprova o texto do Acordo Multilateral de Busca e Salvamento, celebrado em 10 de maio de 1973, em Lima, Peru, ao qual o Brasil aderiu em 27 de dezembro de 1985”.
RELATOR: Deputado CELSO RUSSOMANNO.

Parecer pela aprovação.

Aprovado o parecer em 13/12/2017.

74 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 846/17 - da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul - que “aprova o texto do Acordo para a Implementação de Bases de Dados Compartilhadas de Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade do Mercosul e Estados Associados, bem como do Acordo entre os Estados Partes do Mercosul e Estados Associados sobre Cooperação Regional para a Proteção dos Direitos das Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade, ambos assinados em San Miguel de Tucumán, em 30 de junho de 2008”.

RELATOR: Deputado RUBENS BUENO.

Parecer pela aprovação.

Aprovado o parecer em 13/12/2017.

75 - MENSAGEM Nº 274/17 - do Poder Executivo, que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática Federal da Etiópia, celebrado em Adis Abeba, em 24 de maio de 2013”.

RELATOR: Deputado CLAUDIO CAJADO.

Parecer pela aprovação.

Aprovado o parecer em 13/12/2017.

76 - MENSAGEM Nº 405/17 - do Poder Executivo - que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia sobre Cooperação Técnico-Militar, assinado em Brasília, em 25 de outubro de 2011”.

RELATOR: Deputado CLAUDIO CAJADO.

Parecer pela aprovação.

Vista conjunta aos Deputados Benito Gama e Luiz Carlos Hauly, em 06/12/2017.

Aprovado o parecer em 13/12/2017.

77 - MENSAGEM Nº 290/17 - do Poder Executivo - que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade das Bahamas, assinado em Nassau, em 7 de dezembro de 2016”.

RELATOR: Deputado LUIZ LAURO FILHO.

Parecer pela aprovação.

Aprovado o parecer em 13/12/2017.

78 - RELATÓRIO Nº 1/17 - do Deputado Subtenente Gonzaga - “Relatório Final dos trabalhos desenvolvidos no âmbito da subcomissão especial destinada a discutir e propor alterações nos códigos penal e de processo penal militar relatório final”.

RELATOR: Deputado SUBTENENTE GONZAGA.

Vista conjunta aos Deputados Arlindo Chinaglia, Benito Gama e Nelson Pellegrino, em 06/12/2017.

Aprovado o Relatório nº 1/17.

79 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 775/17 - da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul - que “aprova o texto do Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Estado da Palestina, celebrado em Montevideu, em 20 de dezembro de 2011”.

RELATORA: Deputada BRUNA FURLAN.

Parecer pela aprovação, com emenda.

A Deputada JÔ MORAES fez a leitura do parecer.
Aprovado o parecer em 19/12/2017.

80 - MENSAGEM Nº 292/17 - do Poder Executivo - que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Kuaite sobre Serviços Aéreos, assinado em Brasília, em 22 de julho de 2010”.

RELATORA: Deputada BRUNA FURLAN.

Parecer pela aprovação.

O Deputado MILTON MONTI fez a leitura do parecer.
Aprovado o parecer em 19/12/2017.

81 - MENSAGEM Nº 487/15 - do Poder Executivo - que “submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Iêmen, celebrado em Brasília, em 6 de agosto de 2014”.

RELATOR: Deputado CLAUDIO CAJADO.

Parecer pela aprovação.

Aprovado o parecer em 19/12/2017.

82 - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 658/17 - do Deputado Alessandro Molon - que “suspende os efeitos da Portaria nº 28 - COLOG, de 14 Mar 2017, que altera a Portaria nº 51- COLOG, de 8 de setembro de 2015 e substitui a Portaria nº 61 - COLOG, de 15 de agosto de 2016, que dispõe sobre normatização administrativa de atividades de colecionamento, tiro desportivo e caça, que envolvam a utilização de Produtos Controlados pelo Exército (PCE).”.

RELATOR: Deputado ALEXANDRE LEITE.

Parecer pela rejeição.

O Deputado CLAUDIO CAJADO fez a leitura do parecer.
Aprovado o parecer em 19/12/2017.



**Sugestões de Emenda-
das à LDO e à LOA
2018**

A - Discussão e Votação das Sugestões de Emendas da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 - Projeto de Lei nº 1/2017-CN:

1) SUGESTÃO DE EMENDA Nº 01: DA MARINHA DO BRASIL (Emenda de Texto) – propõe alterar o inciso XIV do artigo 17, do PLN nº 1/2017, do Congresso Nacional, para incluir a sentença “por cada dia de deslocamento”.

APROVADA

2) SUGESTÃO DE EMENDA Nº 02: DA MARINHA DO BRASIL (Emenda de Texto) – sugere incluir no artigo 52 mais do PLN nº 1/2017, do Congresso Nacional, um inciso, propondo o atendimento de “concessão de financiamento aos servidores civis e militares das forças armadas”.

APROVADA

3) SUGESTÃO DE EMENDA Nº 03: DA MARINHA DO BRASIL (Emenda de Texto) – propõe incluir no artigo 52 do PLN nº 1/2017, do Congresso Nacional, mais um inciso, possibilitando a execução continuada dos projetos estratégicos definidos pelo ministério da Defesa.

APROVADA

4) SUGESTÃO DE EMENDA Nº 04: DA MARINHA DO BRASIL (Emenda de Texto) – propõe incluir no anexo III, do PLN nº 1/2017, do Congresso Nacional, item excepcionalizando despesas relacionadas ao programa de desenvolvimento de submarinos (PROSUB) e programa nuclear da marinha (PNM).

APROVADA

5) SUGESTÃO DE EMENDA Nº 05: DA MARINHA DO BRASIL (Emenda de Texto) – propõe incluir no anexo III, do PLN nº 1/2017, do Congresso Nacional, item excepcionalizando despesas relacionadas à defesa nacional.

APROVADA

6) SUGESTÃO DE EMENDA Nº 06: DA MARINHA DO BRASIL (Emenda de Texto) – propõe incluir no anexo III, do PLN nº 1/2017, do Congresso Nacional, item excepcionalizando despesas relacionadas aos projetos estratégicos decorrentes das necessidades impostas pelo decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 (Estratégia Nacional Defesa).

APROVADA

7) SUGESTÃO DE EMENDA Nº 07: DA MARINHA DO BRASIL (Emenda de Texto) – propõe incluir no anexo III, do PLN nº 1/2017, do Congresso Nacional, item excepcionalizando despesas relacionadas à reconstrução da estação brasileira na antártica.

APROVADA

8) SUGESTÃO DE EMENDA Nº 08: DA MARINHA DO BRASIL (Emenda de Texto) – incluir, no anexo de metas do PLN nº 1/2017, do Congresso Nacional, a ação 123G, referente à implantação de estaleiro e base naval para construção e manutenção de submarinos convencionais e nucleares.

APROVADA

9) Sugestão de Emenda nº 09: DO EXÉRCITO BRASILEIRO (Emenda de Texto) – inserir no inciso II do anexo III do PLN nº 1/2017, do Congresso Nacional, a ação 14T4, referente à aquisição de Blindados Guarani.

APROVADA

10) Sugestão de Emenda nº 10: DO EXÉRCITO BRASILEIRO (Emenda de Texto) – inserir no inciso II do anexo III do PLN nº 1/2017, do Congresso Nacional, a ação 14T5, referente à implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras – SISFRON.

APROVADA

11) Sugestão de Emenda nº 11: DO EXÉRCITO BRASILEIRO (Emenda de Texto) – propõe alterar a redação do artigo 32 do anexo III do PLN nº 1/2017, do Congresso Nacional, conferindo-se a seguinte redação: “benefícios aos servidores civis e militares, empregados e seus dependentes relativos aos auxílio-alimentação ou refeição, à assistência pré-escolar, à assistência médica e odontológica e aos auxílios transporte, funeral e natalidade”.

APROVADA

12) Sugestão de Emenda nº 12: DO EXÉRCITO BRASILEIRO (Emenda de Texto) – propõe adicionar ao anexo III, após o item 64, do PLN 1, de 2017, do Congresso Nacional, um item com a seguinte redação: auxílio-moradia no exterior (Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, e lei nº 13.328, de 29 de julho de 2016).

APROVADA

13) SUGESTÃO DE EMENDA Nº 13: DO EXÉRCITO BRASILEIRO (Emenda de meta) – incluir, no Anexo de Metas do PLN nº 1, de 2017, do Congresso Nacional, o programa: política nacional de defesa. Ação 14t4: aquisição de blindados guarani. produto/unidade de medida: viatura adquirida. meta: 110.

APROVADA

14) Sugestão de Emenda nº 14: DA AERONÁUTICA(Emenda de Texto) – propõe adicionar ao anexo III, seção II, do PLN nº 1, de 2017, do Congresso Nacional, os seguintes itens:

1. Despesas com a aquisição de cargueiro tático militar de 10 a 20 toneladas – Projeto KC-390 (Programa 2058 / Ação: 14XJ)

2. Despesas com o desenvolvimento de cargueiro tático militar de 10 a 20 toneladas – Projeto KC-X. (Programa 2058 / Ação: 123B).

APROVADA

15) Sugestão de Emenda nº 15: DA AERONÁUTICA(Emenda de Texto) – propõe adicionar ao anexo III, seção I, do PLN 1, de 2017, do Congresso Nacional, o seguinte item:

65. despesas do sistema de controle do espaço aéreo brasileiro – SISCEAB (art. 21, inciso XII, letra “c” da Constituição Federal, combinado com os incisos I e II do artigo 18 da Lei complementar nº 97, de 1999 e artigo 8º da lei nº 6.009, de 1973).

APROVADA

16) Sugestão de Emenda nº 16: DA AERONÁUTICA(Emenda de Texto) – propõe adicionar ao anexo III, seção II, do PLN 1, de 2017, do Congresso Nacional, o seguinte item:

1. despesas com a aquisição de aeronaves de caça e sistemas afins – Projeto FX-2. (PROGRAMA 2058 / ação: 14t0).

APROVADA

17) Sugestão de Emenda nº 17: DA AERONÁUTICA(Emenda de Texto) – propõe adicionar ao anexo III, seção II, do PLN nº 1, de 2017, do Congresso Nacional, os seguintes itens:

1. despesas do programa operações do sistema de controle do espaço aéreo brasileiro. (Programa 2058 / Ação: 20XV)
2. despesas com investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos.

(Programa 2058 / Ação: 2913).

APROVADA

18) Sugestão de Emenda nº 18: DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES(Emenda de Texto) – inserir no anexo III – ITEM 64, do PLN nº 1, de 2017, do Congresso Nacional um item com o seguinte texto: item 65 – “Serviços Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior, executadas no âmbito do Ministério das relações exteriores”.

APROVADA

B- Sugestões de emendas à Lei Orçamentária Anual/2018 (PL nº 020/2017-CN) aprovadas na Comissão:

01. Sugestão de Emenda nº 01 (apropriação) - da Marinha do Brasil
Descrição da Ação: Obtenção de 4 (quatro) Corvetas Classe Tamandaré no país.

APROVADA A SUGESTÃO DE EMENDA Nº 01

02. Sugestão de Emenda nº 02 (apropriação) – do Exército Brasileiro
Descrição da Ação: Apoio ao prosseguimento da implementação do Projeto Estratégico Guarani. Aquisição de blindados guarani (51 unidades)

APROVADA A SUGESTÃO DE EMENDA Nº 02

03. Sugestão de Emenda nº 03 (apropriação) – da Aeronáutica
Ementa: Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistema Afins – Projeto FX-2

APROVADA A SUGESTÃO DE EMENDA Nº 03

04. Sugestão de Emenda nº 04 (apropriação) – do Ministério das Relações Exteriores
Descrição da Ação: Serviços Consulares e de Assistência a brasileiros no exterior.

APROVADA A SUGESTÃO DE EMENDA Nº 04



Audiências Públicas

1 - Audiência Pública para debater Violação dos Direitos Humanos pelo Governo da Venezuela



25 de abril de 2017
Anexo II, Plenário 3, da Câmara dos Deputados
Horário: 09h30

Expositora:

Tamara Suju, advogada, Diretora do Centro de Estudos e Análise para a América Latina (Instituto CASLA).

Em atendimento ao Requerimento nº 188/17: Deputado Rubens Bueno (PPS/PR), Deputado Rocha (PSDB/AC) e Heráclito Fortes (PSB/PI).

Ativista apresenta denúncias contra governo da Venezuela em audiência na CREDN

Brasília – A advogada venezuelana Tamara Suju apresentou, na terça-feira, dia 25/04/17, denúncias de violações sistêmicas dos direitos humanos contra o governo da Venezuela, em audiência pública realizada pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, em atendimento a requerimento do deputado Rubens Bueno (PPS-PR). Exilada na República Checa desde 2014, Suju afirmou que “há 176 presos políticos no país, 50 deles encarcerados apenas nos últimos dias”.

Diretora do Centro de Estudos e Análise para a América Latina (Instituto Casla), Tamara Suju informou que a entidade denunciou 61 casos à Corte Penal Internacional, totalizando cerca de 600 pessoas torturadas desde o início da Era Chávez. Segundo ela, as torturas atingem homens, mulheres, idosos e até crianças.

O deputado Rubens Bueno levou o tema para discussão no Parlamento do MERCOSUL, onde esteve na segunda-feira, dia 24, em companhia da venezuelana. “Em Montevideu, insistimos para a formação de um bloco de pressão, com mais países, que ajude a Venezuela a voltar para o caminho democrático”, revelou.

Ex-presidente da CREDN, o deputado Pedro Vilela (PSDB-AL) defendeu um posicionamento mais “assertivo” do Brasil em relação à crise política e humanitária naquele país. Na sua avaliação, “deveríamos, como país líder no continente, provocar países vizinhos e forçar o governo Maduro a convocar eleições”.

Já a presidente da CREDN, Bruna Furlan (PSDB-SP), lembrou que a crise política na Venezuela impacta no Brasil com milhares de refugiados que fogem do país com destino aos estados de Roraima e Amazonas. Ela também criticou o governo venezuelano por não aceitar a ajuda humanitária oferecida por países como Argentina, Brasil e Paraguai e mostrou-se cética quanto à realização de eleições livres. Por fim, parabenizou a advogada “pela coragem de levar essas denúncias ao mundo”.

Texto: Marcelo Rech
Foto: Benjamin Sepulveda

2- Debater pontos que merecem ser alterados e/ou aperfeiçoados dos Códigos Penal Militar e de Processo Penal Militar



26 de abril de 2017
Anexo II, Plenário 3, da Câmara dos Deputados
Horário: 10h00

Expositores:

Ministro José Coêlho Ferreira, Presidente do Superior Tribunal Militar;
Juiz Silvio Hiroshi Oyama, Presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo;
Juiz Fernando Antônio Nogueira Galvão da Rocha, Presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais;
Juiz Militar Cel. Fábio Duarte Fernandes, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul.

Em atendimento ao Requerimento nº 172, de autoria do Deputado Subtenente Gonzaga (PDT/MG).

Magistrados e MP são ouvidos sobre alterações nos Códigos Penal e de Processo Penal Militar

Brasília – A Subcomissão Especial Destinada a Discutir e Propor Alterações aos Códigos Penal e de Processo Penal Militar realizou na quarta-feira, dia 26, reunião de audiência pública em atendimento a requerimento do deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG), para quem “é de fundamental importância que a Subcomissão Especial ouça e receba, no início de seus trabalhos, as ricas contribuições das autoridades, para o bom desempenho da sua missão”, afirmou.

No encontro, foram ouvidos o ministro José Coêlho Ferreira, presidente do Superior Tribunal Militar; e os juízes Silvio Hiroshi Oyama, presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo; Fernando Antônio Nogueira Galvão da Rocha, presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais; o Coronel Fábio Duarte Fernandes, vice-presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul e o Senhor Marcelo Weitzel Rabello de Souza, Subprocurador-Geral de Justiça Militar e Secretário de Relações Institucionais do Ministério Público Militar.

A presidente da Subcomissão Especial, deputada Jô Moraes (PCdoB-MG) informou que apresentará na próxima semana requerimento para que também sejam ouvidas a Defensoria Pública e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Ela defendeu, ainda, a elaboração de um plano de trabalho fixando um prazo para a conclusão dos trabalhos.

“Não podemos debater este tema por um período indeterminado. Vamos ouvir todos aqueles que podem contribuir para modernizar os códigos e a partir daí, elaborar uma proposta que possa ser apreciada por este Parlamento”, explicou.

Relator da matéria, Subtenente Gonzaga reiterou a disposição do Colegiado em “propor uma grande mudança na legislação uma vez que ambos os códigos requerem atualização urgente e é isso o que vamos buscar nas várias audiências públicas que realizaremos também nos estados”.

O deputado pretende realizar outras oito audiências regionais para que o tema seja esgotado em termos de discussão com todos os atores envolvidos. “O nosso objetivo foi atingido, pois confirmamos a necessidade de atualização desses dois instrumentos. Nós estamos nos esforçando dentro dessa perspectiva de ser militar e cidadão”, afirmou.

Texto: Marcelo Rech
Foto: Benjamin Sepulveda

3 - Audiência Pública para debater pesquisas e ações desenvolvidas na Amazônia Azul



03 de maio de 2017
Anexo II, Plenário 5, da Câmara dos Deputados
Horário: 14h30

Expositores:

Contra-Almirante Renato Batista de Melo, Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - Marinha do Brasil;

Contra-Almirante Petronio Augusto Siqueira de Aguiar, Diretor de Gestão de Programas da Marinha do Brasil;
Alexandre Marques, Diretoria de Proteção Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama);

Ana Paula L. Prates, Coordenadora de Planos de Ação de Espécies Ameaçadas de Extinção do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio);

David Zee, Professor da Faculdade de Oceanografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Em atendimento ao Requerimento nº 147/16: Deputado Vanderlei Macris (PSDB/SP).

Parlamentares defendem recursos para a Amazônia Azul em debate na CREDN

Brasília – Os membros da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados defenderam, na quarta-feira, dia 03/05/17, o aporte de recursos para os projetos e programas destinados à Amazônia Azul, também conhecida como Zona Econômica Exclusiva brasileira, uma área oceânica aproximada de 3,6 milhões de km².

“O mar brasileiro gera milhões de empregos e tem impacto na economia nacional. Precisamos nos preocupar com a Amazônia Azul na mesma dimensão com que nos preocupamos com a Amazônia Verde”, afirmou o deputado Vanderlei Macris (PSDB-SP), autor do requerimento para a realização do evento.

De acordo com o Comando da Marinha, o termo utilizado também é uma forma de robustecer a importância de uma área por onde circula cerca de 95% do comércio exterior brasileiro. Além disso, trata-se de uma zona atlântica, área estratégica sob todos os pontos de vista, inclusive militar, de Defesa e Segurança.

Na oportunidade, o deputado Pedro Fernandes (PTB-MA), sugeriu a criação de uma Frente Parlamentar Mista em Defesa da Amazônia Azul. Segundo ele, “o Brasil precisa de um projeto de Nação e nós podemos trabalhar nessa direção em relação ao tema”.

O deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ) entende que “os problemas enfrentados pela Marinha guardam relação direta com ações radicais e exageradas nas políticas ambiental e indígena que impedem a consecução de programas estratégicos”, afirmou ao elogiar a discussão do tema e cobrar uma postura mais assertiva dos militares para que o aporte de recursos seja assegurado.

Jô Moraes (PCdoB-MG) acredita que “a verdadeira dimensão da Amazônia Azul está na biodiversidade e nas pesquisas que estão incorporadas. Temos um foco aqui que é viabilizar os projetos das Forças Armadas, nesse caso da Marinha. Temos que centralizar esforços para viabilizar aquilo que é prioridade. Precisamos fazer com que a sociedade compreenda a força do mar para o Brasil”, enfatizou.

Marinha

O Contra-Almirante Petronio Augusto Siqueira de Aguiar, afirmou que “os recursos existentes no mar precisam ser preservados, vigiados, protegidos e defendidos”. Para tanto, destacou a importância do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz) que será implantado para monitorar toda a costa brasileira.

Ele explicou ainda que o programa necessita de recursos para desenvolver o Software principal do SisGAAz, integrar sistemas existentes da Defesa, Marinha, Exército, e Força Aérea Brasileira, implantar monitoramento nas áreas de vigilância e integrar Meios Navais ao Sistema.

Renato Batista de Melo, Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, reconheceu que não há solução fácil, “mas o apoio da CREDN é fundamental. A Amazônia Azul necessita sim de um olhar jurídico e orçamentário”, disse.

Pastor Eurico (PHS-PE) manifestou preocupação com a perda de recursos humanos altamente qualificados e reiterou apoio às iniciativas da Comissão para fortalecer o debate acerca da Amazônia Azul, especialmente quanto aos recursos financeiros para viabilizar os projetos em curso.

Segundo Bruna Furlan (PSDB-SP), presidente da CREDN, “estamos empenhados em ajudar. Esta presidente tem compromisso com a Marinha e com todos os seus programas. Eles beneficiam o país em todos os sentidos, inclusive em temas de caráter humanitário como são os Navios da Esperança na Amazônia”.

Participaram da audiência pública os contra-almirantes Renato Batista de Melo, Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar e Petronio Augusto Siqueira de Aguiar, Diretor de Gestão de Programas da Marinha; o professor David Zee, da Faculdade de Oceanografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Alexandre Marques, da Diretoria de Proteção Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); e Ana Paula Prates, Coordenadora de Planos de Ação de Espécies Ameaçadas de Extinção do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Texto: Marcelo Rech
Foto: Alessandro Loyola

4 - Audiência Pública para discutir os projetos estratégicos das Forças Armadas e os planos da Aeronáutica para desenvolvimento tecnológico, modernização e reequipamento



17 de maio de 2017
Anexo II, Plenário 3, da Câmara dos Deputados
Horário: 10h00

Expositor:

Tenente-Brigadeiro do Ar Nivaldo Luiz Rossato, Comandante da Força Aérea Brasileira.

Em atendimento aos Requerimentos nº 189/17 e nº 191/17: Deputada Bruna Furlan (PSDB/SP), Deputado Pedro Fernandes (PTB/MA).

Aeronáutica destaca apoio da CREDN aos Projetos Estratégicos da FAB

Brasília – O Comandante da Aeronáutica, brigadeiro Nivaldo Luiz Rossato, destacou, na quarta-feira, dia 17/05/17, a importância do apoio da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados aos Projetos Estratégicos da Força Aérea Brasileira (FAB). Em audiência pública, ele defendeu a preservação dos orçamentos e cronogramas dos projetos e programas da Força. “Dizem que o Brasil não sofre ameaças. As ameaças não enviam aviso prévio. Precisamos estar preparados. O modelo brasileiro de defesa e proteção do espaço aéreo é exemplo para vários países, mas não podemos ficar sem recursos”, afirmou.

Rossato explicou aos parlamentares que a Aeronáutica desenvolve o seu trabalho a partir de uma concepção operacional que contempla controle, defesa e integração. “Para o controle aéreo dispomos de 12 mil militares, 67 radares, sendo 17 meteorológicos, e estamos no mesmo patamar dos Estados Unidos, Canadá e Europa. No entanto, há problemas orçamentários que impedem a modernização desse sistema, algo que implica diretamente na segurança de voo”, explicou.

Além disso, detalhou o plano de Parceria Público Privada em Telecomunicações, onde será investido um total de R\$ 160 milhões anuais por 25 anos. “Com isso, concentraremos os esforços na atividade-fim, reduziremos 68 contratos para apenas um, economizaremos 25% dos recursos e teremos um melhor acompanhamento das inovações tecnológicas e um melhor atendimento das demandas operacionais”, acrescentou.

Em termos de defesa do espaço aéreo, o Comandante da Aeronáutica mostrou-se preocupado com o corte de recursos e o tempo de uso dos aviões, alguns com mais de 40 anos em operação. Segundo ele, “a fiscalização, proteção e defesa das fronteiras terrestres são responsabilidade de uma série de órgãos, como Polícia Federal, Receita Federal e Exército Brasileiro, mas o do espaço aéreo é responsabilidade exclusiva da Força Aérea. Nós não precisamos somente de aviões, precisamos também de infraestrutura”.

Projetos Estratégicos

O brigadeiro também detalhou a situação dos Projetos Estratégicos e chamou a atenção para a necessidade de se assegurar os recursos necessários para que não sejam interrompidos. “Contamos com o apoio desta Comissão para que os projetos possam seguir seu curso e os cronogramas possam ser respeitados, pois isso pode implicar em multas, redução da produção e demissão de pessoal”, alertou.

Um dos projetos mais elogiados, o desenvolvimento do cargueiro KC-390, foi apontado também como um produto

com elevado valor agregado e capacidade de exportação. “O projeto do KC-390 gera 8,5 mil empregos, tem concepção e desenvolvimento 100% nacionais, um conteúdo nacional de 60% e potencial de exportação de cerca de US\$ 2 bilhões”, revelou Rossato. Se tudo correr bem, 28 aeronaves serão entregues à FAB em 2018.

Além desta aeronave, o brigadeiro elencou o potencial estratégico dos projetos como o Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE), que diz respeito ao Programa Espacial e ao lançamento de satélites, e a aquisição do Gripen, futuro caça da FAB. “O Gripen foi uma escolha totalmente técnica e o Satélite Geoestacionário é controlado 100% pelo Brasil”, assegurou.

Debates

A presidente da CREDN, deputada Bruna Furlan (PSDB-SP) considerou muito positiva a audiência pública e registrou o caráter suprapartidário da discussão. “Divergimos em muitos temas, mas quando tratamos da Defesa Nacional, das nossas Forças Armadas, convergimos para o que é melhor para o Brasil. Vamos agora trabalhar para assegurar os recursos necessários que permitam à Força Aérea cumprir com as suas missões”, disse.

Pedro Fernandes (PTB-MA) chamou a atenção para o resgate e modernização do Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA) e anunciou que em 7 de junho será realizada audiência pública da CREDN para tratar do assunto. “Precisamos avançar nos acordos de cooperação. Alcântara não é só do Maranhão, é do Brasil”, afirmou.

Para Jô Moraes (PCdoB-MG), “é inadmissível que os orçamentos das Forças Armadas sejam contingenciados ou congelados”. Ela também defendeu a pluralidade nas escolhas dos parceiros do Brasil para a área da Defesa. “Não podemos criar dependência em relação a um único país ou fornecedor, isso diz respeito à nossa soberania”, concluiu.

Nelson Pellegrino (PT-BA) manifestou preocupação com as capacidades da Força Aérea e o fortalecimento da integração nacional. Ele elogiou o trabalho realizado pela FAB e assegurou o apoio do seu partido às iniciativas da Aeronáutica, a exemplo do líder Carlos Zarattini (PT-SP), que fez questão de comparecer à audiência, onde anunciou que o Acordo de Cooperação em Defesa com a Suécia, já aprovado na CREDN, deve ser ratificado pela Câmara nas próximas semanas.

Jair Bolsonaro (PSC-RJ) cobrou explicações sobre um possível acordo no âmbito da UNASUL de abertura completa do espaço aéreo brasileiro. Na sua avaliação, “trata-se de um tema delicado, principalmente para um país que lida com tantos delitos transnacionais em suas fronteiras”, defendeu.

Para Pastor Eurico (PHS-PE), “a sociedade precisa conhecer melhor as suas Forças Armadas, o papel de cada uma e sua importância para o desenvolvimento nacional. Cada Força tem muito a mostrar”, assegurou.

Texto: Marcelo Rech
Foto: Lúcio Bernardo Jr.

5 - Audiência Pública para discutir os projetos estratégicos das Forças Armadas e os planos da Marinha para desenvolvimento tecnológico, modernização e reequipamento



24 de maio de 2017
Anexo II, Plenário 3, da Câmara dos Deputados
Horário: 10h30

Expositor:

Almirante de Esquadra Eduardo Bacellar Leal Ferreira - Comandante da Marinha do Brasil.

Em atendimento aos Requerimentos nº 189/17 e nº 191/17: Deputada Bruna Furlan (PSDB/SP), Deputado Pedro Fernandes (PTB/MA).

Comandante defende reaparelhamento da Marinha em audiência na CREDN

Brasília – O Comandante da Marinha, Almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira, defendeu o reaparelhamento da Força com a alocação de R\$ 3,2 bilhões por ano para os Projetos Estratégicos, com atenção especial para os programas do submarino nuclear e a construção de corvetas. Nesta quarta-feira, 24, ele falou em audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), da Câmara dos Deputados, em atendimento aos requerimentos da presidente do Colegiado, Bruna Furlan (PSDB-SP) e do deputado Pedro Fernandes (PTB-MA). Na oportunidade, o Almirante revelou que o Orçamento da Marinha hoje é de R\$ 2,3 bilhões.

Segundo Leal Ferreira, os programas de desenvolvimento de submarinos, do submarino nuclear e a construção das corvetas da classe Tamandaré são os principais a serem executados pelo setor. Além disso, afirmou que em março de 2018, deverão ser inauguradas as novas instalações da base brasileira na Antártida, destruída por um incêndio em 2012.

Ainda em relação aos submarinos, explicou que o primeiro de quatro submarinos convencionais será lançado em julho do ano que vem e que o segundo tem previsão para ser entregue em meados de 2020. O restante, a partir daí, serão lançados anualmente. O custo total do programa chega a R\$ 32 bilhões, dos quais R\$ 14 bilhões já foram gastos. Neste orçamento está incluído o submarino nuclear, cuja construção deverá ter início apenas em 2020 devendo estar pronto sete anos depois.

Em relação às corvetas de classe Tamandaré, o Almirante destacou ser uma necessidade, pois representa a evolução da corveta Barroso, atualmente em operação. O tempo médio de vida útil de um navio é de 25 anos, e alguns no Brasil já passaram dos 40 anos de serviço.

Ao final, a presidente da CREDN, deputada Bruna Furlan afirmou que o ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, também será ouvido sobre os programas da Marinha. Segundo ela, “nós entendemos que não há diplomacia sem um braço militar, e não há como resolver os conflitos sem a diplomacia. Portanto, Relações Exteriores e Defesa Nacional caminham juntas”.

A audiência pública faz parte de um calendário de encontros com os comandantes das Forças Armadas. Na semana passada, a comissão recebeu o comandante da Aeronáutica, Brigadeiro Nivaldo Rossato. Na próxima quarta-feira, 31, será a vez do Comandante do Exército, General Eduardo Dias Villas Bôas.

A audiência pública faz parte de um calendário de encontros com os comandantes das Forças Armadas. Na semana passada, a comissão recebeu o comandante da Aeronáutica, Brigadeiro Nivaldo Rossato. Na próxima quarta-feira, 31, será a vez do Comandante do Exército, General Eduardo Dias Villas Bôas.

Texto: Marcelo Rech
Foto: Alessandro Loyola

6 - Audiência Pública para debater a importância e a potencialidade do Centro de Lançamento de Alcântara



07 de junho de 2017
Anexo II, Plenário 3, da Câmara dos Deputados
Horário: 10h00

Expositores:

Brigadeiro-do-Ar R1 Rogério Luiz Veríssimo Cruz, Assessor Especial da Chefia de Assuntos Estratégicos do EMCFA; Tenente-Brigadeiro do Ar Carlos Augusto AMARAL Oliveira, Diretor-Geral do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial, do Comando da Aeronáutica; André João RypI, Chefe da Assessoria de Cooperação Internacional da Agência Espacial Brasileira (AEB), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Dep. José Reinaldo, Presidente da Frente Parlamentar para Modernização do Centro de Lançamento de Alcântara.

Em atendimento ao Requerimento nº 186/17: Deputado Pedro Fernandes (PTB/MA).

Programa Espacial e Centro de Lançamentos de Alcântara são consensos na CREDN

Brasília – O fortalecimento do Programa Espacial Brasileiro e a transformação da Base de Alcântara em um Centro de Lançamentos que insira o Brasil no mercado de US\$ 380 bilhões anuais são consensos na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, que debateu estes assuntos, na quarta-feira, dia 7, em audiência pública. O deputado Pedro Fernandes (PTB-MA), autor do requerimento que deu origem aos debates, afirmou que o setor aeroespacial movimentava US\$ 330 bilhões por ano. “Se o Brasil conseguir 5%, 10% desse mercado, já é algo interessante para a geração de empregos e a criação de tecnologia no Brasil”, afirmou.

Para os deputados, o desenvolvimento de Alcântara é fundamental para que o Brasil ingresse em um seleto grupo de países com tecnologia espacial, o que irá agregar valor à economia nacional por meio do lançamento de satélites e foguetes, além de impactar decisivamente nas áreas de ciência, tecnologia e inovação. No setor espacial, um equipamento pode agregar US\$ 50 mil por quilo e para cada dólar investido é possível recuperar quatro.

No entanto, o Brasil investe menos que a Argentina que já possui dois satélites geoestacionários e desenvolve um veículo lançador. Os militares assinalaram ainda que a exploração comercial é absolutamente viável e que não apenas os Estados Unidos desejam firmar acordos com o Brasil, mas também Rússia, China, França, Israel, Itália e Coreia, entre outros.

Um dos principais óbices está na redução dos recursos aplicados em Alcântara. Para 2017, seriam R\$ 6 milhões, mas estes valores caíram para R\$ 4 milhões. Em 8 anos, apenas a Agência Espacial Brasileira (AEB) investiu cerca de R\$ 380 milhões no CLA. Para manter esse centro seriam necessários R\$ 200 milhões anuais.

EUA

Um dos temas mais polêmicos abordados pelos palestrantes e parlamentares foi o futuro Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST) a ser firmado com os Estados Unidos. Arlindo Chinaglia (PT-SP), Nelson Pellegrino (PT-BA), Luiz Sérgio (PT-RJ) e Jô Moraes (PCdoB-MG) chamaram a atenção para a necessidade de se assinar um tratado equilibrado e que preserve integralmente a soberania nacional.



Eles recordaram o texto enviado no ano 2000 para o Congresso e retirado em dezembro de 2016, justamente por ferir diversos dispositivos constitucionais. Jair Bolsonaro (PSC-RJ) foi taxativo: “o Brasil deve se aproximar daqueles que têm tecnologia e adotar uma postura protagonista em termos estratégicos e geopolíticos”, disse.

A presidente da CREDN, Bruna Furlan (PSDB-SP), também chamou a atenção para a necessidade de o Brasil poder firmar acordos de cooperação espacial com vários países e, com isso, reduzir sua dependência. No entanto, ela compreende que a parceria é fundamental para alavancar o programa espacial e que os norte-americanos são os maiores detentores de patentes no setor espacial. “E sem as salvaguardas não há como o país ingressar neste clube exclusivíssimo e altamente sensível”, observou.

O novo acordo de salvaguardas tecnológicas entre os dois países já foi enviado pelo Brasil para Washington. O governo aguarda pelo posicionamento dos Estados Unidos para então iniciar as negociações propriamente ditas.

O Centro de Lançamento de Alcântara atualmente está com 97 operações de lançamento em andamento, sendo uma para esta quinta-feira, dia 8, e as demais para os meses de setembro, outubro e dezembro. Desde que foi criado, o CLA lançou 475 foguetes.

Participaram dos debates, os brigadeiros Rogério Luiz Veríssimo Cruz, Assessor Especial da Chefia de Assuntos Estratégicos do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) e Carlos Augusto Amaral Oliveira, Diretor-Geral do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial, do Comando da Aeronáutica; o Chefe da Assessoria de Cooperação Internacional da Agência Espacial Brasileira (AEB), André João Rypl; e o deputado José Reinaldo (PSB-MA), presidente da Frente Parlamentar para a Modernização do Centro de Lançamento de Alcântara.

Texto: Marcelo Rech
Foto: Lúcio Bernardo Jr.

7 - Audiência Pública para debater acordos bilaterais e/ou multilaterais já firmados pelo Brasil ou em fase de negociação no que tange o fluxo de informações de inteligência entre as polícias do Brasil e dos países que fazem fronteira com ele



13 de junho de 2017
Anexo II, Plenário 5, da Câmara dos Deputados
Horário: 14h30

Expositores:

Gabriel Boff Moreira, Conselheiro, Chefe da Divisão de Combate a Ilícitos Transnacionais (DCIT) do Ministério das Relações Exteriores;

André Estêvão Ubaldino Pereira, Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais;

Fábio Ramazzini Bechara, Promotor de Justiça, Secretário-Executivo da Procuradoria-Geral de Justiça de São Paulo;

Saulo Moura da Cunha, Diretor do Departamento de Contraterrorismo da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN;

Maxwell de Aben Athar e Kipman, do Departamento de Contraterrorismo da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN;

Douglas Fischer, Procurador Regional da República da 4ª Região, Secretário de Cooperação Internacional Adjunto do Ministério Público Federal.

Em atendimento ao Requerimento nº 187/17: Deputado Subtenente Gonzaga (PDT/MG)

Fluxo de informações de Inteligência policial é tema de audiência na CREDN

Brasília – A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados realizou, na terça-feira, dia 13, reunião de audiência pública que discutiu o fluxo de informações de Inteligência entre o Brasil e os países fronteiriços. O evento atendeu a requerimento do deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG).

“Entendemos ser de fundamental importância a existência de acordos bilaterais ou multilaterais que estabeleçam fluxos de informação de inteligência entre o Brasil e os países que lhe fazem fronteira, como o Peru, a Bolívia, a Colômbia, o Paraguai, e a Venezuela, como fator preponderante no enfrentamento do tráfico de drogas e outros da mesma envergadura. Cremos imprescindível que a CREDN possa aprofundar-se neste tema, colaborando, inclusive, com sugestões de acordos que devam ser firmados pelo Brasil”, explicou o deputado.

Participaram das discussões, Gabriel Boff Moreira, Conselheiro, Chefe da Divisão de Combate a Ilícitos Transnacionais (DCIT) do ministério das Relações Exteriores; André Estêvão Ubaldino Pereira, Procurador de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais; Fábio Ramazzini Bechara, Promotor de Justiça, Secretário-Executivo da Procuradoria-Geral de Justiça de São Paulo; Saulo Moura da Cunha, Diretor do Departamento de Contraterrorismo da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN); e Douglas Fischer, Procurador Regional da República da 4ª Região, Secretário de Cooperação Internacional Adjunto do Ministério Público Federal.

De acordo com o representante da ABIN, Saulo Moura da Cunha, a agência mantém relações com 82 serviços de inteligência estrangeiros e possui adidos na Argentina, Colômbia, Venezuela e Paraguai. “Até o final do ano, teremos 14 adidos de inteligência. Estamos negociando com Paraguai e Peru. Esses adidos nos permitem uma efetiva troca de informações de inteligência estratégica. Dos 82 países, mantemos diálogo direto com 26 oficiais de ligação estrangeiros”, revelou.

O Diretor do Departamento de Contraterrorismo da ABIN informou ainda que apenas no ano passado a agência enviou 1.400 documentos às suas congêneres e recebeu outros 900. “São documentos que dizem respeito a temas como terrorismo, tráfico de drogas e armas e inteligência estratégica”, afirmou.



Já o Chefe da Divisão de Combate a Ilícitos Transnacionais (DCIT) do ministério das Relações Exteriores, Gabriel Boff Moreira, destacou que “os dramas de segurança pública no Brasil têm origem nos crimes transnacionais. O Brasil não produz cocaína, mas é um importante país de trânsito e consumo. Assim como a maioria das armas apreendidas no país é fruto do contrabando e ainda temos a lavagem de dinheiro como um grande problema”, disse. Ele afirmou que a inteligência é elemento central no combate aos ilícitos transnacionais em suas três dimensões: operacional, estratégica e financeira.

Na avaliação do Procurador de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais, André Estêvão Ubaldino Pereira, “a lei brasileira é a mais benéfica dentre os países sul-americanos com respeito ao crime organizado”. Fábio Ramazzini Bechara, Promotor de Justiça, Secretário-Executivo da Procuradoria-Geral de Justiça de São Paulo, por sua vez, enfatizou que “as instituições têm atualmente as ferramentas necessárias para ampliar a cooperação e o Brasil participa das redes ibero-americana, hemisférica no âmbito da OEA, OCDE, da CPLP, dentre outros, para fortalecer o relacionamento com a comunidade internacional”.

Para Douglas Fischer, Procurador Regional da República da 4ª Região, Secretário de Cooperação Internacional Adjunto do Ministério Público Federal, “há um déficit em termos de prevenção e repressão e os maiores problemas enfrentados pelo Brasil dizem respeito à Tríplice Fronteira onde se refugiam pessoas perigosas que lidam com vários ilícitos, inclusive o terrorismo e a lavagem de dinheiro”, revelou.

O deputado Subtenente Gonzaga concluiu que “as organizações criminosas não têm fronteira”. Ele recordou ainda que a Polícia Federal firmou memorandos de entendimento que estão em trâmite para assinatura ou renovação com instituições dos EUA, Bélgica, Cabo Verde, Austrália, Portugal, México, Suriname, Guiana, Colômbia, Reino Unido, França, Guiana Francesa e África do Sul e com instituições do Canadá, Bolívia, Peru e Paraguai, que estão em andamento.

Texto: Marcelo Rech
Foto: Marcelo Rech

8 - Audiência Pública para discutir os projetos estratégicos das Forças Armadas e os planos do Exército para desenvolvimento tecnológico, modernização e reequipamento



5 de julho de 2017
Anexo II, Plenário 3, da Câmara dos Deputados
Horário: 10h00

Expositor:

General de Exército Eduardo Dias da Costa Villas Bôas - Comandante do Exército Brasileiro.

Em atendimento aos Requerimentos nº 189/17 e nº 191/17: Deputada Bruna Furlan (PSDB/SP), Deputado Pedro Fernandes (PTB/MA).

Comandante do Exército reafirma compromisso das Forças Armadas com a democracia

Brasília – O Comandante do Exército, general Eduardo Dias Villas Boas, reafirmou em audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, realizada na quarta-feira, 5, o compromisso das Forças Armadas com a democracia. Ele lamentou ainda que 55% da população sejam favoráveis a uma intervenção militar no país por conta da crise política, conforme demonstrou pesquisa realizada recentemente no Rio de Janeiro.

O militar falou aos membros da CREDN por quase quatro horas e abordou ainda as questões salariais, o envolvimento das Forças Armadas no processo de reforma da Previdência, o impacto do narcotráfico na violência urbana, e a preocupação com a execução dos projetos estratégicos. “Temos que acabar com essa história de projeto do Exército, da Marinha ou da Aeronáutica. Os projetos são estratégicos para o país”, afirmou.

A presidente da CREDN, Bruna Furlan (PSDB-SP), destacou a importância das palavras do general. “O Comandante do Exército é, acima de tudo, um brasileiro que tem preocupações com o país e com a sua gente. Tem uma sensibilidade que nos emociona e uma força que nos inspira”, disse.

A audiência pública com o Comandante do Exército encerra um ciclo de debates que trouxe à CREDN também os comandantes da Aeronáutica e da Marinha e o ministro da Defesa. “Desta forma, tivemos um diagnóstico atualizado da situação das nossas Forças Armadas e pretendemos avançar nessas discussões no segundo semestre, inclusive com foco nas questões orçamentárias para assegurar o prosseguimento dos projetos prioritários. Entendemos que Defesa é também desenvolvimento tecnológico e econômico e comercial para o Brasil”, explicou a deputada para quem, “os programas de modernização e reaparelhamento das Forças Armadas são necessários à proteção das fronteiras e ao progresso tecnológico no setor produtivo nacional”.

Democracia

Eduardo Dias Villas Boas reconheceu que a crise política tem instado as Forças Armadas que decidiram atuar com base em três pilares fundamentais: “legalidade, ou seja, poderíamos ser empregados, mas sempre para preservar a democracia e fazer cumprir a Constituição; estabilidade, para que as instituições sigam funcionando para encontrarem as soluções para a crise; e legitimidade por sermos uma instituição de Estado e jamais poderemos ser acusados de sermos parciais,

identificadas ou tendentes a um lado ou outro”, reforçou em defesa do Estado Democrático de Direito.

Ele afirmou também que os projetos estratégicos do Exército são instrumentos fundamentais para a defesa nacional e para a economia. Segundo Villas Boas, “o SISFRON envolve 17 empresas e desenvolve conteúdos com 70% de tecnologia nacional. O projeto Guarani envolve 50 empresas e o Astros 2020 outras 60, com conteúdo nacional respectivamente de 90% e 80%. Esses projetos do Exército geram 22 mil empregos diretos. E os das Forças Armadas, outros 60 mil. E, todos juntos, outros 250 mil empregos indiretos”, explicou.

No entanto, o general se disse muito preocupado com a execução dos cronogramas, constantemente revisados por questões orçamentárias. “O projeto SISFRON que vai monitorar 17 mil km de fronteiras, teve início há seis anos e está apenas 6% implantado. O Guarani, começou em 2012 e até agora adquiriu apenas 232 dos 3,2 mil blindados previstos até 2040. Corremos o risco de concluir projetos com tecnologia que já estará ultrapassada se esse ritmo for mantido”, advertiu.

O general manifestou ainda o desconforto das Forças Armadas para atuarem na segurança pública, por meio das operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Foram 115 operações nos últimos 30 anos.

“Nós não gostamos de participar de GLO. Vivemos em uma sociedade doente. O Exército está apontando armas para brasileiros. Isso é terrível. Esse tipo de emprego é inócuo e constrangedor. Passamos lá 14 meses na favela da Maré, no Rio de Janeiro e, quando saímos, todo o status quo anterior voltou. Só a presença militar não é suficiente”, concluiu.

Reforma da Previdência

Eduardo Dias Villas Boas também defendeu tratamento diferenciado para as Forças Armadas na Reforma da Previdência e pediu a contribuição dos deputados para que os militares tenham reajuste salarial uma vez que são os que menos recebem entre os integrantes das carreiras de Estado.

Ele assegurou que as Forças Armadas participarão do esforço para equilibrar os gastos com a Previdência, mas apontou diferenças funcionais entre os militares e civis. “Hora extra, adicional de periculosidade, FGTS, sindicalização, nós não queremos essas prerrogativas. Por que elas descaracterizam a Força Armada, que deixam de se constituir uma ferramenta que o governo e o Estado têm para emprego imediato, a qualquer momento, em qualquer local, em qualquer condição e por um tempo indefinido. Se formos jogados no regime comum da Previdência, a instituição perde essas características”, esclareceu.

Texto: Marcelo Rech
Foto: Benjamim Sepulveda

9 - Audiência Pública para discutir os novos arranjos comerciais firmados em âmbito global e a inserção do Brasil nesse contexto



12 de julho de 2017
Anexo II, Plenário 3, da Câmara dos Deputados
Horário: 10h00

Expositores:

Embaixador Carlos Márcio Bicalho Cozendey, Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros do Ministério das Relações Exteriores (MRE);

Alexandre Smapaio de A. Lobo, Diretor do Departamento de Negociações Internacionais da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC);

Carlos Eduardo Abiljaodi, Diretor de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Em atendimento ao Requerimento nº 151/2016-CREDN, de autoria do Deputado Pedro Vilela (PSDB/AL)

Especialistas defendem maior inserção do Brasil no comércio internacional

Brasília – Especialistas em comércio exterior defenderam nesta quarta-feira, dia 12, em audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, uma maior inserção do Brasil no comércio internacional. Hoje, o país responde por apenas 8% desse comércio, enquanto o México tem 57%, o Peru, 74% e o Chile, 83%, todos integrantes da Aliança do Pacífico. O evento foi realizado em atendimento a requerimento do deputado Pedro Vilela (PSDB-AL).

Participaram do encontro, o Embaixador Carlos Márcio Bicalho Cozendey, Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros do Ministério das Relações Exteriores; Alexandre Sampaio Lobo, Diretor do Departamento de Negociações Internacionais da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; e Carlos Eduardo Abiljaodi, Diretor de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Para Bruna Furlan (PSDB-SP), “a abertura do mercado externo e formal de parcerias internacionais é fundamental nesse momento em que o Brasil procura implementar reformas estruturais e superar a profunda crise econômica de sua história”. Segundo ela, “interessa-nos conhecer mais a fundo os esforços atuais do governo brasileiro para redinamizar o MERCOSUL e ampliar a gama de acordos de livre comércio com outros países e regiões, em especial a União Europeia e a Aliança do Pacífico

Já Pedro Vilela (PSDB-AL) entende que o MERCOSUL vem perdendo importância diante dos novos arranjos globais e precisa debater uma nova estratégia de reinserção no mercado global. Arthur Virgílio Bisneto (AM) afirmou que, somente em 2017, o Amazonas perdeu 25 mil empregos de um total de 110 mil vagas. “A Zona Franca de Manaus tem dificuldade em vender produtos no MERCOSUL. Por isso, é o momento de se buscar com afinco abrir novos mercados e fortalecer o futuro do país”, defendeu.

Acordos

O Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Carlos Márcio Bicalho Cozendey, explicou que acordos entre megablocos como as parcerias Transpacífico (destaque para



Estados Unidos e Japão) e Transatlântica (destaque para Estados Unidos e União Europeia), apesar de ambiciosos, estão paralisados ou sendo revistos, representando oportunidades para que a União Europeia acelere outras negociações, incluindo o MERCOSUL.

“O Brasil tem 20% do comércio exterior com a União Europeia; quase 20% com a China; 15% com os Estados Unidos e o restante com outras partes do mundo”, revelou. Na sua avaliação, o momento é difícil para negociações globais, não é mais possível esperar.

Carlos Eduardo Abijaodi, diretor de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), afirmou que a inserção comercial do país precisa ser ampliada e, neste sentido, o esforço da CNI é trabalhar para que esse cenário se consolide com maior inserção e competitividade com países que buscam novos mercados.

De acordo com Abijaodi, hoje os acordos comerciais discutem outros temas de suma importância para o empresário brasileiro como compras governamentais, admissão temporária, pequenas empresas, e regulamentação profissional, itens que contribuem para que a indústria brasileira se fortaleça nos mercados estrangeiros.

“A ampliação de parcerias internacionais se mostra fundamental. Tais acordos, se bem negociados e corretamente postos em prática, poderão contribuir, de forma decisiva, para a dinamização de nossa economia, propiciando um aumento da competitividade de nossa produção e atraindo um volume mais significativo de investimentos externos diretos”, defendeu Bruna Furlan.

Debate

O deputado Luíz Sérgio (PT-RJ) lamentou o momento internacional do Brasil e lembrou que nos últimos anos o país conseguiu, graças à sua diplomacia, eleger os diretores da Organização Mundial do Comércio (OMC) e da FAO, agência das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação.

Presidente da Comissão Mista do MERCOSUL, Celso Russomano (PRB-SP) manifestou preocupação com os rumos do bloco e reiterou que “quanto mais forte e sólido for o MERCOSUL, mais forte será o Brasil”. Já Nelson Pellegrino (PT-BA), reconheceu a importância dos acordos de comércio, mas cobrou equilíbrio e simetria e afirmou que “o Brasil é uma potência regional, mas não tem condições de disputar com os Estados Unidos”.

Texto: Marcelo Rech
Foto: Lúcio Bernardo Jr.

10 - Audiência Pública para estudar e propor alterações aos Códigos Penal e de Processo Penal Militar, editados no ano de 1969



29 de agosto de 2017
Anexo II, Plenário 3, da Câmara dos Deputados
Horário: 14h30

Expositores:

Clauro Roberto de Bortolli, Subprocurador-Geral de Justiça Militar, do Ministério Público Militar; Antônio Pereira Duarte, Procurador do Ministério Público Militar e Ex-Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público; e Afonso Carlos Roberto do Prado, Defensor Público Federal.

Em atendimento ao Requerimento nº 193/2017-CREDN, de autoria da Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG).

Subcomissão Especial defende tratamento penal diferenciado entre militares das polícias e das Forças Armadas

Brasília – O deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG), relator na Subcomissão Especial destinada a estudar e propor alterações aos Códigos Penal e de Processo Penal Militar, que funciona no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, defendeu tratamento diferenciado, no âmbito da legislação castrense, para os policiais e bombeiros militares em relação aos integrantes das Forças Armadas, na revisão dos dois instrumentos.

A Subcomissão Especial realizou audiência pública nesta terça-feira, 29, com a presença de representantes do Ministério Público Militar e da Defensoria Pública da União. Para os convidados, as diferenças e especificidades entre os policiais e bombeiros militares e os integrantes das Forças Armadas precisam constar do relatório final a ser apresentado pela Subcomissão Especial.

Na avaliação do deputado Subtenente Gonzaga, “precisamos contar com instituições capazes de assegurar as liberdades e a democracia, mas isso não pode ser almejado às custas, por exemplo, do assédio moral contra os policiais militares”. Para grande parte das entidades que representam as polícias, a omissão do Estado está na raiz dos problemas sociais e de segurança pública e os policiais estão sendo caçados por organizações criminosas em todo o país.

Os debatedores também discutiram o emprego das Forças Armadas em ações de segurança pública como a Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no Rio de Janeiro e as varreduras realizadas em presídios. Mantido este cenário, entendem que a legislação precisa ser igualmente repensada para oferecer segurança jurídica àqueles que participam dessas operações. Concluíram, ainda, que a Justiça Militar precisa ser modernizada incluindo a expansão de suas competências.

“A Justiça Militar apresenta características muito próprias e especiais, tendo em vista a doutrina que rege o exercício da atividade militar, daí o nosso cuidado em ouvir os principais atores que lidam com a aplicação das leis penais e processuais penais militares cotidianamente”, explicou a presidente da Subcomissão, deputada Jô Moraes (PCdoB-MG).

Participaram dos debates o Subprocurador-Geral de Justiça Militar, do Ministério Público Militar, Clauro Roberto de Bortolli; o Procurador do Ministério Público Militar e Ex-Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, Antônio Pereira Duarte; e o Defensor Público Federal, Afonso Carlos Roberto do Prado.

Texto: Marcelo Rech
Foto: Benjamim Sepulveda

11 - Debater a situação na Venezuela e buscar reestabelecer o diálogo com todas as forças políticas daquele país, na tentativa de contribuir para mediar o grave conflito que acomete aquela nação irmã e amiga



30 de agosto de 2017
Anexo II, Plenário 3, da Câmara dos Deputados
Horário: 10h00

Expositores:

Embaixador Tarcísio de Lima Ferreira Fernandes Costa, Diretor do Departamento da América do Sul Setentrional e Ocidental do Ministério das Relações Exteriores;
Roderick Navarro, cidadão venezuelano; e
Eduardo Bittar, cidadão venezuelano.

Em atendimento ao Requerimento nº nº 220/2017, de autoria dos Deputados Cristiane Brasil (PTB/RJ) e Nelson Pellegrino (PT/BA).

Venezuelanos pedem ajuda do Brasil e afirmam que o país é governado por uma ditadura

Brasília – Os venezuelanos Roderick Navarro e Eduardo Bittar pediram a ajuda do Brasil e afirmaram que o país é governado por uma ditadura. Eles participaram de audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, solicitada pelos deputados Nelson Pellegrino (PT-BA) e Cristiane Brasil (PTB-RJ).

Além dos dois cidadãos venezuelanos, o Embaixador Tarcísio de Lima Ferreira Fernandes Costa, Diretor do Departamento da América do Sul Setentrional e Ocidental do Itamaraty, apresentou a posição do Brasil em relação à crise. “Estamos vendo uma claríssima escalada autoritária que pode caracterizar a Venezuela hoje como regime de exceção, que afetou a ordem democrática e provocou uma crise humanitária sem precedentes”, afirmou.

O diplomata descartou que o Brasil vá romper as relações diplomáticas ou adotar sanções econômicas contra o regime de Nicolás Maduro e explicou que o objetivo neste momento é buscar o diálogo com o governo, garantir a segurança de quase 20 mil brasileiros que vivem em Caracas e nas regiões próximas às fronteiras com a Colômbia e o Brasil, além de assegurar o pagamento de US\$ 5 bilhões em dívidas com empresas brasileiras.

Integrantes do movimento Rumo à Liberdade, Roderick Navarro e Eduardo Bittar classificaram o governo venezuelano como comunista e denunciaram a violação dos direitos humanos cometidos pelo regime. Além disso, apresentaram indicadores sociais e econômicos comprovando que os mais pobres são as principais vítimas da crise naquele país e acusaram o governo de manter relações com organizações dedicadas ao narcotráfico e ao terrorismo internacional.

Desde o aprofundamento da crise, cerca de 24 mil venezuelanos cruzaram a fronteira com o Brasil onde buscam refúgio. De acordo com o Itamaraty, pelo menos mil fogem pela fronteira com Roraima diariamente.

Texto: Marcelo Rech
Foto: Benjamim Sepulveda

12 - Audiência Pública para analisar a contribuição que os Processos históricos representados pelos acontecimentos de 1917, na Rússia, trouxeram para o desenvolvimento econômico e social dos povos no mundo e as relações diplomáticas entre o Brasil e a Rússia



27 de setembro de 2017
Anexo II, Plenário 3, da Câmara dos Deputados
Horário: 09h30

Expositores:

Gilberto F. Ramos, Presidente da Câmara Brasil-Rússia de Comércio, Indústria e Turismo;
Zoia Prestes, Professora, Coordenadora do Curso de Pedagogia da Universidade Federal Fluminense - UFF.

Em atendimento ao Requerimento nº 183/2017-CREDN, de autoria da Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG).

CREDN debate relações Brasil-Rússia e a contribuição da Revolução de 1917 para a ordem mundial

Brasília – As relações Brasil-Rússia e a contribuição da Revolução de 1917 para a ordem mundial foram debatidas na quarta-feira, 27, em audiência pública realizada pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados. O evento, que contou com a presença do embaixador russo no Brasil, Sergei Akopov, foi requerido pela deputada Jô Moraes (PCdoB-MG).

De acordo com o diplomata, a Revolução Russa venceu 14 potências da época e criou um balanço estratégico com o Ocidente, algo que, na sua avaliação “tem sido determinante para evitar uma nova guerra até os dias de hoje”. Ele destacou ainda a influência deste processo nas lutas independentistas, especialmente na África.

Sergei Akopov criticou ainda o que chamou de “russiofobia”, uma estratégia liderada pelos Estados Unidos de vender à comunidade internacional a imagem de uma Rússia agressiva, cujos interesses em combater a Europa ameaçariam a segurança internacional. “Pelo contrário, é a OTAN quem continua se fortalecendo militarmente e avançando em direção às fronteiras da Rússia. O que buscamos é defender os nossos interesses sem nenhum alinhamento”, explicou.

Já para a professora Zoia Prestes, coordenadora do Curso de Pedagogia da Universidade Federal Fluminense (UFF), a Revolução Russa foi um autêntico movimento revolucionário liderado pelos trabalhadores. Filha de Luís Carlos Prestes, ela viveu 15 anos na então União Soviética e afirmou que o movimento que derrubou a monarquia czarista sempre esteve focado na educação. “Foi um privilégio viver exilada na Rússia”, afirmou.

Já o presidente da Câmara Brasil-Rússia de Comércio, Indústria e Turismo, Gilberto Ramos, destacou a importância da Parceria Estratégica firmada entre os dois países e apontou a aliança tecnológica como tema que deveria ser priorizado na agenda bilateral, com o envolvimento dos respectivos bancos de desenvolvimento.

Ele também lembrou que a Rússia é o maior importador de vários produtos brasileiros e chamou a atenção para a realização da Cúpula Euroasiática-MERCOSUL que será realizada em novembro e que poderá representar uma grande oportunidade para o aprofundamento das relações econômicas e comerciais.

Texto: Marcelo Rech
Foto: Benjamim Sepulveda

13- Audiência Pública para debater a situação na Venezuela e buscar reestabelecer diálogo com todas as forças políticas daquele país, na tentativa de contribuir para mediar o grave conflito que acomete aquela nação irmã e amiga



04 de outubro de 2017
Anexo II, Plenário 3, da Câmara dos Deputados
Horário: 10h00

Expositores:

Embaixador Celso Amorim, Ex-ministro das Relações Exteriores e da Defesa; e Marcelo Zero, Sociólogo e Especialista em Relações Internacionais.

Em atendimento ao Requerimento nº 220/2017 dos Deputados Cristiane Brasil (PTB/RJ) e Nelson Pellegrino (PT/BA).

Na CREDN, ex-chanceler afirma que isolar a Venezuela é um erro

Brasília – O ex-chanceler Celso Amorim afirmou em audiência pública na quarta-feira, 4, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados que isolar a Venezuela é um erro. Na sua avaliação, o isolamento político daquele país o fará buscar apoio fora da região. “A Venezuela irá vender petróleo para a China e a Rússia e, certamente, comprará armamentos destes países”, assinalou.

Esta foi a segunda audiência pública realizada pela CREDN destinada a discutir a crise política na Venezuela. A primeira ocorreu no dia 30 de agosto. O debate foi proposto pelos deputados Nelson Pellegrino (PT-BA) e Cristiane Brasil (PTB-RJ). Além de Celso Amorim, o debate contou ainda com a participação do sociólogo e especialista em Relações Internacionais Marcelo Zero.

Ambos destacaram a importância do papel mediador e moderador do Brasil nessa crise e enfatizaram que a Venezuela é estratégica para a integração regional, e, em especial, para o Brasil. Zero afirmou que “esta aproximação não tem relação com o bolivarianismo, mas com os interesses nacionais do Brasil. Precisamos estar atentos para o risco de internacionalização do conflito e de uma guerra civil aberta”, explicou.

Ex-ministro das Relações Exteriores nos governos Itamar Franco e Lula, e da Defesa no governo Dilma, Amorim disse que ninguém ganha com a radicalização e que o Brasil se encolheu ao subir o tom das críticas contra o presidente Nicolás Maduro.

Segundo ele, “precisamos favorecer o diálogo, pois não interessa para ninguém a instabilidade venezuelana. Isso traria enormes problemas para toda a região”. Já Marcelo Zero lembrou que nenhum dos países do MERCOSUL, inclusive o Brasil, cumpre com todas as regras previstas no bloco, razão pela qual a Venezuela teria sido suspensa do mecanismo.

Texto: Marcelo Rech
Foto: Alessandro Loyola

14- Audiência Pública para discutir a situação do Haiti após a conclusão da Missão das Nações Unidas de Estabilização daquele país, bem como fazer um balanço dos treze anos em que as Forças Brasileiras permaneceram naquele país, com a presença do General Ajax Porto Pinheiro, último Force Commander da MINUSTAH



25 de outubro de 2017
Anexo II, Plenário 3, da Câmara dos Deputados
Horário: 09h00

Expositor:

General Ajax Porto Pinheiro.

Em atendimento ao Requerimento nº 235/2017 da Deputada Bruna Furlan (PSDB/SP).

CREDN destaca papel do Brasil no comando da missão da ONU no Haiti

Brasília – Na quarta-feira, 25, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), da Câmara dos Deputados, realizou audiência pública com a presença do General Ajax Porto Pinheiro, último Force Commander da Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti (MINUSTAH), encerrada pela ONU no mês de agosto após 13 anos.

Na oportunidade, os membros da CREDN destacaram o papel do Brasil no comando da missão e nas operações de caráter humanitário. A presença brasileira naquele país foi considerada fundamental para pôr fim à instabilidade e os conflitos e devolver o Haiti à normalidade democrática com a realização de eleições legislativas e presidenciais.

Além disso, os cerca de 37 mil militares brasileiros empregados na MINUSTAH também realizaram diversas atividades de apoio e socorro aos haitianos, como no terremoto de 2010, por exemplo. “Todas as operações realizadas pela MINUSTAH, de controle do terreno, desmantelamento das gangues locais, patrulhamento regular e estabelecimento de postos de controle, estiveram marcados por exemplar profissionalismo”, afirmou Bruna Furlan (PSDB-SP), presidente da Comissão.

Ela acredita que os resultados obtidos pelo Brasil no comando de uma missão complexa e difícil credencia os militares das Forças Armadas a participarem de outras operações de manutenção da paz sob mandato das Nações Unidas. “Os nossos militares implementaram um novo modelo de operação de paz, muito mais humanista e preocupada com a segurança e dignidade das pessoas. A ONU e a comunidade internacional perceberam que essa forma de lidar com os conflitos produz resultados tangíveis e duradouros”, explicou.

A deputada esteve em duas oportunidades no Haiti e pretende dar continuidade ao acompanhamento da missão civil que substituirá a MINUSTAH, com foco no fortalecimento das instituições haitianas.

Texto: Marcelo Rech
Foto: Benjamim Sepulveda

15 - Audiência Pública para discutir a situação das Escolas Brasileiras, do Espaço do Trabalhador no Japão, Working Holiday e o Visto para os Yonseis



08 de novembro de 2017
Anexo II, Plenário 3, da Câmara dos Deputados
Horário: 09h00

Expositores:

Ministra Luiza Lopes , Diretora do Departamento Consular do Ministério das Relações Exteriores;
Leandro Gomes Cardoso , Chefe da Assessoria Internacional do Ministério da Educação; e
Hugo Medeiros Gallo da Silva , Coordenador Geral de Imigração do Ministério do Trabalho.

Em atendimento ao Requerimento nº 210/2017 do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP).

CREDN discute em audiência pública a situação dos brasileiros no Japão

Brasília – Por iniciativa do deputado Walter Ihoshi (PSD-SP), a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) realizou, na quarta-feira, 8, audiência pública em que foi discutida a situação dos brasileiros residentes no Japão, o estado das escolas brasileiras naquele país e a concessão de vistos para os Yonseis, a 4ª geração de brasileiros descendentes de japoneses. Em outubro, o ministério da Justiça do Japão informou que o sistema será criado ainda neste ano fiscal, que termina em março de 2018.

Para debater o tema, foram convidados a ministra Luiza Lopes, diretora do Departamento Consular do ministério das Relações Exteriores; Leandro Gomes Cardoso, Chefe da Assessoria Internacional do ministério da Educação; e Hugo Medeiros Gallo da Silva, Coordenador Geral de Imigração do ministério do Trabalho. O Embaixador João de Mendonça Lima, que assumirá em breve o cargo de cônsul-geral do Brasil em Tóquio, também participou do encontro.

Walter Ihoshi realizou missão oficial ao Japão entre os dias 12 e 20 de março, quando manteve encontros com diversas autoridades japonesas, como o vice-primeiro-ministro e presidente da Liga Parlamentar Japão-Brasil, Taro Aso, o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Kentauro Sonoura, e o vice-ministro parlamentar dos Negócios Estrangeiros do Japão, Shunsuke Takei.

“Também visitamos as escolas japonesas e nipo-brasileiras a fim de conhecermos a implantação e funcionamento do sistema educacional público do Japão. Na ocasião, foi reivindicado pela comunidade brasileira residente no país um reforço às gestões do Itamaraty junto ao MEC com vistas a um maior apoio a essas escolas a fim de supervisionar a qualidade do ensino oferecido. Conhecemos ainda o Espaço do Trabalhador Brasileiro criado em 2012 pelo Consulado Geral em Hamamatsu. Vimos, igualmente, que há necessidade de renovação do convênio com os ministérios das Relações Exteriores e do Trabalho e Previdência Social para dar continuidade aos serviços assistenciais prestados à comunidade brasileira”, explicou Ihoshi.

De acordo com o deputado, “precisamos implementar um trabalho suprapartidário para que o Espaço do Trabalhador siga recebendo recursos e para que o MEC, junto com o Itamaraty, persista na capacitação de professores e demais profissionais que atendem à comunidade brasileira no Japão”.

Em 2018, serão celebrados os 110 anos da imigração japonesa no Brasil, país que possui a maior comunidade de descendentes japoneses, com cerca de 1,9 milhão de pessoas. Por outro lado, em torno de 180 mil brasileiros vivem no Japão atualmente.

“O Japão tem todo o interesse em intensificar ainda mais as relações bilaterais e esta data representa uma oportunidade para aprofundarmos os laços que nos unem”, afirmou o ministro Kazuhiro Fujimura, vice-chefe da missão diplomática japonesa no Brasil.

Texto: Marcelo Rech
Foto: Benjamim Sepulveda

16 - Audiência Pública para discutir o Sistema Defesa-Indústria-Academia de Inovação (SisDIA), criado pelo DCT nos moldes da tríplice hélice para promover o desenvolvimento nacional por meio da sinergia entre a indústria, o Governo (Defesa) e Universidades



08 de novembro de 2017
Anexo II, Plenário 3, da Câmara dos Deputados
Horário: 11h00

Expositor:

General Juarez Aparecido de Paula Cunha, Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército Brasileiro.

Em atendimento ao Requerimento nº 236/2017 da Deputada Bruna Furlan (PSDB/SP).

CREDN promove discussão sobre o Sistema Defesa-Indústria-Academia de Inovação

Brasília – A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) promoveu, na quarta-feira, 8, discussão sobre o Sistema Defesa-Indústria-Academia de Inovação, que acaba de completar um ano e está destinado à geração de produtos de defesa com tecnologia nacional voltados ao desenvolvimento do país. A reunião de audiência pública foi requerida pela presidente da CREDN, Bruna Furlan (PSDB-SP) e contou com a participação do General Juarez Aparecido de Paula Cunha, Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército Brasileiro.

Segundo a deputada, “o SisDIA atua no estabelecimento de uma rede de relacionamentos entre instituições e entidades dos três setores, divididos em esferas regionais como forma de expandir as potencialidades no fomento à indústria nacional. Trata-se de uma iniciativa que conta com o nosso apoio integral”, afirmou.

“Precisamos focar na inovação e em projetos que envolvam a nossa comunidade estudantil em todos os seus níveis, fazendo com que surjam novas empresas e mais empreendedorismo”, defendeu o General. Ainda de acordo com o militar, “o SisDIA poderá contribuir com outras ações da Confederação Nacional da Indústria (CNI), das federações, e demais entidades, em projetos de desenvolvimento tecnológico”.

Baseado no consagrado modelo da Tríplice Hélice (Governo, Indústria e Academia), o SisDIA busca incrementar a cooperação entre essas instâncias, atuando na promoção de ações que objetivam a geração de oportunidades para o desenvolvimento de tecnologias de ponta para a Defesa, com aplicabilidade dual. “A necessidade de instigar a inovação de forma coesa e integrada é um dos pilares para novas construções na Defesa”, disse o chefe do DCT.

O SisDIA conta com representantes em diferentes regiões do país, atuando no âmbito local (tático), regional (estratégico-operacional) e nacional (político), por meio de seus Escritórios de Ligação.

“O Sistema Defesa, Indústria e Academia de Inovação visa à integração e potencialização das sinergias entre os vetores governamentais (reguladores e fomentadores da atividade econômica), industriais (produtivos de bens e serviços) e acadêmicos (fontes de conhecimento), e vamos buscar contribuir também por meio de emendas ao orçamento para que o projeto seja ampliado”, concluiu Bruna Furlan.

Texto: Marcelo Rech
Foto: Benjamim Sepulveda

17 - Audiência Pública para debater sobre a operação do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação



29 de novembro de 2017
Anexo II, Plenário 3, da Câmara dos Deputados
Horário: 09h30

Expositores:

Major-Brigadeiro do Ar Luiz Fernando Aguiar, Presidente da Comissão de Coordenação e Implantação de Sistemas Espaciais (CCISE) da Aeronáutica (representante do Ministério da Defesa);

General de Divisão Gláucio Lucas Alves, Subchefe de Comando e Controle do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (representante do Ministério da Defesa);

Senhor Jorge Bittar, ex-Deputado Federal e ex-Presidente da Telebrás;

Jarbas José Valente, Diretor Técnico-Operacional da Telebrás; e

Luiz Antônio Elias, Ex-Chefe do Departamento de Relações de Governo do BNDES e ex-Secretário do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Em atendimento aos Requerimentos nº 206/17, de autoria do Deputado Pedro Fernandes (PTB/MA), e nº 238/17, de autoria dos Deputados Nelson Pellegrino (PT/BA) e Luiz Sérgio (PT/RJ).

Satélite não será privatizado, mas demora para operações é criticada

Brasília – O Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação (SGDC) não será privatizado, assegurou o diretor-técnico operacional da Telebrás, Jarbas José Valente, em audiência pública promovida nesta quarta-feira, 29, pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados.

No entanto, o anunciado leilão de 57% da capacidade do satélite recebeu diversas críticas. O evento foi realizado em atendimento aos requerimentos dos deputados Pedro Fernandes (PTB-MA), Luiz Sérgio (PT-RJ) e Nelson Pellegrino (PT-BA). O governo federal investiu cerca de R\$ 2,7 bilhões no SGDC.

Além disso, o fato de o SGDC ter sido lançado em maio e ainda não ter entrado em operação civil, gerou muitas preocupações. Em junho, o satélite começou a operar apenas para as comunicações militares.

De acordo com o presidente da Comissão de Coordenação e Implantação de Sistemas Espaciais da Aeronáutica, Major-Brigadeiro-do-Ar Luiz Fernando de Aguiar, o SGDC será utilizado pela empresa pública Telebras para ampliar a oferta de banda larga, especialmente nas regiões mais longínquas do país e reforçar as comunicações militares nas regiões de fronteira.

Já o ex-deputado Jorge Bittar, que foi presidente da Telebras, considerou equivocada a decisão da empresa de realizar licitação da capacidade operacional civil do satélite e entregá-la para o setor privado. Na mesma direção, o líder do PT, deputado Carlos Zarattini (SP) manifestou preocupação com o possível uso privado do satélite, que poderia afetar informações estratégicas do país. Luiz Fernando de Aguiar assegurou que esta possibilidade não existe. “O satélite é nosso. Independente de privatização, não há acesso à banda militar”, afirmou. Jarbas José Valente revelou que o SGDC estará pronto para uso a partir de janeiro. “Vamos levar banda larga para todo o Brasil a partir de abril de 2018”, garantiu.

Orçamento

Os constantes cortes nos recursos orçamentários destinados à Ciência e Tecnologia também preocupam. Segundo Luiz Fernando de Aguiar, a Argentina aprendeu a fazer satélites com o Brasil e hoje está muito mais avançada, realizando lançamentos desde Bariloche.

O deputado José Reinaldo (PSB-MA) voltou a lamentar o pouco conhecimento da sociedade sobre os benefícios do Programa Especial Brasileiro. Na sua avaliação, esta realidade se reflete no momento de definir o orçamento para o programa. Para Pedro Fernandes (PTB-MA), o país precisa tratar a questão do SGDC como uma política de Estado e não de governo. Além disso, faz-se necessário alocar recursos por meio de emendas parlamentares para a aquisição de antenas para as escolas.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Renato Araújo

18 - Audiência Pública para debater o reflexo da proposta de privatização do Sistema Eletrobras na segurança estratégica da Região Amazônica



29 de novembro de 2017
Auditório Nereu Ramos
Horário: 09h30

Expositores:

Edney Silva Martins, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Amazonas;
Geraldo Antônio Miotto, General de Exército do Comando Militar da Amazônia;
Josias Matos de Araújo, Diretor-Presidente do Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica - CIGRÉ;
Mozart Bandeira Arnaud, ex-Diretor da CHESF e ex-Presidente da FACHESF;
Gilberto Vieira dos Santos, Secretário-Adjunto, representando o Conselho Indigenista Missionário; e
Felipe Sousa Chaves, representando a Associação dos Empregados de Furnas

Em atendimento ao Requerimento nº 231/17, de autoria da Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG).

Privatização da Eletrobrás e a segurança estratégica da Amazônia em debate na CREDN

Brasília – A privatização do Sistema Eletrobrás e o seu impacto na segurança estratégica da Amazônia foi debatido em audiência pública realizada pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, em atendimento a requerimento da deputada Jô Moraes (PCdoB-MG). “Vocês vieram aqui para tratar do que é essencial ao povo brasileiro: defender um setor estratégico para a soberania do Brasil, para as condições de existência de cada brasileiro. Vocês vieram aqui para dizer que a água é um patrimônio nosso. Que a energia é um instrumento fundamental de soberania”, afirmou a deputada ao abrir o evento.

O governo federal anunciou a venda de subsidiárias da empresa nos estados em agosto e previu R\$ 12 bilhões de arrecadação no Orçamento de 2018. Jô Moraes também se disse preocupada com o possível aumento da presença e do controle econômico de grupos estrangeiros na Região Amazônica, estratégica para o Brasil.

Ao destacar a importância estratégica do sistema, a deputada afirmou que “a Eletrobrás é a maior empresa de energia elétrica da América Latina e suas subsidiárias somadas representam o maior player empresarial do Setor Elétrico

Brasileiro, responsáveis por um terço da energia elétrica gerada e cerca de 50% de todo sistema de transmissão de energia elétrica do país, além de 10% do mercado consumidor de distribuição”.

Segundo ela, “a proposta de privatização do Sistema Eletrobrás põe em risco o maior sistema de geração, transmissão, distribuição e pesquisa de energia elétrica da América Latina e acarretará na entrega das usinas hidrelétricas a empresas privadas. Por isso a importância em ouvirmos representantes da sociedade civil, do setor elétrico, da academia e dos órgãos responsáveis pela Segurança Nacional, dentre eles as Forças Armadas”, explicou.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Richard Silva

19 - Audiência Pública para discutir a situação dos familiares e amigos das vítimas do voo da Chapecoense



17 de dezembro de 2017
Anexo II, Plenário 7, da Câmara dos Deputados
Horário: 09h30

Expositores:

Fabienne Belle, Presidente da Associação dos Familiares e Amigos das Vítimas do Voo da Chapecoense;
Mara Paiva, Vice-Presidente da Associação dos Familiares e Amigos das Vítimas do Voo da Chapecoense;
Francisco Carlos D’Emilio Borges, Diretor Financeiro da Associação dos Familiares e Amigos das Vítimas do Voo da Chapecoense;
Fernando Kasinski Lottenberg, Advogado da Associação dos Familiares e Amigos das Vítimas do Voo da Chapecoense;
Josmeyr Alves de Oliveira, Advogado da Associação dos Familiares e Amigos das Vítimas do Voo da Chapecoense;
Fernando Mattos, Diretor de Comunicação do Clube Chapecoense de Futebol;
Thiago Degasperin, Advogado do Clube Chapecoense de Futebol;
Leandro Miranda, representando a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC);
Georges Ferreira, Professor e Consultor em Direito Aeronáutico; ex-presidente da Comissão de Especialistas da Reforma do Código de Aeronáutica Brasileiro;
Representante da Força Aérea da Bolívia; e
Representante da Força Aérea da Colômbia.

Em atendimento ao Requerimento nº 239/17, de autoria do Deputado Milton Monti (PR/SP).

CREDN discute apoio às famílias das vítimas do voo da Chapecoense

Brasília – A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados realizou na quinta-feira, 14, audiência pública em que os familiares das vítimas do vôo da Chapecoense, tragédia que acaba de completar um ano, relataram a demora no pagamento das indenizações. O vôo da LaMia, companhia boliviana que transportava o clube de Santa Catarina para fazer a final da Copa Sul-Americana, na Colômbia, caiu próximo à cidade de Medellín, em 2016, provocando a morte de 76 pessoas entre dirigentes, jornalistas e tripulantes. Seis integrantes do voo, sendo três atletas, sobreviveram.

De acordo com o advogado da Associação dos Familiares e Amigos do Voo da Chapecoense, Fernando Lottenberg, poucos avanços ocorreram nestes 12 meses em razão dos processos não serem conclusivos quanto aos responsáveis pela queda do avião.

Para piorar, a propriedade da companhia não está clara. A LaMia estaria em nome de dois bolivianos, o piloto que morreu no acidente e um outro que está foragido, mas seria na verdade da família de um ex-senador venezuelano. O caso é cercado, segundo Lottenberg, de muita complexidade por envolver vítimas brasileiras e países como Bolívia, Colômbia e Venezuela.

Diante do cenário de incertezas, a Associação dos Familiares do Voo da Chapecoense apresentou ao clube proposta de criação de um fundo para sustentar e manter as famílias das vítimas pelo prazo de cinco anos. Thiago Degasperin, advogado da Chapecoense revelou que a idéia desta sendo discutida e envolve as famílias, dirigentes do clube e a prefeitura de Chapecó. Além disso, 50% de tudo que a Chapecoense recebe em termos de doações é repassado às famílias.

“Nós faremos uma avaliação minuciosa de tudo que foi debatido e vamos encaminhar questionamentos aos países envolvidos, por meio do Itamaraty, para buscarmos acelerar os procedimentos e resolver essa questão da melhor maneira possível”, informou o deputado Milton Monti (PR-SP), autor do requerimento que deu origem à audiência.

Texto: Marcelo Rech
Foto: Luiz Macedo

The logo features a large blue circle in the background. Overlaid on the circle is a green, irregular shape that resembles a speech bubble or a banner, pointing towards the bottom right. The text "Audiências Públicas" and "Conjuntas" is written in white, bold, sans-serif font across the green shape.

**Audiências Públicas
Conjuntas**

1 - Audiência Pública Conjunta para comemorar os 109 anos de imigração japonesa no Brasil



21 de junho de 2017
Anexo II, Plenário 3, da Câmara dos Deputados
Horário: 10h00

Expositores:

Senhor Akio Saito, Representante Chefe da Agência de Cooperação Internacional do Japão - JICA;
Senhora Cecília Kiku Ishitani, Ministra, representante do Ministério das Relações Exteriores.

Em atendimento aos Requerimentos nº 194/2017-CREDN e 108/2017-CDEICS: Deputado Luiz Nishimori (PR/PR)

CREDN comemora os 109 anos da imigração japonesa e parceria é destaque

Brasília – A parceria entre o Brasil e o Japão foi destaque nos debates realizados nesta quarta-feira, dia 21, na audiência pública conjunta das comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) e de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS), que também comemoraram os 109 anos de imigração japonesa e permitiram a discussão sobre temas da agenda bilateral. Autor do requerimento que deu origem ao evento, o deputado Luiz Nishimori (PR-PR) reconheceu o papel e a cooperação do Japão para o desenvolvimento do Brasil.

Participaram da audiência deputados e representantes do governo japonês, que expressaram o desejo de aprofundar cada vez mais a parceria entre os dois países, como o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados (Proceder), o Projeto para Carajás, a Usiminas e a Alumínio do Amazonas.

Akio Saito, representante da Agência de Cooperação Internacional do Japão (Jica), afirmou que “o nosso relacionamento de cooperação teve início há 58 anos, quando foi enviado ao Brasil um perito japonês na área da agricultura. Tivemos também participação no projeto de siderurgia da Usiminas, que simboliza as relações entre Brasil e Japão”.

Desde 1961, quase onze mil técnicos brasileiros participaram de treinamento no Japão, que também viabilizou empréstimos de US\$ 3,4 bilhões a diferentes programas de cooperação.

De acordo com a ministra Cecília Kiku Ishitani, do ministério das Relações Exteriores brasileiro, o Japão é o parceiro mais tradicional do Brasil na Ásia e onde residem quase 200 mil brasileiros. “Atualmente, o Japão possui o sexto maior estoque de investimentos diretos no Brasil. Aqui se concentram mais de 700 empresas japonesas que atuam principalmente nos setores de siderurgia, mineração, automobilístico, de energia e transporte”, revelou a diplomata.

Durante os debates, os deputados nipo-brasileiros Walter Ihoshi (PSD-SP) e Takayama (PSC-PR) afirmaram esperar um estreitamento ainda maior das relações, incluindo a assinatura de um acordo de livre comércio entre Brasil e Japão.

O embaixador do Japão no Brasil, Satoru Satoh, salientou que “a imigração japonesa foi uma verdadeira saga, além de muitos exemplos de superação. Houve privação de pais, avós e bisavós, mas também perseverança, valorização do trabalho, da família e do bem-estar coletivo”.

Texto: Marcelo Rech
Foto: Lúcio Bernardo Jr.

2 - Audiência Pública Conjunta para apresentar as prioridades para a política externa brasileira em 2017



27 de junho de 2017
Anexo II, Plenário 7, da Câmara dos Deputados
Horário: 14h30

Expositor:

Ministro de Estado das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira.

Em atendimento aos Requerimentos nº 178/2017-CREDN - Deputada Bruna Furlan (PSDB/SP) e 67/2017-CDEICS - Deputado Paulão (PT/AL)

Chanceler defende Política Externa sem viés ideológico e universalista

Brasília – O ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, defendeu em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN da Câmara dos Deputados, uma Política Externa sem viés ideológico e universalista. “A primeira observação que se impõe diz respeito ao perfil internacional do Brasil que cabe ao Itamaraty projetar e reforçar”, afirmou.

O chanceler compareceu à CREDN atendendo a requerimento da deputada Bruna Furlan (PSDB-SP) e o evento foi realizado em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Segundo Nunes Ferreira, “há uma relação muito próxima entre as políticas interna e externa. A Política Externa não pode ser volúvel e nem estar submetida aos humores percebidos na alternância do poder”, destacou.

“Adotamos uma Política Externa que inibe a confrontação. A Constituição oferece os parâmetros seguros para o balizamento dessa política, muito embora no contexto internacional nem sempre isso seja bem compreendido”, reconheceu. Na sua avaliação, “Uma Política Externa consequente deve ser de Estado e o Brasil deve manter relação de independência com os demais países, sem alinhamentos automáticos. Existe uma estabilidade na política externa que está fundamentada na sua credibilidade e que permite ao Brasil atuar em diferentes cenários e plataformas”, explicou.

Aloysio Nunes Ferreira também reafirmou ainda o compromisso do Brasil com o seu entorno geográfico e o fortalecimento do MERCOSUL. De acordo com o chanceler, o bloco identificou mais de 80 instrumentos que travam o comércio e o foco agora é removê-los para que o agrupamento se torne atraente para os seus membros e demais atores extraregionais.

Segundo ele, “a nossa visão para o MERCOSUL é a de um bloco dinâmico, aberto, capaz de atrair investimentos para aproveitar seu mercado interno, cada vez mais integrado às cadeias globais de valor e dotado de condições para tornar-se uma plataforma competitiva para exportação a terceiros mercados”.

Neste sentido, defendeu a conclusão do acordo sobre compras governamentais que fortalecerá, na sua visão, a união aduaneira e gerará mais oportunidades para as empresas brasileiras.

Ele quer ainda uma maior aproximação com a Aliança do Pacífico, os BRICS e a conclusão do acordo comercial com a União Europeia, além da adesão do Brasil à OCDE, já que o país é um dos cinco parceiros chave da organização ao lado de China, Índia, Indonésia e África do Sul.

Para a deputada Bruna Furlan (SP), o Itamaraty tem promovido uma política externa sem viés ideológico e empenhada em fomentar a paz, a democracia, os direitos civis e humanos e o desenvolvimento sustentável. Ela destacou ainda que o Brasil retomou sua vocação para a diplomacia com objetividade e sem exclusivismos.



A presidente da CREDN salientou que o apoio do Itamaraty às comunidades brasileiras no exterior, a atenção com as fronteiras e a participação em grandes fóruns e debates internacionais, inclusive sobre desenvolvimento sustentável, cresceram neste último ano.

Bruna Furlan reforçou também que as comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (CREDN) e do Senado Federal (CRE) farão um esforço para que os acordos internacionais em tramitação no Congresso Nacional sejam apreciados com maior agilidade e rapidez. Para o ministro, a iniciativa é positiva, pois da forma como é hoje há grande demora, “que acaba gerando falta de credibilidade ao Brasil nos compromissos que assume no cenário internacional”.

Venezuela

O vice-presidente da CREDN, deputado Pedro Vilela (PSDB-AL) destacou a atuação da diplomacia brasileira no último ano em relação à crise na Venezuela. Em sua exposição, o ministro disse acreditar que a solução deve ser encontrada pela própria Venezuela, mas lembrou que o Brasil tem papel relevante na região e sofre com a situação, especialmente com o forte fluxo migratório por causa da situação de extrema pobreza e perseguição política. O Itamaraty atuou para que a Venezuela recebesse punições no MERCOSUL, incluindo sua suspensão pelo descumprimento de obrigações.

Segundo Vilela, “o posicionamento adotado foi correto. E cada vez mais o Brasil tem que se posicionar de forma assertiva. Fechar os olhos para o que acontece lá é ignorar o que vem sendo feito contra a democracia e os direitos humanos. Vemos o quadro se agravar a cada dia e o Brasil, como país líder no continente, não pode se omitir. O comportamento do Brasil em tentar soluções tem respaldo de boa parte desse parlamento”, garantiu Vilela.

Texto: Marcelo Rech
Foto: Victor Diniz

3 - Audiência Pública Conjunta para apresentar as prioridades e diretrizes da política de defesa nacional, prestar informações acerca do anúncio da realização de manobras militares conjuntas entre o Exército Brasileiro e o Exército Americano e outros temas



28 de junho de 2017
Anexo II, Plenário 3, da Câmara dos Deputados
Horário: 12h00

Expositor:

Ministro de Estado da Defesa, Raul Jungmann.

Em atendimento aos Requerimentos nº 177/2017-CREDN - Deputada Bruna Furlan (PSDB/SP); 141/2017-CINDRA - Deputados João Daniel (PT/SE) e Patrus Ananias (PT/MG); 213/2017-CSPCCO - Deputados Laerte Bessa (PR/DF), Capitão Augusto (PR/SP) e Paulo Teixeira (PT/SP); 229/2017-CTASP - Deputados Erika Kokay (PT/DF), Bohn Gass (PT/RS), Leonardo Monteiro (PT/MG), Marcon (PT/RS), Nelson Pellegrino (PT/BA), Robinson Almeida (PT/BA), Ságuas Moraes (PT/MT), Vicentinho (PT/SP); 437/2017-CSSF - Deputados Adail Carneiro (PP/CE), Odorico Monteiro (PROS/CE), Conceição Sampaio (PP/AM) e Zenadide Maria (PR/RN).

Ministro da Defesa defende recursos para os Projetos Estratégicos das Forças Armadas

Brasília – O ministro da Defesa, Raul Jungmann, defendeu o aumento dos recursos para os Projetos Estratégicos das Forças Armadas, revelou que todos estão passando por revisão e negou que haja qualquer ameaça à soberania nacional nas negociações de cooperações em matéria de Defesa com os Estados Unidos.

Na quarta-feira, dia 28/06, ele participou de audiência pública conjunta das comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA), de Segurança Social e Família (CSSF), de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO), e de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) para a apresentação das prioridades e diretrizes da política de defesa nacional.

De acordo com Jungmann, “a doutrina de defesa do Brasil não permite tropas estrangeiras no país, a não ser de países da América do Sul. Isso não existe. Não passa de fake news, o que existe é a presença de observadores norte-americanos e de outros países em ações pontuais, da mesma forma que militares brasileiros fazem no exterior”, disse.

Além disso, reiterou que não há qualquer favorecimento aos Estados Unidos em relação a operações na Base de Alcântara e que a intenção do governo é permitir a operação comercial do centro, que atualmente está com suas atividades paralisadas, por países que se dispuserem a estabelecer acordos com o Brasil. Sem exclusividade. Atualmente, o Brasil negocia a assinatura de um acordo de salvaguardas tecnológicas com os Estados Unidos que servirá de base para um futuro entendimento sobre o uso de Alcântara. Este entendimento é defendido pela Agência Especial Brasileira (AEB) como uma formalidade voltada para a proteção recíproca de tecnologia pelos dois países.

“A estratégia do governo é trabalhar com quem tiver interesse. Se os Estados Unidos quiserem vir, venham, mas em pé de igualdade com todos os outros”, disse.

Ao discorrer sobre os Projetos Estratégicos de defesa, o ministro revelou que foram disponibilizados R\$ 29,5 bilhões, restando ainda R\$ 94 bilhões para investimentos nesses projetos nas próximas décadas. “Um país que não tem uma Base



Industrial de Defesa, não tem capacidade de reafirmar a sua soberania”, completou. De acordo com o ministro, 1,3% do Produto Interno Bruto (PIB) destinam-se aos gastos com defesa. O complexo industrial de Defesa Nacional possui faturamento bruto de, aproximadamente, US\$ 65 bilhões, gerando cerca de 60 mil empregos diretos e 240 mil indiretos.

Jungmann também falou sobre a linha de crédito, aberta recentemente pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), que permite à base industrial competir internacionalmente. “Além disso, estamos revendo o regime tributário especial para o setor, políticas de off-set. Estamos fazendo uma ampla reformulação regulatória.”

Texto: Marcelo Rech
Foto: Lúcio Bernardo Jr.

4 - Audiência Pública Conjunta para conhecer e debater experiências exitosas adotadas nas escolas do Brasil, Chile e Uruguai no combate à violência contra estudantes LGBT

AUDIÊNCIA PÚBLICA

PESQUISA SOBRE BULLYING HOMOFÓBICO NAS ESCOLAS.

“
**AS EXPERIÊNCIAS DE
ESTUDANTES LGBT NO
BRASIL E NA AMÉRICA LATINA**
”

18 de outubro de 2017
Anexo II, Plenário 3, da Câmara dos Deputados
Horário: 10h00

Expositores:

Daniel de Aquino Ximenes, Diretor de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania - SECADI/MEC;
Diego Poblete Mella, Diretor-Executivo da Fundación Todo Mejora - CHILE;
Lina Cuellar Wills, professora, historiadora e Diretora da Sentiido - COLÔMBIA;
Sandra Elena Sposito, Conselheira do Conselho Federal de Psicologia; e
Toni Reis, Diretor-Executivo do Grupo Dignidade.

Em atendimento aos Requerimentos nº 192/2017-CREDN dos Deputados Jean Wyllys (PSOL/RJ) e Jô Moraes (PCdoB/MG); e nº 13/2017-CDHM da Deputada Érika Kokay (PT/DF) e nº 48/2017-CDHM do Deputado Chico Alencar (PSOL/RJ).

Estudantes LGBT se sentem inseguros nas escolas, aponta pesquisa

A maioria dos estudantes latino-americanos que se identificam como gays, lésbicas ou transexuais se sentem inseguros nas escolas. Esse é o resumo de uma pesquisa realizada em sete países da América Latina entre dezembro de 2015 e março de 2016. Os resultados foram apresentados nesta quarta-feira (18), em audiência pública conjunta das comissões de Relações Exteriores; e de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.

A pesquisa foi feita com estudantes do ensino básico, com idade acima de 13 anos e que se identificavam como LGBT. No Brasil, 1.016 adolescentes responderam ao questionário, feito pela internet, de forma anônima. E o cenário é o seguinte: 73% desses estudantes sofrem bullying homofóbico; 60% se sentem inseguros nas escolas; e 37% já sofreram violência física.

Exemplo uruguaio

Nos sete países estudados (Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Peru, Colômbia e México), os dados são muito parecidos, com exceção do Uruguai, onde todas as taxas são menores do que 50%.

Segundo o diretor executivo da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros, Toni Reis, isso se deve a políticas públicas adotadas pelo Uruguai em respeito à diversidade.

“Primeiro país onde tem educação sexual para o respeito, tem leis protetivas. É o Estado que aprovou casamento entre pessoas do mesmo sexo, aprovou a questão do aborto, inclusive a liberação da maconha, ou seja, é um país onde a cultura é muito mais aberta às pessoas diferentes, e o fundamentalismo religioso não é tão preponderante”, disse Reis.

Outro dado trazido pelos participantes da audiência foi a omissão de professores e pais na proteção dos estudantes que sofrem bullying homofóbico nas escolas. Na Colômbia, por exemplo, a pesquisa identificou que 60% dos professores não fazem nada para impedir ou acabar com a discriminação.

Segundo a pesquisa, a violência no ambiente escolar expulsa os estudantes da escola e os empurra para a depressão, a automutilação e o suicídio.

Ministério da Educação

O diretor de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania do Ministério da Educação, Daniel Ximenes, apresentou as iniciativas do órgão para promover a diversidade nas escolas. Entre elas, o Pacto Universitário em Direitos Humanos, que já conta com a adesão de 320 faculdades e universidades (como USP, Unicamp e UnB), e o apoio ao Conselho Nacional de Educação para elaborar a norma sobre uso do nome social na educação básica.

Já a deputada Erika Kokay (PT-DF) lembrou que o Ministério da Educação precisa tomar uma posição sobre a exclusão dos termos “orientação sexual” e “identidade de gênero” da Base Nacional Comum Curricular, ainda em discussão. “Retirar isso significa desconhecer que há pessoas que sofrem uma morte simbólica que, em grande medida, precede uma morte literal em função da sua condição de fazer parte de uma população LGBT. Então é muito importante que nós atestemos a violência, que tenhamos esses dados publicizados para que possamos construir políticas públicas na perspectiva de romper esse nível de violência”, disse a deputada.

Reportagem – Verônica Lima

Edição – Pierre Triboli

5 - Audiência Pública Conjunta para debater a respeito da 10ª Sessão da Conferência dos Estados Partes da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas



21 de novembro de 2017
Anexo II, Plenário 13, da Câmara dos Deputados
Horário: 14h30

Expositores:

Anderson José Sant’Anna de Oliveira, Assessor Internacional da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos;
Sérgio Caribé, Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União - TCU.

Em atendimento ao Requerimento nº 218/2017-CREDN, dos Deputados Eduardo Barbosa (PSDB/MG) e Mara Gabrilli (PSDB/SP); e nº 131/2017-CPD dos Deputados Eduardo Barbosa (PSDB/MG), Mara Gabrilli (PSDB/SP) e Zenaide Maia (PR/RN).

CREDN apoia nome de Mara Gabrilli para Comitê das Nações Unidas

Brasília – A presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), Bruna Furlan (PSDB-SP), afirmou que apoiaria a indicação da deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP) como representante da América Latina no Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, integrado por 18 membros independentes, de diferentes países, peritos na temática da pessoa com deficiência, e que monitora a implementação da Convenção pelos Estados Partes.

As próximas eleições estão previstas para junho de 2018, quando serão escolhidos nove membros para um mandato de quatro anos. “A Mara é nossa candidata e o apoio recebido por ela junto aos países latino-americanos mostra o quanto a sua trajetória em defesa das pessoas com deficiência tem sido positivo. É motivo de muito orgulho para todos nós, não tenho dúvidas”, afirmou Bruna Furlan.

A indicação da deputada brasileira foi recebida com entusiasmo por representantes de diversos países que participaram do evento na ONU. Naquele momento, apenas um membro dentre os 18 integrantes do Comitê era mulher – a alemã Theresia Degener. A América Latina não possuía nenhum representante

Na terça-feira, 21, as comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e a de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência reuniram-se para avaliar os resultados da 10ª sessão da Conferência dos Estados Partes da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, realizada entre 13 e 15 de junho, na sede da ONU em Nova Iorque. O evento foi proposto pelos deputados Eduardo Barbosa (PSDB-MG), Mara Gabrilli (PSDB-SP), que participou da sessão nos Estados Unidos, e Zenaide Maia (PR-RN).

Participaram do debate, Anderson de Oliveira, assessor Internacional da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do ministério dos Direitos Humanos; e Sérgio Caribé, Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Segundo eles, a convenção representa um marco internacional no reconhecimento e na defesa dos direitos humanos das pessoas com deficiência e define diretrizes para implementação de políticas inclusivas nas mais diversas. No Brasil, o documento foi ratificado pelo Congresso Nacional em 2008. Até o momento, 174 países ratificaram a convenção e outros 13 são signatários.

A 10ª sessão discutiu o impacto das múltiplas formas de discriminação cometidas contra as pessoas com deficiência, as ações humanitárias em áreas de conflito e de risco, além da promoção de um desenvolvimento urbano inclusivo.

Texto: Marcelo Rech
Foto: Alessandro Loyola

6 - Debater o acordo marítimo Brasil - Chile



21 de novembro de 2017
Anexo II, Plenário 05, da Câmara dos Deputados
Horário: 14h30

Expositores:

Márcio Lima, Secretário-Executivo Substituto da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX e representante do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC;

Ministro Norberto Moretti, Diretor do Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços do Ministério de Relações Exteriores - MRE;

Quênio Cerqueira de França, Coordenador-Geral de Apoio Técnico e Administrativo junto ao Conselho Diretor do Fundo de Marinha Mercante, do Departamento da Marinha Mercante da Secretaria de Fomentos e Parcerias do Ministério dos Transportes, Postos e Aviação Civil - MTPA;

Arthur Yamamoto, Superintendente de Desempenho, Desenvolvimento e Sustentabilidade da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ;

Carlos Eduardo Abijaodil, Diretor de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria - CNI;

Luiz Antônio Fayet, Consultor da Área de Infraestrutura e Logística da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;

Bruno Bastos Lima Rocha, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima - SYNDARMA.

Em atendimento ao Requerimento nº 121/2017 - CDEICS, dos Deputados Jorge Côrte Real (PTB/PE) e Lucas Vergílio (SD/GO) e nº 214/2017 - CREDN, do Deputada Cristiane Brasil (PTB/RJ).

CREDN discute acordo marítimo Brasil – Chile e CNI pede denúncia do tratado

Brasília – A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados discutiu na terça-feira, 21, em audiência pública conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, a possível denúncia do acordo de transporte marítimo Brasil – Chile pedido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). O evento atendeu a requerimento da deputada Cristiane Brasil (PTB-RJ).

Segundo ela, “O acordo foi assinado em 1975, quando os países firmavam tratados baseados na reserva de carga para armadores domésticos, com intuito de promover e ampliar as marinhas mercantes nacionais. No entanto, as profundas transformações no mercado de navegação decorrentes do processo de containerização, concentração e fusão de empresas, levaram a grande maioria dos países – inclusive o Brasil – a abandonar ou flexibilizar o uso desse tipo de instrumento”, explicou.

De acordo com o Diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Eduardo Abijaodi, “no início da década de 90, a política de reserva de carga foi desmontada no Brasil e no mundo. Em 1991, quando o Brasil eliminou a grande maioria das reservas de mercado no transporte marítimo, ocorreu uma forte queda nos preços. Os fretes Santos-Rotterdam caíram de US\$ 4,5 mil para US\$ 1,8 mil por contêiner”.

Ele revelou ainda que o Peru denunciou unilateralmente o acordo de reserva de mercado que mantinha com o Brasil em 1994. Atualmente, restam apenas três acordos de reserva com Argentina, Chile e Uruguai.

Estudo realizado pela FGV mostra que, sem o acordo, os fretes seriam 45% menores e o Brasil aumentaria as exportações para o Chile em cerca de US\$ 342 milhões por ano, o que representa 8,4% da exportação atual. Ainda de segundo a CNI, o acordo em



vigor causa prejuízo a mais de cinco mil empresas exportadoras e importadoras brasileiras. O Chile é o segundo maior parceiro comercial do Brasil na América do Sul.

“O acordo marítimo Brasil - Chile prevê que só empresas de bandeira brasileira ou chilena podem operar na rota. Mas o comércio está, na prática, restrito a duas empresas, o que reduz a competição e disponibilidade de navios. Pelo menos outros seis armadores com interesses em transportar mercadorias entre os dois países estão impedidos de operar na rota. Do ponto de vista brasileiro, o acordo é ainda mais nocivo, já que nos últimos anos a participação da bandeira nacional no comércio respondeu, em média, por 15% dos casos, ficando 85% do tráfego em mãos da bandeira chilena”, destacou Cristiane Brasil.

Em setembro de 2016, a CAMEX aprovou a denúncia do acordo, mas o ministério dos Transportes pediu prazo para apresentar novo estudo sobre a matéria. Em julho, a mesma CAMEX decidiu aguardar até 7 de janeiro de 2020 quando o acordo perde vigência e não deverá ser renovado.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Will Shutter/Agência Câmara



Seminários

1 - Seminário de Amizade Brasil e Itália: as relações bilaterais em debate



22 de novembro de 2017
Anexo II, Plenário 3, da Câmara dos Deputados
Horário: 09h00

FORTALECIMENTO DAS RELAÇÕES BRASIL – ITÁLIA FOI TEMA DE SEMINÁRIO NA CREDN

Brasília – O aprofundamento das relações bilaterais Brasil – Itália foi tema do seminário realizado na quarta-feira, 22, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) em conjunto com o Grupo Parlamentar de Amizade. Na oportunidade, parlamentares, diplomatas, militares e empresários brasileiros e italianos defenderam o fortalecimento das parcerias e a adoção de medidas que facilitem o intercâmbio entre os dois países.

O evento contou com as presenças do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), do ministro da Defesa, Raul Jungmann, do Embaixador da Itália no Brasil, Antonio Bernardini, dos deputados Rubens Bueno (PPS-PR), presidente do Grupo Brasil – Itália, Bruna Furlan (PSDB-SP), presidente da CREDN, e Renata Bueno, deputada italiana pela União Sul-Americana dos Emigrantes Italianos.

De acordo com Maia, a presença histórica da comunidade italiana no Brasil torna cada vez mais importante o relacionamento entre os dois países. O deputado esteve recentemente na Itália para celebrar a presença da Força Expedicionária Brasileira (FEB) que em 16 de julho de 1944, há 72 anos, desembarcou em Nápoles os primeiros dos 25 mil soldados que o Brasil enviou para derrotar o nazifascismo na 2ª Guerra Mundial.

Já o ministro da Defesa, Raul Jungmann, afirmou que um dos destaques da parceria entre os dois países está na área da defesa. Segundo ele, “temos um projeto de modernização e recomposição da frota de blindados do Exército com a ajuda da fabricante italiana Iveco. O caça AMX, que gerou um grande salto para a Embraer, é outro exemplo. Além disso, há a expectativa de parceria com a Itália para a exploração do Centro de Lançamentos de Alcântara, no Maranhão”.

A importância da Itália para o Brasil é retratada pelo presidente do Grupo Parlamentar, Rubens Bueno, quem destaca que “a Itália é um dos dez países que mais investem no Brasil. São cerca de 900 empresas italianas no nosso país, empregando quase 200 mil trabalhadores”.

Durante o seminário também foram discutidas ações para facilitar a vida dos cidadãos brasileiros e italianos, como o acordo que permite o uso das respectivas carteiras de motorista. A deputada Renata Bueno, representante brasileira no Parlamento Italiano, afirmou que “a medida foi aprovada pela Itália e, aqui no Brasil, passou pela Câmara e pelo Senado, devendo entrar em vigor em no máximo 60 dias”.

Além disso, os dois países trabalham para promover mudanças em relação à política de emissão de vistos com o objetivo de incentivar os negócios. Para tanto, a Embaixadora Maria Dulce Barros, do ministério das Relações Exteriores, explicou que a nova Lei de Migração torna o processo mais simples. “Os vistos não serão mais de turismo, de negócios ou de trabalho temporário. Passam a ser todos vistos de visita, o que facilita a concessão dos documentos”, explicou.

Texto: Marcelo Rech

Foto: Luis Macedo

9H- CERIMÔNIA DE ABERTURA DO SEMINÁRIO

MESA DE ABERTURA:

- DEPUTADO RODRIGO MAIA, PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS;
- SENHOR RAUL JUNGSMANN, MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA;
- DEPUTADA BRUNA FURLAN, PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS;
- DEPUTADO RUBENS BUENO, PRESIDENTE DO GRUPO PARLAMENTAR DE AMIZADE BRASIL - ITÁLIA;
- SENHORA RENATA BUENO, DEPUTADA ITALIANA PELA UNIÃO SUL-AMERICANA DOS EMIGRANTES ITALIANOS (USEI); E
- SENHOR ANTONIO BERNARDINI, EMBAIXADOR DA ITÁLIA NO BRASIL
- EMBAIXADORA MARIA DULCE SILVA BARROS, SUBSECRETÁRIA-GERAL, DESIGNADA, DAS COMUNIDADES BRASILEIRAS E DE ASSUNTOS CONSULARES E JURÍDICOS, REPRESENTANDO O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, ALOYSIO NUNES.

10H- MESA 1: DEFESA E VISTO (TEMAS DA AGENDA DE ESTADO)

- VICE-ALMIRANTE MARCELO FRANCISCO CAMPOS, DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO COMERCIAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA;
- SENHOR PAULO GUSTAVO IANSEN DE SANT'ANA, CHEFE DA DIVISÃO DE IMIGRAÇÃO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES;
- SENHOR RODRIGO PIRONTI, ADVOGADO, PÓS DOUTOR EM DIREITO PÚBLICO PELA UNIVERSIDAD COMPLUTENSE DE MADRID, REPRESENTANDO O INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO;
- SENHOR ALEXANDRE BERNARDES, REPRESENTANTE DA IVECO - VEÍCULO DE DEFESA; E
- SENHOR ARMANDO LEMOS, VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE MATERIAIS DE DEFESA E SEGURANÇA (ABIMDE).

13H- PAUSA PARA ALMOÇO

14H- MESA 2: COOPERAÇÃO CULTURAL, TÍTULOS UNIVERSITÁRIOS, CONVENÇÃO DE HAIA, CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CNH) E VOTO ADMINISTRATIVO (TEMAS DE INTERESSE DA COMUNIDADE ITALIANA NO BRASIL.)

-
- DEPUTADO RUBENS BUENO, PRESIDENTE DO GRUPO PARLAMENTAR DE AMIZADE BRASIL - ITÁLIA;
 - SENHORA RENATA BUENO, DEPUTADA ITALIANA PELA UNIÃO SUL-AMERICANA DOS EMIGRANTES ITALIANOS (USEI);
 - SENHOR ANTONIO BERNARDINI, EMBAIXADOR DA ITÁLIA NO BRASIL;
 - SENHORA MARIA TEREZA UILLE GOMES, PROCURADORA DE JUSTIÇA E CONSELHEIRA DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ);
 - SENHOR MÁRCIO EVANGELISTA - JUIZ AUXILIAR DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ);
 - DEPUTADA ITALIANA ADRIANA GALGANO;
 - SENHOR GABRIEL FELIPE DA FONSECA DIZNER, COORDENADOR DO NÚCLEO DE EUROPA DA ASSESSORIA INTERNACIONAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO;
 - SENHORA NEDI TEREZINHA LOCATELLI - CONSELHEIRA TITULAR DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, COORDENADORA DO COLETIVO GIRÀNII CULTURA ITALIANA;
 - SENHOR FERNANDO ROVEDA - REPRESENTANTE DA COMUNIDADE ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL.



Outros Eventos

1 - Grupo Parlamentar Brasil – UE promove workshop sobre Migração (03/04/2017)

No dia 03 de abril de 2017, foi realizado o workshop para debater a “A Diplomacia Pública da União Europeia na América Latina”, com o tema “Migração”, que contou com a presença do professor Christof Roos, research professor at the Institute for European Studies (IES) at the Vrije Universiteit Brussels (VUB).

O evento foi realizado pela CREDN em parceria com o Grupo Parlamentar Brasil - União Europeia; a Delegação da União Europeia no Brasil; a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI); e o Instituto InfoRel de Relações Internacionais e Defesa. O requerimento aprovado, que possibilitou a realização do evento, foi de autoria do deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG).

No mês de abril, professores do Colégio da Europa, cuja sede está na cidade de Bruges, na Bélgica, estavam em Brasília para ministrar formação aos futuros diplomatas brasileiros que cursam o Instituto Rio Branco. “A realização do workshop pretende aproveitar esse momento para tratar do tema Migração, junto a parlamentares, assessores legislativos e ao público interessado nas Relações Internacionais”, explicou Barbosa, presidente do Grupo Parlamentar Brasil - União Europeia.

O deputado lembrou que em 2014, quando presidiu a CREDN, priorizou os temas sociais ligados à política internacional, “e neste sentido, sempre focamos a questão da Migração, um tema que hoje está no topo da agenda de política exterior não apenas da maioria dos países como dos principais organismos internacionais. A realização deste evento é uma forma também de demonstrar a preocupação do Parlamento brasileiro com a temática”, afirmou.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Alessandro Loyola)



2 - Bruna Furlan assume presidência da Comissão de Inteligência do Congresso (03/04/2017)

A deputada Bruna Furlan, presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), da Câmara dos Deputados, assumiu no dia 03/04, a presidência da Comissão Mista de Controle da Atividade de Inteligência do Congresso Nacional (CCAI), órgão de controle externo das atividades da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

Segundo ela, “a tarefa da CCAI é de extrema importância para a democracia. Afinal, não há dúvidas de que a atividade de inteligência é fundamental para a segurança do Estado e da Sociedade, e plenamente compatível com o regime democrático. Também não há dúvida de que o setor de inteligência lida com informação, e que informação é poder”, afirmou.

De acordo com a deputada, “os riscos de que aqueles que lidam com tanto poder extrapolem suas obrigações e cometam arbitrariedades são altos”, razão pela qual “de extrema relevância é também o papel daqueles que têm por missão fiscalizar e controlar esses serviços e garantir que operem dentro da legalidade e de acordo com os princípios democráticos, obtendo dados e informações e produzindo conhecimento para assessorar o processo decisório nos mais distintos níveis”, explicou.

O vice-presidente da CCAI seria o senador Fernando Collor (PTB-AL), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal. O colegiado seria integrado por seis senadores e seis deputados, e teria como principal atribuição fiscalizar e controlar as atividades de inteligência e contrainteligência no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN).

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Rodrigo Bertoti)



3 - Bruna Furlan destaca papel do Exército para o desenvolvimento nacional (19/04/2017)

A presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), da Câmara dos Deputados, deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), participou, na quarta-feira, dia 19/04, da solenidade em comemoração ao Dia do Exército, no Quartel General da Força Terrestre em Brasília. Na ocasião, ela destacou a importância do Exército para o desenvolvimento e a unidade nacional.

“Os nossos militares estão entre os mais capacitados do mundo. Temos muito do que nos orgulhar. Além disso, sempre atenderam as demandas do país colocando a segurança nacional e os interesses do povo em primeiro lugar. Hoje, nossos militares estão presentes em todo o território brasileiro e são os primeiros em atender as populações mais isoladas e carentes”, afirmou.

A deputada lembrou, ainda, o alto nível das escolas militares e das unidades de formação dos oficiais do Exército. Recordou o papel desempenhado pelos batalhões de engenharia que realizam grandes obras não apenas no Brasil, mas em apoio às missões de paz sob a égide das Nações Unidas.

Segundo ela, “precisamos fortalecer o apoio ao nosso Exército, Marinha e Aeronáutica para que o Brasil conte com Forças Armadas modernas, equipadas, treinadas e atualizadas à realidade da atual conjuntura internacional e dos desafios cada vez mais difusos”, explicou.

A deputada também elogiou o trabalho realizado pelo Comandante do Exército, General Eduardo Dias Villas Bôas, “um militar com sensibilidade política e social que lidera suas tropas com o orgulho de servir ao seu país, algo que é transmitido a cada oficial, a cada soldado”, reconheceu.

“A instituição completa 369 anos de relevantes serviços prestados à pátria, com elevado e sólido índice de confiança da sociedade brasileira. A todos os integrantes da força terrestre, os nossos parabéns”, concluiu.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



4 - CREDN prestigia lançamento da ação contra o tráfico de pessoas e o contrabando de Migrantes (19/04/2017)

A Ação Global para Prevenir e Combater o Tráfico de Pessoas e o Contrabando de Migrantes, lançada na quarta-feira, dia 19/04, pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), foi prestigiado pela presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), da Câmara dos Deputados, deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), que presidiu, em 2016, a Comissão Especial da nova Lei de Migração, aprovada em definitivo pelo Senado Federal no dia 18/04.

A deputada fez questão de destacar a relevância da iniciativa que contava, também, com o apoio da União Europeia e seria implementado até 2019. “Estamos vivendo uma onda de criminalização das migrações e retorno à escravidão com a comercialização de seres humanos em feiras. Pessoas vulneráveis que fogem de conflitos e guerras estão sendo usadas como mercadoria e precisamos pôr um freio nisso”, explicou.

Bruna Furlan ainda aproveitou o evento para comemorar a aprovação da Lei de Migração pelo Senado Federal. Segundo ela, “a aprovação da lei foi um passo importante, mas já iniciamos o diálogo com o ministério da Justiça visando à regulamentação da nova legislação”, assegurou.

Ela elogiou a iniciativa das Nações Unidas de lançar o GloAct, resposta da comunidade internacional ao tráfico de pessoas e ao contrabando de migrantes, e que deverá ser implementado em 13 países estrategicamente selecionados da África, Ásia, Leste Europeu e América Latina. “Projetos como este precisam de todo o nosso apoio e suporte, principalmente por estar focado na assistência às autoridades governamentais, organizações da sociedade civil, vítimas de tráfico e migrantes”, explicou.

Na oportunidade, Bruna Furlan reforçou o diálogo por mais cooperação neste campo com o Embaixador da União Europeia no Brasil, João Gomes Cravinho, que também elogiou a aprovação final da Lei de Migração brasileira.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



5 - CREDN prestigia Ciclo de Painéis sobre a Conjuntura Global no Senado (24/04/2017)

A presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, deputada Bruna Furlan (PSDB-SP) tem prestigiado o Ciclo de Painéis sobre a Conjuntura Global realizado pela Comissão de Relações Exteriores do Senado. Na segunda-feira, dia 24, ela participou dos debates acerca da Rússia e o seu papel na geopolítica mundial.

“Esse ciclo de debates, que toda semana reúne especialistas altamente qualificados, é fundamental para que tenhamos uma melhor compreensão acerca dos principais temas da agenda global. Trata-se de uma iniciativa absolutamente louvável do presidente Collor e nos ajuda muito em nosso trabalho na Câmara”, afirmou a deputada.

Participaram do debate o Coronel Marco Antônio de Freitas Coutinho, ex-Adido Militar em Moscou; a professora Lenina Pomeraz, do Departamento de Economia da Universidade de São Paulo (USP); o professor Gustavo Trompowsky Heck, presidente da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG); e o jornalista Carlos Fino, que foi correspondente da Rádio e Televisão Portuguesa (RTP) na Rússia no período Brejnev, Gorbachov e a queda da então União Soviética.

Os palestrantes reconheceram que o Ocidente possui um histórico de tentativas de isolamento da Rússia e de impedimento de que o país exerça influência extrarregional, fora do Leste Europeu, o que tem alimentado um sentimento nacionalista forte e que poderá produzir resultados opostos aos pretendidos.

Na avaliação geral, o líder russo Vladimir Putin tem se fortalecido internamente após eventos como a guerra com a Geórgia, em 2008, a anexação da Crimeia e o conflito com a Ucrânia, desde 2014, e a atual crise na Síria, situações que preocupam os Estados Unidos e a União Europeia. Há um entendimento de que o Ocidente continua buscando formas de conter a Rússia como na época da Guerra Fria.

O jornalista português Carlos Fino, por exemplo, entende que mesmo após a dissolução da então União Soviética e a redução do seu papel estratégico mundial, a Rússia conseguiu manter-se forte e caminha para consolidar-se como potência, inclusive pelo seu tamanho, população, e riquezas naturais como petróleo e gás. A professora Lenina Pomeranz, da (USP), acredita que o sentimento interno preponderante é pela retomada do protagonismo internacional da Rússia, algo que é encarnado pelo próprio presidente Putin.

Os participantes defenderam ainda uma maior aproximação das grandes lideranças ocidentais com a Rússia e o aprofundamento da cooperação internacional.

Para Bruna Furlan, “o Brasil não pode ficar de fora desse debate uma vez que a Rússia é um parceiro estratégico, membro dos BRICS e com o qual temos relações muito próximas, inclusive na área de Defesa”, concluiu. Anteriormente, ela já havia participado dos debates sobre “O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?”; e “A Configuração da Ordem Internacional Contemporânea e a Atuação do Brasil”.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



6 - Magistrados e MP são ouvidos sobre alterações nos Códigos Penal e de Processo Penal Militar (26/04/2017)

A Subcomissão Especial Destinada a Discutir e Propor Alterações aos Códigos Penal e de Processo Penal Militar realizou, no dia 26/04/17, reunião de audiência pública em atendimento a requerimento do deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG), para quem “é de fundamental importância que a Subcomissão Especial ouça e receba, no início de seus trabalhos, as ricas contribuições das autoridades, para o bom desempenho da sua missão”, afirmou.

No encontro, foram ouvidos o ministro José Coêlho Ferreira, presidente do Superior Tribunal Militar; e os juízes Silvio Hiroshi Oyama, presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo; Fernando Antônio Nogueira Galvão da Rocha, presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais; o Coronel Fábio Duarte Fernandes, vice-presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul e o Senhor Marcelo Weitzel Rabello de Souza, Subprocurador-Geral de Justiça Militar e Secretário de Relações Institucionais do Ministério Público Militar.

A presidente da Subcomissão Especial, deputada Jô Moraes (PCdoB-MG) informou que apresentará na próxima semana requerimento para que também sejam ouvidas a Defensoria Pública e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Ela defendeu, ainda, a elaboração de um plano de trabalho fixando um prazo para a conclusão dos trabalhos.

“Não podemos debater este tema por um período indeterminado. Vamos ouvir todos aqueles que podem contribuir para modernizar os códigos e a partir daí, elaborar uma proposta que possa ser apreciada por este Parlamento”, explicou.

Relator da matéria, Subtenente Gonzaga reiterou a disposição do Colegiado em “propor uma grande mudança na legislação uma vez que ambos os códigos requerem atualização urgente e é isso o que vamos buscar nas várias audiências públicas que realizaremos também nos estados”.

O deputado pretende realizar outras oito audiências regionais para que o tema seja esgotado em termos de discussão com todos os atores envolvidos. “O nosso objetivo foi atingido, pois confirmamos a necessidade de atualização desses dois instrumentos. Nós estamos nos esforçando dentro dessa perspectiva de ser militar e cidadão”, afirmou.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulvida)



7 - CREDN apoiará reestruturação e fortalecimento do Programa Espacial Brasileiro (26/04/2017)

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados apoiará a reestruturação e o fortalecimento do Programa Espacial Brasileiro, bem como a transformação da Base de Lançamentos de Alcântara (CLA), no Maranhão, em um Centro Espacial. O compromisso foi assumido, no dia 26/04/17, pela deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), presidente do Colegiado.

Ela aproveitou o lançamento da Frente Parlamentar para a Modernização do Centro de Lançamentos de Alcântara, para reafirmar o compromisso com a revitalização do Programa Espacial Brasileiro e confirmou a realização de audiências públicas a serem realizadas pela CREDN para tratar do assunto.

“Já aprovamos dois requerimentos a respeito e apreciaremos mais um do deputado Pedro Fernandes (PTB-MA), para ouvirmos autoridades do ministério da Defesa, do Comando da Aeronáutica, e da Agência Espacial Brasileira, para debatermos a importância e o potencial que tem o CLA para o Brasil”, explicou a deputada.

Presidente da Frente, o deputado José Reinaldo (PSB-MA), lembrou que Alcântara “é um dos melhores locais do mundo para lançamentos aeroespaciais, devido à sua proximidade com a Linha do Equador e a dinamização do Centro trará reflexos diretos para o desenvolvimento tecnológico brasileiro”. Segundo ele, 222 deputados integram o movimento que deve ganhar novos adeptos nos próximos dias.

Na avaliação de Pedro Fernandes, autor do requerimento para debater o assunto na CREDN, “o objetivo dessa audiência é ouvir as instituições para que contribuam com o crescimento do Centro de Lançamentos, expliquem a sua relevância para a soberania nacional, a potencialidade que possui, os acordos de cooperação internacional, além de envolvermos a academia por meio das universidades federais e estaduais”, afirmou.

De acordo com Bruna Furlan, “este evento também nos permitirá saber sobre a evolução dos diálogos que o Brasil tem mantido, especialmente com os Estados Unidos, país com o qual acaba de firmar importante memorando de entendimento para abrir negociações para um novo acordo espacial”, concluiu.

José Reinaldo disse ainda que o mercado mundial de lançamento de satélites movimentava cerca de US\$ 300 bilhões por ano. Tanto ele como Pedro Fernandes acreditam que o Brasil não pode ficar de fora deste clube e precisa priorizar os investimentos no Programa Espacial, que, em 2016, recebeu apenas R\$ 300 milhões em recursos. No mesmo período, a Argentina investiu US\$ 1.2 bilhão em seu programa espacial.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



8 - Bruna Furlan é agraciada com a Medalha da Vitória pelo MD (08/05/2017)

A presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), foi agraciada nesta segunda-feira, 8, com a Medalha da Vitória pelo ministério da Defesa. A condecoração foi instituída em 2014 pelo MD e homenageia militares das Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica) e civis nacionais e estrangeiros que contribuíram para a difusão das ações e dos resultados alcançados pela Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Guerra Mundial, e em defesa da liberdade e da paz mundial.

Além disso, relembra o 8 de maio de 1945 quando as tropas alemãs se renderam ao Alto Comando das Forças Aliadas, na Segunda Guerra Mundial, pondo fim a um dos mais sangrentos capítulos da humanidade. “Sinto-me honrada com essa condecoração que divido com os demais membros da CREDN pelo trabalho que realizamos em prol da Defesa Nacional e das nossas Forças Armadas”, afirmou a deputada.

Neste ano, 97 personalidades civis e militares e 28 ex-combatentes da FEB foram contemplados com a comenda, além de três instituições. “A Medalha da Vitória também nos ajuda a manter viva a história daqueles brasileiros que lutaram na Segunda Guerra Mundial e deram suas vidas em nome de um mundo com mais paz, solidariedade e tolerância”, destacou.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



9 - Presidente da CREDN participa de debate sobre onda populista no mundo (08/05/2017)

Bruna Furlan (PSDB-SP), presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, participou, na segunda-feira, dia 08/05/17, do 4º painel de uma série de debates promovidos pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado Federal sobre o Brasil e a ordem internacional. Na oportunidade, quatro especialistas expressaram preocupação com a onda populista no mundo, especialmente após o anúncio da saída do Reino Unido da União Europeia.

“O cenário internacional nos revela cada vez mais a importância de implementarmos uma política externa que prime pela unidade e integração com o fortalecimento do diálogo e da cooperação”, afirmou Bruna Furlan. De acordo com os especialistas ouvidos, também a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos e o crescimento de candidatos nacionalistas em eleições recentes na França, na Holanda e na Áustria, são parte de um ciclo, não um destino final.

O professor Mathias Alencastro, Doutor em Ciência Política pela Universidade de Oxford, por exemplo, não percebe um caráter duradouro e uma narrativa global da onda populista. Na sua avaliação, tanto o Brexit quanto a eleição de Trump seriam resultados de questões locais.

Já o professor Lucio Rennó, PHD em Ciência Política, acredita que é preciso analisar se as mudanças que ocorreram atualmente na política em vários países significam apenas ciclos de alternância de posições econômicas ou realinhamentos ideológicos reais.

Além disso, Mathias Alencastro avalia que a eleição de Emmanuel Macron é positiva para o Brasil e pode significar mais abertura comercial, mais investimento em ciência e tecnologia e mais política externa. Ele acredita que a exigência para o Brasil será de elevar o padrão de cooperação internacional, mas entende que o país, agora, tem um panorama internacional mais claro para planejar no longo prazo.

Participaram dos debates Alex Canuto, presidente da Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (ANESP); Paulo Delgado, ex-deputado federal, professor e sociólogo, pós-graduado em Ciências Políticas; Lucio Rennó, Mestre em Ciência Política (UNB), doutor em Ciência Política (University of Pittsburgh) e Pós-doutorado no Latin American and Caribbean Studies Center da SUNY Stony Brook e no German Institute for Global and Area Studies, em Hamburgo, Alemanha; e Mathias Alencastro, Doutor em Ciência Política pela Universidade de Oxford e Especialista em Política Europeia e Africana.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Moreira Mariz)



10 - Bruna Furlan encontra-se com Lilian Tintori e solidariza-se por situação venezuelana (11/05/2017)

A deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), reuniu-se, no 11/05/17, com Lilian Tintori, esposa de Leopoldo López, que está preso na Venezuela há três anos e dois meses. Tintori veio ao Brasil acompanhada da mãe do político, Antonieta Mendoza, e recebeu a solidariedade da presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados. “A Lilian é um exemplo de coragem e firmeza para todos nós. Apesar da dor da separação e das imensas dificuldades com que tem que lidar diariamente, sempre a encontramos forte e combativa, o que nos anima ainda mais a lutar em defesa dos venezuelanos que sofrem sem alimentos, remédios e as ações de um governo repressor”, afirmou.

Lilian Tintori agradeceu o apoio da deputada e os seus esforços por ajudar também os venezuelanos que fogem diariamente daquele país com destino ao Estado de Roraima. Segundo ela, “o Brasil é um exemplo de autonomia e democracia e tem papel fundamental neste processo de transformação que buscamos alcançar em nosso país”, disse. Além disso, reiterou que “o país é governado por uma ditadura que mata a queima-roupa, que não é apenas repressivo, mas que ataca as pessoas que protestam por falta de comida e de remédios”, explicou.

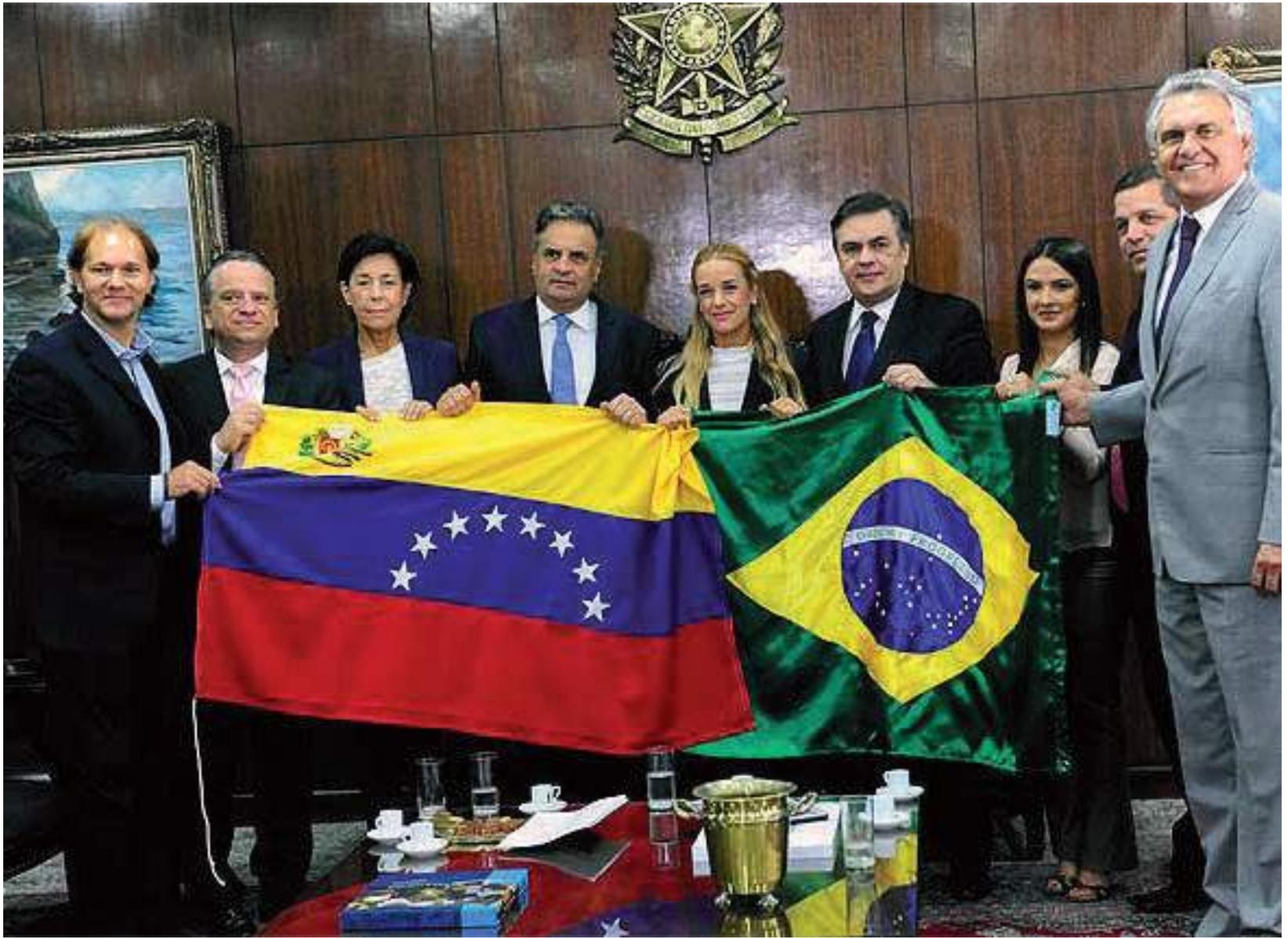
Bruna Furlan, os deputados Rocha (PSDB-AC) e Rubens Bueno (PPS-PR) e os senadores Aécio Neves (PSDB-MG), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e Ronaldo Caiado (DEM-GO), defenderam a adoção de uma postura mais firme e dura por parte do Brasil em relação às violações dos direitos humanos na Venezuela. Eles pretendem conversar com o ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, para estudar medidas efetivas contra os abusos cometidos naquele país.

Na avaliação das venezuelanas, dentro do regime chavista há uma crescente insatisfação e descontentamento com o governo e suas ações contra a população civil. Tintori destacou que este sentimento já é bem forte junto aos membros do Judiciário, Polícia e Forças Armadas.

Sobre a situação do esposo, afirmou que “Leopoldo está detido em uma prisão que fica dentro de outra prisão, incommunicável, sem direito de falar sequer com seus filhos. Nós vamos seguir em frente, lutando. Se ele aguentou, nós temos que aguentar”, concluiu.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulvida)



11 - Subcomissão Especial debate reformas dos Códigos Penal Militar e de Processo Penal Militar, em Boa Vista – Roraima (11/05/2017)

O deputado Subtenente Gonzaga presidiu, no dia 22/05/2017, na Assembleia Legislativa de Roraima, em Boa Vista, seminário para discutir propostas para aperfeiçoamento e reforma dos Códigos Penal e de Processo Penal Militar.

O evento esteve a cargo da Subcomissão Especial Destinada a Discutir e Propor Alterações nos Códigos Penal e de Processo Penal Militar, criada no âmbito da CREDN. Esse seminário foi o primeiro de uma série de oito, que foram realizados em cada uma das regiões região do Brasil (norte, nordeste, centro-oeste, sudeste e sul), bem como nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Porto Alegre, sedes dos Tribunais de Justiça Militar, com a mesma finalidade, conforme o Requerimento nº 171/2016, de autoria do Deputado Subtenente Gonzaga, Relator da Subcomissão.

(Texto: Ione Alves)
(Foto: Edílson Holanda)



12 - Debatedores destacam os benefícios da abertura econômica brasileira (22/05/2017)

Especialistas na área econômica destacaram, na segunda-feira, 22/05/17, os benefícios da abertura econômica brasileira diante de um cenário que apresenta tendência de maior protecionismo. Eles participaram do 5º Painel do Ciclo de Debates “O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?”, promovido pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Senado.

Marcílio Marques Moreira, ex-embaixador do Brasil nos Estados Unidos e ex-ministro da Economia, Fazenda e Planejamento; Carlos Pio, Secretário de Planejamento Estratégico da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, e Samuel de Abreu Pessoa, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV), discorreram sobre o tema. A presidente da CREDN, deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), também participou do evento ao lado do senador Fernando Collor, presidente da CRE.

Em termos gerais, os três conferencistas concordaram sobre a necessidade de se sustentar a economia global aberta, reduzindo-se ao máximo as barreiras. Para o economista da FGV, Samuel Pessoa, uma maior abertura permitirá diminuir drasticamente as desigualdades e gerar riqueza. Por outro lado, reconheceu que o influxo de trabalhadores asiáticos no mercado global transferiu para eles os empregos de menor qualificação, afetando as populações mais vulneráveis dos centros desenvolvidos.

Para o ex-ministro Marcílio Marques Moreira, o século 20 viu a construção muito acelerada de uma nova hierarquia de valores entre os povos, o que potencializou o crescimento de incertezas em todos os campos – inclusive políticos e econômicos. Na sua avaliação, ainda não houve tempo para que a comunidade global pudesse “normalizar” esse sentimento coletivo de “perda de rumo”.

Carlos Pio também exaltou a globalização como caminho histórico de enriquecimento humano, e criticou a economia brasileira, que considera uma das mais fechadas e protecionistas do planeta. Ele entende que há um relativo consenso no Brasil de que proteger a economia é dever do Estado, contrária à lógica que promove crescimento sustentável em níveis mais elevados.

Na opinião do professor, isso é uma característica compartilhada pelos países do MERCOSUL, que, por isso, têm ficado para trás em relação aos seus vizinhos que firmaram acordos de livre comércio no âmbito da Aliança do Pacífico.

Bruna Furlan reiterou a importância dessa discussão e assinalou “que o Brasil não pode ficar para trás no comércio exterior e precisa estar atento às tendências”. Segundo ela, “esses debates nos permitem conhecer diferentes pontos de vista e formar opinião a partir de apresentações altamente qualificadas”, concluiu.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Jonas Pereira)



13 - Bruna Furlan e Luiz Carlos Hauly destacam atuação da CREDN nos temas da Defesa Nacional (23/05/2017)

A deputada Bruna Furlan, presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) e da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional (CCCAI); e o deputado Luiz Carlos Hauly, membro da CREDN, foram os palestrantes no encontro dirigido aos oficiais superiores, alunos do curso de Altos Estudos da Escola Superior de Guerra (ESG), da Escola de Guerra Naval (EGN) e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), na terça-feira, 23/05/17, no Colégio Militar de Brasília.

Segundo Bruna Furlan, “esta foi uma oportunidade de nos conhecermos melhor e trocar ideias sobre temas tão caros às nossas Forças Armadas, ao Poder Legislativo brasileiro e às Relações Internacionais. Isso porque não se pode dizer da diplomacia sem o braço militar, assim como a condução dos conflitos não pode prescindir da diplomacia”.

A presidente da CREDN ressaltou ainda que “os deputados que a integram têm um papel de extrema relevância nas discussões e na condução de matérias de interesse nacional, nos campos interno e externo, muitas vezes polêmicas, mas que exigem um posicionamento em consonância com os objetivos nacionais do Estado”.

Bruna Furlan chamou a atenção para as dificuldades por que passam as instituições militares e seus integrantes e assegurou que os seus anseios são acompanhados pela Comissão e em geral, as Forças Armadas são muito bem vistas tanto por deputados como pelos senadores, contando, invariavelmente, com o apoio irrestrito às suas demandas.

“De um lado, as questões de maior relevo como as aquisições externas e internas e o desenvolvimento pela indústria nacional de material de defesa, tais como aviões, submarinos, blindados e outros itens, são acompanhadas de perto pelos membros da Comissão. Na Marinha, o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) e o Sistema de Vigilância da Amazônia Azul; no Exército, os projetos Astros 2020, Guarani e Sisfron; e na Força Aérea Brasileira, as aquisições das aeronaves de caça Gripen NG e o desenvolvimento do KC-390, dentre muitos outros Projetos Estratégicos”, afirmou.

“Acreditamos que este trabalho pode contribuir para pôr fim ao processo de sucateamento a que tinham sido condenadas as Forças Armadas nos últimos anos. Entretanto, ainda nos preocupam as restrições orçamentárias e o risco de elas afetarem os diversos programas de pesquisa e desenvolvimento no campo militar, que permitiriam incrementar a produção de material bélico nacional e também a formação de uma massa inteligente passível de aplicação nas mais diversas áreas”, destacou Luiz Carlos Hauly.

Ainda segundo ele, “devemos considerar também que muitos dos produtos desenvolvidos podem ter uso dual, ou seja, os mesmos produtos, com algumas características modificadas, são de utilidade no mercado civil ou no âmbito da Segurança Pública”.

Os dois acreditam que é preciso investir na indústria de material de defesa por múltiplos aspectos: autonomia na produção de armamentos, munições, veículos e equipamentos; domínio de tecnologia sensível; geração de empregos; possibilidade de aumento de itens na pauta de exportação; e pelas repercussões de natureza social, entre outros.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)





14 - Subcomissão Especial debate reformas dos Códigos Penal Militar e de Processo Penal Militar, em São Paulo – São Paulo (26/05/2017)

O deputado Subtenente Gonzaga presidiu, na manhã do dia 26/05/2017, na Assembleia Legislativa de São Paulo, a segunda reunião do Seminário que discute as propostas para aperfeiçoamento/reforma dos Códigos Penal e de Processo penal Militar, tema de subcomissão especial da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, cuja presidente era a deputada Jô Moraes.

(Texto: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

(Foto: Edílson Holanda)



15 - Subcomissão debate em Goiás Códigos Penal e de Processo Penal Militar (05/06/2017)

A subcomissão integra a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. O evento foi proposto pelo relator, deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG).

Os integrantes do colegiado ouviram deputados estaduais, subprocuradores militares, juízes, operadores do direito, estudiosos da matéria, policiais militares, bombeiros e associações de militares.

Além de Goiás, outros sete Estados também sediaram ou sediarão ainda em 2017 os debates, a saber: Roraima (realizado em 22/05); São Paulo (realizado em 26/05); Minas Gerais (realizado em 29/05); Espírito Santo (19/06); Ceará (26/06); Santa Catarina (30/06); e Rio Grande do Sul (03/07).

(Texto: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

(Foto: Assessoria do Deputado Subtenente Gonzaga)



16 - Grupo Brasil – Argentina foi reativado e teve Bruna Furlan e Fernando Collor em sua condução (07/06/2017)

O Grupo Parlamentar Brasil – Argentina foi reativado no dia 07/06/17, e contou na sua presidência com o senador Fernando Collor (PTC-AL) e com a deputada Bruna Furlan (PSDB/SP) na vice-presidência. A ideia era fortalecer a diplomacia parlamentar entre os dois países e contribuir para a resolução de problemas bilaterais. O Embaixador da Argentina no Brasil, Carlos Magariños, participou do evento e agradeceu o gesto dos presidentes da CRE e CREDN.

Ele disse acreditar que “as relações Brasil – Argentina são a força motriz do MERCOSUL e este grupo certamente contribuirá muito para o adensamento dessa integração e das relações de longo prazo”, afirmou. A reativação do grupo já havia sido discutida pelo então chanceler, Aloysio Nunes Ferreira e a vice-presidente argentina e presidente do Senado daquele país, Gabriela Michetti. Também em março de 2017, os presidentes Mauricio Macri e Michel Temer reafirmaram em Brasília o interesse em fortalecer os laços entre os respectivos legislativos.

De acordo com o senador Fernando Collor, a cooperação interparlamentar dar-se-ia por meio de visitas parlamentares, a realização de congressos, seminários, simpósios, debates, conferências, estudos e encontros de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira. Segundo ele, “indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas de interesse para o desenvolvimento das relações entre o Brasil e a Argentina”, destacou.

“Nós vamos trabalhar intensamente para contribuir de forma positiva com as relações estratégicas entre os dois países, a assinatura de acordos e suas respectivas ratificações e também na solução de entraves que acabam prejudicando o relacionamento bilateral e regional”, explicou Bruna Furlan.

A deputada destacou ainda que “Brasil e Argentina devem atuar em conjunto para que as relações extrarregionais sejam igualmente aprofundadas, especialmente no âmbito do Tratado de Livre Comércio com a União Europeia, previsto para ser firmado em 2017 sobre as presidências argentina e brasileira do MERCOSUL”, concluiu.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Agência Câmara)



17 - Bruna Furlan representa a CREDN em homenagem do Senado aos 25 anos da Rio 92 (13/06/2017)

A deputada Bruna Furlan (PSDB-SP) representou a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados na sessão do Senado Federal em homenagem aos 25 anos da realização da Rio 92. Na oportunidade, o senador Fernando Collor (PTC-AL) propôs a criação de uma instituição ambiental independente, para acompanhar e articular junto a foros e assembleias legislativas de nações mais reticentes o cumprimento das metas do Acordo de Paris, assinado na COP-21.

Além disso, ele criticou a saída dos Estados Unidos do Acordo do Clima e afirmou que, com a decisão, o presidente norte-americano, Donald Trump, sentenciou a humanidade ao desaparecimento paulatino e à morte. Na avaliação de Bruna Furlan, “a Rio 92 foi um divisor de águas no tratamento dos temas ambientais. Foi a partir desta cúpula que a agenda do meio ambiente entrou definitivamente no radar das grandes potências e dos países emergentes”, afirmou.

A deputada também reconheceu o trabalho executado pelos embaixadores Paulo Tarso Flecha de Lima, Marcos Azambuja, e Carlos Garcia, que junto com o então Secretário de Meio Ambiente do Governo Federal, José Goldemberg, foram os responsáveis pelo evento que contou com mais de 170 Chefes de Estado e de Governo, transformando-o num dos maiores eventos internacionais já realizados no âmbito das Nações Unidas.

A sessão solene pelos 25 anos da Rio 92 contou ainda com a presença do Subsecretário-Geral da Organização das Nações Unidas e Diretor Executivo da ONU Meio Ambiente, Erik Solheim, para quem “a principal mensagem da Rio 92 é a necessidade de o desenvolvimento econômico, social e ambiental caminharem juntos”.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Agência Senado)



18 - Câmara e Senado farão esforço para que acordos internacionais sejam apreciados com mais rapidez (13/06/2017)

As comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (CREDN) e do Senado Federal (CRE) farão um esforço conjunto para que os acordos internacionais em tramitação no Congresso Nacional sejam apreciados com mais rapidez. Para tanto, a deputada Bruna Furlan (PSDB-SP) e o senador Fernando Collor (PTC-AL) discutirão a apresentação de um projeto de resolução para alterar as normas regimentais que versam sobre o assunto.

Na avaliação do senador, “chega a ser vexatório para o nosso país. Este é um nó que temos que desatar. Têm acordos que ficam dez anos tramitando pelo Congresso. Defendo que adotemos um mecanismo como o fast track, uma via rápida na análise destes acordos”, defendeu.

“Os acordos internacionais são compromissos que o Brasil assume perante a comunidade internacional e o Poder Legislativo precisa responder com rapidez, agilidade e de acordo com os interesses nacionais. Não podemos aceitar que essas proposições fiquem em segundo plano, principalmente quando o país precisa resgatar credibilidade e confiança internacionais”, afirmou Bruna Furlan.

A proposta tem o apoio de dezenas de parlamentares, encontra respaldo suprapartidário e poderá ser discutida já a partir da próxima semana. Na avaliação dos membros da CRE, um dos grandes entraves diz respeito à tramitação dos acordos internacionais na Câmara dos Deputados, onde os tratados passam por diversas comissões.

Para a presidente da CREDN, “o Brasil é um país com o qual todos querem firmar acordos e fazer cooperação, mas muitas vezes a demora em implementarmos essas ações desestimula o interesse estrangeiro. É algo que impacta também nos investimentos internacionais e, portanto, em nossa economia”, explicou.

O assunto foi debatido na terça-feira, dia 13/06/17, na Comissão de Relações Exteriores do Senado. Fernando Collor informou que “antes de ser formalizada, a proposta deverá ter a anuência do presidente do Senado, Eunício Oliveira, e da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia”.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Gilmar Félix)



19 - Câmara celebra os 60 anos do Tratado de Roma e a Parceria Estratégica Brasil - UE (21/06/2017)

“A União Europeia é um dos maiores símbolos de que o mundo dispõe para celebrar a paz e os avanços que a convivência harmoniosa geram em prol da humanidade. Não por acaso, foi agraciada, em 2012, com o Nobel da Paz”, afirmou o deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), presidente do Grupo Parlamentar Brasil – União Europeia, na sessão solene da Câmara dos Deputados realizada nesta quarta-feira, dia 21, em homenagem aos 60 anos do Tratado de Roma que deu origem à União Europeia e os 10 anos da Parceria Estratégica Brasil – UE.

Segundo ele, esse modelo bem-sucedido de convívio entre nações não está, contudo, imune aos levantes nacionalistas e ao surgimento de forças que tentam se sobrepor ao enunciado da integração e da concórdia. Provavelmente, serão esses alguns dos maiores desafios a serem enfrentados pelo bloco europeu num futuro próximo”, advertiu.

O deputado lembrou, ainda, que em 2014 mais de um terço do comércio entre a União Europeia e a América Latina teve como endereço o Brasil. “Recebemos mais da metade dos investimentos europeus na região. O Brasil é o maior exportador de produtos agrícolas para a União Europeia. E o bloco é, em termos globais, nosso maior parceiro comercial, com quem transacionamos cerca de 20% de tudo o que compramos e vendemos anualmente”, destacou.

Para o líder do PPS, Rubens Bueno (PR), a realização da sessão solene “oferece inequívoca demonstração de que a Câmara dos Deputados se encontra plenamente afinada com o conceito de parceria entre as nações para o pleno desenvolvimento de toda a comunidade internacional. Embora os países difiram em níveis de riqueza e prosperidade, o intercâmbio de experiências, tecnologia e recursos sempre desaguará, temos certeza, no progresso, material e cultural, de todos os participantes”, afirmou.

Nos dias atuais, em que as fronteiras geográficas se fazem praticamente invisíveis em razão de o mundo digital situar indivíduos do Oriente e do Ocidente no mesmo “espaço”, é bastante frutífero que se promova a integração de pessoas, grupos, sociedades e países.

Bueno recordou que desde a assinatura da Parceria Estratégica Brasil - União Europeia em 2007, “dois Planos de Ação Conjunta entraram em vigor, e um terceiro, já preparado, aguarda deliberação; e 33 diálogos setoriais foram pactuados, contemplando diversos temas e áreas de atuação, como educação, direitos humanos, nível de pobreza, meio ambiente, saúde pública, geração de energia, estabilidade política e econômica”, explicou.

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), Bruna Furlan afirmou que “Europa e Brasil sempre estiveram juntos. Algumas de nossas mais marcantes características étnicas resultam dos movimentos imigratórios vindos do Velho Mundo, que fizeram aportar a estas terras brasileiras – e aqui permaneceram –, além de portugueses, também espanhóis, gregos, alemães, poloneses, italianos, entre outros”.

Na sua avaliação, a Parceria Estratégica com a União Europeia constitui um movimento desafiador. “Necessário, contudo. Desafiador e necessário quero crer, também para a Europa”, disse.

“A boa parceria é aquela que procura entender o outro e oferecer a sua contribuição. Do lado brasileiro, há um apelo para a diminuição da pobreza e desigualdades sociais, o incremento das relações comerciais com o MERCOSUL, a solução da crise

venezuelana, assim como a estabilidade política e a prosperidade econômica na América Latina. Europa e Brasil continuam sendo dois mundos, duas realidades, em momentos diversos, nos respectivos ciclos históricos. Séculos de civilização nos distanciam, no tempo; muitos quilômetros nos distanciam no espaço de um Oceano, no entanto, o que separa, pode unir”, concluiu.

O Embaixador da União Europeia no Brasil, João Gomes Cravinho, destacou que a cooperação entre o bloco e o Brasil não se restringe ao comércio e aos investimentos. Segundo ele, “temos mais que 20 diálogos abertos com o Brasil tratando vários assuntos importantes. Temos uma cooperação muito estreita em termos de ciência e tecnologia e nas políticas de informática e comunicações que se traduziu num investimento de mais de 50 milhões de Euros para projetos comuns dos nossos pesquisadores e das nossas empresas em domínios de vanguarda como a Internet das Coisas e o 5G”, explicou.

“Ambos somos também profundamente multilateralistas, queremos reforçar a ONU e outras organizações multilaterais, e acreditamos que nossos povos e as gerações futuras merecem todo o nosso compromisso para tornar o mundo um lugar melhor para se viver. Mudanças climáticas, direitos humanos, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são desafios internacionais de grande escala e podem por vezes ser desconcertantes e desanimadores. Mas sabemos que a amizade entre a União Europeia e o Brasil fornecem-nos uma âncora que valorizamos, e que reforçaremos ainda mais nestes tempos conturbados que vivemos”, concluiu ao discursar na Câmara dos Deputados.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Alessandro Loyola)



20 - Frente Parlamentar Mista de Apoio ao Programa Antártico Brasileiro buscará recursos para manter base e pesquisas (21/06/2017)

Os membros da Frente Parlamentar Mista de Apoio ao Programa Antártico Brasileiro buscarão recursos para manter base naquele continente e dar continuidade às pesquisas científicas ali desenvolvidas, que podem ser paralisadas por falta de orçamento. A nova estação Antártica Comandante Ferraz deverá ser inaugurada em março de 2018 e o país poderá ficar sem pesquisadores para uso dos novos laboratórios.

O Brasil é um dos 29 países com direito a voto sobre o futuro do continente antártico, mas uma das condições para o exercício dessa prerrogativa é a manutenção das pesquisas. Integram o Tratado Antártico 59 países. A deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), presidente da CREDN, esteve na Antártica em março de 2015 e manifestou total apoio do Colegiado para que a nova base seja concluída e as pesquisas mantidas.

“O PROANTAR pode contar com o nosso apoio. Nossa presença na Antártica é estratégica e não podemos perder um espaço conquistado graças à integração da nossa diplomacia com as nossas Forças Armadas e o meio científico”, afirmou.

Desde que um incêndio destruiu a antiga estação Comandante Ferraz em 2012, a Frente Parlamentar tem contribuído para que sejam destinados mais recursos para as pesquisas com o suporte das estações de outros países e dos próprios navios da Marinha. Pelo menos 300 pesquisadores brasileiros atuam naquele continente.

De acordo com a Marinha, a futura estação terá 4.500 metros quadrados, 2 mil a mais que a antiga, para abrigar 14 laboratórios. Uma empresa chinesa é responsável pelas obras que custarão cerca de R\$ 300 milhões. Os dois prédios previstos no projeto começam a ser erguidos em outubro, no início do verão antártico.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Diário de Alphaville)



21 - Brasil entrega hospital Zilda Arns ao Haiti em parceria com Cuba (23/06/2017)

Na sexta-feira, dia 23, os ministros da Saúde, Ricardo Barros, do Desenvolvimento Social, Osmar Terra, e a presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Bruna Furlan (PSDB-SP) entregaram oficialmente o Hospital Comunitário de Referência Dra. Zilda Arns aos haitianos. A obra é resultado de uma cooperação triangular envolvendo Brasil, Cuba e Haiti.

De acordo com o ministério da Saúde, a unidade, que já funciona desde 2014, atenderá mais de 200 pessoas por dia e conta com 40 leitos. Além disso, está preparado para atender pacientes em especialidades como ortopedia, ginecologia, obstetrícia e pediatria além de clínica geral. Na oportunidade, também foram doadas 15 mil doses da vacina antirrábica humana para o Haiti.

Agora, são três as unidades de saúde entregues pelo Brasil ao Haiti como parte do projeto internacional de reconstrução daquele país. Localizado no bairro de Bon Repos, em Porto Príncipe, o hospital leva o nome da médica brasileira que morreu vítima do terremoto ocorrido na capital haitiana em 2010. Fundadora da Pastoral da Criança, Zilda Arns é reconhecida mundialmente pelo trabalho humanitário voltado à redução da mortalidade infantil.

Segundo Ricardo Barros, “o que norteia a cooperação entre os nossos países é a solidariedade e o compromisso com a saúde pública, valores refletidos no trabalho e no legado da Dra. Zilda Arns”, afirmou. Após ter realizado diversas missões voltadas para os haitianos que buscaram asilo no Brasil fugindo das precárias condições de vida naquele país, Bruna Furlan destacou o aspecto humanitário da obra. “O Brasil está presente no Haiti desde 2004. Trata-se de uma missão de manutenção da paz que hoje é exemplo para todo o mundo e tem sido copiada pelas Nações Unidas. Ao entregarmos um hospital, reafirmamos o nosso compromisso com a melhoria na qualidade de vida das pessoas, focamos no ser humano”, afirmou.

O governo brasileiro também firmou instrumento do Fundo de Reconstrução do Haiti (FRH), que autoriza o uso de uma parcela de US\$ 20 milhões para fortalecer a sustentabilidade do sistema de saúde pública do país. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) será a agência da ONU parceira do projeto, segundo o seu representante residente Niky Fabianic. Em 2010, o Brasil doou US\$ 55 milhões para este fundo.

“O projeto prevê a transferência progressiva dessas estruturas ao governo haitiano para que eles sigam em plena operação e com sustentabilidade garantida após o término do projeto que assinamos”, explicou Ricardo Barros.

Os ministros Ricardo Barros e Osmar Terra, e a deputada Bruna Furlan também se reuniram com o primeiro ministro do Haiti, Jack Guy Lafontant. No encontro, eles traçaram as próximas metas que garantirão a continuidade da manutenção dos hospitais construídos pelo Brasil por mais três anos, além de qualificar as urgências e emergências do Haiti.

A Cooperação Tripartite Brasil-Cuba-Haiti vem desenvolvendo, em seus sete anos de existência, diversas ações importantes no Haiti, como a construção de hospitais, laboratórios e uma oficina de órteses e próteses, além da formação de recursos humanos e o apoio a ações de vigilância e imunização.

Com investimento de R\$ 135 milhões, a cooperação foi responsável pela construção de três hospitais comunitários de referência – em Carrefour, Bon Repos e Beudet – equipados e em pleno funcionamento. Além disso, foram reformados e equipados dois laboratórios de vigilância epidemiológica, em Cabo Haitiano e Les Cayes que realizam os principais exames necessários à identificação de doenças relevantes, como malária, dengue, tuberculose, hanseníase e cólera, e o controle de vetores e insetos.

Os três países viabilizaram ainda a construção do Instituto Haitiano de Reabilitação (IHR), localizado em Bon Repos e destinado ao tratamento e reabilitação de pessoas com deficiência.

O ministério da Saúde informou ainda que, no campo da prevenção, a cooperação doou cerca de 8 milhões de doses de vacina (sarampo, rubéola e poliomielite) para serem usadas nas campanhas de vacinação. O Brasil teve participação com 11% do total orçamentário necessário ao Programa Ampliado de Vacinação do Haiti para a campanha de 2012. Também foram construídos e equipados os três depósitos para o armazenamento de vacinas, inaugurados em fevereiro deste ano.

Juntamente com Cuba, o Brasil participou da formação de especialistas, apoio técnico e logístico, além da compra de equipamentos para a área de vigilância epidemiológica. Foram selecionados e contratados profissionais haitianos especializados e com ampla experiência em vigilância epidemiológica. Também foi realizada a capacitação, com a formação cerca de 1.600 profissionais de saúde, sendo 1.237 agentes comunitários de saúde polivalentes, 53 inspetores sanitários e 310 auxiliares de enfermagem polivalentes.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: MDS)





22 - O deputado Subtenente Gonzaga (PDT/MG) presidiu, na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, em Florianópolis, o sétimo de uma série de oito seminários que se destinam a discutir propostas para aperfeiçoamento e reforma dos Códigos Penal e de Processo penal Militar, tema de subcomissão especial em funcionamento na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (30/06/2017)

A Subcomissão Especial, presidida pela deputada Jô Moraes (PCdoB/MG), já havia realizado seis reuniões regionais em Boa Vista (RR), São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG), Goiânia (GO), Vitória (ES) e Fortaleza (Ceará). O próximo seminário, após o que foi levado a termo em Florianópolis, seria realizado na Câmara Municipal de Porto Alegre.

As sugestões e impressões colhidas em todos esses eventos destinam-se a servir de subsídio para elaboração do relatório final da Subcomissão, que busca atualizar os estatutos penal e processual penal militar.

(Texto: Assessoria da Comissão)

(Foto: Edilson Holanda)



23 - Especialistas elogiam a nova Lei da Migração aprovada pelo Congresso (03/07/2017)

Especialistas convidados para o 8º Painel do Ciclo de Debates “O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?”, promovido pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado (CRE), elogiaram a nova Lei de Migração aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da República. A presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados (CREDN), Bruna Furlan (PSDB-SP), presidiu a Comissão Especial que viabilizou a proposta.

O tema da segunda-feira, dia 3, no Senado, versou justamente sobre Migração e Refugiados: Convidados Indesejados ou Oportunidade de Desenvolvimento? Para Bruna Furlan, o grande legado da lei é o seu caráter humanitário. “O Brasil foi forjado na força, na fé e na perseverança daqueles que deixaram suas raízes para migrarem. Nossa história é a história de homens e mulheres que transformaram esta terra em uma grande nação”, afirmou.

Na avaliação do professor Renato Zerbini, do Centro Universitário de Brasília (UniCeub), “a lei menciona sete vezes o princípio da não-discriminação, que é o princípio basilar de todas as nossas falas”. Ele lembrou que um país como o Brasil, signatário de vários tratados de direitos humanos, não poderia privar pessoas de desfrutar desses direitos e lembrou da Lei de Refúgio, de 1997, que serviu como modelo para leis semelhantes nos países do MERCOSUL.

Já o professor André de Carvalho Ramos, da Universidade de São Paulo (USP), afirmou que o Brasil ganha quando respeita suas origens e o seu passado de fluxos migratórios. Ramos destacou que nenhum país ganhou ao rejeitar a mobilidade humana.

Segundo ele, “as sociedades se movem, quer os governantes queiram ou não. A história da humanidade é uma história de fluxos e nós não estaríamos onde estamos, em todos os continentes, com a pujança da humanidade, se não fossem esses fluxos”, assegurou.

Por sua vez, o consultor legislativo Tarciso Dal Maso Jardim explicou que a questão dos muros para conter a imigração é antiga, mas artificiais e ignoram a forte integração entre os países que fazem fronteira.

“O gerenciamento não é o muro, o gerenciamento é a ponte, onde as pessoas conversam. Eu louvo a iniciativa que ocorreu no Brasil buscando outro caminho para a questão migratória que desembocou na Lei de Migração”, assinalou.

Para o oficial da Unidade de Proteção no Brasil da Agência da Organização das Nações Unidas (ONU) para os Refugiados (ACNUR), Gabriel Gualano de Godoy, o Brasil enfrenta uma crise de percepção uma vez que esses refugiados não significam um peso para o país de destino, mas uma oportunidade de contribuir para o seu desenvolvimento.

Ele também pediu a ratificação da adesão do Brasil à Convenção da ONU dos direitos dos trabalhadores migrantes e seus familiares, de 1990. A mensagem já foi enviada pelo Executivo e aguarda a aprovação do Legislativo. Bruna Furlan comprometeu-se a resgatar o texto para que a ratificação seja concluída até o final do ano.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Ana Volpi)



24 - Bruna Furlan quer Programa Forças no Esporte em todo o país (04/07/2017)

A presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, Bruna Furlan (PSDB-SP), quer o Programa Forças no Esporte em todo o país e, para tanto, prestigiou nesta terça-feira, 4, o início das suas atividades na Estação Rádio da Marinha, no Distrito Federal. Cerca de 200 crianças e adolescentes de regiões carentes do entorno de Brasília são beneficiadas com o programa desenvolvido pela Marinha. “Trata-se de um programa de inclusão social e cidadania que deve ser adotado por todo município brasileiro. Vamos levá-lo para Burueri e região, mas também para outras cidades e estados”, defendeu a deputada.

O PROFESP foi instituído em 2003 pelo governo federal numa parceria dos ministérios da Defesa, Esporte e Desenvolvimento Social e tem por finalidade promover a inclusão social de crianças e adolescentes por meio da prática esportiva orientada, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, focando no desenvolvimento e acompanhamento de novos talentos e na aproximação das Forças Armadas com a comunidade.

Bruna Furlan destacou a importância do programa voltado especial e principalmente para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. “As Forças Armadas brasileiras estão de parabéns por abraçarem um programa com esse perfil de transformação social da realidade de milhares de crianças e adolescentes Brasil afora. Vamos lutar para ampliar os recursos e para que mais instituições sejam envolvidas neste esforço”, afirmou.

Atualmente, o Programa Forças no Esporte atende 24 mil crianças e adolescentes em 160 unidades militares de 86 cidades de todas as unidades da federação. O objetivo do ministério da Defesa é beneficiar pelo menos 30 mil até o final do ano.

No âmbito do programa, as crianças e adolescentes recebem aulas e treinamento de atletismo, futebol de campo, vôlei, futsal, handebol, corrida de orientação, natação, defesa pessoal, iatismo, escalada esportiva, além de participarem de atividades culturais e receberem reforço escolar. As atividades são desenvolvidas por militares e profissionais especializados e realizadas nas próprias unidades do Exército, Marinha e Aeronáutica.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



25 - CREDN prestigia entrega de Espadins aos Cadetes da Força Aérea (07/07/2017)

A presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), da Câmara dos Deputados, deputada Bruna Furlan (PSDB-SP) prestigiou na sexta-feira, 7, em Pirassununga (SP), a entrega de Espadins aos Cadetes da Academia da Força Aérea (AFA). O evento, que contou também com as presenças do ministro da Defesa, Raul Jungmann, do Comandante da Aeronáutica, Brigadeiro Nivaldo Rossato, do Comandante da AFA, Brigadeiro Baccarin, e dos deputados Nelson Marquezelli (PTB-SP), Major Olímpio (SD-SP) e Celso Russomano (PRB-SP), oficializa a conclusão do período de adaptação à vida militar.

De acordo com a Aeronáutica, a turma Chronos é composta por 131 aviadores, entre eles duas mulheres e um cadete do Senegal. Já no curso de intendência, são 16 mulheres e 17 homens. No quadro de infantaria, 17 homens, sendo um da Guatemala. Durante os primeiros meses na AFA, eles realizam atividades como salto de paraquedas, exercício de campanha, instruções militares e de doutrina, inerentes à formação de oficiais da ativa para os quadros de aviadores, intendentes e de infantaria da Aeronáutica.

O ministério da Defesa informou ainda que a formação dos oficiais da Academia da Força Aérea tem duração de quatro anos. Ao final desse período, os jovens recebem dois diplomas de nível superior, tornando-se bacharéis em Administração com ênfase em Administração Pública, e bacharéis na especialidade escolhida no ingresso: Ciências Aeronáuticas, com habilitação em Aviação Militar; Ciências da Logística, com habilitação em Intendência da Aeronáutica; ou Ciências Militares, com habilitação em Infantaria da Aeronáutica.

Já os aviadores são preparados à pilotagem militar, sendo fomentado o desenvolvimento do espírito combativo; os intendentes, ao desempenho de funções para gerir as atividades administrativas e logísticas das Organizações Militares da Força Aérea; e os infantaria preparados para as atividades desenvolvidas nas unidades de Infantaria, incluindo as tarefas de operações especiais, emprego de tropa, de autodefesa das organizações da Força Aérea e de defesa antiaérea.

Para Bruna Furlan, “é um orgulho participar deste momento, conhecer aqueles que estão se preparando para proteger o seu país. Além disso, a excelência da Academia da Força Aérea nos inspira a continuar o trabalho em prol das nossas Forças Armadas que investem pesado em educação, formando não apenas o caráter de homens e mulheres, mas também qualificando-os para as tarefas inerentes à função militar”, destacou.

Academia da Força Aérea

A Escola de Aeronáutica, criada pelo Decreto nº 3.142, de 25 de março de 1941, centralizou toda a formação de oficiais aviadores. No entanto, em 1942 deu-se a escolha de Pirassununga (SP) para a futura AFA. A escolha, segundo a Aeronáutica, decorreu das excepcionais características topográficas da área oferecida. Ainda durante a II Guerra Mundial, iniciava-se a construção dos primeiros hangares da nova Escola de Aeronáutica. Em 10 de julho de 1969, a Escola de Aeronáutica passou a denominar-se Academia da Força Aérea (AFA).

Funcionando desde 1971 na cidade de Pirassununga, na região centro-leste de São Paulo, a AFA é responsável pela formação de cadetes do Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAV), do Curso de Formação de Oficiais Intendentes (CFOINT) e do Curso de Formação de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica (CFOINF).

Os cadetes da AFA recebem sólida formação militar, intelectual e profissional, além de padrões éticos, morais, cívicos e sociais, com vistas a se tornarem oficiais líderes de uma moderna Força Aérea nacional.

Esquadrilha da Fumaça

O evento contou com uma apresentação da Esquadrilha da Fumaça - Esquadrão de Demonstração Aérea (EDA) - que em maio completou 65 anos. Bruna Furlan recordou a realização de sessão solene na Câmara dos Deputados em homenagem aos chamados “fumaceiros”, proposta pelos deputados Jair Bolsonaro e Eduardo Bolsonaro, em alusão à data.

Na sua avaliação, “a Esquadrilha da Fumaça é um patrimônio nacional. Em todas as suas exibições, no Brasil e no exterior, eles fortalecem os valores e os princípios da nossa Força Aérea Brasileira, entre eles o diálogo entre civis e militares e os conceitos de integração e soberania”, concluiu.

A Esquadrilha da Fumaça foi criada em 1952 na Escola de Aeronáutica, no Rio de Janeiro. Nessa trajetória, contou com o esforço e a dedicação de todos os que passaram pela instituição e ajudaram a construí-la.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



26 -Bruna Furlan participa em Buenos Aires de evento alusivo aos atentados terroristas na Argentina (17/07/2017)

A deputada Bruna Furlan (PSDB-SP) está em Buenos Aires onde participa do Encontro de Parlamentares Latino-Americanos: Legislação para combater o Terrorismo, promovido pela Associação Mutual Israelita Argentina (AMIA) e o Congresso Judio Latino-Americano, que recorda os 23 anos do atentado terrorista de 1994, que matou 85 pessoas e deixou mais de 300 feridas, e o ataque à Embaixada de Israel em Buenos Aires, em 17 de março de 1992, que deixou 22 mortos e 242 feridos.

“Estamos aqui para discutir formas de combater o terrorismo, que é um fenômeno transnacional e que cobra cooperação e coordenação entre os países. Além disso, viemos expressar a nossa solidariedade com o povo argentino, devido àquela terrível tragédia e ao atentado de 1992”, explicou a presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados.

Na oportunidade, Bruna Furlan assistiu a uma palestra proferida pela poetisa Sofia Kaplinsky de Guterman, autora de cinco livros sobre os atentados e que perdeu a filha, Andrea, no ataque contra a sede da AMIA, em 1994.

Emilio Monzó, presidente da Câmara de Deputados, e o chefe de gabinete do presidente Mauricio Macri, Marcos Peña, receberam os parlamentares da região para as atividades da segunda-feira, dia 17/07/2017. O evento termina na terça-feira, dia 18. Esta será a nona edição do encontro, que tem como eixo central a prevenção do terrorismo na região.

De acordo com Claudio Epelman, diretor-executivo do Congresso Judio Latino-Americano (CJL), “tomamos o compromisso de trabalhar em conjunto com os parlamentares da região para avançarmos em um marco legal que sirva na luta contra o terrorismo. A importância deste encontro reside no fato de os parlamentares poderem conhecer mais sobre os atentados e discutir ações conjuntas que possam ser adotadas em conjunto”, explicou.

O evento conta ainda com a presença do presidente do Congresso Judio Mundial, Robert Singer. Os parlamentares latino-americanos terão várias sessões de trabalho tanto no Congresso argentino como na sede da AMIA que contarão com a participação de membros dos Três Poderes daquele país.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Assessoria Bruna Furlan)



27 -Presidente da CREDN discute relações bilaterais em visita ao Congresso argentino (17/07/2017)

A presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), discutiu, na segunda-feira, dia 17, aspectos das relações bilaterais em visita que realizou ao Congresso argentino. Na oportunidade, ela se encontrou com o deputado Daniel Andres Lipovetzky, presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Argentina – Brasil.

Os dois trataram de temas como a reunião do MERCOSUL que também teve início nesta segunda-feira, dia 17, em Mendoza, e que culminará com a entrega, pela Argentina, da presidência pro tempore do bloco para o Brasil. Bruna Furlan também ressaltou a importância de se fortalecer o relacionamento político por meios dos respectivos grupos parlamentares.

Ela recordou que o Grupo Parlamentar Brasil – Argentina foi reativado em 7 de junho e será presidido pelo senador Fernando Collor (PTC-AL), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado. A deputada é a vice-presidente e a ideia é fortalecer a diplomacia parlamentar entre os dois países e contribuir para a resolução de problemas bilaterais.

Bruna Furlan também elogiou o papel desempenhado pelo Embaixador da Argentina no Brasil, Carlos Magariños, que trabalhou pela reativação do grupo. Segundo ela, “Argentina e Brasil devem liderar a região para que o processo de integração, que passa pela modernização do MERCOSUL, seja consolidado. Os respectivos grupos, trabalhando de forma coordenada, certamente contribuirão muito para o adensamento da integração e das relações de longo prazo”, afirmou.

Ela defendeu ainda um trabalho conjunto por parte do Brasil e da Argentina para que as relações extrarregionais sejam igualmente aprofundadas, especialmente quanto ao Acordo de Livre Comércio com a União Europeia, previsto para ser firmado em 2017 durante a presidência brasileira do MERCOSUL”, concluiu.

Congresso

Na Argentina, o Senado é presidido pela vice-presidente da República, Gabriela Michetti, enquanto a Câmara é comandada pelo deputado Emílio Monzó, ambos da coalizão de apoio ao presidente Mauricio Macri.

O Congresso tem um total de 329 membros, sendo 72 senadores e 257 deputados. Desse total, o presidente conta com 104 aliados contra 225 integrantes dos partidos de oposição.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Assessoria Bruna Furlan)



28 - CREDN apoia reunião gerencial dos gestores do PROFESP (03/08/2017)

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados apoiou a reunião gerencial do Programa Segundo Tempo Forças no Esporte (PROFESP) realizada na quinta-feira, 3, no Quartel-General do Exército. Os objetivos dos gestores do programa é ampliar o número de crianças e adolescentes atendidos, bem como assegurar os recursos contínuos, sem depender tanto de questões orçamentárias.

A reunião contou com a participação dos comandantes e de gestores de cerca de 175 Organizações Militares das Forças Armadas, além de representantes dos ministérios da Defesa, do Esporte e do Desenvolvimento Social. Todos eles destacaram as ações desenvolvidas no âmbito do programa, tais como: disponibilização de instalações militares para a prática esportiva, alimentação e acesso à saúde e à educação.

O Secretário-Geral do MD, general Joaquim Silva e Luna, agradeceu o empenho dos comandantes e de gestores na realização do PROFESP e destacou a importância do programa para a formação do cidadão. “O PROFESP trabalha a parte afetiva com uma sensibilidade enorme e ajuda a ressaltar valores. Um país que não cuida da sua juventude, não cuida de seu futuro e a maneira mais efetiva de cuidar do futuro desse país é cuidar dos jovens que serão responsáveis por esse futuro” destacou.

Ao oferecer espaços onde crianças e adolescentes podem ter acesso a atividades esportivas, complementares, educacionais e de lazer, o PROFESP democratiza o acesso à cultura do esporte, promovendo o desenvolvimento integral desse público. “O PROFESP tem estimulado e desenvolvido nos beneficiários o amor ao esporte e, junto com ele, valores, ideais e princípios de um comportamento em sociedade e de cidadania. Além de identificar potenciais talentos esportivos”, explicou o diretor do Departamento de Desporto Militar, almirante Paulo Martino Zuccaro.

Além da atuação da Defesa e das Forças Armadas, o Programa conta com o apoio do Ministério do Esporte, que fornece o material esportivo e o pagamento de professores e estagiários, além do MDS, que responde pela alimentação dos jovens.

Atualmente, o programa atende cerca de 22 mil crianças em situação de vulnerabilidade, em 111 municípios. A meta é que esse número de jovens atendidos chegue a 30 mil. “O PROFESP é um programa crescente, ou seja, sempre teremos uma meta ambiciosa. Nossa meta é de 30 mil até o final do ano, não sei se vamos alcançar, mas vamos buscar”, afirmou o Secretário de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto do MD, brigadeiro Ricardo Machado Vieira.

Presidente da CREDN, Bruna Furlan abraçou o PROFESP desde o início de sua gestão à frente do Colegiado. “Trata-se de um programa de inclusão social e cidadania que deve ser adotado por todos os municípios brasileiros. Estamos trabalhando juntamente com as Forças Armadas para viabilizarmos essa meta”, afirmou.

No início de julho, ela participou do lançamento do PROFESP na Estação Rádio da Marinha, em Brasília, que beneficia cerca de 200 crianças e adolescentes do entorno do Distrito Federal. Além disso, já promoveu reuniões em São Paulo para tratar do assunto e implementar o programa em Barueri e região.

“As Forças Armadas brasileiras estão de parabéns por abraçarem um programa com esse perfil de transformação social da realidade de milhares de crianças e adolescentes Brasil afora. Vamos lutar para ampliar os recursos e para que mais instituições sejam envolvidas neste esforço”, concluiu.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



29 - Bruna Furlan participa de almoço com chanceleres do MERCOSUL que suspendeu a Venezuela do bloco (05/08/2017)

A presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, Bruna Furlan (PSDB-SP) participou no sábado, 5, em São Paulo, de almoço oferecido pelo chanceler brasileiro, Aloysio Nunes Ferreira, aos colegas da Argentina, Uruguai e Paraguai, países-fundadores do MERCOSUL que decidiram por suspender a Venezuela do bloco.

Na oportunidade, ela manifestou preocupação com o impacto das sanções junto aos venezuelanos. Segundo a deputada, “a Venezuela atravessa uma gravíssima crise que é política, mas também humanitária. Entendo que a decisão adotada pelo MERCOSUL busca preservar a população daquele país que carece de alimentos, medicamentos e liberdade”.

Em ato firmado pelos ministros Aloysio Nunes Ferreira, do Brasil; Jorge Faurie, da Argentina; Rodolfo Nin Novoa, do Uruguai; e Eladio Loizaga, do Paraguai, os países fundadores do MERCOSUL decidiram:

1) Suspender a República Bolivariana da Venezuela de todos os direitos e obrigações inerentes à sua condição de Estado Parte do Mercosul, em conformidade com o disposto no segundo parágrafo do artigo 5º do Protocolo de Ushuaia;

2) Os Estados Partes definirão medidas com vistas a minimizar os impactos negativos desta suspensão para o povo venezuelano;

3) A suspensão cessará quando, de acordo com o estabelecido no artigo 7º do Protocolo de Ushuaia, se verificar o pleno restabelecimento da ordem democrática na República Bolivariana da Venezuela;

4) Enquanto durar a suspensão, o disposto no inciso III do artigo 40 do Protocolo de Ouro Preto dar-se-á com a incorporação realizada por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, nos termos do inciso II do referido artigo.

Para que a decisão seja revista, os países do MERCOSUL exigem a “libertação dos presos políticos, a restauração das competências do Poder Legislativo, a retomada do calendário eleitoral e anulação da convocação da Assembleia Constituinte”.

“Todos nós sabemos que se trata de uma decisão dura do ponto de vista político, mas necessária, pois o MERCOSUL não pode dar as costas aos venezuelanos, que são as principais vítimas de um governo autoritário cujo único objetivo é perpetuar-se no poder”, reconheceu Bruna Furlan.

A presidente da CREDN destacou ainda o caráter unânime da decisão e o fato de o governo da Venezuela ignorar todos os apelos para que haja uma solução pacífica para a crise. “Muitos dos antigos aliados do governo da Venezuela, inclusive no Brasil, já reconhecem que houve quebra da ordem democrática e estão retirando este apoio. E destaco as palavras do ministro Aloysio para quem os venezuelanos que desejarem deixar o país, serão acolhidos no Brasil”, concluiu.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: MRE)



30 - Presidente da CREDN afirma que fortalecimento das relações Brasil – Argentina são prioritárias (05/08/2017)

Bruna Furlan (PSDB-SP), presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, reuniu-se no sábado, 5, em São Paulo, com o ministro das Relações Exteriores da Argentina, Jorge Faurie, e o Embaixador daquele país em Brasília, Carlos Mangariños, a quem reafirmou que o fortalecimento das relações Brasil – Argentina são prioritárias para o Parlamento brasileiro.

Bruna Furlan encontrou-se com Faurie por ocasião do almoço oferecido pelo chanceler brasileiro, Aloysio Nunes Ferreira, aos colegas da Argentina, Uruguai e Paraguai, países-fundadores do MERCOSUL que decidiram por suspender a Venezuela do bloco.

A deputada, que esteve com o ministro das Relações da Argentina em Buenos Aires no início de julho, afirmou que todos os acordos bilaterais serão priorizados em tramitação na CREDN. Vice-presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil – Argentina, a deputada reiterou ainda o interesse em dinamizar a interlocução política com deputados e senadores argentinos.

“Pretendemos, por meio dos respectivos grupos de amizade, tornar mais efetivos os encontros parlamentares. Acredito que, por meio da diplomacia parlamentar, poderemos contribuir muito para que os dois países liderem o processo de resgate da integração regional”, assegurou a deputada.

Bruna Furlan destacou, ainda, as iniciativas dos presidentes Mauricio Macri e Michel Temer em destravar completamente o MERCOSUL para que o bloco alcance acordos de livre comércio com a União Europeia e outros atores extrarregionais. “Estamos assistindo o renascimento do MERCOSUL, de volta às suas origens e com foco no comércio como alavanca para o desenvolvimento econômico e social da nossa região. Nesse sentido, o papel do Brasil e da Argentina é fundamental”, explicou a deputada.

No plano bilateral, uma das prioridades é a ratificação do acordo que põe fim à dupla tributação. O texto ainda não foi enviado ao Congresso, mas Bruna Furlan já adiantou os entendimentos com o chanceler Aloysio Nunes, e o presidente da Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL, deputado Celso Russomano (PRB-SP), para que o acordo seja votado rapidamente na Câmara dos Deputados.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



31 - Bruna Furlan quer integrar ações da CREDN com a Comissão Mista do MERCOSUL (05/08/2017)

A presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, Bruna Furlan (PSDB-SP), quer integrar as ações da CREDN com a Comissão Mista do MERCOSUL presidida pelo deputado Celso Russomano (PRB-SP). “As duas comissões devem atuar em conjunto nos temas que dizem respeito à integração regional como forma de dar celeridade aos acordos que tornam o MERCOSUL mais forte e atraente”, defendeu a deputada.

No sábado, 5, ela e o deputado participaram do almoço oferecido pelo ministro Aloysio Nunes Ferreira aos colegas chanceleres da Argentina, Uruguai e Paraguai, em São Paulo. Na oportunidade, foi aprovada a Decisão sobre a suspensão da Venezuela do MERCOSUL, em atendimento às cláusulas do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no bloco.

Eleito em 6 de junho presidente da Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL (Parlasul), Celso Russomano (PRB-SP) anunciou que pretende ampliar a divulgação dos trabalhos dos deputados e senadores brasileiros que integram o órgão legislativo regional e colaborar para uma maior aproximação do Brasil com os demais países do bloco. “O MERCOSUL só será forte perante o mundo quando estiver muito mais unido do que hoje”, afirmou.

Para Bruna Furlan, “o deputado Celso Russomano assumiu em junho e a Comissão Mista do MERCOSUL já aprovou vários acordos como aquele que diz respeito à construção da terceira ponte entre o Brasil e o Paraguai, que nós aprovamos uma semana após a sua chegada na CREDN. É com esse dinamismo que pretendemos seguir trabalhando”, afirmou.

Bruna Furlan e Celso Russomano também dialogaram com o chanceler brasileiro que reafirmou a prioridade conferida à integração no âmbito do MERCOSUL. Aloysio Nunes Ferreira defende o fortalecimento do MERCOSUL e sabe que o papel das duas comissões é fundamental para que as tratativas negociadas possam ser implementadas.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



32 - Especialistas afirmam que Rio 92 deu protagonismo ao Brasil nos temas ambientais (08/08/2017)

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado Federal discutiu na segunda-feira, 7, o protagonismo do Brasil nos temas ambientais a partir da Conferência Rio 92. O tema reuniu o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Herman Benjamin; a ex-ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira; o ex-presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); e o professor Marcelo Dias Varella, do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). Na avaliação geral, foi a partir da Rio 92 que a comunidade internacional despertou para a necessidade de aliar o desenvolvimento socioeconômico com a preservação do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais.

Na visão da presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, Bruna Furlan, “a Rio 92 foi um divisor de águas no tratamento dos temas ambientais. Foi a partir desta cúpula que a agenda do meio ambiente entrou definitivamente no radar das grandes potências e dos países emergentes”, afirmou.

“Meio Ambiente e Relações Internacionais: O Brasil como ator global” foi tema do 9º painel do ciclo de debates “O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras. A situação internacional 25 anos após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento”, que contou com a participação da parlamentar.

De acordo com o ministro do STJ, Herman Benjamin, a Rio 92 permitiu que as questões ambientais integrassem a agenda estratégica das nações, incluindo o Brasil que abandonou o perfil defensivo e refratário ao debate ambiental para tornar-se protagonista no assunto.

Já a ex-ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, destacou que a Rio 92 pautou o século 21 com temas globais como a sustentabilidade. “O meio ambiente sai de um nicho e ganha o mundo, há o crescimento do protagonismo do Brasil. A Rio 92 foi determinante e mostrou caminhos para todas as negociações ambientais e climáticas desde então, de convergência em torno de resultados e de orientar as sociedades a transformarem seus modelos de desenvolvimento”, explicou.

Para o primeiro presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Fernando César Mesquita, o Brasil precisa convocar a população para o enfrentamento das questões ambientais e climáticas. Segundo Mesquita, “hoje, a agenda mundial mais importante é o clima”.

Nessa direção, o professor Marcelo Dias Varella, do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), afirmou que a Rio 92, que contou com representantes de mais de 170 países, alavancou a conscientização global em torno de temas como mudanças climáticas, mecanismos e instrumentos de controle do direito ambiental, além de proporcionar o avanço e aperfeiçoamento de legislações nacionais em todo o planeta.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



33 - Grupo Parlamentar Brasil–Argentina aprova plano de trabalho para o biênio 2017/2018 (23/08/2017)

O Grupo Parlamentar Brasil-Argentina aprovou na quarta-feira, 23, o Plano de Trabalho para o biênio 2017-2018 com o objetivo de fortalecer a cooperação bilateral e a aliança estratégica entre os dois países. Na segunda reunião do grupo, reativado em junho deste ano, participaram o senador Fernando Collor (PTC-AL), presidente; a deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), vice-presidente; a senadora Ana Amélia Lemos (PP-RS), segunda-vice-presidente; o Embaixador da Argentina no Brasil, Carlos Magariños; e o ex-Embaixador do Brasil em Buenos Aires (2002-2004), José Botafogo Gonçalves.

Os seis itens do Plano de Trabalho pretendem reduzir os entraves burocráticos que dificultam o aprofundamento das relações bilaterais, como a superação das barreiras regulamentares, sanitárias e fitossanitárias no comércio bilateral; a criação de organismo bilateral de metrologia; cooperação internacional e regulação para controle do tráfego fluvial e marítimo; análise das decisões adotadas pelo Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL; seguimento às tratativas legislativas dos acordos bilaterais; e acompanhamento da atuação da Agência Argentino-Brasileira de Controle e Contabilidade.

Segundo o senador Fernando Collor, “o Grupo Parlamentar Brasil-Argentina representa mais um estágio de uma sólida afinidade bilateral, criada em especial após a reaproximação nos anos 80 com a redemocratização de ambos os países. O MERCOSUL deriva dessa emblemática conjunção de interesses e propósitos, de caráter político e econômico. Atualmente, essa relação é de grande intensidade”, destacou.

Segundo Bruna Furlan “temos importantes iniciativas comuns nas áreas de infraestrutura, sobretudo no binômio energia e transportes, vital para o desenvolvimento. Temos a cooperação científica e a cooperação militar. Temos uma pujante integração na área do turismo e uma crescente agenda nas áreas da educação e da cultura. Além disso, juntos, somos hoje o grande celeiro do mundo, com agroindústrias modernas e altamente competitivas. Em suma, somente temos a ganhar com nossa parceria bilateral e com o fortalecimento da integração econômica no MERCOSUL”, afirmou.

Carlos Magariños preferiu destacar as perspectivas argentina e brasileira de ganhos com a relação bilateral, seguindo a linha do Embaixador Botafogo Gonçalves, para quem o “momento é favorável para o aprofundamento das relações entre as duas nações”. Na avaliação do diplomata argentino, o grupo parlamentar representa uma oportunidade tanto para a realização de novos acordos bilaterais entre os dois países quanto para a apreciação daqueles que se encontram pendentes.

A próxima reunião do grupo está prevista para o dia 29 de novembro uma vez que a Argentina terá eleições no mês de outubro.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



34 - Bruna Furlan representa Câmara dos Deputados na despedida dos brasileiros do Haiti (31/08/2017)

Brasília – A presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), Bruna Furlan (PSDB-SP), representou a Câmara dos Deputados na cerimônia de despedida dos militares brasileiros na Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti (MINUSTAH), realizada na quinta-feira, 31/08/2017, em Porto Príncipe. “Os nossos militares realizaram um trabalho excepcional que não se restringiu à manutenção da paz e da ordem, mas também uma atuação fortemente humanitária e de resgate da dignidade dos haitianos”, afirmou.

Ao lado do senador Fernando Collor (PTC-AL) que representou o Senado Federal, do ministro da Defesa, Raul Jungmann, do Force Commander, general Ajax Porto Pinheiro, e da Representante Especial do Secretário-Geral da ONU e Chefe da MINUSTAH, Sandra Honoré, a deputada parabenizou os mais de 37 mil militares das Forças Armadas que serviram na missão desde 2004.

Foram treze anos de participação brasileira em uma Missão que se tornou referência para as Nações Unidas que agora desejam ver o Brasil presente em outras frentes mundo afora. No dia 15 de outubro, a MINUSTAH encerrará definitivamente as suas atividades e será substituída pela MINUJUSTH, missão da ONU com foco no fortalecimento da Justiça no Haiti, dando suporte às instituições haitianas, especialmente na formação de policiais.

“Soldados, provedores da paz: os senhores ergueram o nome do Brasil a um novo patamar, elevaram o reconhecimento que a todos nós muito orgulha”, afirmou o ministro Raul Jungmann em agradecimento a todos os militares que participaram da missão.

A Representante do Secretário-Geral da ONU e Chefe da MINUSTAH, Sandra Honoré, destacou que “as Nações Unidas e o povo haitiano são muito gratos pelo papel central que o Brasil desempenhou nos esforços para criar a estabilidade duradoura aqui, juntamente com as tropas de um total de 24 países”.

Bruna Furlan recordou a atuação preponderante dos militares brasileiros em momentos de grandes catástrofes naturais no Haiti, como o terremoto de 2010 e, mais recentemente, a passagem do Furacão Matthew.

“As nossas Forças Armadas implementaram um novo modelo de Missão de Paz, aproximaram-se da população, cuidaram de questões que iam muito além de suas obrigações e encarnaram o verdadeiro espírito humano de solidariedade e cooperação. E, com certeza, o Brasil não abandonará o Haiti e seguirá trabalhando em prol da paz e do desenvolvimento deste povo”, assegurou.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



35 - Debate destaca importância do MERCOSUL para a estabilidade regional (05/09/2017)

Brasília – A importância do MERCOSUL para a estabilidade regional foi debatida na segunda-feira, 4, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado Federal. De acordo com o seu presidente, Fernando Collor (PTC-AL), a garantia da paz para a região é a principal conquista do bloco. O tema foi debatido no 11º painel do Ciclo de Debates “O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?”, que abordou os 25 anos de criação do MERCOSUL e os rumos da integração sul-americana.

“Estamos experimentando um momento de entendimento e aperfeiçoamento do MERCOSUL e de retorno às suas origens. Além disso, os princípios que nortearam a sua criação, como o respeito aos direitos humanos e à democracia, têm colocado o processo de integração em outro patamar”, afirmou a presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, Bruna Furlan (PSDB-SP).

Ela destacou ainda a interação entre as duas comissões e a Representação Brasileira no MERCOSUL, presidida pelo deputado Celso Russomano (PRB-SP). De acordo com Bruna Furlan, “estamos aprofundando o relacionamento entre os atores que lidam com os temas da nossa política externa com o objetivo tornarmos as discussões mais objetivas e avançarmos na ratificação dos acordos, especialmente aqueles que dizem respeito ao nosso entorno no âmbito do MERCOSUL”, explicou.

Ex-presidente da República, o senador Fernando Collor reiterou que o MERCOSUL foi fundamental para estabilizar o Cone Sul e fazer com que Brasil e Argentina superassem as rivalidades que os colocavam em lados opostos. Na sua avaliação, os dois países mantinham uma corrida armamentista que colocava em risco toda a região. Com a criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle (ABACC), houve um freio nas intenções de obtenção de uma arma nuclear e essa competição deu lugar ao diálogo, à cooperação e ao comércio. “Quem comercializa não quer guerrear, mas quer paz. E Integração econômica significa paz”, afirmou.

Participaram dos debates o Embaixador José Botafogo Gonçalves, vice-presidente Emérito do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) e o professor Luiz Afonso dos Santos Senna, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Agência Senado)



36 - Bruna Furlan destaca sintonia entre CREDN e União Europeia em lançamento de livro (12/09/2017)

Brasília – A deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, destacou a sintonia entre a CREDN e a Delegação da União Europeia no Brasil durante o lançamento do livro “A União Europeia e a sua Política Exterior”, de autoria do professor Olivier Costa, do Colégio da Europa, na terça-feira, 12, no Instituto Rio Branco (IRB).

O lançamento da publicação pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) foi prestigiada por vários embaixadores, diplomatas estrangeiros e alunos do IRB. O evento contou ainda com as presenças dos embaixadores Sérgio Eduardo Moreira Lima, presidente da FUNAG; Fernando Simas Magalhães, Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos Multilaterais, Europa e América do Norte; e João Gomes Cravinho, chefe da missão diplomática europeia no Brasil.

De acordo com Bruna Furlan, “a União Europeia é um dos exemplos mais exitosos de integração e temos muito a aprender com este processo no âmbito do MERCOSUL. Acredito ainda que a cooperação construída entre os membros que formam o bloco pode nos ajudar no diálogo que precisamos construir, por exemplo, em relação à Venezuela”, afirmou.

Na sua avaliação, “esta sintonia entre a Delegação da União Europeia no Brasil e a CREDN é muito importante para fortalecermos a diplomacia pública e encorajarmos os mais diversos atores a trabalharem em prol do estreitamento dessas relações”.

Já o Embaixador João Gomes Cravinho destacou a relevância não apenas do Brasil, mas de toda a América Latina para a Europa e afirmou que a União Europeia tem sido fundamental para que o continente resolva os seus problemas sem o uso da força e priorizando sempre o diálogo.

De acordo com a FUNAG, a publicação é um verdadeiro guia da União Europeia, dos seus métodos de funcionamento e dos desafios atuais. O autor sintetiza as características da UE como uma união econômica e política entre 28 países europeus em constante evolução, além de descrever a composição, estrutura e tarefas das suas instituições.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



37 - BRICS é tema de debate no Senado e presidente da CREDN defende consolidação do bloco (18/09/2017)

Brasília – O presente e o futuro do BRICS, bloco integrado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, foram discutidos na segunda-feira, 18, no 12º Painel do Ciclo de Debates “O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?”, promovido pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal (CRE).

Para a presidente da CREDN, Bruna Furlan (PSDB-SP), “trata-se de um bloco que precisa ser consolidado reafirmando a importância dos países emergentes no novo desenho geopolítico internacional”. A deputada entende que “o BRICS cobra uma atenção diferenciada por parte dos países membros, especialmente neste momento internacional conturbado econômica e politicamente”, destacou.

Participaram dos debates os professores Renato Baumann, do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB); Angelo Segrillo, do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP); e Marcos Degaut, Secretário-Adjunto Especial da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE). Os três reconheceram que o BRICS como bloco ainda não tem objetivos claros, apesar de o agrupamento ter nascido em 2006.

Os países que integram o BRICS respondem por 42% da população mundial, 23% do Produto Interno Bruto (PIB) do planeta e 53% das reservas econômicas mundiais. De acordo com Renato Baumann, China, Rússia e Índia são possuidoras de armamentos nucleares e a China é muito mais forte economicamente que os demais membros do bloco. Na sua avaliação, o Brasil também precisa decidir o que espera do BRICS.

Na mesma linha, Angelo Segrillo explicou que o BRICS não é um bloco econômico nem uma entidade jurídica institucionalizada e que os países que compõem o grupo são nações grandes e hegemônicas em suas respectivas regiões, porém têm entre si disparidades econômicas e geopolíticas, o que dificulta as relações, principalmente econômicas.

O Secretário-Adjunto Especial da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Marcos Degaut, reiterou que o BRICS não é um bloco comercial nem uma aliança geopolítica, mas pode ser visto como um instrumento importante de cooperação entre essas nações.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Agência Senado)



38 - Fórum Mundial da Água terá o apoio da CREDN (20/09/2017)

Brasília – A 8ª edição do Fórum Mundial da Água será realizada em Brasília entre os dias 19 e 23 de março de 2018 e terá o apoio da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados. De acordo com a presidente da CREDN, Bruna Furlan (PSDB-SP), “será a primeira vez que este evento será realizado no Hemisfério Sul e nós vamos envolver o Parlamento em todas as discussões, pois a água é um tema cada vez mais estratégico para todos nós”.

Bruna Furlan também destacou o trabalho conduzido pelo deputado João Paulo Papa (PSDB-SP) membro da Comissão de Desenvolvimento Urbano, para que o envolvimento do Poder Legislativo contemple a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

Na avaliação do parlamentar, “precisamos participar não apenas da organização, mas de todo o processo de discussão em torno deste tema, além de atrair parlamentares de outros países. O Brasil como país sede tem uma enorme responsabilidade e o Legislativo não pode ficar de fora de um fórum dessa importância”, explicou.

Nesse sentido, a CREDN irá trabalhar em conjunto com outras comissões e propor à Presidência da Câmara dos Deputados assumir a articulação e a coordenação no que toca à participação de deputados nesse evento, de modo que sejam viabilizadas reuniões entre parlamentares brasileiros e congressistas europeus, dos países do MERCOSUL, da UNASUL e integrantes da União Interparlamentar.

Além disso, reuniões de audiência pública deverão ser realizadas em conjunto com as Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Desenvolvimento Urbano e Educação já a partir de outubro de 2017 como forma de fomentar a discussão no âmbito da Câmara sobre a agenda do Fórum.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



39 - Reinstalado Grupo Parlamentar de Amizade Brasil - Vietnã (28/09/2017)

Brasília – Com a presença do Embaixador vietnamita no Brasil, Do Ba Khoa, foi reinstalado na quarta-feira, 27, o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil – Vietnã, presidido pela deputada Jô Moraes (PCdoB-MG). Na oportunidade, Khoa explicou que o Brasil é estratégico para o Vietnã e seu principal parceiro na América Latina.

Além disso, afirmou que o comércio, que chegou aos US\$ 4 bilhões em 2015, caiu um pouco em 2016 e apresenta tendência de melhora para este ano. Tanto o diplomata como a deputada manifestaram interesse em reforçar o intercâmbio parlamentar e entre delegações ministeriais dos dois países.

Brasil e Vietnã contam com dois mecanismos regulares de diálogo (Consultas Políticas e Consultas de Interesse Comum) e o Brasil é um dos que mais coopera com aquele país em áreas como agricultura, segurança alimentar e políticas sociais. Além disso, há importantes instrumentos de cooperação nas áreas de educação, biocombustíveis, defesa e esportes.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



40 - Embaixador defende volta da competitividade e reindustrialização do Brasil (02/10/2017)

Brasília – O Embaixador Rubens Barbosa, Diretor Presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior (IRICE) defendeu na segunda-feira, 2, a revisão da estratégia de negociação comercial e recuperação da voz do Brasil na Política Externa como elementos para aumentar a competitividade e reindustrialização do país. Barbosa participou do 13º Painel do Ciclo de Debates “O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?” promovido pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado Federal.

O evento contou ainda com a participação do ministro Benoni Belli, Secretário de Planejamento Diplomático do ministério das Relações Exteriores e os dois debateram acerca do Lugar do Brasil em um mundo de transformações.

Na avaliação de Rubens Barbosa, “o Itamaraty está voltando a ganhar prestígio interno que está começando a fortalecer novamente o país externamente. E isso passa pela compreensão de que cada vez mais a agenda externa influi na agenda interna”, explicou. Ex-embaixador do Brasil nos Estados Unidos e no Reino Unido, ele afirmou que “o Brasil tem que defender os seus interesses como fazem todos os países. Não podemos continuar a reboque dos outros”, disse.

Para a presidente da CREDN, “discutir o lugar do Brasil no mundo atual é fundamental para planejarmos o futuro da nossa inserção global, não apenas em temas comerciais, mas também nas agendas de segurança, migrações, meio ambiente e cooperação”. Bruna Furlan destacou ainda o trabalho realizado pela CREDN na aproximação com o Corpo Diplomático estrangeiro e o fortalecimento da diplomacia parlamentar. “Buscamos contribuir para essa maior inserção do Brasil na cena internacional”, concluiu.

Já o Embaixador Benoni Belli, defendeu a adoção de uma “visão de país” para o Brasil. “Algo que não esteja circunscrito aos gabinetes de Brasília, pelo contrário, que inclua estados e municípios. Estes são estratégicos e precisam contar com conexões melhores em termos de infraestrutura como rodovias, ferrovias e hidrovias, para atrairmos os investimentos que casam com o interesse nacional”, explicou.

Além disso, Belli chamou a atenção para a agenda comum regional que inclui o combate ao narcotráfico e ao crime organizado. “Este combate não depende apenas do Brasil, mas envolve todos os seus vizinhos e o futuro do nosso país está atrelado ao desenvolvimento regional. Não podemos falar apenas de liderança, mas de compartilhamento. Precisamos oferecer soluções e receber soluções”, defendeu.

Ele concluiu reiterando que “o interesse nacional do Brasil leva em conta o interesse nacional dos seus vizinhos. Uma região estável é fundamental para todos”, concluiu.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulvida)



41 - Bruna Furlan defende boas práticas nas relações público-privadas na Católica (03/10/2017)

Brasília – A deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, defendeu as boas práticas nas relações público-privadas em palestra proferida na Universidade Católica de Brasília (UCB). Ela participou da abertura do IV Workshop RIUCB – Inteligência Política Aplicada às Relações Governamentais, realizado na segunda-feira, 2.

De acordo com a deputada, “os jovens precisam participar mais da política. A necessária renovação passa obrigatoriamente por eles e pelo seu envolvimento com os diferentes atores e instituições brasileiras”, destacou.

Durante o evento também foram discutidos temas como: A Inteligência Política Aplicada às Relações Governamentais; As Relações Institucionais e o Futuro da Democracia Brasileira; A Importância da Articulação de Redes e Influência na Tomada de Decisão em Momentos de Crise; e O Internacionalista e o Mercado de Trabalho em Relações Institucionais.

Bruna Furlan reconheceu o momento difícil por que passa o país, mas ressaltou a sua confiança na recuperação econômica e no resgate da credibilidade política. “Eventos como este mostram que a sociedade não está distante do que acontece, pelo contrário, ela está atenta e quer contribuir com as soluções que se fazem necessárias. Nós apoiamos esse debate e encorajamos os jovens a se engajarem neste processo. O Brasil precisa mais do que nunca do comprometimento de todos para voltarmos a crescer e para que todas as suas instituições sejam fortalecidas em benefício da sociedade como um todo, Democracia e do Estado de Direito”, concluiu.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



42 - CREDN reúne embaixadores da UE em lançamento de livro sobre a Política Externa do bloco (04/10/2017)

Brasília – A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados reuniu na quarta-feira, 4, embaixadores da União Europeia para o lançamento do livro “A União Europeia e a sua Política Exterior”, do professor Olivier Costa. A publicação foi editada pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), vinculada ao ministério das Relações Exteriores.

Na oportunidade, a presidente da CREDN, Bruna Furlan (PSDB-SP) destacou a importância do estreitamento das relações entre o Corpo Diplomático e os membros da Comissão. “Esta publicação nos ajudará a entender melhor como funcionam as diferentes instâncias da União Europeia e como o bloco consolidou a paz por meio da integração regional”, enfatizou a deputada.

De acordo com o Embaixador João Gomes Cravinho, chefe da missão da União Europeia no Brasil, “hoje, o bloco está consolidado como um ator global, que projeta os seus princípios e valores no mundo e promove a paz e a estabilidade através do multilateralismo”. Ele afirmou ainda que “o Brasil é um dos principais parceiros e interlocutores da UE na América Latina e há um amplo espaço para melhorar a compreensão a respeito da UE, o seu papel no cenário mundial e aumentar o conhecimento sobre os objetivos da sua política externa”, explicou.

Além dele, participaram do lançamento do livro, os embaixadores de Portugal, Jorge Cabral; de Luxemburgo, Carlo Krieger; da Croácia, Zeljko Vukosav; e da Macedônia, Ivica Bocevski; também o ministro-conselheiro da Embaixada da Itália, Filippo La Rosa, e a responsável pelo programa de Diplomacia Pública da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), Antonella Cerasino.

O ex-ministro das Relações Exteriores e da Defesa, Embaixador Celso Amorim, prestigiou o encontro ao lado do diretor-presidente da FUNAG, Embaixador Sérgio Vieira Lima e dos deputados Arlindo Chinaglia (PT-SP), Nelson Pellegrino (PT-BA), Guilherme Coelho (PSDB-PE), Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), Heráclito Fortes (PSB-PI), Nelson Marquezelli (PTB-SP), Vanderlei Macris (PSDB-SP), Milton Monti (PR-SP) e Vinicius Carvalho (PRB-SP). Bruna Furlan também agradeceu à FUNAG a doação de 60 exemplares da publicação para os membros da CREDN.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



43 - Inaugurada a exposição intitulada “Força Aérea Brasileira: de Santos Dumont à Dimensão 22” na Câmara dos Deputados (10/10/2017)

Brasília – Foi inaugurada na manhã da quarta-feira, 10, a exposição “Força Aérea Brasileira: de Santos Dumont à Dimensão 22” na Câmara dos Deputados. O evento, organizado em conjunto pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) e o Comando da Aeronáutica, marcou as comemorações pelo Dia do Aviador e o Dia da Força Aérea Brasileira (FAB), celebrados em 23 de outubro.

No Salão Negro do Congresso ficaram expostas duas réplicas, em tamanho real, das aeronaves 14-Bis e Demoiselle, construídas por Santos Dumont, e painéis informativos sobre a atuação da Força Aérea Brasileira em uma área de 22 milhões de quilômetros quadrados – a soma do território brasileiro (8,5 milhões), da zona econômica exclusiva no litoral (3,5 milhões) e da área marítima reconhecida em acordos internacionais (9,9 milhões).

Segundo o Comandante da Aeronáutica, brigadeiro Nivaldo Rossato, “esse é o tamanho da responsabilidade da FAB e mostra o quanto nos empenhamos para cumprir o nosso papel”. Na “Dimensão 22”, a FAB desempenha ações de controle, defesa, integração e busca e salvamento.

“A Aeronáutica é motivo de orgulho e satisfação. Queremos mostrar a importância e como é fundamental ter a FAB a serviço do país”, afirmou Bruna Furlan, para quem a importância da FAB para o progresso do Brasil e para a defesa da sua soberania “é algo que dificilmente poderíamos exagerar”.

A presidente da CREDN destacou ainda as conquistas tecnológicas do ITA, do CTA, da Embraer e do Cluster Aeroespacial Brasileiro. “Somos o país da Dimensão 22, que confere título a esta exposição, em referência à nova campanha institucional da Força Aérea Brasileira. Os painéis desta exposição ajudarão o grande público a compreender a complexidade e importância da responsabilidade da FAB em proteger e monitorar uma área de 22 milhões de km²”, concluiu.

A exposição foi aberta ao público, de acordo com as normas de visitação do Congresso Nacional, e esteve montada no Salão Negro. A visitação ocorreu até o dia 29 de outubro, de quinta a segunda-feira, das 9h às 17h30.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



44 - Especialistas afirmam que terroristas se fortalecem com o uso da tecnologia (16/10/2017)

Brasília – Especialistas convidados pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado Federal, afirmaram na segunda-feira, 16, que as organizações terroristas se fortalecem cada vez mais com o uso da tecnologia e que esta permite ampliar a influência e o alcance de suas ações. O tema foi debatido no 14º Painel do Ciclo de Debates da CRE intitulado “Terrorismo e ameaças cibernéticas no século XXI: os inimigos sem rosto”. Presidente da CREDN e da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional (CCAI), a deputada Bruna Furlan (PSDB-SP) participou do evento.

Como debatedores, participaram o General de Divisão Paulo Sérgio Melo de Carvalho, Diretor de Relações Institucionais da Rede ANSP de São Paulo; Jorge Mascarenhas Lasmar, professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Marcus Vinícius Reis, Coordenador-Geral de Defesa da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; e Gills Vilar, professor da Universidade Federal de Rondônia.

Na avaliação de Gills Vilar, após os atentados às Torres Gêmeas em 11 de setembro de 2001, grupos terroristas passaram a usar a tecnologia por meio das redes sociais para disseminar ideologias, o que exige cada vez mais o fortalecimento dos órgãos de inteligência, inclusive brasileiros.

Já o professor Jorge Mascarenhas Lasmar apontou que o ciberterrorismo é “o uso politicamente motivado de computadores por usuários dispostos a propagar a violência para influenciar decisões”. Ele afirmou que os terroristas utilizam a internet para recrutamento e propaganda e insistiu que o Brasil não está imune às ameaças representadas por este fenômeno.

“Não adianta mais combater só com fuzil. Precisamos também combater (o terrorismo) com os recursos da cibernética”, defendeu Paulo Sérgio Melo de Carvalho, para quem o uso da tecnologia pelos grupos terroristas exigiu a adaptação das ações militares. Para ele, é preciso que haja uma maior cooperação entre as entidades privadas e estatais para que o terrorismo seja neutralizado.

Marcus Reis, por sua vez, assinalou que a tecnologia permite uma maior descentralização das células terroristas e que até a questão da soberania precisa ser repensada, em função da ausência de limites para o tráfego das informações terroristas. Ele admitiu ser “impossível prever todos os ataques”, mas ressaltou que a inteligência é essencial na luta contra o terror, principalmente na prevenção.

De acordo com Bruna Furlan, “este é um dos principais desafios para todo o mundo. Não há país ou região que esteja fora do radar dessas organizações, o que exige o aprofundamento da cooperação em todos os níveis, especialmente na Inteligência. Os Estados precisam estar pelo menos um passo à frente para que o combate ao terrorismo seja efetivo”, concluiu.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Agência Senado)



45 - Documentos da Defesa são aprovados pela Comissão de Controle das Atividades de Inteligência (19/10/2017)

Brasília – Os documentos da Defesa – Estratégia Nacional, Política Nacional e Livro Branco da Defesa Nacional – foram aprovados na quinta-feira, 19, na Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) que acatou parecer do seu vice-presidente, senador Fernando Collor (PTC-AL). “As presentes propostas de alterações na Política e na Estratégia buscam melhor adequá-las à conjuntura nacional e internacional vigente e aos desafios que se apresentam para a Defesa. Procurou-se respeitar, tanto quanto possível, o estilo e a sistemática anteriores”, afirmou o parlamentar.

De acordo com os documentos apreciados na CCAI, a Defesa será baseada em três fundamentos: o Poder Nacional, Ações de Diplomacia e Setor de Defesa. O Poder Nacional é a capacidade que tem o país para alcançar e manter os Objetivos Nacionais, em conformidade com a vontade nacional, manifestando-se nas Expressões Política, Econômica, Psicossocial, Militar e Científico-tecnológica.

“Ao aprovarmos os documentos da Defesa, reafirmamos o compromisso da CCAI com os temas e setores estratégicos de interesse nacional, que são o nuclear, o cibernético e o espacial”, destacou Bruna Furlan. Na sua avaliação, “ao ratificarmos esses documentos, enviamos uma importante mensagem à comunidade internacional acerca dos objetivos e prioridades do Brasil como protagonista regional e ator global”, assinalou.

Segundo Fernando Collor, “esses documentos são de extrema importância para a vida nacional e devem ser lidos por todos. Como ponto a ser evoluído, cremos que merece destaque as ações de Garantia da Lei e da Ordem, cujos documentos apenas indicam que se darão de forma episódica e pontual em colaboração com os órgãos de Segurança Pública, sobretudo em ilícitos transnacionais perpetrados na faixa de fronteira”, concluiu.

A CCAI é integrada por 12 parlamentares, sendo seis deputados e seis senadores.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Agência Senado)



46 - Deputados da CREDN são condecorados com a Ordem do Mérito Aeronáutico (23/10/2017)

Brasília – Os deputados Bruna Furlan, presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) e Eduardo Cury, ambos do PSDB de São Paulo, foram condecorados na segunda-feira, 23, com a Medalha da Ordem do Mérito Aeronáutico, por ocasião do Dia do Aviador e da Aeronáutica. O evento contou com as presenças do presidente Michel Temer, do ministro da Defesa, Raul Jungmann, e do Comandante da Aeronáutica, Brigadeiro Nivaldo Luiz Rossato.

Instituída em 1943, a Ordem do Mérito Aeronáutico é a primeira condecoração da Força Aérea Brasileira, e tem por objetivo marcar o reconhecimento dos militares da Aeronáutica que tenham prestado notáveis serviços ao país ou tenham se distinguido no exercício da profissão, bem como os serviços prestados à Força Aérea por personalidades civis e militares e por Organizações Militares e Instituições civis, brasileiras ou estrangeiras.

“É uma grande honra ser agraciada com esta medalha que é o reconhecimento não do meu trabalho, mas do trabalho de todos os membros da CREDN em prol de uma Força Aérea equipada, moderna e capaz de cumprir com a sua missão constitucional”, afirmou Bruna Furlan. Ela também lembrou a recente inauguração da exposição “Força Aérea Brasileira: de Santos Dumont a Dimensão 22”, no Congresso Nacional, aberta à visitação desde o início do mês.

Já o Comandante Rossato destacou que “a difícil fase política e econômica por que passa nosso país não nos impede de mantermos o rumo para cumprirmos nossa missão constitucional. A resiliência, característica das Forças Armadas, nos impele a fazer o quase impossível dentro dos recursos que nos são disponibilizados, por meio da priorização de áreas fundamentais”, explicou ao enumerar os projetos e programas implementados pela FAB, como a reestruturação administrativa e os avanços na consolidação dos programas KC-390 e Gripen NG.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



47 - Grupo Parlamentar Brasil – Argentina defende impulso da hidrovia Paraná - Paraguai (23/10/2017)

Brasília – O Grupo Parlamentar Brasil – Argentina defendeu na segunda-feira, 23, a reativação e o impulso da hidrovia Paraná – Paraguai como elemento fundamental para a consolidação do processo de integração regional. De acordo com o Embaixador da Argentina no Brasil, Carlos Magariños, “este é um projeto prioritário para o governo do presidente Mauricio Macri”.

Magariños revelou ainda que, por orientação do governo argentino, tem percorrido os estados brasileiros beneficiados pela hidrovia. “Nossa prioridade é reduzir os custos para uso pleno dessa plataforma, para todos”, afirmou. Na sua avaliação, Brasil e Argentina precisam abordar todos os obstáculos à integração bilateral e regional com o propósito de avançar no aprofundamento desse relacionamento.

Para o presidente do grupo, senador Fernando Collor (PTC-AL), “estes encontros que serão bimestrais, têm o objetivo de elaborar diagnóstico, identificar gargalos e discutir soluções para viabilidade da hidrovia dos Rios Paraguai-Paraná, entre outros temas que formam parte do relacionamento bilateral”. Ele lembrou ainda que os parlamentares argentinos membros do grupo naquele Parlamento irão tratar do assunto.

Vice-presidente do grupo e presidente da CREDN, Bruna Furlan (PSDB-SP) acredita que Brasil e Argentina precisam avançar no diálogo bilateral como forma de reduzir a burocracia sem pôr em risco a atividade de navegação fluvial. “Há um potencial imenso a ser explorado pela hidrovia Paraná – Paraguai, com ganhos econômicos e sociais não apenas para o Brasil e a Argentina, mas para todos os países do MERCOSUL. Este debate traz o tema para a agenda política e vamos trabalhar para que os respectivos legislativos contribuam com os dois governos, ouvindo também as agências regulatórias e os dois governos”, explicou.

Participaram do encontro, o professor Eduardo Ratton, Coordenador de Projetos do Instituto Tecnológico de Transportes e Infraestrutura da Universidade Federal do Paraná; Erick Moura de Medeiros, Diretor de Infraestrutura Aquaviárias do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT); Adalberto Tokarski, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ); Edeon Vaz Ferreira, presidente da Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio; Marcelo Cruz, Secretário-Executivo do ministério do Meio Ambiente; e Tarcisio Dal Maso Jardim, Consultor Legislativo do Senado Federal e Secretário-Executivo do Grupo Parlamentar.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Moreira Mariz)



48 - ONU conta com as Forças Armadas do Brasil em novas missões de paz (28/10/2017)

Brasília – A Organização das Nações Unidas (ONU) conta com as Forças Armadas brasileiras em novas missões de paz. Esta foi a principal mensagem do chefe do Departamento de Operações de Paz da entidade, Jean-Pierre Lacroix, que na segunda-feira, 28, proferiu palestra no ministério da Defesa para um seleto grupo de convidados onde destacou a relevância das tropas do Brasil em um cenário de desafios que a ONU e os países precisam lidar.

Lacroix também se reuniu o chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, almirante Ademir Sobrinho, com quem negocia o envio de militares brasileiros para a missão de paz da ONU na República Centro-Africana. “O Brasil é um parceiro muito importante para as missões de paz da ONU, por todo o seu histórico de colaboração, mas, mais recentemente, pela atuação no âmbito da MINUSTAH onde fizeram a diferença, não só na área de segurança em Porto Príncipe, como também, tiveram um comportamento excelente na área de relações com a população e com as autoridades haitianas”, explicou.

Presente ao evento, a presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, Bruna Furlan (PSDB-SP), reiterou o compromisso do Congresso com a participação das Forças Armadas brasileiras em missões de paz. Segundo ela, “nos 13 anos em que estivemos no Haiti, mostramos que é possível implementar uma missão de paz com um viés muito mais humano. Naquele país, as pessoas precisavam, além do restabelecimento da paz, de dignidade para seguir em frente e nós lhes demos isso. O Brasil deve seguir este caminho onde for possível, contribuindo para um mundo menos instável. O reconhecimento da ONU desta excelência é orgulho não apenas para as nossas Forças Armadas, mas para todo o país”, afirmou.

Em palestra realizada no auditório do Ministério da Defesa, Lacroix fez um balanço das missões de paz e afirmou que a ONU contabiliza inúmeros sucessos quanto ao estabelecimento da paz e a proteção da população civil. No entanto, a principal dificuldade ainda reside no campo político, observou, pois, o restabelecimento da paz implica no bom funcionamento das instituições locais, o que nem sempre ocorre. Neste sentido, reconheceu situações de muita violência, populações fragilizadas e amedrontadas e a pressão por mais recursos para que a ONU faça frente a esses desafios.

Ele revelou que a ONU busca formas mais flexíveis e eficientes por meio de tropas versáteis e inteligentes, capazes de se adaptar aos mais diversos contextos políticos, econômicos e sociais, além de um maior envolvimento dos países membros e parceiros, prioridade para a entidade. “Precisamos de um trabalho em parceria com toda a comunidade internacional. Não existe mais cenário para poucos protagonistas, todos os países têm um papel muito importante”, destacou ao citar como exemplo a missão de paz no Mali onde a União Europeia promove o treinamento das Forças Armadas locais.

Nesta terça-feira, 28, Jean-Pierre Lacroix participa, no Rio de Janeiro, do Seminário Internacional “13 Anos do Brasil na MINUSTAH: Lições aprendidas e novas perspectivas”, evento que marca o término da participação brasileira na missão de paz no Haiti.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



49 - O Programa Espacial como fator de desenvolvimento tecnológico para a Defesa (28/10/2017)

Brasília – O Programa Espacial Brasileiro é considerado como um importante fator de desenvolvimento tecnológico para a Defesa. Esta foi a conclusão dos especialistas que na segunda-feira, 27, participaram do 17º Ciclo de Debates promovido pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado. Os convidados foram unânimes em apontar o avanço tecnológico como elemento essencial para o fortalecimento da Defesa Nacional.

De acordo com o chefe de Assuntos Estratégicos do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do ministério da Defesa, Brigadeiro Alvani Adão da Silva, o Programa Espacial alcançou competência significativa, mas segue aquém das necessidades do país, uma vez que o programa compreende a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias de veículos lançadores, de produção de satélites e da exploração espacial em geral. Por outro lado, a falta de concursos regulares e a pouca previsão orçamentária para o setor são grandes obstáculos.

Alvani Adão da Silva revelou que enquanto o orçamento anual dos Estados Unidos destina US\$ 40 bilhões para seu programa espacial, o Brasil destina apenas US\$ 100 milhões, menos que o investimento de US\$ 1 bilhão da Argentina. Entre os parceiros dos BRICS, o Brasil também é o que menos investe (Rússia e China destinam anualmente US\$ 3 bilhões e a Índia, US\$ 1,2 bilhão).

“É muito difícil pensar em soberania sem pensar em autonomia tecnológica no campo da Defesa”, enfatizou.

Já o presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB), José Raimundo Braga Coelho, reconheceu a complexidade que cerca a missão da entidade e defendeu o uso comercial de Alcântara, com o lançamento de um satélite mais moderno, capaz de atender a demandas empresariais. Ele sugeriu ainda mudanças na governança do setor, com uma agência mais leve e ágil, a exemplo da NASA.

Para o diretor de Assuntos de Defesa e Segurança da Secretaria de Assuntos Estratégicos da presidência da República, Joanisval Brito Gonçalves, é impossível dissociar desenvolvimento tecnológico de Defesa Nacional, pois “não é possível defender um país com paus e pedras”.

A presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, Bruna Furlan (PSDB-SP) lembrou que o assunto tem sido amplamente discutido no Colegiado e que na quarta-feira, 29, será realizada mais uma audiência pública relacionada com o tema. “Já discutimos aspectos relacionados com o Programa Espacial e o Centro de Lançamentos de Alcântara e agora, vamos tratar das questões que dizem respeito ao nosso Satélite Geoestacionário”.

Na semana passada, o ministro da Defesa, Raul Jungmann, disse na CREDN que o Brasil tem conversado com vários países para tornar Alcântara um centro de lançamentos de referência internacional. Na sua avaliação de Bruna Furlan, “este é um tema que deve integrar a Agenda de Estado do país e não de governos, pois diz respeito à nossa defesa, a nossa soberania e ao desenvolvimento”, concluiu. Ex-prefeito de São José dos Campos, e membro da CREDN, o deputado Eduardo Cury (PSDB-SP), também prestigiou o evento.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Moreira Mariz)



50 - Grupo Brasil – Argentina defende remoção de barreiras ao comércio bilateral (29/10/2017)

Brasília – O Grupo Parlamentar de Amizade Brasil – Argentina realizou na quarta-feira, 29, a sua 4ª reunião com o objetivo de debater as soluções para a viabilidade da hidrovía Paraná – Paraguai e as medidas sanitárias e fitossanitárias no contexto bilateral. Na oportunidade, houve consenso entre os participantes de que os dois países devem atuar de forma conjunta para remover as barreiras não tarifárias que inibem o comércio.

Além do Embaixador da Argentina no Brasil, Carlos Magariños, também o Embaixador do Paraguai, Manuel María Cáceres, e o Ministro-Conselheiro da Embaixada do Uruguai, Manuel Etchevarren, participaram dos debates coordenados pelo senador Fernando Collor (PTC-AL) e a deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), presidente e vice do Grupo Parlamentar.

Na avaliação do senador Fernando Collor, o processo de reconhecimento das certificações sanitárias entre Brasil e Argentina “é burocrático, extremamente oneroso e absurdamente lento. Não têm mais condições de lidar com tantas regras e proibições. Por que não uma certificação conjunta, estimulando o comércio bilateral e a cooperação criativa?”, questionou.

Já a presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, deputada Bruna Furlan, destacou que “Brasil e Argentina são potências mundiais do agronegócio e precisam remover barreiras e obstáculos anacrônicos à integração”.

Segundo ela, “existe uma longa lista de setores que poderiam ser beneficiados por um espírito de cooperação entre os dois países. É o caso do abacate brasileiro e do camarão argentino, que continuam enfrentando barreiras para a entrada nos mercados vizinhos”, explicou.

Neste ano, o Brasil exportou o equivalente a US\$ 82 bilhões para a Argentina e para Eduardo Sampaio Marques, da Secretaria de Defesa Agropecuária do ministério da Agricultura, a quantidade de barreiras não tarifárias e um eventual fechamento do mercado consumidor argentino poderia provocar uma crise social no Brasil.

“Sem mercado externo estamos condenados. A produção do Brasil teria que ser reduzida em pelo menos 30%. Se fechassem os mercados para a carne bovina, seria uma crise social. Estados como Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais teriam uma massa de desemprego impressionante no campo”, alertou.

Na opinião de Bianca Giacomini, a assessora chefe de Assuntos Internacionais da Anvisa, “o primeiro passo a ser dado é no sentido de a Argentina se abrir mais para o mundo. Hoje, o Brasil já cumpre com todos os requisitos da OCDE. Os regulamentos editados pela Anvisa estão em consonância com os regulamentos internacionais, mas infelizmente, a Argentina está mais fechada nesse aspecto”, afirmou.

Subsecretário-Geral da América Latina e do Caribe do ministério das Relações Exteriores, o Embaixador Paulo Estivallet de Mesquita, destacou que “é preciso acelerar e melhorar os procedimentos de contato e a elaboração de novos regulamentos, com a mais ampla e participativa colaboração dos vizinhos. Temos um número delimitado de problemas que precisam ser enfrentados. Para que ocorra a revisão dos regulamentos, o resultado final deve ser por consenso”, disse.

O Embaixador da Argentina no Brasil, Carlos Magariños, sugeriu a criação de uma agência bilateral para regular o comércio entre Brasil – Argentina nos moldes da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (Abacc), criada em 1991.

“A burocracia associada ao sistema regulatório cresce de uma maneira muito dinâmica e requer que a autoridade política tome uma decisão para ordenar o processo e evitar essa condição de um país versus outro”, assinalou.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



51 - Presidente da CREDN prestigia formatura dos oficiais gerais do Exército (08/12/2017)

Brasília – A presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, Bruna Furlan (PSDB-SP) prestigiou na quinta-feira, 7, a cerimônia de formatura dos novos oficiais promovidos pelo Exército brasileiro em evento que contou com a presença do Comandante da força, general Eduardo Dias Villas Bôas. “Trata-se da instituição de maior credibilidade do nosso país, algo que se deve em grande parte ao seu Comandante que lidera uma tropa identificada com o Brasil”, afirmou.

Na oportunidade, foram promovidos oito oficiais. O General de Divisão Luiz Eduardo Ramos Baptista ascendeu a General de Exército. Ao posto de General de Divisão foram promovidos Paulo Roberto de Oliveira, João Batista Bezerra Leonel Filho, e João Chalella Júnior. E a General de Brigada, os coronéis Paulo Alípio Branco Valença, Luiz Gonzaga Viana Filho, Márcio Bessa Campos, e Adilson Giovani Quit.

De acordo com o Chefe do Estado Maior do Exército, General Fernando Azevedo e Silva, “não é por simples acaso que as Forças Armadas despontam nos principais índices de confiabilidade junto à população. Sucessivas gerações de Oficiais-Generais lideraram seus comandados e responderam, com prontidão e eficiência, a todas as convocações que lhes chegaram, sobretudo em momentos críticos, ombro a ombro com a Marinha do Brasil e a Força Aérea Brasileira”, enfatizou.

Bruna Furlan destacou ainda o papel do Exército brasileiro no dia a dia da população empregando seus militares em operações de segurança pública e de caráter humanitário como a perfuração de poços artesianos, distribuição de água potável, construção de pontes, reparação de vias e até mesmo na eliminação do mosquito da Dengue em áreas onde a presença do Estado é mínima.

“Não é à toa que os brasileiros se identificam tanto com os nossos militares cuja conduta interna é a mesma quando destinados a missões de Paz no exterior. Embora preparados para a Guerra, atuam na pacificação e estabilização de áreas conflagradas sempre respeitando a dignidade dos locais”, reconheceu.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Agência Verde Oliva)



52 - Bruna Furlan destaca trabalho da CREDN em palestra para alunos da UNESP (08/12/2017)

Brasília – A presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), Bruna Furlan (PSDB-SP) proferiu palestra na quinta-feira, 7, para alunos de graduação e pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), de Marília (SP), em que destacou o trabalho realizado pela CREDN na promoção da Diplomacia Parlamentar e a discussão dos temas relativos à Soberania Nacional e o papel das Forças Armadas.

De acordo com a deputada, “o trabalho realizado pelo Parlamento na proposição e discussão da agenda internacional e de segurança nacional do país é fundamental. O nosso enfoque vai nesta direção, promover as relações internacionais do Brasil na promoção da cooperação, do multilateralismo e da paz”, afirmou.

Ela destacou ainda a rotina da Comissão que discute e analisa acordos internacionais, projetos e programas voltados à cooperação com diversos países, promove audiências públicas e realiza seminários sobre temas específicos, além de manter um diálogo de alto nível com diplomatas estrangeiros por meio das embaixadas sediadas em Brasília.

“A política externa de um país precisa guardar relação direta com os seus interesses, inclusive em termos bi e multilaterais. O Brasil pratica uma política exterior que busca a integração e o fortalecimento do sistema internacional e, neste sentido, conta com o trabalho de excelência implementado pelo seu Corpo Diplomático e os nossos militares das Forças Armadas”, observou.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Edilson Holanda)



53 - Projeto sobre uso dos símbolos da Cruz Vermelha passa na CCJ (08/12/2017)

Brasília – O Projeto de Lei que dispõe sobre o uso e a proteção do emblema da Cruz Vermelha, do Crescente Vermelho e do Cristal Vermelho, em conformidade com o Direito Internacional Humanitário, foi aprovado na quinta-feira, 7, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados que acatou por unanimidade o parecer do deputado Milton Monti (PR-SP). O projeto é de autoria da presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), Bruna Furlan (PSDB-SP).

O texto já passou pela CREDN e seguirá agora para apreciação no Plenário antes de seguir para o Senado Federal. De acordo com a deputada, o Direito Internacional Humanitário protege pessoas e bens em situações de conflitos armados, o que o faz, dentre outras medidas, mediante o uso de emblemas, como é o caso da Cruz Vermelha, do Crescente Vermelho e do Cristal Vermelho. “É importante que a legislação nacional proteja, em todas as circunstâncias, esses emblemas. São entidades regidas pelos princípios da humanidade, imparcialidade, neutralidade, independência, voluntariado, unidade e universalidade”, defendeu.

De acordo com Milton Monti, “regulamentar a proteção do uso de emblemas como os da Cruz Vermelha, por exemplo, em caso de guerra, por meio de lei federal, é não só constitucional, mas também guarda conformidade com nosso ordenamento jurídico nacional, sendo plenamente viável juridicamente sua aprovação”, afirmou.

O PL visa dar cumprimento a obrigações internacionais a que o Brasil está vinculado por força da participação nas Convenções de Genebra de 1949 e Protocolos Adicionais de 1977 e 2005, e tendo presente a importância da proteção aos emblemas, denominações e símbolos distintivos necessários ao cumprimento das funções de assistência humanitária neutra e imparcial em tempos de paz e, sobretudo, em tempos de conflitos armados.

Para a presidente da CREDN, pessoas protegidas são aquelas que de modo neutro e imparcial prestam socorro às vítimas em tempo de conflito armado e sua proteção depende do respeito aos emblemas que as identificam. “Dentre as proteções em tempo de conflito armado está a de proibir o método de guerra chamado de perfídia, que é aquele em que um combatente, ou alguém hostil equivalente, se disfarça de pessoa protegida, utilizando, por exemplo, o símbolo da Cruz Vermelha, a fim de matar ou agredir”, assinalou.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Agência Câmara)



54 - CREDN realiza lançamento do Manual de Direito Eleitoral e Jurisprudência (13/12/2017)

Brasília – Na quarta-feira, 13, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados realizou o lançamento da segunda edição do Manual de Direito Eleitoral e Jurisprudência, de autoria do ex-desembargador do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, André Lemos Jorge.

A obra foi destaque na XXIII Conferência Nacional da Advocacia e é a mais recente da Editora Consultor Jurídico. O advogado André Lemos Jorge também é Mestre em Direito Constitucional e Doutor em Direito do Estado pela PUC-SP. Atualmente é Diretor do Mestrado em Direito da UNINOVE, professor do Mestrado em Direito da UCAM-RJ e da EJP-TRE/SP. Entre os anos de 2005 e 2008, foi Conselheiro da CAPES. .

De acordo com a presidente da CREDN, Bruna Furlan (PSDB-SP), “a edição foi atualizada para incluir a reforma eleitoral de 2017, com a Emenda Constitucional 97 e as leis que vedaram as coligações partidárias nas eleições proporcionais, criaram o Fundo Eleitoral e alteraram o tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão”, explicou.

Ainda segundo a deputada, o manual serve como guia para candidatos e seus advogados, descrevendo como devem ser o registro de candidatura, a prestação de contas e a propaganda eleitoral. Além disso, a obra apresenta decisões recentes da Justiça Eleitoral e instruções completas sobre questões do dia a dia da campanha, como os dados que devem constar dos recibos de doação de bens estimáveis em dinheiro, e é complementada com ementas de decisões sobre a questão, como julgamentos do TRE-SP e do Tribunal Superior Eleitoral.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Conjur)





Visitas Diplomáticas

1 - Agenda bilateral Brasil – Estados Unidos é discutida na CREDN (06/04/2017)

A agenda bilateral Brasil – Estados Unidos foi o tema da reunião que a presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), da Câmara dos Deputados, deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), manteve na quinta-feira, dia 06, com a Chefe da Divisão Política da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, ministra Kristin Kane, e o Primeiro-Secretário Deji Okediji.

Eles trataram dos acordos bilaterais pendentes de ratificação pelo Congresso brasileiro e abordaram temas como migração, proteção de dados na internet, defesa e questões da agenda internacional como a guerra na Síria. Em relação aos acordos, apenas a Mensagem 593, de 2015, que diz respeito à cooperação para o uso pacífico do espaço, está pendente de manifestação da CREDN. O relator é o deputado Heráclito Fortes (PSB/PI).

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Edilson Holanda)



2 - Bruna Furlan recebe embaixador do Marrocos e destaca importância das relações bilaterais (06/04/2017)

A presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), da Câmara dos Deputados, deputada Bruna Furlan (PSDB-SP) recebeu em audiência na quinta-feira, dia 06/04, o Embaixador do Reino do Marrocos no Brasil, Nabil Adghoghi. Na oportunidade, ela destacou a importância das relações bilaterais e defendeu o aprofundamento do relacionamento político entre os respectivos parlamentos.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



3 - CREDN vai aprofundar cooperação com a União Europeia em várias áreas (10/04/2017)

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados aprofundará a cooperação com a Delegação da União Europeia no Brasil em várias áreas. Foi o que ficou acertado entre a presidente do Colegiado, deputada Bruna Furlan (PSDB-SP) e o Embaixador europeu no Brasil, João Gomes Cravinho, que se reuniram na segunda-feira, 10/04.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



4 - CREDN aprofundará agenda de cooperação com Portugal (11/04/2017)

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) pretende aprofundar a agenda de cooperação com Portugal, conforme ficou acertado entre a presidente do Colegiado, deputada Bruna Furlan (PSDB-SP) e o Embaixador português no Brasil, Jorge Cabral, que se reuniram na terça-feira, 11/04, na Câmara dos Deputados.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



5 - Armênia quer mais cooperação e aprofundamento das relações bilaterais (19/04/2017)

O Embaixador da Armênia no Brasil, Ashot Galoyan, reuniu-se na quarta-feira, dia 19/04, com a presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), a quem manifestou interesse em ampliar a cooperação e aprofundar as relações bilaterais.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulvida)



6 - Ucrânia quer aumentar a cooperação com o Brasil, afirma embaixador (19/04/2017)

O embaixador da Ucrânia no Brasil, Rostyslav Tronenko, afirmou na quarta-feira, dia 19, em audiência com a presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), da Câmara dos Deputados, deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), que o seu país quer aumentar a cooperação com o Brasil, inclusive no setor de Defesa.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



7 - PC Chinês busca fortalecimento do diálogo político com o PSDB (24/04/2017)

O Comitê Central do Partido Comunista Chinês informou que desejava fortalecer o diálogo político com o PSDB e convidou os seus membros para realizarem visita oficial àquele país com o objetivo de aprofundarem a discussão em torno das agendas bilateral, regional e multilateral. O tema foi tratado, no dia 24/04/17, pela presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), da Câmara dos Deputados, deputada Bruna Furlan (PSDB-SP) e com a vice-diretora para a América Latina e o Caribe do Departamento Internacional do PC Chinês, Senhora Fu Jie.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



8 - Brasil e Canadá intensificarão o diálogo parlamentar nas relações bilaterais (25/04/2017)

Brasil e Canadá intensificarão o diálogo parlamentar e o papel dos legislativos com o objetivo de reforçar e fortalecer as relações bilaterais. Foi o que discutiram nesta terça-feira, dia 25, a presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, Bruna Furlan (PSDB-SP) e o Embaixador do Canadá no Brasil, Riccardo Savone.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



9 - Embaixador da França pede atenção com projetos de Defesa na CREDN (25/04/2017)

O Embaixador da França no Brasil, Laurent Bili, pediu a atenção da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados aos projetos de Defesa que são parte da cooperação estratégica bilateral. Na terça-feira, dia 25/04/17, Bili reuniu-se com a presidente do Colegiado, deputada Bruna Furlan (PSDB-SP) para tratar do assunto.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



10 - Vietnã busca reconhecimento brasileiro como economia de mercado (26/04/2017)

O Embaixador do Vietnã no Brasil, Do Ba Khoa, reuniu-se, no dia 26/04/17, com a deputada Jô Moraes (PCdoB-MG), ex-presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, a quem anunciou que o seu país busca o reconhecimento brasileiro como economia de mercado. Além disso, pediu o apoio do Brasil à candidatura vietnamita ao cargo de diretor-geral da UNESCO.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



11 - Acordos com o Uruguai são prioritários para o Brasil, afirma Bruna Furlan (26/04/2017)

“A ratificação dos acordos firmados com o Uruguai são prioritários para o Brasil”, afirmou a deputada Bruna Furlan (PSDB-SP) em reunião, na quarta-feira, dia 26/04/2017, com o Embaixador uruguaio Carlos Amorin.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



12 - CREDN fortalecerá relações estratégicas com o Peru (10/05/2017)

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados fortalecerá as relações estratégicas com o Peru, cujo governo do presidente Pedro Pablo Kuczynski, considera prioritárias. O tema foi discutido na quarta-feira, dia 10/05/17, entre a deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), presidente da CREDN e o Embaixador peruano Vicente Rojas Escalante.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



13 - Bruna Furlan destaca proteção de dados na internet em reunião com diplomatas estrangeiros (10/05/2017)

A deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, destacou, no dia 10/05/17, a importância da aprovação de uma lei de proteção e tratamento de dados pessoais na internet, em reunião com os embaixadores da União Europeia, João Gomes Cravinho; do Marrocos, Nabil Adghoghi; da Jordânia, Malek Twal; e da Palestina, Ibrahim Alzeben.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



14 - Bruna Furlan defende aprofundamento das relações Brasil - Eslováquia (16/05/2017)

A deputada Bruna Furlan, presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, defendeu, nesta terça-feira, dia 16, o aprofundamento das relações do Brasil com a Eslováquia. Ela discutiu aspectos do relacionamento bilateral com o embaixador Milan Cigan, para quem o seu país considera o Brasil parceiro prioritário no contexto não europeu.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulvida)



15 - Embaixador de Angola pede apoio para regularizar refugiados (17/05/2017)

O Embaixador de Angola no Brasil, Nelson Manuel Cosme, pediu o apoio da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, para o futuro acordo de regularização dos ex-refugiados angolanos que fugiram para o Brasil entre os anos 70 e início dos 2000, por conta da guerra civil naquele país.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



16 - Bruna Furlan discute cooperação e investimentos com Embaixadora dos Emirados Árabes (24/05/2017)

A presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), da Câmara dos Deputados, Bruna Furlan (PSDB-SP), discutiu a cooperação e o aporte de investimentos no Brasil com a Embaixadora dos Emirados Árabes Unidos, Hafsa Abdullah Mohamed Sharif Al Ulama, com quem reuniu-se na quarta-feira, 24/05/2017.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



17 - CREDN apoia Pacto Global das Nações Unidas para os direitos humanos (31/05/2017)

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados apoia as iniciativas que integram o Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), segundo informou na quarta-feira, 31/05/17, a presidente do Colegiado, deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), após reunir-se com o coordenador de projetos da Organização Internacional para as Migrações (OIM), Marcelo Torelly.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



18 - Bruna Furlan discute o aprofundamento das relações com a Coreia (31/05/2017)

A deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, discutiu, na quarta-feira, dia 31, o aprofundamento das relações bilaterais com a República da Coreia com o Embaixador Jeong Gwan Lee.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



19 - Agência da ONU pede apoio do Congresso para os refugiados na Palestina, Jordânia, Líbano e Síria (08/06/2017)

A diretora de Relações Exteriores e Comunicações da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA), Françoise Vanni, foi recebida, na quinta-feira, dia 08/06/17, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, quando pediu o apoio do Congresso Nacional à causa dos refugiados palestinos que vivem em Gaza, na Cisjordânia, no Líbano, na Síria e na Jordânia.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



UNRWA
اللاجئون
فلسطين

20 - Bruna Furlan destaca papel estratégico do Azerbaijão e defende aprofundamento das relações (20/06/2017)

A presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, Bruna Furlan (PSDB-SP), destacou, , dia 20/06/17, o papel estratégico do Azerbaijão e defendeu o aprofundamento das relações com o Brasil. A deputada discutiu a agenda bilateral com o Embaixador daquele país, Elkhan Polukhov, que assume formalmente o cargo no dia 26/06/17.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



21 - Grupo Parlamentar Brasil – República Dominicana será instalado em agosto (20/06/2017)

O Grupo Parlamentar Brasil – República Dominicana será instalado em agosto, informou nesta terça-feira, dia 20, a deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, que se reuniu com o embaixador dominicano Alejandro Arias Zarzuela, no dia 20/07/2017.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



22 - Embaixador do México defende aprofundamento das relações com o Brasil (06/07/2017)

O Embaixador do México no Brasil, Salvador Arriola, reuniu-se na quarta-feira, 5, com a presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, Bruna Furlan (PSDB-SP), e defendeu o aprofundamento das relações com o Brasil. Ele também assegurou que o seu governo não iria atender as pressões dos Estados Unidos em relação à construção de um muro separando os dois países.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



23 - Grupo Parlamentar Brasil – Moçambique é reinstalado para apoiar relações bilaterais (06/07/2017)

O Grupo Parlamentar de Amizade Brasil – Moçambique foi reinstalado na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, na quarta-feira, 5, e será presidido pelo deputado Márcio Marinho (PRB-BA) para apoiar as relações bilaterais e fortalecer a diplomacia parlamentar entre os dois países.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



24 - Bruna Furlan defende aprofundamento das relações Brasil - Espanha (11/07/2017)

A presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, deputada Bruna Furlan (PSDB-SP) defendeu, na terça-feira, dia 11, o aprofundamento das relações entre o Brasil e a Espanha ao receber em audiência o novo embaixador espanhol no Brasil, Fernando Villalonga, que acabara de assumir o posto em Brasília.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



25 - Bruna Furlan quer criar Grupo de Amizade Brasil – Alemanha e participará do Forte de Copacabana (08/08/2017)

A presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, Bruna Furlan (PSDB-SP) anunciou que será criado o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil – Alemanha para contribuir com o fortalecimento das relações bilaterais. A deputada tratou do assunto na quarta-feira, 8, com o Embaixador da Alemanha no Brasil, Georg Witschel.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



26 - CREDN discutirá acordo de cooperação bilateral com o Kuwait (15/08/2017)

O assunto foi tratado na terça-feira, 15, pela presidente da CREDN, Bruna Furlan (PSDB-SP) e o Embaixador do Kuwait no Brasil, Ayadah Alsaidi. De acordo com a deputada, a criação da Organização Mundial de Comércio (OMC), em 1995, da qual Brasil e Kuwait são membros, instituiu um novo quadro jurídico para as relações comerciais entre os dois países.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



27 - Acordo Espacial Brasil – Estados Unidos na agenda da CREDN (15/08/2017)

A ratificação, pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, do Acordo de Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior, firmado por Brasil e Estados Unidos em março de 2011, foi discutido na terça-feira, 15, pela presidente da CREDN, Bruna Furlan (PSDB-SP), e os conselheiros Deji Okediji, Chefe para Política Interna da Seção Política, e Randolph Fleitman, do setor de Meio Ambiente, Ciência, Tecnologia e Saúde, da Embaixada norte-americana no Brasil.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



28 - Bruna Furlan ratifica apoio à integração latino-americana e ao MERCOSUL (15/08/2017)

A presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, Bruna Furlan (PSDB-SP) ratificou na terça-feira, 15, apoio à integração latino-americana e ao MERCOSUL ao receber em audiência o Embaixador Bruno Bath, indicado para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



29 - Embaixador do Reino Unido discute temas da agenda bilateral na CREDN (16/08/2017)

O Embaixador do Reino Unido, Francis Vijay Narasimhan Rangarajan discutiu temas da agenda bilateral em café da manhã com membros da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, na quarta-feira, 16.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



30 - Presidente da CREDN recebe parlamentares da Indonésia e discute agenda bilateral (23/08/2017)

A presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, Bruna Furlan (PSDB-SP) recebeu na tarde da quarta-feira, 23, uma comitiva de seis deputados da Indonésia que realizam visitas técnicas ao Brasil com o objetivo de intensificar o relacionamento político bilateral.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



31 - Palestina e Qatar debatem Oriente Médio na CREDN (23/08/2017)

Os embaixadores da Palestina, Ibrahim Alzeben, e do Qatar, Mohammed Al-Hayki, decano e vice-decano do Conselho dos Embaixadores Árabes no Brasil, se reuniram na quarta-feira, 23, com a presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, Bruna Furlan (PSDB-SP) com quem debateram acerca da situação no Oriente Médio.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



32 - Presidente da CREDN reúne-se com Diretor-Geral da OMC, Roberto Azevêdo (24/08/2017)

A presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, Bruna Furlan (PSDB-SP) reuniu-se na manhã desta quinta-feira, 24, com o Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Embaixador Roberto Azevêdo, com quem discutiu temas da agenda comercial global.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



33 - Fundos de Investimentos dos Emirados Árabes buscarão oportunidades no Brasil (30/08/2017)

A Embaixadora dos Emirados Árabes Unidos, Hafsa Abdullah Mohamed Sharif Al Ulama afirmou que 12 fundos de investimentos do seu país virão ao Brasil em 12 de outubro em busca de oportunidades nos estados de Goiás, Mato Grosso e São Paulo.

(Texto: Marcelo Rech)
(Foto: Benjamim Sepulveda)



34 - “O Brasil é muito importante para o Japão”, afirma vice-ministro japonês (30/08/2017)

“O Brasil é muito importante para o Japão”, afirmou na quarta-feira, 30, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, o vice-ministro parlamentar daquele país, Sr. Okamoto. Acompanhado do embaixador Akira Yamada, ele foi recebido pela presidente da CREDN, Bruna Furlan (PSDB-SP) e pelos deputados Takayama (PSC-PR), Walter Ihoshi (PSD-SP) e Luiz Nishimori (PR-PR).

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



35 - CREDN promove diálogo com embaixadores dos países da América Central (30/08/2017)

Na quarta-feira, 30/08/2017, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados promoveu diálogo com sete embaixadores de países da América Central e Caribe.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



36 - Embaixador dominicano destaca papel do país no diálogo político venezuelano (20/09/2017)

O Embaixador da República Dominicana no Brasil, Alejandro Arias Zarzuela, destacou na quarta-feira, 20, o papel do seu país na promoção do diálogo político na Venezuela ao participar da instalação do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil – República Dominicana na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



37 - Embaixador da Bélgica destaca estado das relações bilaterais na CREDN (27/09/2017)

O Embaixador da Bélgica no Brasil, Dirk Loncke, destacou o excelente estado das relações bilaterais ao reunir-se na quarta-feira, 27, com a presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, deputada Bruna Furlan (PSDB-SP). Segundo ele, “os laços que unem os dois países estão cada vez mais fortes.”

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulvida)



38 - Irã quer fortalecer relações parlamentares com o Brasil (27/10/2017)

O Embaixador do Irã no Brasil, Seyed Ali Saghayan, afirmou na quarta-feira, 27, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, que o seu país pretende fortalecer as relações parlamentares com o Brasil.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



39 - Embaixador da Geórgia defende aprofundamento das relações comerciais (17/10/2017)

O Embaixador da Geórgia no Brasil, David Solomonia, defendeu o aprofundamento das relações comerciais com o Brasil hoje estimadas em cerca de US\$ 80 milhões e afirmou que há potencial para crescimento do comércio em várias áreas. No entanto, em audiência com a presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, Bruna Furlan (PSDB-SP), ele destacou que “os recursos humanos são o principal produto nacional brasileiro”.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



40 - Polônia consolida parceria com o Brasil e relacionamento pode crescer, afirma Embaixador (17/10/2017)

O relacionamento bilateral Brasil – Polônia está consolidado, mas pode crescer ainda mais. Este é o entendimento do Embaixador polonês no Brasil, Andrzej Maria Braiter, que nesta terça-feira, 17, reuniu-se com a presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, Bruna Furlan (PSDB-SP).

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



41 - Embaixador do Japão defende ratificação de acordo aduaneiro (17/10/2017)

O Embaixador do Japão no Brasil, Akira Yamada, defendeu na quarta-feira, 18, a ratificação do Acordo sobre Assistência Mútua Administrativa e Cooperação Aduaneira assinado entre os dois países em 14 de setembro.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



42 - Luxemburgo quer oferecer satélites de comunicação para as fronteiras do Brasil (01/11/2017)

O Grão-Ducado de Luxemburgo, membro fundador da União Europeia, pretende oferecer sua tecnologia de satélites de comunicação destinados aos programas de vigilância de fronteiras brasileiros. Foi o que o Embaixador Carlo Krieger afirmou em visita à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, na terça-feira, 31.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



43 - Brasil e México trabalham em conjunto pelo fortalecimento das relações bilaterais (01/11/2017)

Os embaixadores do México no Brasil, Salvador Arriola, e do Brasil no México, Mauricio Carvalho Lyrio, destacaram o trabalho conjunto realizado por ambos em prol do fortalecimento das relações bilaterais, em reunião realizada na terça-feira, 31, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



44 - Grupo Parlamentar Brasil – Irã é reinstalado com foco no comércio bilateral (08/11/2017)

O Grupo Parlamentar de Amizade Brasil – Irã foi reinstalado na quarta-feira, 8, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados e seria presidido pelo deputado Evandro Rogério Roman (PSD-PR). O evento contou com a presença do Embaixador iraniano no Brasil, Sayed Ali Saghayan, que destacou, mais uma vez, a importância da relação bilateral.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



45 - Brasil e Hungria completam 90 anos de relações e CREDN reinstalará grupo parlamentar (28/11/2017)

Por ocasião dos 90 anos do estabelecimento das relações diplomáticas Brasil – Hungria, a deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, recebeu na terça-feira, 28, o Embaixador húngaro no Brasil, Norbert Konkoly. Na oportunidade, ficou acertada a reinstalação do Grupo Parlamentar de Amizade no dia 13 de dezembro de 2017.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



46 - CREDN homenageia Embaixador da Polônia e destaca estado das relações bilaterais (29/11/2017)

Brasília – A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados homenageou o Embaixador da Polônia, Andrzej Maria Braiter, que estava concluindo sua missão no país após quatro anos. De acordo com a presidente da CREDN, “o Embaixador é um dos grandes responsáveis pelo excelente estado das relações bilaterais”.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



47 - Bruna Furlan discute TLC MERCOSUL – UE com embaixador europeu (05/12/2017)

Brasília – O estado das negociações do Tratado de Livre Comércio MERCOSUL – União Europeia foi tema de discussão entre a presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, Bruna Furlan (PSDB-SP) e o Embaixador europeu no Brasil, João Gomes Cravinho. Os dois se reuniram na terça-feira, 5, quando também trataram de temas da agenda bilateral.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



48 - Ucrânia pede a retomada das reuniões da Comissão Intergovernamental com o Brasil (05/12/2017)

Brasília – O presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Ucrânia – Brasil, deputado Victor Romaniuk pediu na terça-feira, 5, que a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados trabalhe para que sejam retomadas em 2018 as reuniões da Comissão Intergovernamental de Cooperação Econômica e Comercial Brasil-Ucrânia (CIC). Segundo ele, “trata-se de mecanismo fundamental para o fortalecimento das relações bilaterais”.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Edilson Holanda)



49 - Grupo Parlamentar Brasil – Hungria é reinstalado na CREDN (13/12/2017)

Brasília - O Grupo Parlamentar da Amizade Brasil – Hungria foi reinstalado na quarta-feira, 13, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados e seria presidido pelo deputado Bruno Araújo (PSDB-PE). O evento foi prestigiado pelo Embaixador húngaro no Brasil, Norbert Konkoly, e foi parte das comemorações pelos 90 anos das relações diplomáticas entre os dois países.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)





**Missões Oficiais e
Visitas Técnicas**

1) Missão oficial com o propósito de participar do I Diálogo da Indústria de Defesa Brasil – Portugal.

Objetivo: A convite do Ministro de Estado da Defesa, Senhor Raul Jungmann, integrou-se sua comitiva oficial com o propósito de participar do I Diálogo da Indústria de Defesa Brasil – Portugal, ocasião em que se discutiu formas de adensar a cooperação e parceria entre os dois países nessa área, em especial tratados de parceria tecnológica entre as empresas que integram a base industrial de defesa.

- Data: 09 e 10 de fevereiro de 2017
- Local: Lisboa - Portugal
- Participante: Deputada Bruna Furlan (PSDB/SP)

2) Missão oficial com o propósito de participar do Seminário para Líderes Políticos em Israel.

Objetivo: Representar a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional no Seminário para Líderes Políticos. O evento, realizado desde 1982 sob os auspícios do Projeto Interchange, reúne líderes políticos e empresariais, diplomatas, jornalistas, artistas, intelectuais e formadores de opinião, com o propósito de oferecer uma visão contemporânea e global do Estado de Israel, com foco nas políticas externa, militar e estratégica. Os seminários promovidos pelo Interchange têm por escopo apresentar uma visão equilibrada da sociedade israelense e dos seus desafios no Oriente Médio.

- Data: 18 a 25 de fevereiro de 2017
- Local: Tel Aviv - Israel
- Participantes:

Deputado Pedro Vilela (PSDB/AL);

Deputada Bruna Furlan (PSDB/SP)

3) Missão oficial a Assunção – Paraguai, em comitiva oficial chefiada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira.

Objetivo: Participação na comitiva chefiada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, ao Paraguai, com o objetivo de manter encontros oficiais com o presidente paraguaio Horácio Cartes; com o chanceler Eladio Loizaga; com o presidente da Câmara dos Deputados do Paraguai, Hugo Velázquez Moreno; com o presidente da Comissão de Relações Exteriores daquela Casa, deputado José María Ibáñez Benítez; e com membros do Colegiado. Na oportunidade, foram tratados temas das agendas bilateral e regional, como o fortalecimento do MERCOSUL, a crise na Venezuela, e oportunidades de cooperação entre os respectivos parlamentos. Também foi assinado um Memorando de Entendimento para a Cooperação em Comunicação com ênfase em Diplomacia Pública e Digital.

- Data: 27 e 28 de março de 2017
- Local: Assunção - Paraguai
- Participante: Deputada Bruna Furlan (PSDB/SP)

4) Visita Técnica à 11ª edição da Feira LAAD Defense & Security 2017, integrando comitiva do Ministro de Estado da Defesa, Senhor Raul Jungmann.

Objetivo: Participação na comitiva chefiada pelo Ministro de Estado da Defesa, Raul Jungmann, com o propósito de participar da abertura da 11ª edição da Feira LAAO Defense & Security 2017, onde os integrantes do Colegiado interagiram com representantes das

Forças Armadas e da Indústria de defesa, aprofundando o conhecimento acerca dos projetos estratégicos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, além das prioridades para o desenvolvimento tecnológico nacional. Na oportunidade a Presidente da CREDN e demais membros também se reuniram com diversas autoridades estrangeiras presentes ao evento.

- Data: 04 de abril de 2017
- Local: Rio de Janeiro
- Participantes:

Deputada Bruna Furlan (PSDB/SP);

Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG);

Deputado Jair Bolsonaro (PSC/RJ);

Deputado Altineu Côrtes (PMDB/RJ);

Deputado Gilberto Nascimento (PSC/SP)

Deputado Jair Bolsonaro (PSC/RJ);

Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ);

Deputado Rafael Motta (PSB/RN);

Deputado Wilson Beserra (PMDB/RJ).

5) Missão oficial a Le Bourget, França, para participar 52ª International Paris Air Show, conhecida como Feira Aeronáutica Internacional de Le Bourget.

Objetivo: Participação na tradicional feira Aeronáutica internacional, conhecida como Feira de Le Bourget. Trata-se de um dos mais importantes e tradicionais eventos aeronáuticos do mundo, que reúne os maiores representantes da indústria aeronáutica e aeroespacial e onde são difundidas as inovações científicas do setor, além de ser palco para o impulsionamento de futuros negócios.

- Data: 19 e 25 de junho de 2017
- Local: Le Bourget - França
- Participantes:

Deputado Claudio Cajado (DEM/BA)

Deputado Pedro Vilela (PSDB/AL)

Deputado Vanderlei Macris (PSDB/SP)

6) Missão oficial a Porto Príncipe, no Haiti, integrando a comitiva oficial do Ministro de Estado da Saúde, Senhor Ricardo Barros.

Objetivo: participar da inauguração do Hospital Comunitário de Referência Dra. Zilda Arns; assinatura de instrumentos de cooperação visando à reconstrução do Haiti; entrega simbólica de doação do Ministério da Saúde do Brasil de 15 mil doses de vacina antirrábica ao Ministério da Saúde à população do Haiti; reuniões bilaterais entre autoridades brasileiras integrantes da comitiva e altas autoridades do Haiti, incluindo o Primeiro-Ministro da República do Haiti; Visita ao Batalhão do Exército Brasileiro integrante da Minustah (Força de Paz e de Estabilização da ONU no Haiti).

- Data: 22 e 23 de junho de 2017
- Local: Porto Príncipe - Haiti
- Participante:

Deputada Bruna Furlan (PSDB/SP)

7) Missão oficial a Buenos Aires para participar do 9º Encontro dos Parlamentares da América Latina.

Objetivo: participar do 9º Encontro dos Parlamentares da América Latina, evento que contou com a participação de parlamentares, educadores, especialistas em discriminação e dirigentes comunitários, que debateram acerca dos desafios que enfrenta a nossa região em matéria de antissemitismo.

O programa do evento incluiu reuniões plenárias sobre antissemitismo na internet e outros meios, legislação na luta contra o antissemitismo, diálogo inter-religioso como meio para mitigar o antissemitismo, e educação para a convivência e o respeito mútuo. Além disso, houve uma cerimônia oficial em homenagem às vítimas do atentado terrorista contra a Associação Mutual Israelita Argentina (AMIA), ocorrido em 18 de julho de 1994, quando 86 pessoas morreram após a explosão de um carro bomba).

- Data: 17 e 18 de julho de 2017
- Local: Buenos Aires - Argentina
- Participante:

Deputada Bruna Furlan (PSDB/SP)

8) Missão oficial para participar do BRICS Youth Forum 2017, em Pequim, China.

Objetivo: participar do BRICS Youth Forum 2017, conferência que tem o objetivo de promover a interação e a cooperação entre a juventude dos países-membros do grupo.

O tema do fórum foi Establish Partners & Promote Youth Development, que é uma plataforma para jovens dos países integrantes do bloco, de modo a se engajem em temas como governança global, questões da juventude e contribuições para os BRICS.

- Data: 24 a 28 de julho de 2017
- Local: Pequim - China
- Participante

Pedro Vilela (PSDB/AL)

9) Missão oficial a Porto Príncipe, no Haiti, integrando a comitiva oficial do Ministro de Estado da Defesa, Raul Jungmann.

Objetivo: Representar o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Rodrigo Maia, na Cerimônia de encerramento da participação do Contingente Brasileiro (CONTBRAS) na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH).

- Data: 31 de agosto de 2017
- Local: Porto Príncipe - Haiti
- Participante:

Deputada Bruna Furlan (PSDB/SP)



Atividades na CREDN

1 - Bruna Furlan prega engajamento da sociedade civil nos assuntos de Política Externa e Defesa (23/03/2017)

A deputada federal Bruna Furlan (PSDB-SP), assumiu no dia 23 de março de 2017, a presidência da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), pregando o engajamento da sociedade civil nos assuntos de Política Externa e Defesa. Segundo ela, “a sociedade precisa expressar o que espera dos seus diplomatas e militares; e esse debate nós enfrentaremos aqui, de forma suprapartidária e no mais alto nível”.

Furlan está em seu segundo mandato e já foi vice-presidente da CREDN em 2015. Em 2016, presidiu a Comissão Especial que discutiu a nova Lei de Migração, em 2017 presidiu a Comissão Especial sobre Tratamento e Proteção de Dados Pessoais. Na sua avaliação, “os desafios que temos pela frente fazem jus ao tamanho deste país e da sua importância na cena internacional. O Brasil não pode abdicar de sua projeção, sua influência e sua presença nas grandes decisões, sejam elas políticas, humanitárias ou comerciais”, afirmou.

Em seu discurso, a deputada afirmou que as relações internacionais do país passam pelo resgate do Itamaraty como principal formulador e executor da Política Externa e pelo fortalecimento da presença brasileira no exterior, “na resolução de conflitos, nas principais negociações comerciais, sem esquecermos o nosso papel e a nossa responsabilidade nos temas que dizem respeito às questões de caráter humanitário, como aqueles que tocam aos refugiados e aos migrantes, por exemplo”, explicou.

No campo da Defesa Nacional, a presidente da CREDN lembrou que o Legislativo iria analisar as novas versões da Estratégia Nacional de Defesa (END), da Política Nacional de Defesa e do Livro Branco da Defesa Nacional. “Atuaremos, ainda, para que os Projetos Estratégicos das Forças Armadas e as condições do Exército, Marinha e Aeronáutica sejam significativamente melhoradas”, assegurou.

Ela informou que desejava ainda um maior envolvimento da CREDN nas discussões em torno da Base Industrial de Defesa (BID), elemento classificado como essencial para que o desenvolvimento tecnológico fosse alcançado e consolidado por meio de produtos com alto valor agregado, divisas e empregos.

Bruna Furlan acumulou ainda a presidência da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), órgão de controle externo do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN). “Inteligência de Estado é uma área fundamental para que possamos nos antecipar às tendências e pensarmos o Brasil no longo prazo”, disse.

“Para aprofundar os debates em torno dessas três importantes políticas de Estado, realizaremos audiências públicas e seminários onde reuniremos especialistas brasileiros e estrangeiros e discutiremos os principais temas das agendas internacional, de defesa, e de inteligência”, concluiu a deputada.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamin Sepulveda)



2 - Forças Armadas no Esporte terá o apoio da CREDN, assegurou Bruna Furlan (23/03/2017)

O diretor do Departamento de Desporto Militar, do ministério da Defesa, vice-almirante Paulo Zuccaro, e o chefe da Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto, do MD, brigadeiro Ricardo Machado, defenderam na quarta-feira, 23/03/2017, a destinação de um percentual de 0,5% dos recursos arrecadados com as loterias para apoiar o orçamento do programa Forças no Esporte, que atende mais de 20 mil crianças em todo o país.

O assunto foi tema de audiência com a presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, Bruna Furlan (PSDB-SP). Zuccaro destacou ainda a importância do Programa de Atletas de Alto Rendimento, que nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro permitiu a conquista de 13 das 19 medalhas do Brasil por meio de atletas militares.

Segundo Bruna Furlan, “a sociedade já admira as Forças Armadas por todo o trabalho que desenvolvem em apoio ao desenvolvimento do país, na proteção do nosso território e das nossas riquezas. Agora, ainda mais pelo seu potencial transformador. São programas que terão o apoio incondicional da CREDN”, explicou ao conhecer detalhes dos projetos esportivos implementados pela Defesa, principalmente junto a comunidades carentes.

Na sua avaliação, “investir nesses programas é investir no futuro do país. Trata-se de algo que deveria ser implantado em todos os municípios brasileiros, o que contribuiria significativamente para afastar os jovens da criminalidade e revelar atletas para competir pelo Brasil”.

De acordo com Paulo Zuccaro, o ministério da Defesa não pretenderia retirar recursos de ninguém, mas fortalecer os programas de desporto militar que beneficiam todas as comunidades onde se fazem presentes. O Programa Forças no Esporte também estaria entre os três melhores do mundo na promoção da paz por meio do desporto.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamin Sepulveda)



3 - CREDN no debate sobre prioridades para a Política Externa e a Defesa Nacional (29/03/2017)

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira, 29, requerimentos de autoria da sua presidente, deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), para realizar os seminários “Política Externa Brasileira: deveres, responsabilidades e os desafios internacionais” e “Política de Defesa: desenvolvimento e segurança nacional”. As datas ainda seriam marcadas e os eventos contariam com as presenças dos ministros Aloysio Nunes Ferreira, das Relações Exteriores, e Raul Jungmann, da Defesa, além de especialistas brasileiros e estrangeiros.

De acordo com a deputada, “há uma vasta agenda externa que a CREDN precisa discutir e apresentar alternativas, subsídios e propostas ao governo brasileiro. As questões comerciais podem passar por uma nova ordem internacional, os blocos regionais necessitam ser relançados, e precisamos avaliar o papel do Brasil nos principais mecanismos de concertação política como as Nações Unidas, e no plano regional, na OEA, UNASUL e CELAC”, afirmou.

Em relação à Defesa, Bruna Furlan explicou que o evento permitirá aos parlamentares fazer “um diagnóstico da situação atual das Forças Armadas, suas prioridades e obstáculos. É nosso papel discuti-los com os militares e com os civis que pensam e pesquisam o tema, de forma transparente, para que o mesmo resulte em propostas viáveis para o setor”.

Na sua avaliação, “a indústria nacional de Defesa vem recuperando protagonismo, em grande medida, graças ao trabalho realizado nos últimos anos pela CREDN. Queremos que a nossa indústria se fortaleça e que o Brasil detenha as melhores e mais sofisticadas tecnologias para o seu desenvolvimento industrial e para assegurar o cumprimento do papel Constitucional das Forças Armadas na proteção de nossas riquezas naturais e da nossa soberania”, disse.

Também no dia 29/03, a CREDN aprovou dois requerimentos da deputada Bruna Furlan para que fossem convidados os ministros das Relações Exteriores e da Defesa, para apresentarem, em audiências públicas, as prioridades de cada ministério para o ano de 2017.

Aloysio Nunes Ferreira e Raul Jungmann abordariam temas relacionados aos desafios que se apresentam para o Brasil na cena internacional, nos planos regional e extrarregional como os arranjos de comércio, as tendências e as possibilidades de inserção do Brasil. “No campo da Defesa Nacional, esta audiência reveste-se de especial importância no momento em que o Brasil rediscute a cooperação internacional com os países vizinhos, buscando fortalecer a proteção de nossas fronteiras, áreas por onde ingressam armas e todo tipo de contrabando que ameaçam de forma constante a segurança em nossas cidades”, destacou a deputada.

Bruna Furlan lembrou ainda que o ministério da Defesa vinha promovendo uma série de mudanças em sua estrutura e na legislação com o objetivo de fortalecer a indústria nacional de Defesa e implementar os Projetos Estratégicos que demandam um orçamento previsível e permanente.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Lúcio Bernardo Jr.)



4 - Presidente da CREDN participa da instalação do Grupo Parlamentar Brasil – Reino Unido (05/04/2017)

A presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), da Câmara dos Deputados, deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), participou, no dia 05/04, da instalação do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil – Reino Unido, integrado por deputados e senadores. O evento contou com a presença do Encarregado de Negócios da Embaixada britânica no Brasil, Senhor Wasim Mir.

Durante o encontro, Bruna Furlan destacou a importância da cooperação entre os dois países e se colocou à disposição para que os tratados bilaterais sejam apreciados sempre em consonância com os interesses maiores dos dois países. Na sua avaliação, “mesmo com a saída do Reino Unido da União Europeia, muitas alternativas de acordos e de cooperação se apresentam e vamos manter o diálogo no mais alto nível, principalmente com a instalação deste grupo que coordenará as ações de aprofundamento também com o legislativo britânico”.

Segundo Wasim Mir, “a primeira-ministra Teresa May elegeu o Brasil como prioridade política e comercial para o Reino Unido e até o final deste ano pretendemos apresentar propostas de acordos que Londres deseja firmar com Brasília. Ele assegurou ainda que o seu país apoia o acordo de Livre Comércio a ser firmado entre o MERCOSUL e a União Europeia.

Para a presidente da CREDN, “há um entendimento no Brasil de que o acordo com a União Europeia é vital para consolidar o resgate da nossa economia e do desenvolvimento, não apenas do nosso país como de toda a região e é nesta direção que vamos trabalhar”, afirmou.

Participaram da instalação do grupo os senadores Antonio Anastasia (PSDB-MG), e Eduardo Lopes, e os deputados Marcio Marinho (PRB-BA), Eduardo Bolsonaro (PSC-SP), Marcelo Mattos (PHC-RJ), Vinícius Carvalho (PRB-SP) Roberto Alves (PRB-SP), e Edson Moreira (PR-MG).

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



5 - Propriedade industrial beneficiará indústria de Defesa (05/04/2017)

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) aprovou na quarta-feira, dia 05/04/2017, o parecer do deputado Pedro Vilela (PSDB-AL) ao Projeto de Lei 4.897 de 2016, que permite o uso da propriedade intelectual como garantia para o acesso de financiamentos por parte da indústria de Defesa. O texto foi aprovado com um único voto contrário, do deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), sendo de autoria do deputado Wadson Ribeiro (PCdoB/MG), que não estava no exercício do mandato.

Segundo Vilela, “a proposta é altamente meritória por abrir mais uma alternativa, além das já existentes, para que as Empresas Estratégicas de Defesa possam dispor de recursos para financiar suas atividades industriais, o que assume especial relevo em face das dificuldades por que passam muitas delas”, explicou.

Ao defender a aprovação da proposta, Bruna Furlan (PSDB-SP), presidente da CREDN, destacou que “o projeto permite que os direitos de propriedade intelectual e industrial possam servir de garantia aos financiamentos de que necessitam essas empresas para o desenvolvimento dos seus programas, produtos, projetos e ações relativos a bens e serviços de defesa nacional”.

Bruna Furlan destacou ainda os esforços empreendidos pelo ministério da Defesa no sentido de buscar alternativas que fortaleçam a Base Industrial de Defesa (BID) e destacou que nesta segunda-feira, dia 3, participou, no Rio de Janeiro, da abertura da 11ª edição da Latin America and Defense (LAAD 2017), evento que contou com as presenças do presidente Michel Temer, do ministro da Defesa, Raul Jungmann, dos comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, bem como de representantes das principais entidades e empresas do setor de defesa do Brasil e do mundo.

Na oportunidade, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou uma linha de financiamento internacional de país a país, beneficiando a produção da indústria nacional de defesa, com prazos de pagamento de até 25 anos e 100% das exportações brasileiras.

“A aprovação desta matéria pela CREDN reforça o trabalho feito pelo Ministério da Defesa, agora com o apoio do BNDES. Nossa indústria nacional precisa de incentivos para desenvolver tecnologias sensíveis e produtos de uso dual, que beneficiarão as nossas Forças Armadas e toda a sociedade brasileira”, afirmou Furlan.

Pedro Vilela também lembrou que o Brasil incentiva a sua indústria, mas em estrito respeito às normas internacionais. “Internalizamos todas as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas e não exportamos material bélico para países e/ou regiões em conflito”, concluiu.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Alessandro Loyola)



6 - CREDN aprova acordo sobre Informações Classificadas com a Suécia (05/04/2017)

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quarta-feira, dia 5, o parecer do deputado Heráclito Fortes (PSB-PI) ao Acordo sobre a Troca Mútua de Informação Classificada, assinado entre Brasil e Suécia, em Estocolmo, em 3 de abril de 2014.

Fortes lembrou que “é de conhecimento público que o Brasil tem se aproximado da Suécia em questões de defesa. Em agosto de 2015, por exemplo, o Brasil formalizou a compra de trinta e seis caças supersônicos suecos, para o uso das Forças Armadas Brasileiras. Diante desse grau de cooperação militar, entende-se a necessidade de ambos os países assinarem acordos prévios sobre proteção de informações”, explicou. A aquisição dos caças de fabricação sueca representa o principal negócio entre os dois países e alcança cerca de US\$ 5,5 bilhões.

Na prática, o acordo entre o Brasil e a Suécia funcionará como guarda chuva e salvaguarda para futuros acordos tecnológicos. “O texto resguarda as informações e conhecimentos produzidos por meio de cooperação bilateral, protegendo o desenvolvimento que os dois países vierem a alcançar nas várias áreas da Ciência, Tecnologia e Inovação, seja para uso civil, seja para uso militar”, afirmou Bruna Furlan, presidente da CREDN.

Em seu parecer, o deputado Heráclito Fortes também afirmou que “o acordo é do interesse da segurança nacional e cada país possui legislação específica para a proteção, sigilo e confidencialidade de informações estratégicas. Além disso, este instrumento poderá impulsionar parcerias comerciais e industriais, tendo em conta as provisões referentes à proteção de contratos”.

No ano 2000, os dois países já haviam firmado o Memorando de Entendimento sobre Cooperação Militar que permitiu a compra de armamentos suecos pela Marinha e pela Embraer, que desenvolve projetos em conjunto com a Ericsson. Oficiais brasileiros também têm participado de programas de treinamento em operações de paz oferecidos pela Suécia.

Bruna Furlan enfatizou ainda que os investimentos suecos no Brasil estão concentrados nas indústrias automotiva, metalúrgica, eletroeletrônica e telecomunicações, química e mecânica, e que mais de 200 empresas daquele país estão instaladas no Brasil. “Além disso, temos cooperação com a Suécia voltadas para países de língua portuguesa como Angola, Moçambique e Timor Leste”, concluiu.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Assessoria do Deputado Heráclito Fortes)



7 - Bruna Furlan defende ajuda humanitária para venezuelanos em reunião com Secretário-Geral da OEA (10/04/2017)

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, a deputada Bruna Furlan (PSDB-SP) defendeu uma maior articulação internacional para que a ajuda humanitária destinada aos venezuelanos possa chegar àquele país e às pessoas.

Em reunião com o Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), Luis Almagro, ela também explicou a situação dramática em que vivem milhares de venezuelanos que fogem todos os dias do país com destino à Boa Vista e Pacaraima, em Roraima.

“Para além das questões políticas, os venezuelanos estão sendo punidos pelo seu governo e ficam sem remédios e sem alimentos básicos. Os organismos regionais e os governos precisam atuar de forma coordenada para forçar que o regime venezuelano aceite toda a ajuda de caráter humanitário”, explicou.

Na sua avaliação, “a situação dos venezuelanos em Roraima é dramática e o estado não tem condições de, sozinho, oferecer condições dignas para essas pessoas. Ninguém foge do seu país se não é obrigado a fazê-lo”, assinalou a deputada.

Ela também se mostrou contrária a qualquer iniciativa que implique no fechamento das fronteiras com aquele país. “Nós precisamos encontrar alternativas que permitam ajudar os venezuelanos na Venezuela. Lamentavelmente, o governo impede todas as ações neste sentido, inclusive aquelas oriundas de entidades vinculadas a igrejas e até mesmo do Vaticano”, afirmou.

Luis Almagro agradeceu o apoio do Brasil às iniciativas da OEA de implementar medidas que cobrem a plena restauração da ordem democrática na Venezuela. Na sua opinião, “uma ditadura só cai quando há pressão interna, mas a pressão internacional é um elemento a mais e fundamental neste processo”.

O Secretário-Geral da OEA também se disse preocupado com a situação dos refugiados venezuelanos e informou que nos últimos anos, mas de três milhões de pessoas abandonaram o país por conta das crises política e econômica.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamin Sepulveda)



8 - Relações Exteriores discutirá fluxo de informações de Inteligência nas fronteiras (20/04/2017)

O fluxo de informações de Inteligência entre as polícias do Brasil e dos países fronteiriços será tema de audiência pública a ser realizada pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), da Câmara dos Deputados, de acordo com requerimento do deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG), aprovado nesta quarta-feira, dia 19.

Segundo ele, “o nosso objetivo é discutir os acordos bilaterais e/ou multilaterais já firmados pelo Brasil ou em fase de negociação, bem como aqueles necessários, porém ainda não firmados, considerados imprescindíveis no que tange, especialmente, ao estabelecimento de um fluxo de informações de Inteligência entre as polícias do Brasil e dos países com os quais temos fronteiras”, destacou.

Para tanto, o deputado sugeriu a presença de representantes dos ministérios públicos de Minas Gerais e de São Paulo, dos ministérios da Defesa e das Relações Exteriores, da Polícia Federal (PF), e da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

Gonzaga lembrou que o próprio chanceler Aloysio Nunes Ferreira, ao assumir o cargo, priorizou a cooperação com os países fronteiriços “para tratar da segurança e do desenvolvimento das faixas de fronteira, além de se reunir com o ministro da Defesa, com o intuito de aprofundar a cooperação entre os dois ministérios, principalmente no combate ao crime organizado”, afirmou.

O deputado considera fundamental que o Itamaraty participe dos debates, por meio da Coordenação-Geral de Combate aos Ilícitos Transnacionais, bem como o diretor-geral da PF, “para nos atualizar a respeito dos memorandos de entendimento que estão em trâmite para assinatura ou renovação com instituições dos Estados Unidos, Bélgica, Cabo Verde, Austrália, Portugal, México, Suriname, Guiana, Colômbia, Reino Unido, França, Guiana Francesa, África do Sul, Canadá, Bolívia, Peru e Paraguai”, defendeu.

“Por outro lado, não podemos deixar de ouvir os promotores responsáveis pelo combate ao crime organizado e às organizações criminosas nos estados de Minas Gerais e São Paulo, onde se concentram o maior número de presos do território brasileiro”, advertiu.

Na sua avaliação, “é de fundamental importância a existência de acordos bilaterais ou multilaterais que estabeleçam fluxos de informação de Inteligência como fator preponderante no enfrentamento do tráfico de drogas e outros da mesma envergadura”, concluiu. A CREDN iniciará já na próxima semana os contatos com as instituições indicadas para marcar a data da presente reunião de audiência pública.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamin Sepulveda)



9 - CREDN aprova PL que trata do Fundo Nacional de Segurança Pública (19/04/2017)

Com parecer do deputado Rocha (PSDB-AC), a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) aprovou, em 19/04/2017, o Projeto de Lei que trata do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), de autoria do deputado Moisés Diniz (PCdoB-AC), apresentado no ano passado. Pela proposta, representantes dos governos dos Estados que fazem fronteira com outros países passam a integrar o Conselho Gestor do FNSP.

A administração do FNSP, bem como o exame e a aprovação dos projetos ficam a cargo de um Conselho Gestor, o qual é composto atualmente de dois representantes do ministério da Justiça, um dos quais será o seu presidente, um representante do ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, um representante da Casa Civil da presidência da República, um representante do Gabinete de Segurança Institucional e um representante da Secretaria de Direitos Humanos.

Segundo Rocha, “não há, como se pode observar, nenhum representante dos Estados que fazem fronteira com outros países na composição do Conselho Gestor. Nesse contexto, vale ressaltar os argumentos do autor da proposição quando afirma que os problemas de segurança pública nas regiões de fronteira são agravados por uma série de peculiaridades. A biopirataria, o narcotráfico e o contrabando são intensos nessas áreas, apenas para citar três exemplos”, explicou.

O deputado salientou, ainda, que a atuação integrada dos órgãos de Segurança Pública faz parte das diretrizes do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, previsto no Decreto nº 8.903, de 19 de novembro de 2016.

Na sua avaliação, “a Polícia Federal e as Forças Armadas já fazem um significativo trabalho para combater os delitos na faixa de fronteira. No entanto, é preciso que as forças policiais estaduais dessa região também estejam efetivamente preparadas para agir nas áreas de sua competência, com equipamentos modernos, boa estrutura e eficiente sistema de Inteligência”, afirmou.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Gustavo Lima)



10 - Aprovado Acordo de Cooperação em Defesa com os Emirados Árabes (19/04/2017)

O Acordo de Cooperação no Campo da Defesa firmado pelo Brasil com os Emirados Árabes Unidos foi aprovado na quarta-feira, dia 19/04, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, que acatou o parecer do deputado Miguel Haddad (PSDB-SP). A decisão ocorreu um mês após a visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros dos Emirados Árabes, Xeique Abdullah Bin Zayed Al Nahyan, que manifestou interesse em abrir um escritório no Brasil para tratar dos assuntos de Defesa.

Na ocasião, Zayed Al Nahyan reuniu-se com o ministro de Estado da Defesa, Raul Jungmann, com quem discutiu o aprofundamento das relações nesta área. De acordo com Jungmann, “temos interesse em contar com militares dos Emirados Árabes em escolas de formação militar no Brasil e também em adquirir a expertise das Forças Armadas dos Emirados”.

O Acordo de Defesa com os Emirados Árabes, firmado em 22 de abril de 2014, foi o primeiro do gênero que o Brasil assinou com um país do Oriente Médio. “Diante do ineditismo da medida, podemos supor que o Brasil sairá engrandecido com o aprofundamento dessa relação. Isso ocorrerá de modo especial, em face do contato com doutrina militar bastante diferenciada em relação à nossa, muito marcada pela influência norte-americana e europeia”, ressaltou Miguel Haddad.

A cooperação em Defesa com os Emirados Árabes prevê, entre outras ações, um maior intercâmbio das indústrias de defesa; transferência de tecnologia de defesa; instrução e treinamento militar; apoio logístico; armamento, produtos de defesa, equipamentos e serviços; desenvolvimento, estudos e pesquisas científicas em assuntos de defesa; missões de manutenção da paz das Nações Unidas; gerenciamento de crises e emergências; e intercâmbio de informações militares.

Segundo Miguel Haddad, “adentrar o Oriente Médio, através dos Emirados Árabes Unidos, representa incremento substantivo nessa diversificação, o que nos traz mais segurança para o desenvolvimento de futuros projetos de interesse dos dois países e, potencialmente, de outros daquela região”.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Gustavo Lima)



11 - CREDN aprova texto da Convenção sobre Trabalho Decente para Domésticas (19/04/2017)

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados aprovou, por unanimidade, na quarta-feira, dia 19/04, o parecer do deputado Miguel Haddad (PSDB-SP) ao texto da Convenção sobre o Trabalho Decente para as Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos e respectiva recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

De acordo com o parlamentar, “por meio desta Convenção, limita-se, como regra, a jornada de trabalho doméstico a 24 horas consecutivas; garantem-se as horas de plantão ou sobreaviso como tempo trabalhado; asseguram-se férias anuais remuneradas, acrescidas de 13º constitucional, no caso do Brasil; garante-se o direito, pelo menos, a um salário mínimo a ser pago em intervalos não superiores a trinta dias”, explicou.

Além disso, ao ratificar a Convenção, o Brasil reconhece o direito ao trabalho seguro e saudável; à seguridade social, inclusive em relação à proteção à maternidade e à aposentadoria; à idade mínima, de acordo com as disposições das Convenções já regulamentadas pelo país; o direito à liberdade de associação e sindical; à negociação coletiva e “à medidas relativas à Inspeção do Trabalho, a fim de garantir a aplicação de normas protetivas e respectivas sanções, levando-se em conta as características especiais do trabalho doméstico”, explicou.

Miguel Haddad ressaltou ainda, para exemplificar, que, “no Brasil, é, por exemplo, vedado o trabalho doméstico para menores de dezoito anos, uma vez que o instituto jurídico de menor aprendiz não se coaduna com essa modalidade laboral”.

Ele acredita que a aprovação da Convenção “resgata a cidadania de tantas trabalhadoras e trabalhadores. São atos internacionais que têm, ao redor do mundo, inclusive, o objetivo acoplado de coibir o trabalho escravo, o tráfico de pessoas e a exploração infantil”, concluiu.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Gustavo Lima)



12 - Assistência Hospitalar da Marinha receberá missão da CREDN (25/04/2017)

Os navios de Assistência Hospitalar da Marinha receberão, no dia 19 de maio, uma missão de parlamentares da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados. Na semana anterior, o Colegiado aprovou requerimento da presidente, deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), com este objetivo e na segunda-feira, dia 24/04/17, ela tratou dos detalhes da agenda na Amazônia com a Assessoria de Relações Institucionais do Comando da Marinha.

Segundo Bruna Furlan, “trata-se de programa de alto valor social, pois esses navios, para a maioria das comunidades ribeirinhas do interior da Amazônia e do Pantanal, são o único meio de ter acesso a atendimento médico-odontológico. O atendimento prestado pelos navios da Marinha é tão importante para as populações ribeirinhas que eles os apelidaram de “Navios da Esperança”. De fato, o excepcional trabalho prestado nessa área tão remota do nosso país é digno de louvor e de orgulho”, explicou.

De acordo com a Marinha, as viagens que os Navios de Assistência Hospitalar (NAsH) realizam pela Amazônia atendendo à população carente daquela região são chamadas de Operações de Assistência Hospitalar à População Ribeirinha, ou simplesmente ASSHOP. Em cada ASSHOP um Navio atende a uma determinada região escolhida antecipadamente, segundo uma programação elaborada também com antecedência. Esta antecedência é necessária para se prever todos os recursos logísticos necessários em uma empreitada desta envergadura.

Além disso, a Marinha destacou que as experiências obtidas nas passagens anteriores dos Navios são utilizadas no planejamento. As regiões a serem visitadas são denominadas de Pólos de Saúde. Embarcados nestes navios, profissionais de saúde provenientes de outras regiões do Brasil lançam-se nas barrancas dos rios da Amazônia, levando alívio para as pessoas mais carentes.

A Marinha do Brasil possui três Navios de Assistência Hospitalar, os chamados NasH “Oswaldo Cruz” e “Carlos Chagas” construídos com recursos do ministério da Saúde, e o “Dr. Montenegro” recebido em convênio com o Governo do Acre.

“Operados pela Marinha, e recebendo recursos para a obtenção de medicamentos e combustível do ministério da Saúde, a atuação destes navios constitui uma parceria que vem dando certo há mais de duas décadas e que vem crescendo, recebendo agora a participação mais ativa dos Estados do Amazonas, Pará e Acre, e dos municípios da Amazônia”, informou o Comando da Força Naval.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamin Sepulveda)



13 - Bruna Furlan assegura apoio da CREDN às prioridades do Exército Brasileiro (25/04/2017)

A deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados assegurou, em reunião com a Assessoria Parlamentar do Exército, o apoio incondicional do Colegiado às prioridades, aos Projetos Estratégicos e às demandas que permitam à Força Terrestre o cumprimento de suas funções. “Não se trata apenas de uma Força Armada, mas da instituição de maior credibilidade para a sociedade brasileira”, lembrou.

No encontro realizado na última terça-feira, dia 25, os militares que fazem a ponte entre o Exército e o Congresso Nacional discutiram com a presidente da CREDN, entre outros, temas como a retirada das tropas do Haiti e o emprego de militares em outras Operações de Paz, recursos para a manutenção da capacidade operacional, a situação dos Projetos Estratégicos e de programas como o Forças no Esporte (PROFESP), considerado pela parlamentar como “um dos mais importantes projetos de inclusão social e formação de caráter para os jovens carentes”.

Bruna Furlan também se prontificou a discutir com os demais membros da CREDN a destinação de emendas individuais para atender as principais demandas do Exército. Ficou acertado, ainda, o comparecimento do Comandante da Força em audiência pública para tratar especificamente da situação atual em termos operacionais e orçamentários.

Segundo a deputada, “não podemos lembrar do Exército apenas quando o Estado falha na execução de ações como levar água para o Nordeste, combater o mosquito da Dengue ou implementar medidas eficazes de Segurança Pública. O Exército é talvez a única instituição brasileira presente em todo o território nacional e em muitos lugares, a única presença do Estado”, reconheceu.

Ela destacou, também, que ao longo do ano serão realizadas atividades da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional com o objetivo de discutir os documentos da Defesa Nacional, a atuação das Forças Armadas nas fronteiras, e a retomada de projetos cujos cronogramas estão fortemente atrasados.

“Sabemos que as Forças Armadas sofreram um corte significativo em seus orçamentos e isso impacta diretamente no exercício de suas funções. Vamos trabalhar para recompor esses orçamentos, encontrar alternativas para que a indústria de Defesa cresça e se fortaleça e que os Projetos Estratégicos também contribuam com o desenvolvimento industrial e científico-tecnológico brasileiro”, concluiu.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamin Sepulvida)



14 - Força Aérea Brasileira receberá toda a atenção da CREDN, afirma Bruna Furlan (25/04/2017)

Os projetos e programas implementados pela Força Aérea Brasileira (FAB) receberão toda a atenção da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, afirmou nesta terça-feira, dia 25, a presidente do Colegiado, deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), em reunião com a Assessoria Parlamentar da Aeronáutica (ASPAER).

Ela destacou, também, a importância dos deputados se envolverem mais na discussão de soluções para a retomada ou manutenção de projetos como o desenvolvimento do cargueiro KC-390, uma aeronave que pode inserir o Brasil em um mercado de US\$ 2 bilhões com a comercialização de até 500 unidades nos próximos anos.

“É fundamental discutirmos como impedir que projetos como esse sofram cortes de recursos ou atrasos que comprometam a sua viabilidade econômico-comercial. Por isso, o Comandante da Aeronáutica virá à CREDN para explicar quais são as principais necessidades neste momento para que a Força Aérea continue literalmente voando”, afirmou Bruna Furlan.

A deputada disse ainda que ao discutir o Orçamento para 2018 e a destinação de emendas da Comissão e individuais, buscará sensibilizar os colegas para que aportem recursos para os programas que já estão em fase avançada de desenvolvimento.

“Não podemos permitir que simplesmente sejam cancelados. O Brasil precisa de uma Força Aérea em condições de operar em todo o território nacional e sabemos que o Comando da Aeronáutica já está implementando um programa de modernização de suas unidades para adaptar-se ao momento difícil. No entanto, são os aviões da FAB e os radares em nossas fronteiras que impedem o aumento da criminalidade interna, do contrabando de armas e as ações do narcotráfico e do crime organizado em geral”, advertiu.

Bruna Furlan também se mostrou preocupada com o andamento do programa de aquisição do caça Gripen pela FAB. De acordo com a deputada, “faremos todo o possível para assegurar que não falem os recursos necessários para esse projeto e que o país possa contar com uma aviação de caça em condições de proteger o nosso espaço aéreo”.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulvida)



15 - Aprovado Acordo de Serviços Aéreos com a Etiópia na CREDN (03/05/2017)

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira, dia 3, o Acordo de Serviços Aéreos assinado pelo Brasil com a Etiópia, em Adis Abeba, em 24 de maio de 2013. O relator da matéria, deputado Márcio Marinho (PRB-BA), afirmou que “o objetivo do acordo é criar um marco legal para a operação de serviços aéreos internacionais entre os dois países, contribuindo para o fortalecimento das relações bilaterais no campo comercial e turístico, bem como para a abertura de novas oportunidades de cooperação”.

Com a segunda maior população e a 10ª economia do continente africano, a Etiópia se destaca não apenas por seu potencial econômico, mas também por abrigar a sede da União Africana (UA) e da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (ECA), tornando sua capital, Adis Abeba, um importante polo diplomático da região.

Ainda segundo o deputado, em 2015, o intercâmbio comercial do Brasil com a Etiópia foi de US\$ 22 milhões, com superávit brasileiro de US\$ 21,8 milhões. Segundo ele, “em 2013, a Ethiopian Airlines iniciou a operação do voo Adis Abeba-São Paulo, única ligação aérea direta entre o Brasil e a África Oriental. Em particular, este instrumento alinha-se com a modalidade de acordo de serviços aéreos do tipo “céus abertos”, com a previsão de liberdade tarifária e flexibilidade na definição do número e trajeto”.

O Brasil possui atualmente acordos de “céus abertos”, entre outros, com Bahrein, Canadá, Catar, Chile, Cingapura, Coreia do Sul, Costa Rica, Emirados Árabes, Gana, Hong Kong, Islândia, Jamaica, México, Omã, Quênia e Zimbábue.

“Este acordo atende ao interesse nacional e consagra o princípio constitucional da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, sendo instrumento que irá disciplinar os serviços aéreos entre o Brasil e a Etiópia de maneira eficiente, contribuindo para o incremento das relações bilaterais no campo comercial, turístico, cultural e de investimentos.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Partido Republicano Brasileiro)



16 - Cooperação Educacional do Brasil com Antígua e Barbuda é aprovada na CREDN (03/05/2017)

O Acordo de Cooperação Educacional firmado entre os governos do Brasil e de Antígua e Barbuda, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010, foi aprovado na quarta-feira, dia 03/02/17, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, com parecer da deputada Bruna Furlan (PSDB-SP).

Segundo ela, “para o Brasil, a experiência é benéfica tanto na expansão da Língua Portuguesa quanto para a aprendizagem do idioma inglês, oficial de Antígua e Barbuda. Este tratado visa ainda encorajar a cooperação educacional e o desenvolvimento científico bilateral”, afirmou.

De acordo com o texto, Brasil e Antígua e Barbuda buscarão a formação e o aperfeiçoamento de docentes e pesquisadores; o intercâmbio e a troca de experiências entre professores, pesquisadores, técnicos e especialistas, para a realização de cursos de graduação e pós-graduação; de missões de ensino e pesquisa; e a elaboração e execução conjunta de projetos e pesquisas em áreas a serem posteriormente definidas.

Antígua e Barbuda investe cerca de 2,5% do Produto Interno Bruto com educação e a percentagem de alfabetização é de 99%. “Já o Brasil, de acordo com dados de 2010, gasta 5,8 do PIB em educação e a percentagem de alfabetização é de 92%. A cooperação entre os dois países na área educacional, portanto, será vantajosa para ambas as Partes”, explicou Bruna Furlan.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Billy Boss)



17 - “UE é exemplo de integração para todo o mundo”, afirma Bruna Furlan (09/05/2017)

“A União Europeia é exemplo de integração para todo o mundo”, afirmou a deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, que na terça-feira, dia 09/05/2017, participou dos eventos em comemoração ao Dia da Europa. Segundo ela, “a Europa tem muito a nos ensinar e o seu processo de integração tem sido reafirmado, apesar do crescimento de forças políticas isolacionistas e protecionistas”, disse.

Bruna Furlan destacou ainda os dez anos da Parceria Estratégica Brasil – Europa e a sua importância para o fortalecimento das relações com os 27 estados membros daquele bloco. “Além disso, apoiamos integralmente a assinatura do Tratado de Livre Comércio a ser firmado entre o MERCOSUL e a União Europeia e o aporte de investimentos europeus no Brasil”, explicou.

Na oportunidade, ela expressou ao embaixador da União Europeia no Brasil, João Gomes Cravinho, o apoio da CREDN às iniciativas de cooperação nas mais diversas áreas, incluindo temas migratórios, de direitos humanos, e de privacidade e proteção de dados na internet, entre outros.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



18 - CREDN apoia candidatura brasileira para o Tribunal Internacional do Direito do Mar (10/05/2017)

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados apoiará a candidatura do advogado especialista em direito do Mar, Rodrigo Fernandes More, para o posto de juiz do Tribunal Internacional do Direito do Mar (TIDM), ligado à Organização das Nações Unidas (ONU). Professor do Instituto do Mar da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e do curso de Pós-graduação em Direito Marítimo, Portuário e Aduaneiro da Universidade Católica de Santos (UniSantos), ele foi escolhido pelo ministro Aloysio Nunes Ferreira, em 10 de março, para concorrer ao cargo.

Na quarta-feira, dia 10/05/17, Bruna Furlan reuniu-se com More para discutir o apoio e o respaldo político que o candidato escolhido pelo Brasil deve receber, pois ele embarca para Nova York no sábado, dia 12, onde permanecerá 40 dias em campanha junto aos países membros da ONU. O Brasil tem juízes no TIDM desde 1996 quando o tribunal foi criado. De acordo com o advogado, “além de destacar a importância geopolítica do Brasil no Atlântico Sul e o protagonismo global do país em temas marítimos, um juiz brasileiro perpetua a tradição e a cultura jurídica do nosso país em um dos mais importantes tribunais internacionais do mundo”, afirmou.

Rodrigo Fernandes More é também consultor jurídico do Plano de Levantamento da Plataforma Continental (Leplac), coordenado pelo Itamaraty e ligado à Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM). “O Brasil possui uma vocação marítima e não pode ficar de fora de uma Corte tão importante como esta. Nós não apenas respaldamos a sua candidatura como iremos trabalhar para viabilizá-la junto aos países amigos”, assegurou a deputada.

A eleição ocorreria em 16 de junho quando representantes dos 168 países que integram a Convenção das Nações Unidas do Direito do Mar se reunirão para escolher os novos juízes do TIDM. Uma das vagas abertas e pleiteadas pelo Brasil foi aberta com a morte do juiz Antonio Cachapuz de Medeiros, no final de 2016.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



19 - Aprovado acordo de cooperação em matéria de Defesa entre Brasil e Países Baixos (31/05/2017)

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira, dia 31/05/17, o acordo de cooperação em Defesa firmado por Brasil e o Reino dos Países Baixos em dezembro de 2011, ao acatar o parecer favorável do deputado Nelson Pellegrino (PT-BA).

O acordo prevê a promoção da cooperação em assuntos relativos à defesa, principalmente nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico e aquisição de produtos e serviços de defesa; o intercâmbio de informações e experiências adquiridas no campo de operações, incluindo aquelas vinculadas a operações internacionais de manutenção da paz; o compartilhamento de experiências na área de tecnologia de defesa; a realização de ações combinadas de treinamento e instrução militar, exercícios militares conjuntos, assim como o intercâmbio de informações relacionadas a esses assuntos; e a cooperação em outras áreas no domínio da defesa que possam ser de interesse comum para os dois países.

Segundo Nelson Pellegrino, “um acordo de cooperação em matéria de defesa propiciará o enriquecimento desse intercâmbio em virtude dos benefícios mútuos oriundos de tais instrumentos, que, por meio da cooperação nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, do intercâmbio de informações e de ações combinadas favorecem a atualização e a modernização das Forças Armadas afetas, fortalecendo, de forma complementar, as bases da segurança coletiva regional e global”, afirmou.

O deputado lembrou, ainda, que os Países Baixos se constituem em um dos principais destinos das exportações brasileiras. Atualmente, o montante de comércio entre os dois países gira em torno dos US\$ 12 bilhões, com saldo extremamente favorável para o lado brasileiro.

“Além disso, trata-se de membro fundador da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) com destacada participação nas missões de paz da ONU desde 1947, algo que se revela, desde já, de grande potencial para troca de experiências entre as partes”, concluiu.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



20 - Bruna Furlan exalta exemplo da primeira oficial-general brasileira (06/06/2017)

A presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, Bruna Furlan (PSDB-SP) exaltou, no dia 06/06/17, os exemplos e a coragem da primeira oficial-general brasileira, a Contra-Almirante Dalva Maria Carvalho Mendes, diretora da Policlínica Naval Nossa Senhora da Glória, no Rio de Janeiro, desde 2009.

A Contra-Almirante Dalva já estava na Marinha há 36 anos e foi promovida ao generalato em novembro de 2012. “A Marinha teve a sabedoria de permitir que as coisas acontecessem de forma natural. Quando ingressei na força, éramos 202 mulheres oficiais e mais de uma centena de praças. Aos poucos, a Marinha percebeu que tínhamos condições de sermos parceiros em armas”, explicou.

Ela também pediu o apoio da CREDN para a futura lei de corpos e quadros da Marinha que está em análise no ministério da Defesa. A ideia é ampliar ainda mais o papel das mulheres na força, inclusive no comando de navios e no corpo de fuzileiros. “Trata-se de uma iniciativa que farei questão de relatar na CREDN, inclusive para encorajar as demais Forças a seguirem o mesmo caminho”, revelou Bruna Furlan.

A deputada destacou que “a comandante Dalva será lembrada por gerações. Ela quebra um paradigma importante e nós devemos prestigiar sempre os seus exemplos de coragem a serviço dos interesses maiores do país. A sua promoção desperta o espírito cívico de pertencimento nacional”, concluiu.

Dalva Maria Carvalho Mendes é formada pelo Corpo de Saúde da Marinha, foi auxiliar da Escola de Saúde da Força, tornou-se Capitã-de-Corveta, instrutora da Escola de Saúde e exerceu atividades no Hospital Naval Marcílio Dias.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



21 - Bruna Furlan reitera apoio da CREDN ao Programa Forças no Esporte (PROFESP) (28/06/2017)

A deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), da Câmara dos Deputados, reiterou o seu apoio e do Colegiado ao Programa Forças no Esporte (PROFESP), conduzido pelo ministério da Defesa.

Ela voltou a tratar o assunto com o diretor do Departamento de Desporto Militar (DDM), do ministério da Defesa, vice-almirante fuzileiro naval Paulo Martino Zuccaro, na quarta-feira, 28. O Programa Forças no Esporte (PROFESP) é uma vertente do Programa Segundo Tempo do Governo Federal, desenvolvido pelo MD, com o apoio da Marinha, Exército e Aeronáutica, em parceria com os ministérios do Esporte e do Desenvolvimento Social e Agrário.

De acordo com Zuccaro, o programa tem por objetivo democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte, como forma de promover o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes e a inclusão social através do esporte. “É também um fator de formação da cidadania e de melhoria da qualidade de vida, em áreas de vulnerabilidade social”, explicou.

Na próxima semana, Bruna Furlan irá conhecer algumas unidades militares no entorno do Distrito Federal onde o programa está sendo reativado e fortalecido. “Trata-se de uma das iniciativas mais promissoras para as nossas crianças, sobretudo para aquelas que buscam alternativas a situações de pobreza e violência”, destacou a deputada.

Bruna Furlan também pretende discutir com o Governo Federal, a adoção de um percentual das loterias a ser destinado ao Programa Atletas de Alto Rendimento que tem por objetivo fortalecer a equipe militar brasileira em eventos esportivos de alto nível nacionais e estrangeiros.

Paulo Zuccaro lembrou que nos Jogos Olímpicos Rio 2016, os atletas militares ocuparam lugar de destaque, conquistando 13 das 19 medalhas obtidas pelo Time Brasil. Atualmente, o Programa conta com cerca de 650 atletas da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



22 - Diretor-geral da OMC inaugura sistema de videoconferência da CREDN e afirma que globalização não é causa do desemprego (29/06/2017)

O diretor-geral da Organização Mundial do Comércio, embaixador brasileiro Roberto Carvalho de Azevêdo, inaugurou o sistema de videoconferência da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara (CREDN), nesta quarta-feira, dia 28, e afirmou que é um erro culpar a globalização do comércio pela perda de empregos. O evento foi conduzido pela presidente do Colegiado, Bruna Furlan (PSDB-SP) e o vice-presidente Nelson Pellegrino (PT-BA).

De acordo com Azevêdo, o desemprego é estrutural e pode ser sentido com mais força na indústria. Ele afirmou que 69% dos empregos atuais do setor industrial brasileiro tendem a desaparecer com o avanço tecnológico e que os países precisam se preparar para essa realidade.

Sobre os movimentos protecionistas de vários países, entre eles o Reino Unido e os Estados Unidos, o diretor-geral da OMC explicou que “se nós caminharmos por aí, vamos ter um problema seríssimo porque não só haverá um agravamento da desaceleração da economia mundial, mas haverá, sobretudo uma não resposta ao problema real.”

Ele acredita que uma solução passa por educação, qualificação da força de trabalho e um melhor preparo dos estudantes para o emprego do século 21. “Uma porcentagem enorme de alunos que estão entrando na escola primária hoje vão terminar trabalhando em empregos que sequer existem hoje”, explicou.

Roberto Azevêdo conversou com os deputados da comissão direto de Genebra, na Suíça, por um sistema de videoconferência inaugurado pela Comissão de Relações Exteriores com essa audiência. O brasileiro foi recentemente eleito para um segundo mandato à frente da OMC, cargo que exerce desde 2013.

Além do problema do movimento “anti-comércio”, Azevêdo afirmou que o mundo ainda vive um lento crescimento econômico como consequência da crise de 2008. Segundo ele, em 2016, o comércio mundial cresceu apenas 1,3%. Para 2017, o crescimento também deve ficar abaixo de 3% pelo sexto ano consecutivo; algo, segundo o diretor-geral da OMC, inédito nos últimos 70 anos.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Lúcio Bernardo Jr.)



23 - CREDN apoiará diplomata brasileiro para o Instituto Social do MERCOSUL (05/07/2017)

Brasília – A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), da Câmara dos Deputados apoiará a indicação do Embaixador José Eduardo Martins Felício para o cargo de Diretor-Executivo do Instituto Social do MERCOSUL (ISM). Os chanceleres dos países do bloco se reunirão na segunda quinzena de julho para referendar a escolha do diplomata.

Com sede em Assunção, o ISM foi criado em janeiro de 2007 e trata-se de uma instância técnica para a promoção das políticas sociais do MERCOSUL voltadas especialmente para a redução das assimetrias entre os Estados-Partes.

“O Embaixador Felício serviu no Paraguai em um momento difícil para o MERCOSUL e soube com muita habilidade, reconstruir as relações bilaterais. À frente do Instituto Social, seguramente fortalecerá ainda mais os programas e projetos voltados para o desenvolvimento social e a integração regional”, afirmou Bruna Furlan, presidente do Colegiado.

Ex-embaixador do Brasil no Uruguai, Cuba e Paraguai, coube ao diplomata recompor as relações entre Assunção e Brasília após a suspensão daquele país do MERCOSUL em 2012.

Na quarta-feira, 05/07, Bruna Furlan reuniu-se com o embaixador a quem assegurou o apoio da CREDN à sua indicação. José Eduardo Martins Felício destacou que, uma vez confirmado no cargo, irá trabalhar para promover toda a agenda social dos países membros. “O MERCOSUL é um projeto político onde as questões de cidadania são fundamentais”, destacou. Ele enfatizou ainda o fato de o Brasil assumir também neste mês a presidência pro tempore do bloco em cúpula a ser realizada em Buenos Aires e receber os chefes de Estado do MERCOSUL para a tradicional cúpula presidencial de dezembro.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



24 - CREDN elege Heráclito Fortes para a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (12/07/2017)

Brasília – A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados elegeu, na quarta-feira, dia 12, o deputado Heráclito Fortes (PSB-PI) para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional (CCAI), órgão de controle externo do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN). Dos 33 membros da CREDN, 27 votaram e Fortes recebeu 23 votos contra 4 recebidos pela deputada Jô Moraes (PCdoB-MG).

O deputado destacou o papel da CCAI para a fiscalização dos trabalhos desenvolvidos pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e demais integrantes do SISBIN. Na sua avaliação, “esse papel deve ser reforçado e fortalecido”. A CCAI é composta por 12 membros, sendo seis senadores e seis deputados.

Neste ano, a presidência cabe à deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), presidente da CREDN, que tem como vice o senador Fernando Collor (PTC-AL), seu homólogo na CRE. Integram ainda o Colegiado o Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, senador Raimundo Lira (PMDB-PB); o Líder da Minoria, senador Humberto Costa (PT-PE); o senador Roberto Requião (PMDB-PR), indicado pela Maioria; o senador Jorge Viana (PT-AC), indicado pela Minoria; e o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), eleito pela Comissão de Relações Exteriores do Senado.

Pela Câmara dos Deputados, o Líder da Maioria, deputado Lelo Coimbra (PMDB-ES); o Líder da Minoria, José Guimarães (PT-CE); o deputado Benito Gama (PTB-BA), indicado pela Maioria; o deputado Luiz Sérgio (PT-RJ), indicado pela Minoria; e agora, o deputado Heráclito Fortes, em nome da CREDN.

“A CCAI desempenha tarefa de vital importância para nosso país. Sabemos que a Inteligência de estado é fundamental para antecipar as tendências do cenário nacional e internacional, de modo a nos habilitar a formular, com maior precisão, nossas políticas para o Brasil no longo prazo. Também estamos convictos de que as atividades de Inteligência são fundamentais à estratégia de segurança, tanto de Estado quanto da sociedade, especialmente em tempos marcados pelo surgimento de novos desafios, tais como o terrorismo, o narcotráfico, os ataques cibernéticos e a criminalidade transnacional”, explicou Bruna Furlan.

Segundo ela, “para que o exercício das atividades de Inteligência seja legítimo e compatível com a democracia, é preciso haver um rigoroso controle dessas atividades por parte do Congresso Nacional. Importa ao Poder Legislativo garantir que os direitos individuais de cada cidadão, assim como os valores e normas fundamentais do Estado Democrático, sejam respeitados e preservados em sua integridade”, concluiu.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Luis Macedo)



25 - Bruna Furlan destaca produtividade da CREDN no primeiro semestre (02/08/2017)

Brasília – A presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, Bruna Furlan (PSDB-SP) fez um balanço das atividades realizadas pelo Colegiado e destacou, na quarta-feira, 02/08/17, a produtividade da CREDN no primeiro semestre.

“De março a julho realizamos oito reuniões deliberativas, 12 audiências públicas, oito seminários regionais, uma palestra e três eventos complementares. Realizamos, além disso, oito missões oficiais ou visitas técnicas, e recebemos 29 visitas diplomáticas. Foram meses de trabalho intenso e gratificante”, afirmou.

Durante as oito reuniões deliberativas realizadas nestes cinco meses, a CREDN apreciou 18 requerimentos e outras 18 sugestões de emendas à LDO, além de 13 proposições, incluindo mensagens, projetos de decreto legislativo e projetos de lei.

“A esses dados, agrego nossos bem-sucedidos esforços conjuntos em prol da colocação em pauta e da aprovação no plenário da Câmara dos Deputados de 39 projetos de decreto legislativo, referentes a acordos internacionais firmados pelo Brasil. Semelhantes iniciativas asseguraram maior fluidez na apreciação dos temas de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o que garantiu tanto o avanço da pauta substantiva, quanto das iniciativas de apoio aos ministérios das Relações Exteriores e da Defesa e às três Forças no campo orçamentário”, explicou a deputada.

Bruna Furlan enfatizou ainda a importância das reuniões diplomáticas e revelou que “em praticamente todos os casos, os embaixadores estrangeiros manifestaram seu interesse no aprofundamento da diplomacia parlamentar e na constituição ou reativação dos grupos de amizade bilaterais. Creio que esta seria uma das tarefas mais relevantes a serem tratadas pela CREDN ao longo deste o segundo semestre”.

“Estou segura de que todos os colegas compartilham de meu entusiasmo pelos temas tratados nesta comissão e ficaram gratificados com o resultado dos trabalhos realizados no primeiro semestre. Estou segura de que o segundo será melhor ainda”, concluiu.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



26 - CREDN aprova acordo sobre reconhecimento recíproco de Carteiras de Habilitação entre Brasil e Itália (02/08/2017)

Brasília – A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira, 2, o parecer do deputado Rubens Bueno (PPS-PR) ao Acordo, por Troca de Notas, firmado por Brasil e Itália em novembro de 2016, sobre Reconhecimento Recíproco em Matéria de Conversão de Carteiras de Habilitação (CNH).

Rubens Bueno explicou que, apesar de a Itália ser parte da Convenção de Viena sobre Trânsito Viário, de 1968, o governo italiano não vinha reconhecendo a Carteira Nacional de Habilitação brasileira desde 1998, exigindo que nacionais brasileiros obtenham habilitação italiana, mediante prestação de exames e pagamento das respectivas taxas.

Brasil e Itália vinham negociando este acordo desde 2008 com o objetivo principal de permitir que os portadores de carteiras de habilitação emitidas por Brasil ou Itália possam convertê-las em documento de habilitação válido no outro Estado. “A comunidade brasileira na Itália é expressiva, contando com cerca de 70 mil nacionais, que manifestam, há anos, o interesse em que seja simplificado o processo de obtenção de permissão para dirigir regularmente na Itália. A aprovação deste instrumento vem ao encontro desses anseios, bem como dos italianos residentes no Brasil”, explicou o deputado.

Segundo ele, a Itália já assinou até o momento cerca de 50 acordos de reconhecimento recíproco em matéria de conversão de carteiras de habilitação e o reconhecimento recíproco das CNHs vale para os documentos não provisórios, válidos e em vigor, expedidos pelas respectivas autoridades competentes da outra parte, em conformidade com sua própria legislação interna, mas não em substituição a carteiras emitidas por terceiros Estados, e diz respeito a habilitações expedidas antes da obtenção da residência no território da parte onde se solicita a conversão.

O parlamentar também destacou o papel desempenhado pela deputada ítalo-brasileira Renata Bueno no encaminhamento da negociação e celebração do tratado.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



27 - Benito Gama registra preocupação com a crise política na Venezuela (02/08/2017)

Brasília – O deputado Benito Gama (PTB-BA) registrou na quarta-feira, 2, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, a sua preocupação com a crise política na Venezuela e defendeu a aprovação, pelo Colegiado, de uma Moção de Repúdio à Assembleia Nacional Constituinte eleita no último domingo.

Na sua avaliação, “o mundo democrático amanheceu estarrecido com esta falsa constituinte, uma verdadeira tentativa de golpe na Venezuela. Esta comissão precisa se posicionar. Não podemos ficar isolados. O governo brasileiro já se pronunciou a respeito e precisamos levar ao Parlamento do MERCOSUL a nossa posição histórica”, explicou.

O deputado pretende apresentar na próxima semana a moção de repúdio ao governo da Venezuela para que os termos sejam aprovados pela CREDN e encaminhados à Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL e ao Parlasul, em Montevidéu.

O deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG) endossou a medida e afirmou que “o PDT, partido de esquerda, não comunga de forma alguma com essa conduta do governo venezuelano e com as manifestações de apoio a esta Constituinte convocada pelo presidente Maduro”.

Na avaliação dos dois deputados, o Brasil joga um papel importante na estabilidade política regional e sua postura assertiva em relação à condenação das violações perpetradas pelo regime chavista devem ser respaldadas pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



28 - Aprovado acordo para a construção de ponte rodoviária entre Brasil e Paraguai (02/08/2017)

Brasília – Com parecer favorável da deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira, 2, o acordo Brasil – Paraguai para a construção de uma ponte rodoviária internacional sobre o Rio Paraguai entre as cidades de Porto Murtinho, no Estado do Mato Grosso do Sul, e Carmelo Peralta, no Departamento de Alto Paraguay, no país vizinho.

“Este acordo atende ao interesse recíproco em desenvolver a infraestrutura na promoção da integração viária dos dois territórios e contribuirá para promover o desenvolvimento sustentável em ambos os lados da fronteira comum. Além disso, reflete a prioridade atribuída pelos dois países à integração física sul-americana, mediante o estabelecimento de corredores bioceânicos”, destacou a presidente da CREDN.

Para a deputada, trata-se de uma integração rodoferroviária cujas extremidades estão previstas para portos das costas tanto do Oceano Atlântico, como do Pacífico. O chamado Corredor Rodoviário Bioceânico compreende as cidades brasileiras de Campo Grande e Porto Murtinho, no Mato Grosso do Sul, as localidades paraguaias de Carmelo Peralta, Mariscal Estigarribia e Pozo Hondo, as cidades argentinas de Misión La Paz, Tartagal, Jujuy e Salta, e a localidade de Mejillones, em Iquique, no Chile.

Os procedimentos licitatórios da ponte constarão de editais binacionais devendo as obras ser executadas exclusivamente por empresas estabelecidas no Brasil e/ou no Paraguai, cuja participação se dará conforme as respectivas legislações.

Além disso, estabelece que cada parte ficará responsável pelas respectivas obras complementares, os acessos à ponte e os postos de fronteira e arcará com os custos referentes às desapropriações necessárias à implantação das obras em seus territórios.

Bruna Furlan recordou ainda que os dois países criarão uma comissão mista para referendar o projeto executivo da obra e acompanhar a construção da ponte. “A ligação terrestre entre Brasil e Paraguai também é essencial para as populações locais, como para toda a saúde da economia regional, trazendo consequências benéficas para as próprias iniciativas maiores de integração protagonizadas pelo Brasil no âmbito do MERCOSUL”, afirmou a deputada.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



29 - CREDN apresentará indicação ao Executivo para que haja reforço da cooperação fronteiriça (09/08/2017)

Brasília – Na quarta-feira, 9, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados aprovou requerimento do deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG) para que seja apresentada indicação ao governo federal no sentido de se ampliar os tratados bilaterais, priorizando os países fronteiriços, em especial, no âmbito do MERCOSUL, de cooperação policial, com vista ao estabelecimento de um fluxo de informações de inteligência entre as suas respectivas polícias.

O deputado lembrou que é prerrogativa exclusiva do Presidente da República, manter relações com Estados estrangeiros e celebrar tratados, convenções e atos internacionais e que nos dias atuais os acordos de cooperação policial, são considerados imprescindíveis na persecução criminal. “Precisamos buscar mecanismos para enfrentar a criminalidade transnacional, uma vez que as organizações criminosas que operam em vários países, nos desafiam a criar instrumentos jurídicos aptos a universalizar o seu combate de forma harmônica e rápida”, destacou o parlamentar.

Atualmente, o Brasil conta, somente, com o acordo firmado com o Uruguai sobre Cooperação Policial em Matéria de Investigação, Prevenção e Controle de Fatos Delituosos e o Memorando de Entendimento com a Colômbia sobre Cooperação Policial. No âmbito do MERCOSUL, com o acordo sobre Cooperação em Operações Combinadas de Inteligência Policial sobre Terrorismo e Delitos Conexos, que engloba, também, a Bolívia e o Chile.

“É pouco. Temos que ir além e multiplicar estes acordos, pois a cooperação policial efetiva não pode prescindir a troca de informações entre as polícias dos países membros da INTERPOL e o acesso ao seu banco de dados, como ocorre nos dias atuais, pois, as medidas acordadas entre os Estados-parte devem consistir na produção de elementos de prova e a realização de investigação em conjunto, dentre outras providencias, se o fato delituoso assim o exigir”, concluiu.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Assessoria do Deputado Subtenente Gonzaga)



30 - CREDN aprova Moção de Louvor pelo trabalho realizado pelo Papa Francisco (09/08/2017)

Brasília – A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira, 9, Moção de Louvor e regozijo ao Papa Francisco pelo seu pontificado voltado à luta em favor do meio ambiente, dos refugiados, dos pobres, das crianças, dos idosos, das minorias, dos excluídos, e pela paz no mundo. A iniciativa partiu dos deputados Arlindo Chinaglia (PT-SP) e Leandre Dal Ponte (PV-PR).

Para Francisco, “a política não deve se submeter à economia, e esta não deve se submeter aos ditames e ao paradigma eficientista da tecnocracia. Pensando no bem comum, hoje é imperioso que a política e a economia, em diálogo, se coloquem decididamente a serviço da vida humana. A salvação dos bancos a todo custo, fazendo a população pagar o preço, sem a firme decisão de rever e reformar o sistema inteiro reafirma um domínio absoluto da finança que não tem futuro e só poderá gerar novas crises depois de longa, custosa e aparente cura”, lembrou Chinaglia.

Segundo Leandre Dal Ponte, “em razão dos inúmeros atos em prol da humanidade e para que se viva em maior harmonia, propusemos que esta Casa, diante do poder que lhe é conferido, reconheça o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Santo Padre em prol da humanidade, das minorias e dos excluídos da proteção do Estado. Sem quaisquer atos discriminatórios, o Santo Padre tem abraçado toda a humanidade”, afirmou.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Gustavo Lima)



31 - Acordo de Serviços Aéreos entre Brasil e Nova Zelândia é aprovado na CREDN (09/08/2017)

Brasília – O Acordo sobre Serviços Aéreos firmado entre Brasil e Nova Zelândia, celebrado em Brasília, em 11 de março de 2013, foi aprovado na quarta-feira, 9, com parecer favorável do deputado Heráclito Fortes (PSB-PI). “Os acordos de serviços aéreos buscam viabilizar o transporte internacional de passageiros, bagagens, cargas e malas postais designando as companhias aéreas nacionais a prestar os serviços afetos entre os territórios das partes signatárias”, afirmou.

A complexa rede internacional desses acordos começou a se desenvolver sobretudo após a celebração da chamada Convenção de Chicago, de 1944, em vigor desde 1947, e que estabeleceu as bases técnicas e jurídicas necessárias para o avanço da aviação civil internacional, inclusive por meio da

criação da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), agência especializada das Nações Unidas, com sede em Montreal, no Canadá.

No âmbito do acordo, uma mudança significativa havida nos últimos anos diz respeito à abertura de mercados na aviação civil internacional. O acesso a esses mercados é comumente restringido por meio de dispositivos convencionais que estipulam rotas, frequências de voos, tarifas e demais aspectos sujeitos ao controle das autoridades nacionais afetas.

“Capitaneados principalmente pelos Estados Unidos, os chamados acordos de “céus abertos” visam a abrir os mercados das partes signatárias às companhias aéreas designadas, comumente de forma gradual, suprimindo tais exigências associadas à defesa dos mercados internos, sendo exemplar este instrumento com a Nova Zelândia que irá substituir o acordo vigente de 1996, que conta com os dispositivos usuais seguindo o modelo proposto pela Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), explicou Heráclito Fortes.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Luis Macedo)



32 - CREDN aprova acordo de Assistência Mútua em Matéria Aduaneira Brasil - China (09/08/2017)

Brasília – Com parecer favorável do deputado Heráclito Fortes (PSB-PI), a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira, 9, o Acordo sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Aduaneira, firmado por Brasil e China no Rio de Janeiro, em 21 de junho de 2012.

“O acordo tem como principal objetivo promover a cooperação entre as respectivas Administrações Aduaneiras, com vistas a assegurar a correta aplicação da legislação aduaneira, a segurança na logística do comércio internacional, bem como a prevenção, a investigação e a repressão de ilícitos aduaneiros”, afirmou o parlamentar.

Em linhas gerais, o acordo preconiza a importância da determinação precisa dos direitos aduaneiros e de outros tributos cobrados na importação e exportação e de se assegurar o cumprimento adequado de proibições, restrições e medidas de controle relativos a bens específicos; na importância do equilíbrio entre cumprimento de normas e facilitação de procedimentos, com vistas a assegurar o rápido fluxo do comércio; na adoção de modernas técnicas de controle pelas Administrações Aduaneiras, como forma de estímulo ao fluxo de comércio internacional bilateral; e no reconhecimento da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, adotada em Nova York, em 15 de dezembro de 2000.

Para Heráclito Fortes, “o pilar central da cooperação prevista pelo acordo reside na operacionalização de um sistema de intensa troca de informações entre as administrações aduaneiras. A previsão de intercâmbio de informações dar-se-á tanto em situações ordinárias quanto em condições especiais, em casos de suspeita de ilícitos, podendo versar sobre as mercadorias, locais de embarque e desembarque, meios de transporte ou outras atividades e práticas que possam estar associadas à prática de infrações”, explicou.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Luis Macedo)



33 - Aprovado acordo Brasil – Uruguai sobre a Simplificação de Legalizações em Documentos Públicos (09/08/2017)

Brasília – Na quarta-feira, 9, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados aprovou o parecer do deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) ao acordo Brasil – Uruguai por Troca de Notas, sobre a Simplificação de Legalizações em Documentos Públicos, assinado em Brasília em 2013. “O objetivo do acordo é contribuir para a supressão definitiva dos requisitos de legalização de documentos vigentes em ambos os países, reduzindo as intervenções públicas atualmente necessárias contribuindo assim para a facilitação do exercício profissional e para o acesso à educação nos dois países”, defendeu o deputado.

Segundo Arlindo Chinaglia, nos termos propostos, o acordo deverá aplicar-se aos documentos públicos expedidos no território de uma das Partes que devem ser apresentados no território de outra. A legalização de tais documentos estará isenta de qualquer intervenção consular, bastando uma etiqueta ou intervenção acoplada que deverá ser aplicada gratuitamente pela autoridade competente do Estado em que se originou o documento.

“Nesse sentido, o acordo representa significativo avanço desburocratizante e um importante passo em direção à redução - e eventualmente, completa supressão - das exigências de ordem administrativa impostas aos cidadãos de Brasil e Uruguai que necessitem da legalização de documentos públicos e particulares emitidos nos dois países, facilitando em muito a vida dos seus cidadãos”, destacou Chinaglia.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Lúcio Bernardo Jr.)



34 - CREDN aprova acordo Brasil – Uruguai para o Intercâmbio de Informações em Matéria Tributária (09/08/2017)

Brasília – A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira, 9, o acordo Brasil – Uruguai para o Intercâmbio de Informações em Matéria Tributária, ao acatar parecer do deputado Luiz Carlos Haully (PSDB-PR). O acordo é considerado prioritário pelos dois governos para potencializar o relacionamento bilateral.

“A aprovação deste acordo se faz de extrema importância para o país, visto que o compartilhamento dessas informações fiscais deverá servir para combater a evasão fiscal e possíveis esquemas fraudulentos contra o fisco. Além do mais, o Uruguai é um parceiro tradicional com inúmeros laços históricos e econômicos com o Brasil, além de ser um dos maiores recebedores de investimentos nacionais”, explicou Haully.

O deputado destacou ainda que “atualmente, não existe nenhum instrumento de cooperação jurídica entre os dois países para combater a fraude, evasão fiscal e o planejamento tributário abusivo, considerado pelo G-20 como um dos agravantes da crise financeira global”, disse.

Na sua avaliação, o acordo será um importante instrumento na promoção do combate à fraude, evasão fiscal e o planejamento tributário abusivo, caminhando para os padrões de transparência tributária internacional, bem como a cooperação entre as administrações tributárias dos signatários.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Lúcio Bernardo Jr.)



35 - Rocha quer aproximar Brasil dos Países da Organização dos Estados do Caribe Oriental (09/08/2017)

Brasília – O deputado Rocha (PSDB-AC) quer aproximar o Brasil dos Países da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECO) e, por meio de uma audiência pública, discutir os seus impactos na economia da Região Amazônica. Requerimento neste sentido foi aprovado na quarta-feira, 9, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados. A audiência será conjunta com as comissões de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA); e a Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL.

Além do estreitamento das relações no plano comercial, também será discutida a implementação do Projeto de Resolução de 2016, que cria o Grupo Parlamentar Brasil – Países da Organização dos Estados do Caribe Oriental. Segundo ele, “a OECO é uma organização regional intergovernamental dedicada à cooperação técnica e desenvolvimento sustentável, harmonização e integração econômica, à proteção dos direitos humanos e jurídico, bem como ao fomento da boa vizinhança entre os países e dependências insulares no Caribe Oriental, integrada por Anguilla, Guadalupe, Ilhas Virgens Britânicas, Martinica e Monserrat”, informou.

De acordo com Rocha, a OECO representa um bloco de apoio diplomático importante. “Seus seis países integram o mercado comum por meio da Comunidade do Caribe (CARICOM). num total de treze Estados-Membros, que hoje detêm 44% dos assentos da Organização dos Estados Americanos (OEA) e número expressivo de assentos em vários outros organismos internacionais”, explicou.

Os países da OECO integram ainda o grupo dos Small Island Developing Countries (SIDs), ou Pequenos Estados-Ilhas em Desenvolvimento, hoje em número de 40 em todo o mundo - podendo chegar a 50 -, que detêm 20% dos votos da Assembleia-Geral das Nações Unidas, onde o Brasil pleiteia uma vaga permanente no Conselho de Segurança.

A OECO também atua nas áreas de comércio, transportes, turismo e na propagação de responsabilidade e ajuda em caso de catástrofes naturais. “Criada em 1981, através do Tratado de Basseterre, todos os Estados- Membros e um dos associados possuem moeda em comum e têm como característica geográfica a proximidade com os Estados brasileiros da Região Norte”, assinalou o deputado.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Assessoria do Deputado Rocha)



36 - Aprovado na CREDN acordo Brasil – Polônia sobre transferência de presos (16/08/2017)

Brasília – A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, aprovou na quarta-feira, 16, o acordo firmado entre Brasil e Polônia sobre a transferência de pessoas condenadas, celebrado em novembro de 2012. O acordo contou com parecer favorável do deputado Átila Lins (PSD-AM).

“Este acordo insere-se no conjunto de tratados de assistência jurídica mútua bilateral com escopo na transferência de pessoas condenadas. Com caráter humanitário, seu objetivo é o de “reaproximar o indivíduo detido em Estado estrangeiro de seus familiares e de seu ambiente social e cultural, ao permitir-lhe cumprir pena em seu próprio país”, facilitando, desse modo, a reabilitação social das pessoas condenadas”, explicou o deputado.

Átila Lins destacou ainda que no Brasil, vigoram sobre a matéria 14 acordos bilaterais (Angola, Argentina, Bolívia, Canadá, Chile, Espanha, Japão, Panamá,

Paraguai, Peru, Portugal, Reino dos Países Baixos, Reino Unido e Suriname) e três multilaterais (Convenção Interamericana sobre o Cumprimento de Sentenças Penais no Exterior, Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre os Estados Partes do MERCOSUL e a Convenção sobre a Transferência de Pessoas Condenadas entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa CPLP).

Encontram-se pendentes de promulgação os tratados bilaterais com Bélgica, Moçambique, Venezuela e Ucrânia. “Além disso, estão pendentes de envio ao Congresso e ratificação os Acordos de Transferência de Pessoas Condenadas firmados com Itália, Índia, Síria, Suíça, Turquia e este com a Polônia”, afirmou.

O parlamentar acredita ainda que o acordo trará benefícios à cooperação bilateral Brasil-Polônia que abrange atualmente áreas como comércio, defesa, ciência e tecnologia, cultura e educação. “Nesse sentido, lembramos que o Brasil é o principal parceiro comercial da Polônia na América Latina, com fluxo de comércio anual de mais de US\$ 1 bilhão. Ao longo da última década, o grande destaque da pauta de exportações brasileiras para a Polônia foram aviões da Embraer, que representam mais de 60% da frota de aeronaves da LOT, a companhia aérea polonesa”, concluiu Átila Lins.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Agência Câmara)



37 - Acordo de Cooperação Técnica Brasil – Moçambique passa na CREDN (16/08/2017)

Brasília – Com parecer favorável do deputado Márcio Marinho (PRB-BA), a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, aprovou na quarta-feira, 16, o Acordo de Cooperação Técnica Brasil – Moçambique firmado em Maputo em março de 2015. “Os dois países demonstram a necessidade de dar ênfase ao desenvolvimento sustentável e reconhecem as vantagens recíprocas resultantes da cooperação técnica. Assim, enfatizam o desejo de desenvolver a cooperação que estimule o progresso técnico”, afirmou.

Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil – Moçambique, Marinho explicou ainda que “a cooperação técnica serve como base para o relacionamento entre Brasil e Moçambique. Já existem parceiras em áreas como saúde, agricultura, educação e formação profissional. Ademais, o Brasil atua naquele país com diversas empresas nos setores de energia, mineração e infraestrutura, apesar das relações comerciais ainda carecerem de maior intensificação”, disse.

Segundo ele, “o acordo vem ao encontro dos objetivos recentes da Política Externa Brasileira, de aproximação com países em desenvolvimento e, em especial, com países africanos”.

O acordo prevê ainda o uso de mecanismos trilaterais de cooperação, por meio de parcerias com terceiros países, organizações internacionais e agências regionais. Este acordo substitui o Acordo Geral de Cooperação, atualmente em vigor, firmado em 15 de setembro de 1981.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Nilson Bastian)



38 - CREDN aprova Moção de Repúdio ao governo venezuelano pela quebra da ordem democrática (23/08/2017)

Brasília - A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira, 23, Moção de Repúdio ao governo da Venezuela pela quebra da ordem democrática. A iniciativa dos deputados Benito Gama (PTB-BA), Pastor Eurico (PHS/PE) e Vanderlei Macris (PSDB/SP) destaca ainda a destituição da Procuradora-Geral, Luisa Ortega, e a prisão de opositores políticos, além da “usurpação das funções da Assembleia Nacional pela Assembleia Constituinte”.

O debate em torno da proposta durou cerca de 2h. De acordo com Benito Gama, “o Brasil não pode se omitir diante do que acontece na Venezuela. Vários governos e parlamentos já o fizeram. Não estamos contra o povo venezuelano”, afirmou. Ele reiterou ainda que “condenamos da mesma forma, toda e qualquer ameaça de intervenção militar na Venezuela, o que já foi inclusive rechaçado por 11 presidentes de parlamentos da região”, explicou.

Os deputados Nelson Pellegrino (PT-BA), Arlindo Chinaglia (PT-SP), Luiz Sérgio (PT-RJ) e Jô Moraes (PCdoB-MG), votaram contra a proposição e defenderam a mediação política do Brasil para que o diálogo entre oposição e governo seja retomada. Na mesma sessão, a CREDN aprovou requerimento do deputado Nelson Pellegrino para que seja realizada audiência pública para ouvir os dois lados.

Os deputados Vanderlei Macris (PSDB-SP), Heráclito Fortes (PSB-PI), Cláudio Cajado (DEM-BA), Pedro Fernandes (PTB-MA), Cristiane Brasil (PTB-RJ), Eduardo Cury (PSDB-SP), Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), Pedro Vilela (PSDB-AL) e Rubens Bueno (PPS-PR), defenderam a aprovação da Moção e afirmaram que o governo venezuelano não aceita dialogar e nem mesmo receber ajuda humanitária para a população que enfrenta forte escassez de alimentos e remédios.

Todos eles criticaram a postura autoritária do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro e cobraram o fim das torturas, da violência, da perseguição e das restrições às liberdades naquele país.

Já o deputado Arlindo Chinaglia que também é o presidente do Parlamento do MERCOSUL, revelou que está articulando uma discussão ampla na sede na entidade em Montevideu, envolvendo parlamentares não apenas da Venezuela – oposição e governo -, mas de todos os países membros. Na sua opinião, “é preciso dar voz internacional à Venezuela”.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulvida)



39 - Cláudio Cajado rejeita alterações no Código Penal Militar em dois projetos de lei (23/08/2017)

Brasília – O deputado Cláudio Cajado (DEM-BA) rejeitou alterações no Código Penal Militar ao apresentar parecer contrário a dois projetos de lei apreciados na quarta-feira, 23/08/17, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados. No entanto, as duas propostas ainda podem ser objeto de análise pela Subcomissão Especial do Código Penal Militar e do Código de Processo Penal Militar, instalada no âmbito da CREDN.

Os projetos de Lei nº 4.584 e 5.111, de 2016, ambos de autoria do deputado Cabo Sabino (PR-CE), tratam respectivamente da “suspensão condicional da pena em tempo de paz para os crimes militares nele especificados” e de “expurgar do regramento processual penal castrense efeitos da sentença condenatória recorrível ali descritos”.

“A despeito dos relevantes motivos que levaram o autor a apresentar as duas propostas, é preciso reconhecer que toda e qualquer mudança na lei processual penal militar tem impactos severos sobre dois pilares básicos e fundamentais das Forças Armadas, que são a hierarquia e a disciplina. Não se consegue imaginar um segmento legitimamente armado da sociedade brasileira que não conte com esses dois amálgamas e, nesse sentido, nós, legisladores, temos que apreciar com muita cautela projetos de lei que se voltam para esses assuntos”, afirmou Cajado.

Segundo ele, “por estas razões aprovamos a criação da Subcomissão Especial de Reforma do Código Penal Militar (CPM) e do Código de Processo Penal Militar (CPPM), no seio da qual, nos parece, seria mais adequado que todas essas discussões ocorressem”.

Além disso, o parlamentar não vislumbra conflito entre o respeito à hierarquia e a disciplina e a preservação dos direitos e garantias individuais. “Esses conceitos são perfeitamente conciliáveis, desde que se tenha a correta compreensão de que as Forças Singulares são o último recurso contra as piores ameaças internas e externas que se voltem contra a própria existência do Estado como nós o conhecemos”, concluiu.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Alex Ferreira)



40 - Aprovado na CREDN acordo de serviços aéreos Brasil - Equador (23/08/2017)

Brasília – O Acordo sobre Serviços Aéreos firmado entre Brasil e Equador, em Quito, em 2013, foi aprovado na quarta-feira, 23, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, com parecer do deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP). “Trata-se de um acordo do tipo “céus abertos” (open skies), que confere maior liberdade às operações das empresas aéreas designadas pelas partes, em particular na vertente comercial, seguindo a tendência dos recentes instrumentos do gênero assinados pelo Governo brasileiro”, explicou o parlamentar.

De acordo com Arlindo Chinaglia, o acordo estimula a livre concorrência entre as empresas aéreas e proíbe a adoção de medidas tarifárias discriminatórias. Nesse sentido, concede a cada uma das partes o direito de designar uma ou mais empresas para operar os serviços, proíbe a cobrança das empresas designadas, de tarifas aeronáuticas superiores às exigidas das congêneres nacionais; autoriza as companhias aéreas designadas a fixar o número de voos e a capacidade dos serviços ofertados; e permite a essas empresas estabelecerem os preços das passagens, com base em considerações de mercado, independentemente de autorização.

“Embora possa ser considerado liberal quanto à vertente comercial, o Acordo revela-se rígido e minucioso no que se refere à segurança operacional e da aviação. Vários dispositivos demonstram o cuidado dos dois países em alinhá-lo às convenções internacionais que tratam da segurança das instalações aeronáuticas, tripulações, operações de aeronaves e demais regras aplicáveis à segurança da aviação”, ressaltou o deputado.

Além disso, para o Governo brasileiro, o estabelecimento de um novo marco legal para a operação de serviços aéreos entre Brasil e Equador contribuirá para o adensamento das relações bilaterais nas esferas do comércio, do turismo e da cooperação, entre outras.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Billy Boss)



41 - CREDN aprova entendimento entre Brasil e Alemanha sobre Programa de Férias-Trabalho (23/08/2017)

Brasília – Na quarta-feira, 23, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados aprovou o Memorando de Entendimento firmado entre os governos do Brasil e da Alemanha sobre o Programa de Férias-Trabalho, assinado em Brasília, em 13 de fevereiro de 2015. Na oportunidade, foi acatado o parecer do deputado Luiz Lauro Filho (PSB-SP).

Segundo ele, “trata-se de um entendimento que visa a propiciar e viabilizar intercâmbio de curta duração entre jovens brasileiros e alemães, entre 18 e 30 anos, para adquirir conhecimentos próprios sobre a cultura e o cotidiano no Brasil e na Alemanha e, ao mesmo tempo, acumular experiência de trabalho”, explicou.

A Alemanha é o terceiro destino mais procurado por estudantes internacionais no mundo, depois dos Estados Unidos e Reino Unido. De acordo com informações do Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico a maioria é oriunda da China, Rússia, Áustria e Índia. No entanto, desde 2012, notou-se um grande aumento do número de estudantes vindos do Brasil, Bangladesh e Índia.

Além disso, em 10 de abril, o Brasil tornou-se o primeiro país da América Latina a sediar um Centro de Estudos Europeus e Alemães (CDEA), instalado na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre. “A instituição nasce integrada a uma rede de 19 outros centros do mesmo tipo, fundada em 1991 pelo Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico. Atualmente, o centro está presente em outros 11 países”, destacou Luiz Lauro Filho.

“No processo de intercâmbio surge um novo assimilar, apreendem-se novos ângulos e percebem-se novas janelas, outras facetas da solidariedade e novas perspectivas. Sem dúvida esse tipo de programa é uma oportunidade para sedimentar uma cultura de maior compreensão entre as nações”, concluiu o deputado.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Agência Câmara)



42 - CREDN destaca papel do Exército para o desenvolvimento nacional (25/08/2017)

Brasília – A presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, Bruna Furlan (PSDB-SP) destacou na sexta-feira, 25, a o papel desempenhado pelo Exército Brasileiro para o desenvolvimento nacional, por ocasião da passagem do Dia do Soldado.

Segundo ela, “o Exército é o que são aqueles que o integram: espírito de integração nacional e defesa da Pátria acima de quaisquer outros objetivos. Muitas vezes, é a presença do Estado nos rincões mais longínquos deste país, por isso a CREDN celebra o Dia do Soldado com o mesmo orgulho e admiração de milhões de brasileiros”, afirmou.

De acordo com a Ordem do Dia da Força Terrestre, “a cada 25 de agosto, o Soldado brasileiro renova-se ao recordar o passado, em reverência à figura de Luís Alves de Lima e Silva, Soldado símbolo da Pátria, o nosso Duque de Caxias. É sempre momento para iluminar os feitos desse chefe militar vitorioso, do guerreiro obstinado e homem de Estado exemplar, que o Exército consagrou como Patrono”.

O Exército lembra ainda que “nos vários episódios em que foi chamado a pacificar as províncias insurgentes, em um período crítico para a afirmação da nacionalidade no Brasil Império, entendeu o momento político da época com invulgar lucidez, desarmou os espíritos conturbados, restabeleceu a credibilidade na autoridade civil e revitalizou a crença no futuro das instituições, com espírito legalista e vislumbrando um futuro grandioso para o Brasil”.

“O papel desempenhado pelo Exército, principalmente junto às populações mais distantes e carentes, reforçam em cada um de nós a brasilidade e a esperança de construirmos um país melhor”, destacou a deputada.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Exército Brasileiro)

Obrigado Soldado



25 de agosto
Dia do Soldado

43 - Venezuelanos pedem ajuda do Brasil e afirmam que o país é governado por uma ditadura (30/08/2017)

Brasília – Os venezuelanos Roderick Navarro e Eduardo Bittar pediram a ajuda do Brasil e afirmaram que o país é governado por uma ditadura. Eles participaram de audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, solicitada pelos deputados Nelson Pellegrino (PT-BA) e Cristiane Brasil (PTB-RJ).

Além dos dois cidadãos venezuelanos, o Embaixador Tarcísio de Lima Ferreira Fernandes Costa, Diretor do Departamento da América do Sul Setentrional e Ocidental do Itamaraty, apresentou a posição do Brasil em relação à crise. “Estamos vendo uma claríssima escalada autoritária que pode caracterizar a Venezuela hoje como regime de exceção, que afetou a ordem democrática e provocou uma crise humanitária sem precedentes”, afirmou.

O diplomata descartou que o Brasil vá romper as relações diplomáticas ou adotar sanções econômicas contra o regime de Nicolás Maduro e explicou que o objetivo neste momento é buscar o diálogo com o governo, garantir a segurança de quase 20 mil brasileiros que vivem em Caracas e nas regiões próximas às fronteiras com a Colômbia e o Brasil, além de assegurar o pagamento de US\$ 5 bilhões em dívidas com empresas brasileiras.

Integrantes do movimento Rumo à Liberdade, Roderick Navarro e Eduardo Bittar classificaram o governo venezuelano como comunista e denunciaram a violação dos direitos humanos cometidos pelo regime. Além disso, apresentaram indicadores sociais e econômicos comprovando que os mais pobres são as principais vítimas da crise naquele país e acusaram o governo de manter relações com organizações dedicadas ao narcotráfico e ao terrorismo internacional.

Desde o aprofundamento da crise, cerca de 24 mil venezuelanos cruzaram a fronteira com o Brasil onde buscam refúgio. De acordo com o Itamaraty, pelo menos mil fogem pela fronteira com Roraima diariamente.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



44 - Aprovado acordo de serviços aéreos firmado entre Brasil e Arábia Saudita (30/08/2017)

Brasília – Com parecer favorável do deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP), a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, aprovou, na quarta-feira, 30/08/2017, o Acordo sobre Serviços Aéreos firmado por Brasil e o Reino da Arábia Saudita, em 14 de abril de 2015. “Este acordo tem por objetivo incrementar os laços entre os dois países, o que certamente contribuirá para o adensamento das relações bilaterais nas esferas do comércio e do turismo, entre outras”, afirmou Marquezelli.

Segundo ele, “na procura de estruturas comuns e de cooperação recíproca, os Estados vêm adotando a praxe de firmar atos internacionais bilaterais ou multilaterais relativos aos modos de cooperação para o transporte aéreo, sob o manto ou a chancela da Convenção de Aviação Civil Internacional”, disse.

No entanto, para o deputado é preciso verificar o impacto que a liberação comercial de serviços subjacente poderá ter em âmbito interno, especialmente nos termos dos recentes acordos de serviços aéreos conhecidos como “céus abertos”, no que tange aos aeronautas, aeroviários e empresas brasileiras de aviação civil.

“Nesse aspecto, entendo que a matéria deveria ser analisada também pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, que tem a competência inarredável e indelegável para apreciar essa questão do ponto de vista de eventuais impactos que possa apresentar à economia interna, tanto no que concerne aos aspectos positivos, quanto a eventuais problemas ao setor”, concluiu o parlamentar.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



45 - Atualização da Convenção Internacional sobre Medida de Tonelagem de Navios passa na CREDN (30/08/2017)

Brasília – O texto atualizado da Convenção Internacional sobre Medida de Tonelagem de Navios, de 1969, assinado em Londres, em 4 de dezembro de 2013, foi aprovado na quarta-feira, 30, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados com parecer favorável do deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP). O tratado foi ratificado pelo Brasil no âmbito da Organização Marítima Internacional (OMI).

Fundada em 1948, a OMI é uma agência especializada do sistema das Nações Unidas que tem por escopo promover mecanismos de cooperação sobre assuntos técnicos de navegação comercial, segurança marítima, prevenção da poluição e remoção dos óbices ao tráfego marítimo. Com sede em Londres, atualmente, conta com 169 Estados Membros e três Membros Associados.

Nelson Marquezelli lembrou que ao longo de sua trajetória, o OMI sempre estimulou e promoveu a negociação de diversas convenções internacionais, além de emitir centenas de recomendações relativas ao transporte marítimo internacional.

“As suas convenções podem ser agrupadas em três categorias. A primeira relaciona-se à segurança marítima, a segunda com a prevenção da poluição marinha e a terceira com responsabilidade e compensação em relação aos danos causados pela poluição. Além dessas, há outras convenções igualmente relevantes, como as que tratam de facilitação, arqueação, combate aos atos ilícitos contra o transporte e salvamento”, explicou.

De acordo com o deputado, “as Emendas estão em harmonia com os propósitos da OMI atinentes à segurança marítima global e à proteção ao meio ambiente marinho, bem como não colidem com os princípios regentes das relações internacionais do Brasil”, concluiu.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Agência Câmara)



46 - Adesão do Brasil à OCDE será tema de audiência pública na CREDN (30/08/2017)

Brasília – A adesão do Brasil como membro pleno da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) será tema de audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados. Para tanto, foi aprovado na quarta-feira, 30, requerimento do deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ). O Acordo de Cooperação entre o Brasil e a OCDE foi assinado em Paris, em 3 de junho de 2015 e o governo federal apresentou, no dia 29 de maio deste ano, pedido formal para iniciar o processo de adesão como membro pleno do organismo.

Segundo Jean Wyllys, “a adesão à OCDE e seus protocolos gerará obrigações internacionais para o Brasil, as quais precisam ser profundamente debatidas por esta Casa, em especial nesta Comissão. Um governo eleito no futuro poderá enfrentar dificuldades, por exemplo, para adotar determinadas medidas de controle de capitais, caso assim decida, porque a adesão ao Código de Liberalização do Movimento de Capitais, caso confirmada, poderá engessar o leque de opções políticas internas”, advertiu.

O deputado lembrou ainda que a adesão à OCDE implica uma reorientação geopolítica da inserção brasileira no sistema-mundo, de maior alinhamento aos países do Norte e renúncia ao questionamento de sua hegemonia, como assinalado pelo ex-chanceler Celso Amorim.

O acordo, relatado pelo deputado Eduardo Cury (PSDB-SP) já tem parecer pela aprovação, mas deverá ser apreciado apenas após a realização desta audiência pública.

“É fundamental que esta Comissão realize debate profundo e plural sobre o tema, ouvindo representantes do governo, da academia e também da sociedade civil, que há muitos anos clama por participação efetiva na formulação da política externa do Brasil”, concluiu Jean Wyllys.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



47 - Acordo Brasil – Finlândia sobre trabalho remunerado para dependentes de pessoal diplomático é aprovado (05/09/2017)

Brasília – Com parecer do deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, aprovou na quarta-feira, 5, o Acordo Brasil – Finlândia sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Brasília, em 1º de dezembro de 2015. São considerados dependentes o cônjuge ou companheiro permanente e os filhos solteiros menores de 18 anos.

“Com base no princípio da reciprocidade, o Acordo autoriza o exercício de atividade remunerada pelos dependentes de funcionários do Estado acreditante, designados para exercer missão oficial no Estado acreditado como membro de missão diplomática, de repartição consular ou de missão permanente perante Organização Internacional, sediada no Estado acreditado ou por este reconhecida”, explicou Barbosa.

No entanto, o deputado lembrou que antes de o dependente iniciar o exercício de atividade remunerada, a missão diplomática ou consular do Estado acreditante deverá solicitar uma autorização formal ao Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores do Estado acreditado. “Após verificar a inexistência de impedimentos legais, o Ministério das Relações Exteriores informará à Embaixada da outra parte, por escrito e com brevidade, que o dependente está autorizado a exercer a atividade remunerada informada no respectivo território. Os dependentes autorizados a trabalhar no Estado acreditado não gozarão da imunidade de jurisdição civil e administrativa, pelos atos diretamente relacionados com o desempenho da atividade remunerada por eles exercida”, destacou.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: PSDB na Câmara)



48 - Aprovado acordo de isenção de vistos entre Brasil e Emirados Árabes (05/09/2017)

Brasília – Assinado em 16 de março, o acordo sobre mútua isenção de vistos firmado entre Brasil e Emirados Árabes Unidos foi aprovado na quarta-feira, 5, pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, com parecer do deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP). Com este acordo, os nacionais de ambos os países poderão entrar, sair e transitar pelo território do outro, sem visto, para fins de turismo e negócios, por até 90 dias a cada período de 12 meses.

Para Marquezelli, “a flexibilização na exigência do visto resultará no crescimento de turismo e no aumento de divisas resultante dessas viagens internacionais e tende a ser um incentivo para que mais cidadãos emiráticos visitem o Brasil e vice-versa, aumentando especialmente o número de turistas provenientes de Dubai, que atualmente têm que viajar até Abu Dhabi para solicitar o visto junto a Embaixada Brasileira”, afirmou.

Estima-se que em 2015 os turistas dos Emirados Árabes Unidos gastaram US\$ 15,1 bilhões em viagens internacionais (22º no ranking mundial) e realizaram 3,3 milhões de viagens internacionais, o que traduziu em gasto médio de US\$ 4,576 por viagem. De acordo com um relatório do Credit Suisse de 2012, os nacionais dos países do Conselho de Cooperação do Golfo (incluindo dos Emirados Árabes Unidos) gastaram 260% mais com passagens aéreas do que outras nacionalidades, tendo sido entre 40% a 60% dessas viagens realizadas em classe executiva.

“Eles também gastaram 430% a mais em acomodações e 558% a mais em restaurantes, em comparação com outras nacionalidades. Os visitantes dos Emirados Árabes registraram 2,2 milhões de pernoites na Alemanha em 2015, ocupando a décima terceira posição entre todos os países cujos cidadãos visitaram o país”, revelou o deputado.

Assinado na mesma data, em Brasília, o acordo de Serviços Aéreos entre Brasil e Emirados Árabes será relatado pelo deputado Alexandre Leite (DEM-SP). Na semana passada, a Embaixadora Hafsa Abdullah Mohamed Sharif Al Ulama defendeu, na CREDN, a ratificação dos dois acordos como forma de fortalecer o relacionamento bilateral.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



49 - CREDN aprova Moção de Pesar ao Azerbaijão e defende a paz naquela região (05/09/2017)

Brasília – Por iniciativa do deputado Claudio Cajado (DEM-BA), a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira, 5, Moção de Pesar à República do Azerbaijão pela morte de uma mulher e uma criança deste país, recentemente atingidas por tiros na região de Nagorno-Karabakh; e Conclamação à Paz entre as partes em conflito naquela área sul caucasiana, em observância aos princípios do respeito aos direitos humanos, da liberdade e autodeterminação dos povos, da harmonia e da coexistência pacífica entre Estados e Nações.

Segundo ele, “é de conhecimento de toda a comunidade internacional que a região ocupada de Nagorno-Karabakh da República do Azerbaijão é objeto de disputa histórica entre a Armênia e o Azerbaijão, desde a independência de ambos os países do Império Russo, em 1918”.

Cajado explicou que “a trágica morte de uma mulher e uma criança azerbaijana na zona de conflito expõe a face mais cruel de um quadro de instabilidade envolvendo países com os quais o Brasil mantém, historicamente, relações harmônicas e fraternas. Esta medida tem por objetivo colaborar na resolução do conflito, impedindo a manutenção do quadro de violência e instabilidade na região, com seus inevitáveis reflexos nas relações internacionais”, disse.

Recentemente, o deputado reuniu-se com o Embaixador da Armênia no Brasil, Ashot Galoyan, com que discutiu a questão. “Nós conclamamos as partes envolvidas para que busquem mutuamente envidar seus melhores esforços para a construção e manutenção da paz”, concluiu.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



50 - Aprovado acordo de cooperação Brasil – OCDE (05/09/2017)

Brasília – A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, aprovou na quarta-feira, 5, o texto do acordo de cooperação firmado entre o Brasil e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), assinado em Paris, em 3 de junho de 2015. O parecer favorável foi apresentado pelo deputado Eduardo Cury (PSDB-SP). O Brasil mantém relações de cooperação com a OCDE desde a década de 90, individualmente e como membro do G-20. Em 2007, juntamente com Índia, China, Indonésia e África do Sul, o país foi alçado à condição de parceiro-chave da organização (key-partner).

A OCDE origina-se da Organização Europeia para a Cooperação Econômica, criada em 1948 para administrar a ajuda norte-americana para a reconstrução da Europa após a Segunda Guerra. Esgotados os seus propósitos constitutivos, cogitou-se da criação de um organismo com novos objetivos e de alcance ampliado para além dos limites das fronteiras europeias. “Nesse contexto, foi criada oficialmente a OCDE em 1961, para a promoção de políticas no sentido de melhorar o bem-estar econômico e social das populações”, afirmou Cury.

O Brasil é signatário de diversos instrumentos internacionais firmados no âmbito da OCDE, dentre os quais a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, de 1997 e a Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Tributária, de 2010. “Além disso, o Brasil é membro associado de diversos órgãos da OCDE, como o Conselho Diretor do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes e o Foro Global sobre Transparência e Troca de Informações para Efeitos Fiscais, bem como participa dos trabalhos de diversos de seus comitês, incluindo os de Concorrência e de Políticas Científicas e Tecnológicas”, revelou o deputado.

Segundo ele, “trata-se de um acordo de cooperação que revela uma mudança de posição do Governo brasileiro com relação a sua participação e a sua cooperação com a OCDE, como evidencia igualmente a recente formalização do seu interesse em elevar a participação do Brasil, de parceiro-chave a novo membro pleno daquela Organização”, concluiu.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Agência Câmara)



51 - Moção de Louvor à atuação dos militares brasileiros na MINUSTAH é aprovada na CREDN (05/09/2017)

Brasília – Após 13 anos e mais de 37 mil militares brasileiros empregados, a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), foi encerrada no dia 31 de agosto por decisão da ONU. Considerada referência para a comunidade internacional, a MINUSTAH foi comandada desde o seu início por oficiais do Exército Brasileiro e motivou a apresentação e aprovação pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, de Moção de Louvor à atuação do país naquela missão.

O deputado Luiz Lauro Filho (PSB-SP) tomou a iniciativa ao recordar que o contingente brasileiro contribuiu com a distribuição de alimentos e remédios à população, com a construção de 64 poços artesianos, 340 mil m² de vias asfaltadas e 814 mil m² de vias recuperadas, além da remoção de toneladas de escombros após o terremoto que atingiu o país em 2010, deixando 200 mil mortos, dentre os quais 18 militares brasileiros integrantes da missão de paz.

“Reconhecidos em todo mundo como excelentes militares, esses homens e mulheres que lá estiveram demonstraram, mais uma vez, o valor das Forças Armadas do Brasil”, afirmou.

Ele explicou ainda que, durante a cerimônia de encerramento da missão a Representante Especial do Secretário-Geral da ONU, Sandra Honoré, destacou o importante papel desempenhado pelos capacetes azuis brasileiros na missão do Haiti. Segundo ela, as Nações Unidas e o povo haitiano são muito gratos pelo papel central que o Brasil desempenhou nos esforços para criar a estabilidade duradoura no país.

O requerimento foi subscrito pela deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), presidente da CREDN e que representou a Câmara dos Deputados no evento que marcou o fim da missão, realizada em Porto Príncipe.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Lúcio Bernardo Jr.)



52 - Cooperação Educacional Brasil – Armênia é ratificada na CREDN (13/09/2017)

Brasília – Com o propósito de promover o desenvolvimento por meio do estímulo à educação de qualidade, à pesquisa científica e tecnológica e à promoção da língua portuguesa, Brasil e Armênia firmaram o Acordo de Cooperação Educacional em Brasília, em 12 de agosto de 2016, instrumento que foi ratificado na quarta-feira, 13, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados.

“A cooperação em temas de educação constitui importante fator de agregação política entre diferentes nações. Parcerias nessa área com outros países em desenvolvimento reforçam o valor da solidariedade na imagem internacional do Brasil e projetam sua dimensão de poder brando ou simbólico (soft power)”, explicou o relator da matéria, deputado Cabuçu Borges (PMDB-AP).

A cooperação bilateral Brasil – Armênia desenvolve-se hoje na área de cultura, diálogo político e cooperação técnica em agricultura e defesa civil. Entretanto, o maior fator de ligação entre os dois países encontra-se nos vínculos socioculturais, haja vista a importante comunidade armênia residente no Brasil, estimada em 40 mil pessoas, 25 mil das quais apenas no Estado de São Paulo.

“A cooperação armênio-brasileira possui grande campo para crescimento. Com esse propósito, o presente Acordo foi firmado na visita ao Brasil do presidente da Armênia, Serzh Sargsyan, entre os dias 11 a 15 de agosto de 2016. Naquela ocasião, foram firmados instrumentos de cooperação educacional e técnica; na área da agricultura; de consultas políticas; e de cooperação entre academias diplomáticas”, recordou o deputado.

Por meio deste acordo, Brasil e Armênia pretendem estabelecer um maior intercâmbio e cooperação direta entre as respectivas universidades; e promover o intercâmbio de estudantes, palestrantes, cientistas e especialistas, baseado na cooperação direta.

“Além disso, também há previsão para a negociação e assinatura de acordos futuros sobre reconhecimento de cursos científicos, títulos acadêmicos e diplomas educacionais, conforme a legislação de cada Parte”, destacou.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulvida)



53 - Protocolo de Revisão dos Regimes Aduaneiros passa na CREDN (13/09/2017)

Brasília – O Protocolo de Revisão da Convenção Internacional para a Simplificação e a Harmonização dos Regimes Aduaneiros foi aprovada na quarta-feira, 13, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados com parecer do deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG).

O texto apreciado pela CREDN foi concluído em Bruxelas, em 26 de junho de 1999 e tem por finalidade revisar a Convenção Internacional elaborada no âmbito do Conselho de Cooperação Aduaneira (atual Organização Mundial de Aduanas - OMA), em 18 de maio de 1973, na cidade japonesa de Quioto. A OMA possui o status de organização internacional intergovernamental e conta, atualmente, com 180 países membros, responsáveis pelo processamento de mais de 98% do comércio internacional.

Segundo Bonifácio de Andrada, “a OMA tem por objetivos estratégicos promover a segurança e a facilitação do comércio internacional, incluindo a simplificação e a harmonização dos regimes aduaneiros; promover a arrecadação de receitas justas, com eficácia e efetividade; proteger a sociedade, a saúde pública e contribuir para o combate ao crime e ao terrorismo; reforçar a capacitação dos administradores aduaneiros; promover a informatização das aduanas; aumentar a performance das aduanas; e realizar pesquisas e análises relativas a assuntos aduaneiros e ao comércio internacional.”

O protocolo aprovado pela CREDN pretende eliminar as disparidades entre os regimes e as práticas aduaneiras; responder as necessidades do comércio internacional em matéria de facilitação, simplificação e harmonização dos regimes aduaneiros; assegurar a elaboração de normas adequadas em matéria de controle aduaneiro; e permitir que as Administrações Aduaneiras se adaptem às alterações ocorridas no comércio, nos métodos e nas técnicas administrativas.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



54 - Acordo de Serviços Aéreos Brasil – Emirados Árabes é aprovado na CREDN (13/09/2017)

Brasília – Assinado em 17 de março deste ano, o Acordo entre Brasil e Emirados Árabes Unidos para Serviços Aéreos foi aprovado na quarta-feira, 13, com parecer do deputado Alexandre Leite (DEM-SP) apresentado à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados.

Alexandre Leite destacou a participação dos ministérios das Relações Exteriores e dos Transportes, Portos e Aviação Civil, além da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), nas discussões com as autoridades dos Emirados Árabes com o objetivo de incrementar os entendimentos e a cooperação bilateral esperadas a partir do estabelecimento deste marco legal para a operação de serviços aéreos.

“Este acordo seguramente contribuirá para o adensamento das relações bilaterais nas esferas do comércio, do turismo e da cooperação. O Acordo contempla a concessão de direitos de tráfego, múltipla designação de empresas, livre determinação de capacidade, liberdade tarifária e quadro de rotas aberto. Tudo isso facilitará a expansão de oportunidades de transporte aéreo internacional para os dois países”, explicou o deputado.

O parlamentar destacou ainda que, em relação às atividades comerciais, o acordo refere-se à possibilidade de manutenção de representação comercial, gerencial e técnica de equipes das empresas aéreas dos dois países participantes, “devendo, para tanto, respeitadas as leis e os regulamentos internos respectivos, serem facilitados os procedimentos de concessão de vistos de entrada, residência e trabalho para os potenciais interessados. Além disso, cada empresa aérea terá o direito de vender transporte na moeda daquele território ou, sujeito às suas leis e regulamentos, em moedas livremente conversíveis de outros países, e qualquer pessoa será livre para adquirir tal transporte em moedas aceitas por aquela empresa aérea”, concluiu.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



55 - CREDN aprova Acordo Brasil – EUA sobre Cooperação Espacial (13/09/2017)

Brasília – A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira, 13, parecer do deputado Heráclito Fortes (PSB-PI) ao Acordo Brasil – Estados Unidos nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior, assinado em Brasília, em 19 de março de 2011.

Segundo Heráclito Fortes, “com o término da vigência do acordo de 1996, Brasil e Estados Unidos não podem mais desenvolver projetos na área devido à falta de amparo legal, o que já está causando prejuízos à programas em discussão. Em razão disso, a apreciação do presente Acordo-Quadro pelo Congresso Nacional reveste-se de certa urgência”, afirmou. O Acordo-Quadro firmado entre os dois países em 1996 teve sua vigência estendida, sendo que a última prorrogação foi até janeiro deste ano

O deputado destacou ainda que o uso do Centro de Lançamento de Alcântara, localizado no Maranhão, pelos Estados Unidos para fins próprios não se encontra contemplado no acordo. “Contudo nada impede que ele seja alterado nesse sentido por meio de um novo entendimento ou que, mais propriamente, se estabeleça isso em instrumento específico”, disse.

Ainda de acordo com o parlamentar, o Governo brasileiro estaria estudando a possibilidade de conceder o uso do Centro de Lançamento de Alcântara para lançamentos a diversas agências espaciais estrangeiras, o que acarretaria uma substancial receita anual para o Tesouro.

Ele também acredita que este instrumento favorecerá o adensamento das relações Brasil – Estados Unidos, dinamizadas nos últimos anos com visitas de altas autoridades governamentais e também a celebração de vários outros importantes acordos. “Os Estados Unidos são o nosso segundo maior parceiro comercial, principal destino de nossas exportações de manufaturados e semimanufaturados e ocupam posição de destaque dentre os países que mais investem no Brasil”, explicou.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



56 - Aprovado acordo de vistos no âmbito do MERCOSUL (13/09/2017)

Brasília – A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, aprovou por unanimidade na quarta-feira, 13, o Acordo para a Concessão de um Prazo de 90 dias aos Turistas Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados de 2006.

“Este instrumento visa tão somente alterar dispositivo do ainda não vigente, para dispor sobre a possibilidade de prorrogação do prazo concedido aos turistas, sem que necessitem abandonar o território em que se encontram”, explicou o relator, deputado Cabuçu Borges (PMDB-AP).

Essa prorrogação, nos termos do presente Acordo Modificativo, passará a ser possível, por mais um período de noventa dias, uniformizando assim o tratamento dispensado pelos países membros. “Interessante notar que a legislação brasileira já permite ao turista estrangeiro em geral tal prorrogação. Por outro lado, a nova Lei de Migração, que entra em vigor em novembro, remete a questão a regulamento a ser oportunamente editado”, lembrou o deputado.

Já aprovada na Representação Brasileira no MERCOSUL, verificou-se a necessidade de se alterá-lo para dispor sobre a prorrogação do referido prazo concedido aos turistas, vez que pedidos de prorrogação poderiam ser tratados de maneira não uniforme pelas legislações nacionais concernentes.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulvida)



57 - Aprovado projeto de lei que tipifica como crime a violação indevida de conteúdo de banco de dados eletrônicos militar (13/09/2017)

Brasília – A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados aprovou parecer da deputada Bruna Furlan (PSDB-SP) ao Projeto de Lei de autoria do deputado Alberto Fraga (DEM-DF) que dispõe sobre o crime de violação de banco de dados eletrônicos. O texto foi ratificado com uma emenda da parlamentar, que torna o entendimento acerca das mudanças mais claro.

Para Bruna Furlan, as informações militares precisam ser muito bem resguardadas das ameaças difusas e invisíveis que colocam em risco a defesa contra forças adversas, internas e externas, conforme reconhecido nas novas versões da Política e da Estratégia Nacionais de Defesa e do Livro Branco de Defesa Nacional, enviadas ao Congresso Nacional no final do ano passado,

Segundo ela, “em um contexto incerto como esse, em que os meios e as informações militares assumem cada vez mais importância crítica na defesa efetiva de nossa população, numa primeira prioridade, e de nossas riquezas, na sequência, torna-se inadiável reforçar a capacidade de prevenção geral em especial em relação aos crimes ligados ao acesso não autorizado a dados militares eletrônicos”, explicou.

No entanto, a deputada assinalou que já existem, na legislação penal castrense, dispositivos que resguardam, em parte, a comunicação de interesse militar. “Um deles, emblemático, corresponde ao artigo 325, que tipifica o crime de violação ou divulgação indevida de correspondência ou comunicação. Não podemos compactuar com qualquer falha de segurança nesse sentido. Criar, então, um tipo penal que reforce a proteção de dados tão sensíveis como esses, realmente não só contribui para a melhor proteção de nossos conhecimentos críticos militares, como colabora para a melhoria do ordenamento jurídico”, destacou a deputada.

De acordo com o texto aprovado, o artigo 325-A do Decreto-lei nº 1.001, do Código Penal Militar, “violar o conteúdo de sistema informatizado militar, ou interceptar tráfego de dados militar entre redes de comunicações eletrônicas operacionais ou administrativas”, será punido com pena de detenção, de um a dois anos.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



58 - Aprovado projeto que confere acesso irrestrito das mulheres aos quadros operativos da Marinha (27/09/2017)

Brasília – A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira, 27, parecer da deputada Bruna Furlan (PSDB-SP) ao projeto de lei que reestrutura os quadros de oficiais e praças da Marinha do Brasil. De acordo com a deputada, “a medida irá beneficiar, sobretudo, as mulheres oficiais. Com a alteração legislativa que se propõe, as mulheres passarão a ter acesso aos cargos operativos, seja no corpo da armada, seja no corpo de fuzileiros navais”.

Na avaliação da presidente da CREDN, “as restrições presentes na legislação atual têm caráter anacrônico e precisam ser corrigidas. Tanto no Brasil quanto nas demais nações, a mulher já demonstrou ser capaz de ocupar, com honradez e competência, os mais elevados cargos da administração pública. Esta proposta permitirá que a tão sonhada igualdade entre homens e mulheres possa agora ocorrer também na Marinha”, afirmou.

Outro ponto abordado no projeto de lei, cuja iniciativa partiu do Comando da Marinha, diz respeito ao término da transferência compulsória do Quadro Auxiliar da Armada e do Quadro Auxiliar de Fuzileiros Navais para o Quadro Técnico, a alteração da escala hierárquica dos Quadros Auxiliares mencionados, de forma que se estenda desde o posto de Segundo-Tenente ao posto de Capitão de Mar e Guerra; a possibilidade de ingresso de militares que possuam grau hierárquico superior ao do posto inicial do Corpo ou Quadro considerado, bem como a possibilidade de acesso das mulheres aos cargos do Corpo da Armada e do Corpo de Fuzileiros Navais.

A Vice-Almirante Dalva Maria Carvalho Mendes, primeira mulher a chegar ao posto de Oficial General, acompanhou a votação do projeto. “Além disso, temos acompanhado o esforço realizado pelas Forças Armadas no atendimento às atribuições subsidiárias que, apesar de não constituírem o centro de suas atividades, consomem recursos financeiros e necessitam de pessoal profissionalmente motivados para que sejam cumpridas”, acrescentou a deputada.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Agência Câmara)



59 - Presidente da CREDN apresenta projeto que protege o uso do símbolo da Cruz Vermelha (03/10/2017)

Brasília – A presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), apresentou, na terça-feira, 3, Projeto de Lei que dispõe sobre o uso e a proteção do emblema da Cruz Vermelha, do Crescente Vermelho e do Cristal Vermelho, em conformidade com o Direito Internacional Humanitário. “O Direito Internacional Humanitário protege pessoas e bens em situações de conflitos armados, o que o faz, dentre outras medidas, mediante o uso de emblemas”, afirmou a deputada.

Ela lembrou ainda que o Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho tem por função prevenir e assistir pessoas durante conflitos armados e emergências como epidemias, inundações e terremotos, porém não é uma organização única. “Na realidade, esse Movimento é composto pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), criado em 1863 e com sede na Suíça, que deu origem às Convenções de Genebra e ao próprio Movimento e é por ele coordenado; pela Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho e pelas 189 Sociedades Nacionais. A Federação, fundada em 1919, rege e coordena as ações das Sociedades Nacionais”, explicou.

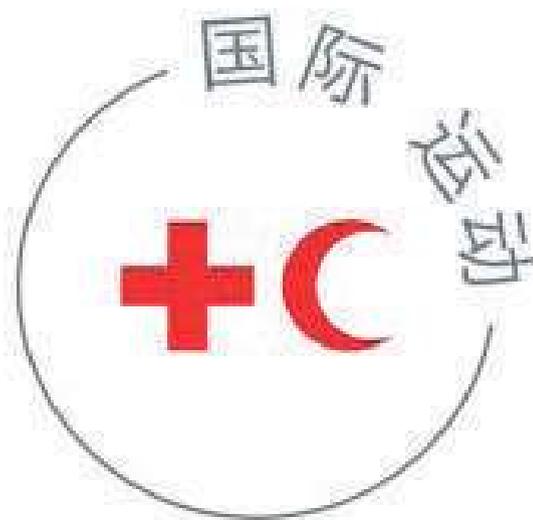
Essas entidades são regidas pelos princípios da humanidade, imparcialidade, neutralidade, independência, voluntariado, unidade e universalidade. Segundo ela, “as pessoas protegidas são aquelas que de modo neutro e imparcial prestam socorro às vítimas em tempo de conflito armado e sua proteção depende do respeito aos emblemas que as identificam. Portanto, importa em tempo de paz já protegê-los de modo razoável e, em tempo de guerra, intensificar essa proteção”.

No corpo do projeto, Bruna Furlan destaca que as proteções em tempo de conflito armado proíbem o método de guerra chamado de perfídia, quando um combatente, ou alguém hostil equivalente, se disfarça de pessoa protegida, utilizando por exemplo o símbolo da Cruz Vermelha, a fim de matar ou agredir outra pessoa.

“Com esse projeto pretendemos resgatar legislação histórica, que se perdeu com a revogação do Código Penal, e adequar o Brasil aos tratados internacionais por ele já ratificados, e proteger pessoas e bens que dedicam a sua vida a proteger outras em situações de grande perigo”, concluiu Bruna Furlan.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Movimento Internacional da Cruz Vermelha)



60 - Acordo permite aprovação de requerimentos e CREDN realizará diversas audiências públicas (04/10/2017)

Brasília – Acordo entre todos os partidos permitiu a aprovação de cinco requerimentos na quarta-feira, 4, pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados que realizará, nas próximas semanas, diversas audiências públicas. O entendimento foi costurado pela presidente da CREDN, Bruna Furlan (PSDB-SP), como forma de agilizar os trabalhos do Colegiado.

Segundo ela, “uma crise política ou dificuldades internas não podem impedir que avancemos na pauta. Hoje, os membros deram mais um exemplo da coesão que tem marcado os trabalhos da nossa Comissão e isso nos permitiu aprovar cinco requerimentos e iniciarmos a preparação dessas audiências públicas”, afirmou.

A CREDN organizará reuniões de audiência pública para discutir e avaliar os impactos da manutenção do acordo marítimo Brasil – Chile, de 1970; as negociações do Acordo de Livre Comércio MERCOSUL – União Europeia; o impacto da privatização do Sistema Eletrobras na segurança estratégica nacional, temas de interesse da agenda bilateral Brasil – Itália, e aspectos da Convenção Interamericana sobre a proteção dos Direitos Humanos da pessoa idosa.

Para tanto serão convidados especialistas, autoridades ministeriais e diplomatas brasileiros com o objetivo de prestarem esclarecimentos acerca dos respectivos temas.

Os requerimentos foram apresentados pelos deputados Cristiane Brasil (PTB-RJ), José Carlos Aleluia (DEM-BA), Jô Moraes (PCdoB-MG), Rubens Bueno (PPS-PR), Bruna Furlan (PSDB/SP) e Mara Gabrilli (PSDB-SP).

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



61 - Aprovado Estatuto do Centro de Estudos Estratégicos em Defesa (10/10/2017)

Brasília – A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira, 10, o Projeto de Decreto Legislativo que institui o Estatuto do Centro de Estudos Estratégicos em Defesa (CEED) com sede em Buenos Aires, Argentina. O CEED é parte integrante do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), um dos mecanismos da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL).

O Centro de Estudos Estratégicos em Defesa desempenha suas funções como um think tank de análise permanente para a identificação de desafios, fatores de risco e ameaça, oportunidades e cenários relevantes para a defesa e a segurança regionais e mundiais.

“Além disso, promove a atualização periódica de suas prioridades em programas de pesquisa e cooperação por meio da aprovação de um Programa Anual de Trabalho em seu Conselho Diretivo, acolhido por consenso. Todo o material produzido, bem como as bases de dados e normas é franqueado a seus principais usuários finais, os ministros da Defesa dos países da UNASUL”, explicou Bruna Furlan (PSDB-SP), relatora da matéria na CREDN.

A deputada recordou ainda que o CEED surge na busca por instrumentos que permitam à região forjar uma identidade sul-americana de defesa, baseada em valores e princípios comuns, tais como respeito à soberania; autodeterminação; integridade territorial; não intervenção; subordinação dos militares ao poder democraticamente constituído; prevalência dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, assim como a solução pacífica de controvérsias e igualdade entre os Estados, tendo em mente, ainda, as características específicas da geografia regional.

“Trata-se de um importante instrumento de geração de confiança entre as nossas Forças Armadas, bem como entre os especialistas civis em temas de defesa de toda a região. A aprovação deste Estatuto permitirá ao CEED executar as suas funções com muito mais propriedade para o benefício da comunidade de países que formam a UNASUL”, afirmou a deputada.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



62 - Aprovado parecer ao Estatuto do Turista na CREDN (10/10/2017)

Brasília – Com o propósito de “garantir ao turista um lugar de destaque no contexto da atividade turística; e assegurar a efetivação de direitos fundamentais da pessoa humana a todo turista em visita pelo país”, o deputado Francisco Floriano (DEM-RJ) apresentou o projeto de lei que institui o Estatuto do Turista, aprovado nesta quarta-feira, 10, na CREDN que acatou parecer do deputado Cabuçu Borges (PMDB-AP).

O autor da proposição destacou a importância do turista para o desenvolvimento econômico e social das nações e revelou que, em 2015, mais de 6 milhões de estrangeiros visitaram o Brasil, “onde não existe uma Lei dispondo, especificamente, sobre o turista, enquanto pessoa física no exercício do direito subjetivo de todo cidadão ao lazer e ao descanso”. Floriano informou ainda que o Estatuto do Turista surge no momento em que o governo anuncia a implementação do Programa Nacional de Fomento ao Turismo.

De acordo com Cabuçu Borges, “caracterizado como ramo das ciências sociais e não econômicas, é importante ressaltar que a razão para o surgimento do turismo se dá através da economia, pelo fato de interferir na balança comercial”.

Ele acrescentou ainda que “há de se ratificar todas as considerações feitas pelo autor da proposição, pois o Brasil, com tantos encantos, não só para os turistas estrangeiros que nos visitam, mas também para os brasileiros que resolvem conhecer as nossas belezas, precisa, urgentemente, reforçar a estrutura de apoio ao turista em vários aspectos, inclusive no que diz respeito a sua segurança jurídica”, concluiu Borges.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Agência Câmara)



63 - Comissão discute Convenção para a Segurança de Contêineres (10/10/2017)

Brasília – A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira, 10, emenda ao texto da Convenção Internacional para a Segurança de Contêineres, de 1972, adotada durante conferência internacional realizada em Londres, em 2 de dezembro daquele ano. O Brasil tornou-se signatário da Convenção em abril de 1992.

O deputado Vanderlei Macris (PSDB-SP), relator da mensagem, afirmou que não cabe à CREDN o exame das regras técnicas sobre a segurança dos contêineres, mas sim seu aspecto internacional. “O governo brasileiro encaminhou ao Congresso mensagem de 1990, do texto da Convenção. Após apreciação pelas duas Casas, o texto foi aprovado e transformado no Decreto Legislativo em 1991. Entretanto, após a ratificação, o Brasil jamais promulgou o texto. Estivemos por 25 anos obrigados internacionalmente a seguir determinadas regras de segurança internacional sem nenhum conhecimento dos setores responsáveis, empresários e trabalhadores sobre a matéria”, advertiu.

De acordo com a Organização Marítima Internacional, em 1960 houve um aumento substancial de contêineres fretados para circulação internacional de bens. Já em 1967, a Organização iniciou estudos sobre a segurança do uso de contêineres no transporte marítimo. Durante os estudos, tornou-se óbvio que o contêiner era o elemento mais importante a ser considerado.

Em cooperação com a Comissão Econômica para a Europa, a OMI desenvolveu um rascunho sobre o tema e, logo em 1972, finalizou a Convenção, a qual foi adotada em uma conferência conjunta da Organização das Nações Unidas e da Organização Marítima Internacional, ocorrida no mesmo ano. O instrumento entrou em vigor cinco anos depois, em 1977.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Arquivo Pessoal do Deputado)



64 - CREDN aprova projeto que concede licença-paternidade para pai militar (10/10/2017)

Brasília – A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira, 10, parecer da deputada Bruna Furlan (PSDB-SP) ao projeto de lei que concede ao pai militar o direito a usufruir de licença-paternidade de 20 dias consecutivos. “A medida permitirá que o militar que acaba de ser pai possa dar a assistência devida a sua esposa e a seus filhos recém-nascidos. Propiciará, também, a isonomia com os servidores públicos civis, que já gozam desse direito”, afirmou a deputada.

Segundo ela, “todo e qualquer projeto de lei que vise valorizar a família militar, em nossa visão, merece prosperar e bem rápido. Isso, porque nossos militares enfrentam as mais duras adversidades em seu trabalho diuturno, que se dá desde as mais longínquas terras de nosso globo terrestre, como a Antártida, a África ou Ásia, até as mais perigosas regiões do nosso próprio país”, explicou.

Na sua avaliação, prestigiar as famílias dos militares contribuirá para que esses profissionais se sintam ainda mais reconhecidos pelo Estado brasileiro e mais motivados para o cumprimento de suas mais variadas e arriscadas missões.

“Com a transformação dessa proposição em norma jurídica, o Parlamento contribuirá para que seja aumentada a eficiência da necessária retenção de talentos que, no caso particular da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira, é algo extremamente sensível e importante em vista de suas peculiaridades organizacionais”, reconheceu Bruna Furlan.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulvida)



65 - CREDN aprova Acordo de Serviços Aéreos Brasil – União Europeia (10/10/2017)

Brasília – Com parecer da deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira, 10, o Acordo Brasil – União Europeia sobre Certos Aspectos dos Serviços Aéreos, assinado em Brasília, em 14 de julho de 2010. “O Acordo atende aos interesses nacionais, na medida em que visa a manter a prestação dos relevantes serviços regradados pelos acordos de serviços aéreos firmados entre o Brasil e Estados-Membros da União Europeia, adequando-os às normas recentes e afetas do direito comunitário europeu”, explicou a deputada.

Ainda segundo ela, dado o caráter supranacional do direito aeronáutico comunitário, seria de se esperar que o regramento dos serviços aéreos prestados entre membros da União Europeia e terceiros países fosse afetado, visto que os usuais acordos de serviços aéreos dispõem de dispositivos que condicionam a aceitação das designações de empresas aéreas feitas por uma parte ao seu efetivo controle pela outra parte na avença ou por seus nacionais.

Nesse contexto, em 2002, a Corte de Justiça da União Europeia decidiu que ferem a legislação comunitária todos os acordos de serviços aéreos firmados por seus membros com terceiros países que permitem a designação de empresas aéreas somente se essas forem de propriedade ou controladas pelas partes signatárias ou por seus nacionais. Desse modo, a evolução do mercado de serviços aéreos no âmbito da União Europeia evoluiu para um mercado único que passou a não mais se coadunar com algumas cláusulas usuais em acordos da espécie

“Trata-se da negociação direta do Estado brasileiro com a União Europeia, formalizada em um “acordo horizontal”, com vistas às citadas alterações nos acordos de serviços aéreos firmados pelo Brasil com pouco mais de uma dezena de Estados-Membros daquele bloco, vigentes ou por vigerem”, concluiu.

De acordo com a Comissão Europeia, 340 acordos de serviços aéreos bilaterais foram alterados um a um, envolvendo 73 terceiros Estados, ao passo que 670, envolvendo 41 terceiros Estados e uma organização regional, foram alterados por meio das ditas negociações horizontais.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulvida)



66 - Comissão aprova projetos de lei sobre segurança pública (18/10/2017)

Brasília – A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira, 18, três projetos de lei que buscam harmonizar e atualizar os Códigos Penal e de Processo Penal Militar, em face de institutos já consagrados no CP e no CPP e também na jurisprudência pátria.

Com parecer do deputado Subtenente Gonzaga, foi aprovado projeto de lei que estabelece a possibilidade de aplicação de tratamento ambulatorial ao inimputável ou semi-imputável que praticou fato previsto como crime punível com detenção. A CREDN também acatou parecer do deputado Rocha (PSDB-AC) ao projeto de lei que determina a aplicação das disposições relativas às medidas cautelares previstas no Código de Processo Penal.

Também de relatoria do deputado Rocha, o Colegiado aprovou parecer ao projeto que altera artigo do Código Penal Militar, para tornar expressa a necessidade de instauração de procedimento judicial específico para fins de declaração da reforma ou exclusão e praças condenados a penas privativas de liberdade superior a dois anos.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



67 - Aprovado o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos Brasil - Colômbia (18/10/2017)

Brasília – A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, aprovou na quarta-feira, 18, o texto do Acordo de Cooperação e facilitação de Investimentos (ACFI) firmado entre Brasil e Colômbia em outubro de 2015. O documento chegou à CREDN em 17 de agosto e recebeu parecer favorável da deputada Bruna Furlan (PSDB-SP).

Segundo ela, “este tratado tem por finalidade incentivar o investimento mútuo, mediante o estabelecimento de um mecanismo de diálogo intergovernamental, a ser desempenhado por um Comitê Conjunto bilateral, que contará com o apoio dos Pontos Focais Nacionais ou “ombudsmen”. Para tanto, prevê um conjunto de garantias e de estímulo aos investidores das Partes, como a discussão e o compartilhamento de oportunidades de investimento, o acesso à Justiça e aos órgãos administrativos, mecanismos de prevenção e solução de controvérsias, entre outros”, explicou.

Ainda de acordo com a presidente da CREDN, “ao contrário dos antigos acordos bilaterais de promoção e proteção de investimentos (APPI), celebrados pelo Brasil ao longo da década de 90, os ACFI assinados a partir de 2015 não estatuem qualquer privilégio ou tratamento diferenciado para os investidores estrangeiros em relação aos nacionais”.

O acordo com a Colômbia foi o primeiro instrumento do gênero firmado com um país sul-americano e assemelha-se a outros tratados bilaterais que o Brasil assinou, em 2015, com Moçambique, México, Angola, e Maláui, todos já ratificados pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, em 2016.

“Além disso, a Colômbia tem sido um exemplo em termos de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento. Com os acordos de paz firmados com as FARC e em negociação com o Exército de Libertação Nacional (ELN), o ambiente para investimentos se consolida e o Brasil e a integração regional têm muito a ganhar com isso”, destacou Bruna Furlan.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



68 - Acordo em matéria aduaneira Brasil – Noruega passa na CREDN (18/10/2017)

Brasília – Com parecer do deputado Luiz Lauro Filho (PSB-SP), a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, aprovou na quarta-feira, 18, o texto do Acordo de Assistência Mútua Administrativa entre Brasil e o Reino da Noruega em Matéria Aduaneira, assinado em Oslo, em 19 de dezembro de 2012.

De acordo com Luiz Lauro Filho, “o tratado tem como principal objetivo promover a cooperação entre as Administrações Aduaneiras de cada país para garantir a aplicação correta da legislação aduaneira e a segurança da cadeia logística internacional, bem como para prevenir, detectar, investigar e combater infrações aduaneiras”.

Além disso, o instrumento trata, igualmente, da prevenção e repressão às infrações aduaneiras e ao tráfico ilícito de drogas narcóticas e substâncias psicotrópicas e de certas espécies ameaçadas de extinção, listadas na Convenção de Washington (CITES).

“No que concerne a regras internacionais de controle aduaneiro, os dois países fazem parte da Organização Mundial das Aduanas (OMA) à qual expressaram, em junho de 2005, a sua intenção comum de adotar as recomendações daquele organismo e de acolher os seus critérios para assegurar e facilitar o comércio internacional”, explicou o deputado.

Luiz Lauro Filho assinalou ainda que “os dois países são comprometidos com a paz, os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável e mantêm diálogo político sobre questões da agenda internacional. Na esfera de atuação das Nações Unidas, Brasil e Noruega têm tido posições convergentes, em temas como paz e segurança, democracia, direitos humanos, saúde, mudança do clima e desenvolvimento sustentável”, concluiu.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



69 - Aprovado o Acordo de Céus Abertos para os países da Comissão Latino-Americana de Aviação (31/10/2017)

Brasília – Com parecer do deputado Celso Russomano (PRB-SP), a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados aprovou o Acordo de Céus Abertos para os países da Comissão Latino-Americana de Aviação (CLAC), celebrado em Brasília, em 8 de novembro de 2012. O acordo incorpora e unifica princípios e normas consagrados pelos atos internacionais bilaterais do gênero.

De acordo com o parlamentar, “a implementação dos princípios e normas consagrados por este acordo afeta positivamente o MERCOSUL, pois deverá favorecer significativamente o desenvolvimento das condições atuais do transporte aéreo regional de passageiros e cargas. O acordo é benéfico ao MERCOSUL tanto do ponto de vista econômico e comercial como em termos operacionais, sobretudo se considerada a importância da cooperação internacional para a gestão do setor aéreo, haja vista a complexidade das atividades envolvidas na prática da aviação, na administração da infraestrutura aeroportuária, na logística, no transporte de mercadorias e suas importantes repercussões sobre a livre circulação de pessoas e para o comércio internacional na região”, explicou.

A CLAC é a principal organização internacional de cooperação multilateral latino-americana em matéria de aviação civil e transporte aéreo internacional de passageiros e cargas. Conforme dados da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), o seu objetivo é prover às autoridades de aviação civil da região de estrutura adequada para a cooperação e coordenação das atividades relacionadas à aviação civil. “O Brasil é um dos membros mais ativos da CLAC.

Atualmente, somos o ponto focal do tema “segurança operacional”, tendo sido responsável por elaborar e propor o Planejamento Estratégico da organização para o período de 2016-2025”, afirmou Russomano.

O Brasil também coordena o Grupo Permanente de Gestão da Comissão, formado por Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Guatemala, Nicarágua, Peru e República Dominicana.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



70 - CREDN aprova o Acordo de Cooperação Educacional Brasil – Belarus (31/10/2017)

Brasília – A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira, 31, o texto do Acordo de Cooperação Educacional firmado por Brasil e Belarus em São Paulo, em 13 de agosto de 2015. O parecer favorável é do deputado Cabuçu Borges (PMDB-AP).

Segundo ele, “os dois países irão desenvolver relações diretas entre as instituições de ensino; o intercâmbio de docentes e de estudantes de graduação e de pós-graduação; e o intercâmbio de materiais didáticos e metodológicos, livros, periódicos e outros materiais de estudo relativos aos diferentes aspectos da atividade educacional”.

Cabuçu Borges explicou ainda que os dois países realizarão consultas sobre o reconhecimento dos certificados educacionais, estimularão o conhecimento da língua, cultura, história, literatura, geografia, costumes e tradições da outra parte, bem como incentivarão o intercâmbio de especialistas.

De acordo com os ministérios das Relações Exteriores e da Educação, esse “é o primeiro instrumento assinado entre os dois países no campo da cooperação educacional, e estabelece como compromisso principal fomentar as relações entre os países, com vistas a contribuir para o desenvolvimento do ensino em todos os seus níveis e modalidades”.

As relações diplomáticas entre Brasil e Belarus foram estabelecidas em 1992, logo após a independência do país em agosto de 1991. Desde então, o Brasil firmou seis compromissos internacionais com a Belarus, entre os quais o Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço, de 2004; e o Memorando de Entendimento para a Criação da Comissão Conjunta Brasileiro-Belarussa de Cooperação Econômica, de 2017. O Acordo de Cooperação Educacional foi assinado em 13 de agosto de 2015, por ocasião da visita ao Brasil do ministro da Educação da República da Belarus, Mikhail Zhuravkov.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



71 - Acordo MERCOSUL – UE é tema de discussões entre membros da CREDN e eurodeputados (01/11/2017)

Brasília – As negociações em torno do Acordo de Livre Comércio MERCOSUL – União Europeia foi tema de discussões entre membros da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados e integrantes do Parlamento Europeu na terça-feira, 31. Ambos os lados defenderam a assinatura do tratado ainda em 2017, apesar de alguns entraves quanto aos temas agrícolas.

Na avaliação da presidente da CREDN, Bruna Furlan (PSDB-SP), “a União Europeia e o MERCOSUL negociam desde 1999 e após anos de estagnação, retomaram o diálogo que tem avançado. É preciso que ambos os lados tomem a decisão política de concluir este processo e que o mesmo seja benéfico não apenas para os dois blocos, mas para o sistema multilateral como um todo”, afirmou.

Na próxima semana, negociadores das duas partes voltam a reunir-se em Brasília. Há a previsão de uma última rodada de negociações antes do final do ano em Bruxelas. “É normal que haja divergência em torno de um tratado complexo como este, mas não podemos permitir que as negociações sejam contaminadas por aspectos ideológicos”, assinalou a deputada. “O MERCOSUL quer avançar em uma agenda positiva que o fortaleça ainda mais como mecanismo de integração e a União Europeia olha para o mapa do mundo e enxerga em nós uma região com enorme potencial econômico, comercial e político”, explicou.

Segundo o eurodeputado português Fernando Ruas, “sou um entusiasta do acordo com o MERCOSUL. Faço votos que os obstáculos que ainda possam surgir sejam removidos naturalmente para o bem dos dois”. Ele preside o Grupo Parlamentar UE – Brasil. Já o presidente da delegação para as relações com o MERCOSUL, deputado Francisco Assis, reconheceu que é preciso superar a resistência de alguns países europeus, sobretudo em relação a produtos agrícolas. No entanto, afirmou que acredita em um consenso.

“De fato, há estados membros muito empenhados na concretização desse acordo e há outros com mais reserva, justamente por terem setores agrícolas criando algumas dificuldades. Mas estou convencido de que no final todos os obstáculos serão removidos e que nós acabaremos por concretizar um acordo que é do melhor interesse para UE e para o MERCOSUL”, destacou.

Para Eduardo Barbosa (PSDB-MG), presidente do Grupo Parlamentar Brasil – UE, “um acordo como este terá impactos em muitas outras áreas. Não estará circunscrito apenas ao comércio. Portanto, precisamos manter o diálogo de alto nível. Além disso, há um componente político que guarda relação com valores e políticas públicas que aproximam a União Europeia e o MERCOSUL e não podem ficar em segundo plano”, afirmou.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



72 - Aprovado Acordo de Serviços Aéreos Brasil - Paraguai (08/11/2017)

Brasília – A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) aprovou, na quarta-feira, 8, o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos firmado entre Brasil e Paraguai, em junho de 2016. O parecer da deputada Bruna Furlan (PSDB-SP) foi acatado por unanimidade. “O compromisso internacional visa a regulamentar a exploração dos serviços aéreos entre e além dos territórios dos dois países”, destacou a presidente da CREDN.

Segundo ela, trata-se de um acordo do tipo “céus abertos” (open skies), que confere maior grau de liberdade às operações das empresas aéreas designadas pelas Partes, sobretudo na vertente comercial, na esteira dos recentes instrumentos do gênero assinados pelo Governo brasileiro, e que estimula a livre concorrência entre as empresas aéreas e proíbe a adoção de medidas tarifárias discriminatórias.

“Além disso, o acordo está inserido no contexto do fortalecimento do processo de integração regional. O Brasil tem o Paraguai como um parceiro estratégico com o qual trabalha no âmbito do MERCOSUL e bilateralmente. Este tratado irá impulsionar os negócios e sua implementação impactará positivamente ambas as economias”, afirmou a deputada.

Embora liberal quanto aos aspectos comerciais, o acordo é rígido e minucioso no que se refere à segurança operacional e da aviação. Nesse sentido, diversos dispositivos indicam a preocupação tanto do Brasil quanto do Paraguai em alinhar o instrumento às convenções internacionais que versam sobre a segurança das instalações aeronáuticas, tripulações, operações de aeronaves e demais normas aplicáveis à segurança da aviação.

“O acordo atende ao objetivo dos dois países de contribuir para o desenvolvimento da aviação civil internacional, estando, também, em consonância com os princípios constitucionais que regem as relações internacionais brasileiras, em particular o princípio da cooperação”, concluiu.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



73 - CREDN ratifica acordo Brasil – Argentina que põe fim à dupla tributação (08/11/2017)

Brasília – A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) aprovou, na quarta-feira, 8, o texto do AcBrasília – Com parecer favorável da presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), Bruna Furlan (PSDB-SP), foi aprovado nesta quarta-feira, 8, o Protocolo de Emenda à Convenção firmada por Brasil e Argentina, em 21 de julho deste ano, destinada a evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda.

O Protocolo de Emenda tem como objetivo o ajuste e aperfeiçoamento do texto da Convenção assinada pelos dois países em 17 de maio de 1980, de modo a adaptá-la a um contexto caracterizado por crescente intercâmbio comercial e internacionalização de empresas. “Neste sentido, as mudanças introduzidas pelo Protocolo, além de aprofundar o processo de eliminação da dupla tributação, contemplam uma maior cooperação entre as administrações tributárias dos dois países, particularmente com relação à troca de informações para facilitar o combate de práticas deletérias de planejamento tributário e, conseqüentemente, a elisão fiscal”, explicou a deputada.

Na sua avaliação, além de intensificar os mecanismos para eliminar ou reduzir substancialmente a dupla tributação, em consonância com os termos de outros acordos bilaterais na área firmados pelo Brasil, o texto avança em mecanismos de troca de informações e cooperação entre as autoridades tributárias de Brasil e Argentina, para facilitar o combate a fraudes e as práticas agressivas de planejamento tributário.

“Além disso, incorpora compromissos internacionais acatados pelo Brasil no âmbito da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), relacionados também com o combate à erosão da base tributária, propiciadas pelo chamado planejamento tributário agressivo”, assinalou.

A deputada destacou ainda que a matéria é parte do processo de identificação dos entraves que inibem o comércio bilateral e, nesta direção, elogiou o trabalho realizado pelos embaixadores do Brasil em Buenos Aires, Sérgio Danese, e da Argentina em Brasília, Carlos Magariños.

Vice-presidente do Grupo Parlamentar Misto de Amizade Brasil – Argentina, Bruna Furlan afirmou que o Protocolo irá favorecer a intensificação dos fluxos de investimento entre ambos, “evitando, por exemplo, que a mesma operação seja tributada nos dois países”.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



74 - Aprovados acordos de Defesa e Serviços Aéreos do Brasil com Cabo Verde (08/11/2017)

Brasília – A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) aprovou na quarta-feira, 8, os acordos de cooperação em Defesa e sobre Serviços Aéreos, firmados entre Brasil e Cabo Verde em outubro de 2016. Para tanto, foram acatados os pareceres favoráveis dos deputados Milton Monti (PR-SP) e Vanderlei Macris (PSDB/SP), na qualidade de relator substituto, e Alexandre Leite (DEM-SP).

“Sob o ponto de vista da Defesa, nota-se a ênfase em medidas de cooperação que promovem o desenvolvimento de uma visão compartilhada entre Brasil e Cabo Verde por meio da realização de ações conjuntas de educação, pesquisa e desenvolvimento tecnológico no campo militar”, afirmou Milton Monti em seu parecer, subscrito pelo deputado Vanderlei Macris.

O acordo prevê a cooperação em termos de preparo do pessoal militar, nas ações de planejamento, apoio logístico e aquisição de produtos e serviços, “o que fortalecerá as instituições e a indústria de material de emprego militar. Além disso, a previsão de que haverá uma Comissão bilateral nos parece a forma mais adequada de prover a devida dinâmica no processo decisório em relação ao planejamento e realização das ações de cooperação”, reconheceram os deputados.

Serviços Aéreos

Alexandre Leite afirmou que o Acordo sobre Serviços Aéreos firmado entre Brasil e Cabo Verde “irá sedimentar as relações bilaterais no que tange ao comércio e turismo”, e lembrou que o Brasil tem firmado tratados desta natureza com diferentes países.

Cabo Verde é um país insular e lusófono, com cerca de 4 mil km² e 500 mil habitantes. Para o Brasil, trata-se de um “parceiro preferencial”, tanto por falar a mesma língua como pelo fato de estar pronto para receber cooperação. De acordo com o Itamaraty, Cabo Verde é atualmente um dos maiores parceiros do Brasil em projetos desenvolvidos principalmente com recursos da Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

“O nosso país tem relevante histórico de celebração de acordos internacionais sobre transportes aéreos que buscam, entre outras coisas, impulsionar os mais variados setores da economia e que impactam diretamente no desenvolvimento comum”, apontou o parlamentar.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



75 - Projeto que protege emblema da Cruz Vermelha é aprovado na CREDN (08/11/2017)

Brasília – O Projeto de Lei que dispõe sobre o uso e proteção do emblema da Cruz Vermelha, do Crescente Vermelho e do Cristal Vermelho, em conformidade com o Direito Internacional, foi aprovado na quarta-feira, 8, pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados. A proposta, de autoria da deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), recebeu parecer favorável do deputado Orlando Silva (PCdoB-SP).

Bruna Furlan explicou que o direito internacional humanitário protege pessoas e bens em situações de conflitos armados, o que o faz, dentre outras medidas, mediante o uso de emblemas, como é o caso da Cruz Vermelha, do Crescente Vermelho e do Cristal Vermelho. “É importante que a legislação nacional proteja, em todas as circunstâncias, esses emblemas. São entidades regidas pelos princípios da humanidade, imparcialidade, neutralidade, independência, voluntariado, unidade e universalidade”, explicou.

Ainda de acordo com a presidente da CREDN, pessoas protegidas são aquelas que de modo neutro e imparcial prestam socorro às vítimas em tempo de conflito armado e sua proteção depende do respeito aos emblemas que as identificam. “Dentre as proteções em tempo de conflito armado está a de proibir o método de guerra chamado de perfídia, que é aquele em que um combatente, ou alguém hostil equivalente, se disfarça de pessoa protegida, utilizando, por exemplo, o símbolo da Cruz Vermelha, a fim de matar ou agredir”, acrescentou.

Em seu parecer, Orlando Silva, assinala que “a distinção entre pessoal, unidades e equipamento combatentes, de um lado, e serviços médicos das Forças Armadas, do outro, é elemento essencial para o desempenho da missão de assistência sanitária aos não combatentes vitimados pelo conflito”.

O PL visa dar cumprimento a obrigações internacionais a que o Brasil está vinculado por força da participação nas Convenções de Genebra de 1949 e Protocolos Adicionais de 1977 e 2005, “e tendo presente a importância da proteção aos emblemas, denominações e símbolos distintivos necessários ao cumprimento das funções de assistência humanitária neutra e imparcial em tempos de paz e, sobretudo, em tempos de conflitos armados”, concluiu o parlamentar.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



76 - CREDN discute acordo marítimo Brasil – Chile e CNI pede denúncia do tratado (21/11/2017)

Brasília – A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados discutiu na terça-feira, 21, em audiência pública conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, a possível denúncia do acordo de transporte marítimo Brasil – Chile pedido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). O evento atendeu a requerimento da deputada Cristiane Brasil (PTB-RJ).

Segundo ela, “O acordo foi assinado em 1975, quando os países firmavam tratados baseados na reserva de carga para armadores domésticos, com intuito de promover e ampliar as marinhas mercantes nacionais. No entanto, as profundas transformações no mercado de navegação decorrentes do processo de containerização, concentração e fusão de empresas, levaram a grande maioria dos países – inclusive o Brasil – a abandonar ou flexibilizar o uso desse tipo de instrumento”, explicou.

De acordo com o Diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Eduardo Abijaodi, “no início da década de 90, a política de reserva de carga foi desmontada no Brasil e no mundo. Em 1991, quando o Brasil eliminou a grande maioria das reservas de mercado no transporte marítimo, ocorreu uma forte queda nos preços. Os fretes Santos-Rotterdam caíram de US\$ 4,5 mil para US\$ 1,8 mil por contêiner”.

Ele revelou ainda que o Peru denunciou unilateralmente o acordo de reserva de mercado que mantinha com o Brasil em 1994. Atualmente, restam apenas três acordos de reserva com Argentina, Chile e Uruguai.

Estudo realizado pela FGV mostra que, sem o acordo, os fretes seriam 45% menores e o Brasil aumentaria as exportações para o Chile em cerca de US\$ 342 milhões por ano, o que representa 8,4% da exportação atual. Ainda de segundo a CNI, o acordo em vigor causa prejuízo a mais de cinco mil empresas exportadoras e importadoras brasileiras. O Chile é o segundo maior parceiro comercial do Brasil na América do Sul.

“O acordo marítimo Brasil - Chile prevê que só empresas de bandeira brasileira ou chilena podem operar na rota. Mas o comércio está, na prática, restrito a duas empresas, o que reduz a competição e disponibilidade de navios. Pelo menos outros seis armadores com interesses em transportar mercadorias entre os dois países estão impedidos de operar na rota. Do ponto de vista brasileiro, o acordo é ainda mais nocivo, já que nos últimos anos a participação da bandeira nacional no comércio respondeu, em média, por 15% dos casos, ficando 85% do tráfego em mãos da bandeira chilena”, destacou Cristiane Brasil.

Em setembro de 2016, a CAMEX aprovou a denúncia do acordo, mas o ministério dos Transportes pediu prazo para apresentar novo estudo sobre a matéria. Em julho, a mesma CAMEX decidiu aguardar até 7 de janeiro de 2020 quando o acordo perde vigência e não deverá ser renovado.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Agência Câmara)



77 - Aprovado acordo de cooperação em Defesa Brasil - Jamaica (21/11/2017)

Brasília – A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) aprovou na quarta-feira, 22, Acordo-Quadro entre Brasil e Jamaica sobre Cooperação em Matéria de Defesa, com parecer favorável do deputado Heráclito Fortes (PSB-PI). O tratado foi assinado em Kingston, em 13 e fevereiro de 2014 e enviado à Câmara dos Deputados em 21 de agosto deste ano.

De acordo com o parlamentar, sob o ponto de vista da Defesa Nacional, nota-se a ênfase em medidas de cooperação que promoverão o desenvolvimento de uma visão compartilhada em relação à defesa entre Brasil e Jamaica, por meio da realização de visitas mútuas, intercâmbio de instrutores e alunos, participação em cursos e eventos acadêmicos, culturais e desportivos, cooperação relacionada a materiais e serviços de defesa, além de assistência humanitária.

“Entendemos que essas medidas são fundamentais para que ambos os países possam preparar suas Forças Armadas para colaborar em termos do preparo do pessoal militar e intercâmbio de conhecimentos, nas ações de pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico, aquisição de produtos e serviços e assistência humanitária, o que fortalecerá as instituições e a amizade entre os países signatários”, assinalou.

Pelo acordo, Brasil e Jamaica irão promover a cooperação com ênfase nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, de apoio logístico e de aquisição de produtos e serviços de defesa; compartilhar conhecimentos e experiências adquiridas em operações das Forças Armadas, incluindo operações internacionais de manutenção da paz, bem como em uso de equipamento militar nacional e estrangeiro; compartilhar conhecimentos nas áreas da ciência e tecnologia; promover ações conjuntas de treinamento e instrução militar, em exercícios militares conjuntos, assim como o intercâmbio de informações relacionadas a esses assuntos; colaborar em assuntos relacionados a sistemas e equipamentos no campo da defesa; e cooperar em outras áreas no domínio da defesa que possam ser de interesse comum para ambos os países.

“Essa cooperação para a defesa é usual entre os países e, no nosso caso, muito mais relevante se torna quando celebrada entre Estados que fazem parte das Américas, de modo especial América Latina e Caribe”, ressaltou o deputado.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Zeca Ribeiro)



78 - Reconhecimento Mútuo da Cachaça e da Tequila passa na CREDN (22/11/2017)

Brasília – Foi aprovado na quarta-feira, 22, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados o texto do Acordo para o Reconhecimento Mútuo da Cachaça e da Tequila como Indicações Geográficas e Produtos Distintivos do Brasil e do México, respectivamente, celebrado na Cidade do México, em 25 de julho de 2016. O texto contou com parecer favorável da deputada Jô Moraes (PCdoB-MG).

O acordo pretende ainda fornecer os meios legais necessários para prevenir o uso indevido dos nomes Cachaça e Tequila; garantir a comercialização de Cachaça e da Tequila em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis em ambos os Estados; e reforçar a cooperação e o intercâmbio de informações entre as Partes com relação à qualidade, inocuidade e originalidade da Cachaça e da Tequila.

Segundo Jô Moraes, “a Cachaça e a Tequila, bebidas destiladas tradicionais do Brasil e do México, consistem em verdadeiros ícones da cultura desses dois países e devem suas características peculiares e identidade aos processos tradicionais de cultivo, fermentação, destilação, armazenamento e envelhecimento e às propriedades únicas dos locais de produção”, afirmou.

Ainda de acordo com a deputada, “como forma de preservação da integridade, qualidade, inocuidade e originalidade desses produtos nacionais, os dois países têm empreendido esforços para garantir sua designação como indicações geográficas protegidas”, acrescentou.

Indicações Geográficas identificam um produto como originário do território de um Estado, ou região ou localidade deste território, quando determinada qualidade, reputação ou outra característica do produto seja essencialmente atribuída à sua origem geográfica.

A Tequila é protegida em mais de 46 países, incluindo os Estados Unidos (por meio do NAFTA), maior mercado consumidor, e a União Europeia, segundo maior importador do produto. A história de valorização da bebida é considerada um exemplo de sucesso na organização do setor produtivo e no seu reconhecimento internacional como denominação de origem. Do outro lado, o México será o terceiro país a reconhecer a Cachaça como um destilado exclusivo do Brasil, somando-se aos Estados Unidos e à Colômbia.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Zeca Ribeiro)



79 - Aprovada a criação do Prêmio Monteiro Lobato de Literatura com Portugal (22/11/2017)

Brasília – O Texto do Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta assinado entre o Brasil e Portugal, que cria o Prêmio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude, foi aprovado na quarta-feira, 22, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados. O protocolo recebeu parecer favorável da deputada Bruna Furlan (PSDB-SP).

Firmado em Salvador, em 5 de maio deste ano, o prêmio é uma homenagem ao pai da literatura infantil e juvenil brasileira, criador do Sítio do Pica-Pau Amarelo, referência para o imaginário e a fantasia de crianças e jovens. Para a deputada, “todo e qualquer esforço, no sentido de estimular a leitura e a produção intelectual destinada ao público infanto-juvenil, tornam-se sobremodo importantes”.

Bruna Furlan destacou ainda a importância do prêmio para o fortalecimento da língua portuguesa como mecanismo de aproximação entre os povos. Aproximadamente 250 milhões de pessoas no mundo falam português, dos quais 80% está no Brasil.

“Há significativa necessidade de incentivo à alfabetização funcional e à leitura, aspectos que, certamente, serão abordados mais à frente. Do lado brasileiro, como o país onde reside a maior população lusófona e no qual os índices de analfabetismo funcional impressionam e preocupam, a homenagem a José Bento Monteiro Lobato surge em momento necessário, no sentido de estimular o resgate do hábito da leitura entre crianças e jovens, como ferramenta libertadora do processo de pensar, analisar e saber posicionar-se”, explicou.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Luis Macedo)



80 - Aprovada a criação do Fundo MERCOSUL Cultural (22/11/2017)

Brasília – Com parecer favorável da deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira, 22, o texto da decisão do Conselho Mercado Comum, de 16 de dezembro de 2010, que cria o Fundo MERCOSUL Cultural. “Trata-se de iniciativa que visa fomentar o desenvolvimento de atividades culturais com vistas a fortalecer o processo de integração”, afirmou a deputada.

Na sua avaliação, “além da relevância, em si, do fomento e financiamento de atividades culturais, cumpre destacar a importância da medida também em razão de sua característica de ação cooperativa dos Estados Partes, em função dos benefícios que a iniciativa certamente trará para o complexo processo de integração regional”, explicou.

Para Bruna Furlan, o sucesso da formação do MERCOSUL depende da compreensão de que não se trata de um processo estritamente econômico e comercial, mas que deve partir de uma concepção que considera a necessidade e a importância da integração em outras esferas.

“Nesse contexto, impõe-se a necessidade de promoção da integração também nos âmbitos social e cultural, conceito este já incorporado pelos governos dos quatro países, o que resultou em vários instrumentos internacionais já examinados”, lembrou.

Educação

Também com parecer da presidente da CREDN, aprovou-se o texto do Protocolo de Integração Educativa e Reconhecimento de Certificados, Títulos e Estudos de Nível Primário/Fundamental/Básico e Médio/Secundário entre os Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados, firmado em San Juan, Argentina, em 2 de agosto de 2010.

O Protocolo está em vigor desde abril de 2015, para Argentina e Equador, e, atualmente, também para Bolívia e Venezuela. Quando todos os nove signatários tiverem ratificado esse instrumento, os dois protocolos, de 1994 e de 2002, serão revogados.

“A questão do reconhecimento de títulos de nível superior entre as instituições de ensino regionais tem se revelado desafiadora para as autoridades do MERCOSUL. Já o reconhecimento de certificados e títulos de níveis fundamental e médio, tem sido implementada com mais eficácia, dada a sua menor complexidade”, destacou Bruna Furlan.

Este texto conta com dispositivos similares aos constantes dos protocolos anteriores e visa a garantir aos estudantes de níveis fundamental e médio o prosseguimento dos estudos com o acesso ao nível superior ou a simples mobilidade regional, conforme a Tabela de Equivalência que será constantemente atualizada. “Para tanto, as Partes comprometem-se a reconhecer os referentes diplomas, títulos e estudos expedidos por instituições educativas de gestão pública ou privada, oficialmente reconhecidas, conforme as normas estabelecidas”, concluiu a deputada.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Billy Boss)



81 - Aprovado na CREDN texto do Código Aduaneiro do MERCOSUL (22/11/2017)

Brasília – O texto do Código Aduaneiro do MERCOSUL celebrado em San Juan, em 2 de agosto de 2010, foi aprovado na quarta-feira, 22, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, com parecer do deputado Cabuçu Borges (PMDB-AP).

Segundo ele, “o Código Aduaneiro do MERCOSUL foi concebido com o objetivo de instituir uma legislação comum no âmbito regional, promovendo a harmonização das normas nacionais, de modo a permitir aos Estados Partes do bloco ampliar a cooperação e o concerto de ações em matéria aduaneira e, desta forma, promover e tornar mais ágil o comércio intrabloco”.

Em seu voto, o parlamentar assinalou que, tendo em vista o objetivo maior, consignado no Tratado de Assunção, de formação de um mercado comum, os Estados Partes do MERCOSUL adotaram, desde a criação do bloco econômico, uma estratégia de avanço gradual e inexorável para superar sucessivos estágios de integração comercial e econômica.

“Após a formação inicial de uma zona de livre comércio e, posteriormente, com a adoção de uma Tarifa Externa Comum, passando à fase, ainda não completamente aperfeiçoada, de constituição de uma União Aduaneira, o MERCOSUL vem há décadas seguindo seu destino, passo a passo, após vários avanços e retrocessos, rumo ao aprofundamento da integração regional, que fatalmente conduzirá ao tão sonhado objetivo de formação de um mercado comum do sul”, sublinhou Cabuçu Borges.

O Código Aduaneiro pretende conferir maior celeridade, transparência, padronização, e eficiência aos trâmites e procedimentos aduaneiros, de modo a proporcionar melhores condições legais de atuação, tanto às administrações aduaneiras como às pessoas vinculadas à atividade aduaneira, importadores e exportadores.

“Tudo isso em prol da facilitação do trânsito de mercadorias, do incremento do comércio, sem abrir mão dos imprescindíveis controles e vigilância”, advertiu.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Lúcio Bernardo Jr.)



82 - Aprovado o Protocolo ao Acordo de Madri relativo ao Registro Internacional de Marcas (29/11/2017)

Brasília – Com parecer do deputado Milton Monti (PR-SP), a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados ratificou na quarta-feira, 29, os textos do Protocolo referente ao Acordo de Madri relativo ao Registro Internacional de Marcas, adotado em 27 de junho de 1989, e do respectivo Regulamento Comum do Acordo de Madri relativo ao Registro Internacional de Marcas e do Protocolo concernente a esse Acordo.

O Brasil aderiu ao Acordo de Madri no início do século 20, mas o denunciou em 1934. O sistema criado pelo Acordo foi aperfeiçoado pelo Protocolo que tem por objetivo habilitar pessoas físicas e jurídicas de um país-membro a solicitar, por intermédio da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), em Genebra, o registro de uma marca, já pedida ou registrada em seu país de origem, na jurisdição de uma ou todas as demais Partes Contratantes.

Atualmente, o Acordo conta com 97 membros, os quais representam mais de 80% do comércio mundial. O Brasil participa do Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes.

Segundo Monti, “trata-se de Acordo extremamente técnico, do qual o Brasil ainda deverá realizar declarações e manter-se alerta a certos dispositivos que não se coadunam com a legislação interna sobre proteção de marcas. É bem verdade que o texto esteve em discussão pelo Executivo para que se encontrasse a melhor forma de adesão pelo Brasil”, revelou.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Cléia Viana)



83 - Aprovada Moção de Louvor à brasileira Luciana Durço (29/11/2017)

Brasília – Por iniciativa dos deputados Bruna Furlan (PSDB-SP) e Cabo Daciolo (AVANTE-RJ), a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados aprovou Moção de Regozijo e Louvor à brasileira Luciana Durço, fundadora do Grupo Mulheres de Orlando (Flórida-EUA) pelo trabalho de apoio e orientação às mulheres brasileiras residentes naquela região.

Luciana Durço tem 37 anos, é brasileira, casada, mãe, administradora de empresas e há mais de três anos reside na cidade de Orlando, na Flórida. “Com um olhar atento e generoso, Luciana percebeu ao seu redor as muitas dificuldades que as mulheres brasileiras recém-chegadas ao país estrangeiro enfrentavam para instalar suas famílias em terras longínquas do Brasil, a começar pelo obstáculo de aprender um novo idioma, dúvidas sobre matrícula escolar dos filhos, alimentação, vacinas, médicos, emprego, e etc.”, diz o texto.

De acordo com Bruna Furlan, “a Luciana fundou o grupo “Mulheres de Orlando”, e se aliou à tecnologia de um aplicativo de troca de mensagens em 2016 para oferecer apoio e orientação. A adesão ao grupo do aplicativo foi um verdadeiro sucesso e em pouco tempo outros subgrupos foram criados para atender a demanda que hoje conta com mais de 1.500 mulheres participantes”, afirmou.

Cabo Daciolo explicou que “o reconhecimento do trabalho não demorou a chegar e Luciana recebeu recentemente o prêmio de “Empoderamento das Mulheres de Negócios de Orlando”, criado pelo Conselho de Cidadãos da Flórida, que contou com o apoio do Consulado-Geral do Brasil em Miami, além do prêmio “Notáveis”, que ocorre anualmente em Nova Iorque”, destacou.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Cléia Viana)



84 - Convenção Interamericana contra o Racismo e a Intolerância é aprovada na CREDN (29/11/2017)

Brasília – O texto da Convenção Interamericana Contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, adotada na Guatemala, por ocasião da 43ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, em 5 de junho de 2013, foi aprovado na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados na quarta-feira, 29.

O texto recebeu parecer do deputado Márcio Marinho (PRB-BA), para quem a Convenção reafirma, atualiza e aperfeiçoa noções consagradas na Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial da Organização das Nações Unidas, de 1965. “Ela elabora uma definição específica e objetiva de racismo, discriminação e intolerância, e propõe a proteção de todos os seres humanos contra essas odiosas atitudes, em qualquer âmbito da vida pública ou privada”, afirmou.

O deputado lembrou que em 2001, o Brasil participou dos esforços pela aprovação, pela Assembleia Geral da OEA, de Resolução que encarregou o Conselho Permanente de avançar na elaboração de uma convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar o racismo e toda e qualquer forma de discriminação e intolerância.

Já em 2005, o Brasil apresentou, também à Assembleia Geral da OEA, projeto de resolução que viria a criar o Grupo de Trabalho encarregado de elaborar o Anteprojeto da Convenção. “Foi precisamente dos esforços do Grupo de Trabalho que resultou o texto da Convenção que aprovamos na CREDN”, esclareceu o parlamentar.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Lúcio Bernardo Jr.)



85 - CREDN aprova texto de Emenda ao Acordo de Cooperação Brasil – Kuaite (06/12/2017)

Brasília – A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados aprovou parecer do deputado Dimas Fabiano PP-MG) ao texto da Emenda ao Acordo de Cooperação entre Brasil e o Estado do Kuaite, assinado em Brasília, em 22 de julho de 2010. “A atualização do acordo tem o objetivo fortalecer a promoção da cooperação entre os dois países nos campos econômico, financeiro, comercial, industrial e agrícola, para torná-lo compatível com os direitos e obrigações das partes à luz da normativa da Organização Mundial do Comércio”, afirmou o parlamentar.

Os dados de 2017, de janeiro a julho, demonstram a solidez e o equilíbrio das relações entre as duas nações, com um total de US\$ 257 milhões, registrado na balança de transações correntes, sendo que o Brasil exportou para o Kuaite nesse período US\$135 milhões, em diversos segmentos econômicos, com destaque para as aves e semelhantes.

A invasão do Kuaite pelo Iraque (1990) e a subsequente Guerra do Golfo alteram profundamente o panorama das relações bilaterais: até então concentrado na vertente econômico-comercial, o diálogo entre os dois países ganhou maior densidade política, em especial nos períodos 1993-1994 e 1998-99, quando o Brasil ocupou assento não permanente no Conselho de Segurança da ONU.

“Nesse contexto, o presente acordo, além de contribuir para o desenvolvimento do comércio bilateral, favorecerá precipuamente os investimentos, as trocas comerciais e o fluxo do comércio eletrônico entre Brasil e Kuaite”, defendeu o deputado.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Agência Câmara)



86 - Cooperação Brasil – Quênia em Educação passa na CREDN (06/12/2017)

Brasília – Com parecer do deputado Pedro Vilela (PSDB-AL), a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, aprovou o acordo firmado entre Brasil e Quênia na Área de Educação, assinado em Nairóbi, em 6 de junho de 2010. “A exemplo de inúmeros outros acordos bilaterais do tipo firmados pelo Brasil com outras nações do Continente Africano, este tratado inaugura a cooperação educacional entre as Partes”, afirmou Vilela.

Ainda de acordo com Pedro Vilela, “pode, se adequadamente implementado, se constituir num instrumento importante para promover o estreitamento dos laços econômicos e culturais entre Brasil e Quênia, país localizado na África Oriental, com população superior a 45 milhões de habitantes, predominantemente jovem”, explicou.

A cooperação poderá cobrir, conforme estabelece o Artigo III, o intercâmbio de pesquisadores, técnicos e especialistas para realização de cursos de graduação e pós-graduação em instituições de ensino superior, bem como a elaboração de projetos e pesquisas em áreas a serem ainda definidas, além de admitir a troca de informações e de boas práticas no nível de educação técnica e missões de ensino e pesquisa.

“A cooperação prevista no acordo tem potencial, sobretudo, para contribuir na redução dos obstáculos ao desenvolvimento econômico e social dos países e para a melhoria da qualidade de vida de suas populações. Isto por intermédio de atividades que possam promover, efetivamente, a melhoria da qualidade do ensino, em todos os seus níveis, inclusive no nível técnico, bem como de ações conjuntas de pesquisa na área educacional e científica”, defendeu o deputado.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Rodrigo Bertoti)



87 - CREDN pede a retomada do diálogo político Brasil – Ucrânia (06/12/2017)

Brasília – A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados aprovou requerimento do deputado Claudio Cajado (DEM-BA) indicando ao Poder Executivo para que, por intermédio do ministério das Relações Exteriores, sejam retomadas as reuniões da Comissão Intergovernamental de Cooperação Econômica e Comercial Brasil – Ucrânia.

No âmbito da CIC, foram assinados memorandos de Entendimento entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Centro Estatal da Educação Internacional da Ucrânia, sobre Cooperação nas Áreas de Educação, Ciência e Inovação, no Âmbito do Programa Governamental Ciência Sem Fronteiras; entre a Agência Espacial Brasileira e a Agência Espacial Estatal da Ucrânia, para Formação de Recursos Humanos na Área Espacial; e entre a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e o

Serviço Estatal de Produtos Medicinais da Ucrânia, para Cooperação em Boas Práticas de Fabricação e Assuntos Regulatórios.

Na terça-feira, 5, Claudio Cajado, presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil – Ucrânia, e a presidente da CREDN, Bruna Furlan (PSDB-SP), trataram do assunto com o deputado ucraniano Victor Romaniuk, que preside o Grupo de Amizade Ucrânia – Brasil no parlamento daquele país. Na oportunidade, ele destacou a importância da CIC como mecanismo de diálogo no mais alto nível, da agenda bilateral.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Lúcio Bernarndo Jr.)



88 - Aprovado acordo do MERCOSUL sobre equipes conjuntas de investigação (06/12/2017)

Brasília – A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira, 6, parecer do deputado Celso Russomano (PRB-SP) ao Acordo Quadro de Cooperação entre os Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados para a Criação de Equipes Conjuntas de Investigação, assinado em San Juan, Argentina, em 2 de agosto de 2010. “O objetivo do acordo em apreço é ampliar e reforçar a cooperação em matéria penal, especialmente por meio do aprimoramento do combate ao crime organizado transnacional, aos atos de terrorismo e a outros delitos conexos”, afirmou Russomano.

Ainda de acordo com o deputado, o tratado contempla a criação de equipes conjuntas para a investigação de condutas delituosas, nas hipóteses em que estas possuam características transnacionais e, em razão disso, ensejem a atuação coordenada das autoridades competentes de mais de um Estado Parte.

O texto aprovado na CREDN regulamenta as condições de instituição e funcionamento das equipes conjuntas para a investigação, disciplinando-as no que se refere às suas faculdades de atuação e forma de constituição; condições para a solicitação e aceite de sua criação; direção das equipes; custos; responsabilidade penal e civil e, inclusive, condições de utilização de provas obtidas, além de disciplinar o funcionamento de mecanismos da cooperação.

“Em tal contexto, a constituição de Equipes Conjuntas de Investigação traduz-se numa sólida iniciativa da cooperação regional e refletem a disposição dos Estados Partes do MERCOSUL de dar uma consistente resposta ao avanço da criminalidade de viés transnacional, conferindo, por meio da cooperação internacional, maior agilidade e decisiva eficiência às ações de investigação e de repressão a essas espécies de delitos”, explicou Russomano.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Zeca Ribeiro)



89 - Aprovado o Relatório da Subcomissão Especial destinada a discutir e propor alterações nos Códigos Penal e de Processo Penal Militar (13/12/2017)

Brasília – A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, aprovou na quarta-feira, 13, o Relatório da Subcomissão Especial destinada a discutir e propor alterações nos Códigos Penal e de Processo Penal Militar, de acordo com parecer do deputado Subtenente Gonzaga (PDT-MG). Ao longo do ano, oito audiências públicas foram realizadas em diferentes estados do país.

Na oportunidade, foram ouvidos especialistas civis e militares que aportaram subsídios para as alterações nos referidos instrumentos. Para o deputado Subtenente Gonzaga, “pudemos percorrer todas as regiões do Brasil para ouvir as sugestões acerca do aprimoramento desses dois instrumentos e chegamos ao final do ano satisfeitos em poder oferecer ao país uma proposta de alteração que resguarda a importância de ambos os códigos, bem como daqueles que operam a segurança pública no país”.

Entre as modificações sugeridas, destacam-se: (1) exclusão do termo “assemelhado” de todos os dispositivos do CPPM que o continham, em face de não caber mais, no contexto constitucional vigente, tal categoria; (2) adaptação do texto legal à conjuntura de inexistência dos antigos ministérios militares que, em parte, cederam espaço para os Comandos das Forças e noutra parte para o Ministério da Defesa; (3) adaptação do texto do código à realidade constitucional de existência de “servidores públicos” e não de “funcionários públicos”, entre outras.

“Estamos seguros de que a proposição legislativa não só contribuirá para que a Constituição da República se efetive cada vez mais, como também reforçará a preservação da hierarquia e da disciplina no seio das instituições armadas”, afirmou o deputado.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Luis Macedo)



90 - CREDN aprova Acordo de Serviços Aéreos Brasil - Bahamas (13/12/2017)

Brasília – O texto do Acordo sobre Serviços Aéreos firmado entre o Brasil e o Governo da Comunidade das Bahamas, assinado em Nassau, em 7 de dezembro de 2016, foi aprovado na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, com parecer do deputado Luiz Lauro Filho (PSB-SP). Um dos objetivos do tratado é impulsionar os negócios, especialmente o turismo recíproco.

“As empresas aéreas designadas pelo Brasil e pelas Bahamas, poderão, em qualquer ou em todos os voos, exercer direitos de tráfego de quinta liberdade em quaisquer pontos intermediários e/ou além; poderão, também, operar voos em uma ou ambas as direções; combinar diferentes números de voo na operação de uma aeronave; servir, nas rotas, pontos intermediários; omitir escalas em qualquer ponto ou pontos; transferir tráfego de quaisquer de suas aeronaves sem limitação de direção ou geográfica, e sem perda de qualquer direito de transportar tráfego de outra forma permitido sob este Acordo”, explicou o parlamentar.

Para Luiz Lauro Filho, “o adensamento da relação aerocomercial reforçará os laços de amizade, entendimento e cooperação entre o Brasil e a Comunidade das Bahamas, contribuindo assim para o aprofundamento das relações bilaterais nas esferas do comércio e do turismo”, concluiu.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Lúcio Bernardo Jr.)



91 - Acordo de Cooperação Técnico-Militar Brasil – Ucrânia é aprovado (13/12/2017)

Brasília – O texto do Acordo sobre Cooperação Técnico-Militar Brasil – Ucrânia passa na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, com parecer do deputado Cláudio Cajado (DEM-BA) que também preside o Grupo Parlamentar de Amizade entre os dois países.

Segundo ele, “este acordo segue os lineamentos de outros instrumentos dessa natureza e se estrutura como verdadeiro tratado-quadro, que define os princípios e o escopo da cooperação técnico-militar a ser desenvolvida em entendimentos, programas e acordos complementares, sendo a coordenação da implementação do acordo levada a cabo por uma Comissão Conjunta Bilateral, composta por representantes dos ministérios do Desenvolvimento Econômico e Comércio e da Defesa, por parte da Ucrânia, e pelo ministério da Defesa, por parte do Brasil”.

De acordo com o texto, a cooperação técnico-militar Brasil-Ucrânia se orienta pelos princípios da igualdade, reciprocidade, interesse comum e respeito às respectivas legislações nacionais, regulamentos e obrigações internacionais assumidas, entre elas, os princípios e finalidades da Carta das Nações Unidas.

Segundo Cláudio Cajado, “são muitas as áreas a serem desenvolvidas, incluindo pesquisa e desenvolvimento conjunto relacionado à indústria de defesa, compartilhamento de tecnologia, aquisições de equipamentos e de serviços militares, treinamento de pessoal, entre outras. É digno de nota que a Ucrânia possui importante conjunto industrial militar que, herdado da União Soviética, vem sofrendo atualizações, inclusive com a criação do complexo estatal Ukroboronprom, que envolve 130 empresas do setor de defesa, com capacidade de criar e produzir veículos blindados competitivos, armas de alta precisão, peças de artilharia, navios de guerra, veículos militares, meios de navegação, de comunicação, radar, guiagem missilística e guerra eletrônica”, explicou.

Recentemente, o ministro da Defesa da Ucrânia Pavlo Lebedev considerou que “há muitos projetos promissores na área de defesa, em particular, a participação da Ucrânia no reequipamento da Marinha do Brasil, por meio da construção de modernas corvetas e barcos de patrulha, fabricação e fornecimento de modernos veículos blindados, aviões de transporte militar, o desenvolvimento de mísseis e sistemas de mísseis de artilharia, bem como a cooperação na área de defesa aérea em particular, a produção de estações de radar, modernização dos sistemas de mísseis de defesa aérea, e muito mais”.

“Além do relevante incremento nas relações técnico-militares que a aprovação do acordo fomentará, igualmente relevante será o adensamento global das relações econômicas e técnico-científicas. O Brasil é o maior parceiro comercial da Ucrânia na América Latina. O fluxo de comércio entre os dois países em 2016 totalizou US\$ 132,5 milhões, com importações de bens ucranianos em US\$ 31,46 milhões e exportação de bens brasileiros em US\$ 101,06”, concluiu o deputado.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



92 - Aprovado o Acordo de Cooperação Educacional Brasil - Etiópia (13/12/2017)

Brasília – O texto do Acordo de Cooperação Educacional entre Brasil e a República Democrática Federal da Etiópia, celebrado em Adis Abeba, em 24 de maio de 2013, foi aprovado na quarta-feira, 13, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados com parecer do deputado Cláudio Cajado (DEM-BA).

Trata-se do primeiro instrumento assinado entre os dois países no campo da cooperação educacional, e tem como objetivo fomentar as relações bilaterais, com vistas a contribuir para o desenvolvimento do ensino em todos os seus níveis e modalidades.

“Assim, a cooperação poderá incluir o intercâmbio de estudantes, professores, pesquisadores, técnicos e especialistas, além de programas e projetos desenvolvidos pelos respectivos ministérios de Educação, incluindo programas de bolsas de estudo, oferecidos nos termos das legislações internas”, defendeu Cajado.

A aproximação do Brasil com a Etiópia foi estabelecida em diversos instrumentos. Entre os mais recentes estão o Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio e dos Investimentos; o Acordo para Evitar a Dupla Tributação dos Lucros dos Transportes Aéreo e Marítimo Internacional, o Acordo de Serviços Aéreos e o Acordo sobre Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação.

Segundo o deputado “a Etiópia é hoje um dos países que mais cresce no mundo, com média de 11,2% de alta no PIB na última década e está em busca de novos investimentos privados estrangeiros de ampliação de negócios. Ademais, busca ser a ponte entre a Organização da Unidade Africana e o MERCOSUL e, para tanto, busca expandir a informação da sociedade brasileira como um todo sobre as atividades e a cultura de seu país”, explicou.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Lúcio Bernardo Jr.)



93 - Aprovado na CREDN Acordo Multilateral de Busca e Salvamento (13/12/2017)

Brasília – O texto do Acordo Multilateral de Busca e Salvamento, celebrado em 10 de maio de 1973, em Lima, Peru, ao qual o Brasil aderiu em 27 de dezembro de 1985, foi aprovado na quarta-feira, 13 na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados com parecer do deputado Celso Russomano (PRB-SP), presidente da Comissão Mista do Parlamento do MERCOSUL.

De acordo com Russomano, pelo acordo, os Estados signatários comprometem-se a aplicar as recomendações concernentes aos Serviços de Busca e Salvamento do Plano de Navegação Aérea da OACI, nas partes que correspondem ao seu território e águas jurisdicionais, incluindo o espaço aéreo; a estabelecer planos detalhados para, com eficiência, conduzir as operações de Busca e Salvamento dentro das áreas de Busca e Salvamento (SRR) sob sua jurisdição; a adotar, como padrão mínimo de ação, os procedimentos de Alerta e de Busca e Salvamento, baseados nos procedimentos contidos na Convenção de Aviação Civil Internacional; nos procedimentos para os Serviços de Navegação Aérea, Regulamento do Ar e Serviço de Trânsito Aéreo, e nos Procedimentos Suplementares Regionais da OACI.

“Além de manter atualizados esses procedimentos, eventuais acordos bilaterais mais aprimorados que tenham sido firmados, e as práticas de busca e salvamento ainda mais aperfeiçoadas”, afirmou o deputado.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Benjamim Sepulveda)



94 - CREDN aprova acordo sobre Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade (13/12/2017)

Brasília – Com parecer favorável do deputado Rubens Bueno (PPS-PR), a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira, 13, o texto do Acordo para a Implementação de Bases de Dados Compartilhadas de Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade do MERCOSUL, bem como do Acordo entre os Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados sobre Cooperação Regional para a Proteção dos Direitos das Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade, ambos assinados em San Miguel de Tucumán, em 30 de junho de 2008.

Rubens Bueno lembrou que no Brasil, dados de 2015, apontam que o Governo registra um caso de sequestro internacional a cada três dias. De meados de 2012 a 2015, 56% dos pedidos eram de devolução feitos por outros países ao Brasil. Entre janeiro de 2014 e agosto de 2015, o Brasil devolveu 55 crianças e recebeu 25, graças aos efeitos das negociações internacionais.

“O MERCOSUL, por sua vez, tem evoluído o sistema de proteção aos direitos humanos, com a criação, em 2015, da Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias (RAADH), a qual constitui um espaço para debate sobre temas de direitos humanos relevantes para os países da região”, explicou.

A RAADH estrutura-se em seis comissões permanentes e três grupos de trabalho temático, onde são discutidos, entre outros temas, os Direitos da Criança e do Adolescente. Em novembro de 2015, realizou-se, no Paraguai, a reunião sobre direitos humanos entre países do MERCOSUL.

“Dentre os temas debatidos, destacou-se a “Iniciativa NiñoSur”, na qual foi aprovado o guia regional para a identificação e atenção às necessidades de proteção dos direitos de crianças e adolescentes e discutido um plano de infância e meios de comunicação e a metodologia e a construção de diretrizes de bons tratos a crianças e adolescentes”, afirmou o deputado.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Luis Macedo)



95 - Brasil e Iêmen têm acordo de cooperação técnica aprovado na CREDN (19/12/2017)

Brasília – Na terça-feira, 19, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados aprovou o Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Brasil e a República do Iêmen, em Brasília, em 6 de agosto de 2014. O relator da matéria, deputado Cláudio Cajado (DEM-BA), destacou que o mesmo “constitui-se em mais um exemplo da estratégia da política externa brasileira referente à cooperação técnica internacional”.

Segundo ele, “tal visão levou o país a privilegiar e firmar este tipo de acordo com nações em desenvolvimento, privilegiando o diálogo Sul-Sul, nomeadamente, com nações da África, Oriente Médio, Caribe e até da Ásia. Desta forma, o Brasil buscou modificar sua inserção no contexto internacional, apostando no multilateralismo”, explicou.

“Além disso”, ressaltou, “essa nova modalidade de cooperação visa não apenas ao compartilhamento de conhecimento, tecnologias e técnicas, mas também de experiências e a realização de projetos e programas ligados à preservação ambiental, à agricultura de subsistência, ao desenvolvimento sustentável, ao combate à fome, às ações de cunho social e de apoio aos menos favorecidos”, assinalou.

Na avaliação de Cláudio Cajado, “a cooperação técnica entre o Brasil e o Iêmen apresenta significativo potencial e deve proporcionar o desenvolvimento de profícua cooperação, tanto em temas essencialmente relacionados ao conhecimento e à tecnologia como, e principalmente, em assuntos relacionados à cooperação com reflexos diretos nas áreas sociais, tais como educação e saúde, combate à pobreza e à fome, e promoção do desenvolvimento sustentável”, concluiu.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Lúcio Bernardo Jr.)



96 - Acordo de Serviços Aéreos Brasil – Kuaité passa na CREDN (19/12/2017)

Brasília – Com parecer favorável da deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), foi aprovado na terça-feira, 19, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados, o Acordo Brasil – Kuaité sobre Serviços Aéreos, assinado em Brasília, em 22 de julho de 2010.

Pelo acordo, ambos os governos pretendem desenvolver Serviços Aéreos de interesse mútuo e considerados prioritários. Com efeito, o texto estabelece que reuniões periódicas entre as partes deverão avaliar e definir áreas comuns prioritárias nas quais seriam viáveis a implementação de Serviços Aéreos.

Bruna Furlan explicou que o acordo, em cuja elaboração atuaram conjuntamente o ministério das Relações Exteriores e a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), tem por objetivo incrementar os laços de amizade e entendimento entre os dois países para a operação de serviços aéreos entre os territórios do Brasil e do Kuaité, “e para além desses, certamente contribuindo para o adensamento das relações bilaterais nas esferas do comércio, do turismo, da cooperação, entre outras”, afirmou.

As partes permitirão que cada empresa aérea designada determine a frequência e a capacidade dos serviços de transporte aéreo internacional a ser ofertada, baseando-se em considerações comerciais próprias do mercado. Além disso, nenhuma das partes limitará unilateralmente o volume de tráfego, a frequência ou regularidade dos serviços, ou o tipo ou tipos de aeronaves operadas pelas empresas aéreas designadas da outra parte, exceto se requeridos por motivos alfandegários, técnicos, operacionais ou ambientais, sob condições uniformes.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Cléia Viana)



97 - Aprovado o Acordo de Livre Comércio MERCOSUL - Palestina (19/12/2017)

Brasília – O texto do Acordo de Livre Comércio firmado entre o MERCOSUL e o Estado da Palestina, celebrado em Montevideu, em 20 de dezembro de 2011, foi aprovado na terça-feira, 19, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) da Câmara dos Deputados com parecer da deputada Bruna Furlan (PSDB-SP). A proposta já havia sido aprovada na Comissão Mista do MERCOSUL.

O acordo pretende eliminar as barreiras ao comércio de bens e facilitar sua circulação entre os respectivos territórios; promover as condições de livre concorrência na área de livre comércio; aumentar substancialmente as oportunidades de investimento nos territórios das Partes e aumentar a cooperação em áreas que sejam de interesse mútuo; e estabelecer um marco para aprofundar a cooperação bilateral e multilateral com vistas a expandir e ampliar os benefícios pactuados.

Dados fornecidos pela Secretaria de Comércio Exterior do ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços informam que, em 2015, a corrente de comércio entre o Brasil e a Palestina totalizou US\$ 47 milhões, sendo quase a totalidade desse montante, exportações brasileiras. Em 2016, a corrente de comércio foi de apenas US\$ 28 milhões, com outro superávit em favor do Brasil. Em 2017, o montante apurado até o mês de novembro foi de US\$ 26,1 milhões, o que indica uma ligeira queda em relação ao ano anterior.

“Esses números revelam que o intercâmbio comercial entre o Brasil e a Palestina é bastante modesto. Assim, mais do que um acordo comercial, este compromisso representa o apoio político do MERCOSUL ao reconhecimento do Estado da Palestina como sujeito de Direito Internacional. Na mesma linha, o Itamaraty reconhece que o acordo é expressão do apoio do bloco ao estabelecimento de um Estado palestino independente e democrático, geograficamente coeso e economicamente viável, que possa viver de forma pacífica e harmoniosa com seus vizinhos”, afirmou a deputada.

(Texto: Marcelo Rech)

(Foto: Billy Boss)

